

# SOCIOLOGIA



UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

# SOCIOLOGIA



**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

**VOL. XXIII • PORTO • 2012**

**DIRETOR:**

João Teixeira Lopes, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**CONSELHO DE REDAÇÃO:**

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Carlos Manuel da Silva Gonçalves, FLUP/ISFLUP; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

**CONSELHO EDITORIAL:**

Alice Duarte, FLUP/ISFLUP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/ISFLUP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/Groupe de Recherche sur la Socialisation (GRS), França; Carlos Manuel da Silva Gonçalves, FLUP/ISFLUP; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luis Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, University of Warwick, Reino Unido/College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, CIES-IUL/Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, México; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Victor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

**COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:**

Marta Lima, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

*Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* é indexada em *Latindex*, Open Science Directory (EBSCO), Sherpa/Romeo e DOAJ – Directory of Open Access Journals.

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - Clássica, Artes Gráficas, S.A.

Rua Joaquim Ferreiro, 70 - Arm. G/H  
4435-297 Rio Tinto

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

## SUMÁRIO

EDITORIAL	7
ARTIGOS	
El efecto moderador de la procedencia cultural del turista en la percepción de la imagen del destino <b>María José Suárez</b> .....	11
Novas imagens para velhas cidades? Coimbra, Salamanca e o turismo nas cidades históricas <b>Carina Sousa Gomes</b> .....	37
A propósito da produção do território. Sociologia urbana e relações de poder na estruturação do território como representação política e científica <b>Tiago Castro Lemos</b> .....	51
O fado e “as regras da arte”: “autenticidade”, “pureza” e mercado <b>Luciana F. M. Mendonça</b> .....	71
Teatro Universitário em Coimbra na década de 1980 <b>Alexandra Silva</b> .....	87
A Transição Profissional dos Licenciados em Sociologia pela FLUP: novos resultados em 2006 <b>Cristina Parente, Nádía Costa e Mafalda Gomes</b> .....	95
Escola e mudança social: recém-licenciados na área de informática em instituições de ensino superior localizadas na área metropolitana do Porto <b>José Carlos Morais</b> .....	127

Emprego e Trajetórias Profissionais: o caso dos diplomados do Instituto Superior Politécnico de Viseu	
<b>Luís Nuno Sousa .....</b>	149
O Processo de RVCC, a promoção da Literacia Familiar e a Escolarização: Estudo Exploratório nos CNO	
<b>Cláudia Ferreira, Filipa Morais e Inês Cruz .....</b>	169
Realidades e imagens do especismo: impactos da indústria (agro)pecuária e representações publicitárias de animais não-humanos sencientes	
<b>Anabela Santos e Rui Pedro Fonseca .....</b>	205
Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes	
<b>Madalena Duarte e Ana Oliveira .....</b>	223
Dividir para reinar	
<b>Teresa Vaz Martins e Raul Toral.....</b>	239
Pluralidade e reconfiguração da identidade cigana em Portugal	
<b>Olga Magano.....</b>	251
ESTATUTO EDITORIAL	271
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	272
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINALS	275
AValiação DE ARTIGOS CIENTÍFICOS 2010-2011	277

## EDITORIAL

O presente número da *Sociologia* congrega quatro blocos de artigos. Um deles, englobando as contribuições de Carina Sousa Gomes e Tiago Castro Lemos, orienta-se em torno de problemáticas da sociologia urbana: turismo e cidades históricas, estruturação política do território. Outro bloco, agrupando os artigos de Maria José Suárez, Luciana Mendonça e Alexandra Silva, refere-se a temáticas próximas da sociologia da cultura. Um terceiro conjunto de contributos – Cristina Parente, Nádya Costa e Mafalda Gomes; José Carlos Morais; Luís Nuno Sousa; Cláudia Ferreira, Filipa Morais e Inês Cruz – abordam objetos que intersejam a sociologia das profissões e do trabalho com a sociologia da educação. Finalmente, três artigos – Anabela Santos e Rui Pedro Fonseca; Madalena Duarte e Ana Oliveira; Olga Magano – abordam questões relacionadas com a violência (física, social e simbólica) sobre animais e mulheres imigrantes, e a pluralidade e reconfiguração da identidade cigana, respetivamente.

A estrutura interna da *Sociologia* apresenta novidades. Por sugestão da consagrada base de indexação *SciELO*, passamos a ter um amplo conselho editorial, composto por reputados sociólogos e cientistas sociais, de origem nacional e internacional, a quem desde já agradecemos a confiança na qualidade científica desta publicação. O anterior conselho editorial assume funções mais intervenientes de Conselho de Redação.

Gostaríamos de salientar, nesta diversidade, a aposta bem sucedida que temos feito na abertura da *Sociologia* a autores das mais variadas proveniências institucionais e mesmo de outras nacionalidades. As *call for papers* que habitualmente apresentamos têm precisamente esse objetivo: convidam todos e todas a expor os seus trabalhos e a contribuir para lógicas alargadas de comunicação entre pares, sujeitas ao único critério da avaliação científica independente.

O conhecimento sociológico, se levado a sério nos seus pressupostos e consequências, dá-se mal com o fechamento dogmático, geracional, paradigmático e institucional.

A *Sociologia* pretende ser uma publicação aberta.

João Teixeira Lopes



**ARTIGOS**



# El efecto moderador de la procedencia cultural del turista en la percepción de la imagen del destino

María José Suárez<sup>1</sup>  
*Universidade da Coruña*

## **Resumen:**

La imagen percibida del destino turístico pone en evidencia que, aunque la mayor parte de los recursos turísticos son de carácter objetivo, la percepción de los mismos puede ser heterogénea. El objetivo de este trabajo consiste en identificar la naturaleza multidimensional (cognitiva-afectiva) de la imagen turística y examinar el protagonismo que adquiere la procedencia geográfica-cultural del turista sobre la percepción del destino. El estudio empírico aplicado al turismo rural en Galicia ha permitido comprobar que existe una relación moderada entre ambas variables.

**Palabras-clave:** Imagen turística; Características sociodemográficas; Motivaciones; Valores culturales.

## **Introducción**

El estudio pormenorizado de la imagen del destino turístico responde, sin duda, a dos aspectos de especial trascendencia; en primer lugar, el interés de los académicos por explicar científicamente la naturaleza y el proceso de formación de este concepto así como su influencia en el comportamiento de los turistas y, en segundo lugar, la necesidad que manifiestan los promotores de posicionar y diferenciar los destinos turísticos en la mente de sus públicos objetivo del modo más eficiente y eficaz posible.

Entre todas las definiciones de la imagen, puede destacarse por su amplitud y precisión la propuesta por Baloglu & McCleary (1999a), que consideran la imagen como la “representación mental de las creencias, los sentimientos y la impresión global del individuo sobre un destino turístico”, lo que se denominará en la presente investigación, imagen percibida.

En este contexto, numerosos investigadores coinciden en que esta imagen es generalmente formada por dos fuerzas primordiales: los factores estímulo o externos y los factores personales o internos (Baloglu & McCleary, 1999a). Los primeros se

---

<sup>1</sup> Departamento de Sociología y Ciencia Política y de la Admón, Universidade da Coruña (Coruña, España). *E-mail:* mandrade@udc.es

refieren a la cantidad y la naturaleza diversa de fuentes de la información a las cuales los individuos están expuestos, incluyendo la información del destino adquirida como consecuencia de haberlo visitado. Entre los segundos, cabe destacar las motivaciones, las características sociodemográficas y la procedencia geográfica-cultural de los turistas (Beerli & Martin, 2004a, 2004b).

En este artículo se exponen los resultados de una investigación que trata de analizar la naturaleza de la imagen turística y el efecto moderador de la procedencia geográfica-cultural de los turistas sobre esa percepción del destino.

Cabe poner de relieve que, en la investigación turística, la cultura se ha definido habitualmente en base al origen geográfico de los turistas. Así pues, las influencias socioculturales, entendidas como los sistemas de valores, creencias, ideas o pautas de comportamiento en una determinada sociedad establecen lo que es aceptado socialmente como realidad. De hecho, la cultura, definida como el conjunto de creencias, valores, costumbres, ideas y normas de los individuos se erige como un importante factor de influencia no sólo en las conductas de los individuos en general, sino también en sus comportamientos de consumo y de ocio (Richardson & Crompton, 1988).

La mayoría de los trabajos empíricos que examinan la relación entre estas dos variables han considerado el origen geográfico de los turistas como indicador de sus creencias y valores culturales.

Gallarza, Gil e Calderón (2002) ponen de relieve la importancia de considerar en el estudio de la imagen de destino turístico la “distancia geográfica” entre el lugar de origen del turista y el destino vacacional. Su razonamiento se fundamenta en la consideración de que la imagen de destino es un concepto que posee un marcado carácter dinámico que no depende exclusivamente de la dimensión temporal, sino también de la espacial.

Se expondrán en el presente trabajo los resultados de la aplicación empírica, fruto de un diseño metodológico que combina una investigación inicial cualitativa (mediante la realización de un grupo de discusión) y otra posterior cuantitativa mediante los datos acopiados a través de un total de 391 cuestionarios autoadministrados.

Por su parte, el trabajo de campo se realizó en el periodo comprendido entre diciembre de 2008 y marzo de 2009. El objeto de estudio concreto-aplicado es la imagen percibida del turismo rural en Galicia, las razones que justifican su elección están relacionadas con la significativa expansión de esta modalidad turística en la comunidad gallega, pues aunque representa un pequeño porcentaje de turistas, debido a su difusión por todo el territorio, tiene un profundo significado social.

## **1. Aproximación teórica a la naturaleza y al proceso de formación de la imagen de destino turístico**

A pesar de que el estudio de la imagen turística se identifica como un tema capital en la literatura turística (Chon 1990; Echtner & Ritchie, 1991; Gartner, 1986; Buhalis, 2000; Gallarza, Gil & Calderón 2002; Pike, 2002), una primera aproximación a su delimitación teórica, exige reconocer la falta de una estructura conceptual sólida, poniendo de manifiesto que este concepto ha sido vagamente definido (Fakeye & Crompton, 1991; Echtner & Ritchie, 1991, 1993; Gartner, 1993; Walmsley & Young, 1998; Beerli & Martín, 2004a,

2004b) y que, en definitiva, todavía no hay consenso sobre la naturaleza y el proceso de la formación de imagen de destino (Echtner & Ritchie, 1993).

Se podría decir que existen tantas definiciones de imagen como autores preocupados por su conceptualización. En determinados casos, las definiciones concernientes a la imagen turística están centradas en su naturaleza holística, limitándose a concebir la misma como la percepción global o el conjunto de impresiones sobre un lugar (Calantone, di Benedetto, Hakam & Bojanic, 1989; Hunt, 1975; Phelps, 1986; Echtner & Ritchie, 1991; Fakeye & Crompton, 1991; Valls, 1992; Gartner, 1993; Coshall, 2000; Gallarza, Gil & Calderón 2002). Por otro lado, como ponen de relieve diversas investigaciones (Crompton, 1979a; Gartner, 1986, 1989; Richardson & Crompton, 1988; Dadgostar & Isotalo, 1995; Kotler, Haider & Rain, 1993), se rechaza considerar la imagen turística como percepción global y se empieza a contemplar la misma como la suma de impresiones individuales o percepciones de atributos.

Otros trabajos sugieren que la imagen turística es una representación mental resaltando, de este modo, el carácter subjetivo de la misma (Crompton, 1979a; Moutinho, 1987; Fakeye & Crompton, 1991; Gartner, 1993; Kotler, Haider & Rein, 1993; Middleton, 1994; Milman & Pizam, 1995; Alhemoud & Armstrong, 1996).

Una definición que recoge las distintas dimensiones que de acuerdo con la literatura deben integrar el concepto imagen de destino y que puede destacarse por su amplitud y precisión es la propuesta por Baloglu e McCleary (1999a) que consideran la imagen como la “representación mental de las creencias, los sentimientos y la impresión global del individuo sobre un destino turístico”. En concreto, incluye las evaluaciones tanto cognitivas, creencias o conocimientos que posee un individuo acerca de las características o atributos de un destino turístico, como las afectivas, representadas por los sentimientos hacia el destino.

### **1.1. La naturaleza multidimensional de la imagen del destino turístico**

Los estudios más actuales en la literatura turística (Baloglu & McCleary, 1999a; Sönmez & Sirakaya, 2002; Kim & Richardson, 2003; Beerli & Martín, 2004a, 2004b; Pike & Ryan, 2004) se inclinan por considerar que la imagen es un concepto que se constituye a través de la interpretación tanto racional como emocional de los sujetos y es consecuencia, por tanto, de la incorporación de dos dimensiones que están estrechamente interrelacionadas: (1) las evaluaciones perceptuales/cognitivas y (2) las evaluaciones afectivas.

El componente cognitivo de la imagen se refiere a las creencias y los conocimientos del individuo sobre los distintos atributos del destino turístico; desde un punto de vista perceptual o cognitivo, la imagen de un destino turístico se valora sobre la base de un conjunto de atributos que se corresponden con los recursos, atracciones u oferta turística en general de que dispone un determinado destino (Stabler, 1990).

El componente afectivo se relaciona con los sentimientos del turista hacia un lugar o destino (Walmsley & Jenkins, 1993; Baloglu & Brinberg, 1997; Baloglu, 1999; Baloglu & McCleary, 1999a; Chen & Uysal, 2002; Beerli & Martín, 2004a, 2004b; Pike & Ryan, 2004).

De acuerdo con este planteamiento, la imagen de destino debe considerarse como un fenómeno multidimensional. La coexistencia de las dimensiones cognitiva y afectiva

en el estudio de la imagen permite comprender mejor la representación que tiene el turista de un lugar cuyo significado no se limita sólo a sus propiedades físicas sino que también incluye los sentimientos de la persona hacia el lugar (Baloglu & Brinberg, 1997).

Asimismo, la combinación de estos dos componentes de la imagen, el cognitivo y el afectivo, da lugar a una imagen global o compuesta que hace referencia a la valoración positiva o negativa que se pueda tener del producto turístico (Leisen, 2001; Milman & Pizam, 1995), pudiendo ser similar o diferente de las percepciones cognitivas o afectivas que los individuos poseen sobre el destino, las cuales actuarían como antecedentes en la formación de esta imagen general (Gartner, 1993; Baloglu & McCleary, 1999a).

Se perciben, pues, tres diferentes aproximaciones empleadas para explicar la imagen de destino turístico: (1) desde un punto de vista perceptual o cognitivo a través de la valoración de los atributos del destino; (2) desde una perspectiva afectiva sobre la base de los sentimientos o emociones que despierta el destino; y (3) desde un enfoque global o impresión general del lugar.

## **1.2. Un modelo general para la formación de la imagen de un destino**

Numerosos investigadores coinciden en que la imagen es generalmente formada por dos fuerzas primordiales: los factores estímulo o externos y los factores personales o internos (Baloglu & McCleary, 1999a). Estos autores desarrollan un modelo que sistematiza las fuerzas y los elementos principales que influyen en la imagen, así como también describen los factores más significativos en este proceso, agrupándolos en dos categorías: los factores personales y los factores estímulo.

Los primeros representan las características sociales y psicológicas del consumidor turístico y, por su parte, los segundos parten de un estímulo externo y están relacionados con la tipología y la variedad de fuentes de información, la experiencia previa del individuo y los elementos de distribución.

Este modelo fue diseñado para ofrecer un marco de estudio acerca de las fuerzas que intervienen en la formación de la imagen de destino, al tiempo que se proponen relaciones entre los diferentes niveles de las evaluaciones dentro de su estructura (cognitivo, afectivo y global), así como los elementos que determinan estas evaluaciones (Baloglu & McCleary, 1999a).

Ambos autores ponen así de relieve que tanto los factores estímulo como los factores personales contribuyen a la formación de la percepción cognitiva y afectiva, que en su conjunto constituyen la imagen general del destino.

## **2. La importancia de factores personales en la formación de la imagen turística**

Los factores personales hacen referencia a las motivaciones psicológicas del individuo (Moutinho, 1987; Stabler, 1990; Um, 1993; Baloglu, 1999), así como a las características sociodemográficas y culturales que lo definen e identifican (Woodside & Lysonski, 1989; Um & Crompton, 1990; Stern & Krakover, 1993; MacKay & Fesenmaier, 1997; Baloglu, 2001), erigiéndose como importantes variables de referencia en la formación de la imagen de los destinos turísticos.

## **2.1. Las motivaciones del turista**

Las motivaciones, definidas como fuerzas socio-psicológicas que predisponen a los individuos a optar y participar en una actividad turística (Pizam, Neumann & Reichel, 1978; Raghep & Beard, 1982; Iso-Ahola, 1982), están incluidas en los modelos de elección de un destino y en los de formación de la imagen como factores de gran influencia (Stabler 1990; Um & Crompton, 1990; Um, 1993; Baloglu & McCleary, 1999a).

La imagen de un destino está, por tanto, íntimamente relacionada con los beneficios turísticos que se persiguen (motivaciones), los cuales determinan la imagen de un destino antes y después de una visita (Mill & Morrison, 2006: 32-56). Diversos estudios evidencian un significativo efecto de las motivaciones en la formación de la imagen de destino turístico (Mayo & Jarvis, 1981; Stabler, 1990; Um & Crompton, 1990; Um, 1993; Walmsley & Jenkins, 1993; Dann, 1996; Baloglu, 1997, 1999; Baloglu & McCleary, 1999a).

Mientras que el componente cognitivo de la imagen de destino está relacionado con las creencias del individuo sobre un destino turístico; por otro lado, se sugiere una estrecha relación entre las motivaciones psicológicas y la imagen afectiva (Gartner, 1993; Dann, 1996; Baloglu, 1997).

De modo paralelo, Beerli e Martín (2004a, 2004b) manifiestan que el impacto resulta positivo cuando existe correspondencia entre las motivaciones del turista y la naturaleza del destino; más concretamente, indican que los individuos percibirán de un modo más positivo el destino turístico para aquellos atributos que coincidan con sus motivaciones o beneficios buscados.

## **2.2. Las características sociodemográficas del turista**

Prácticamente la totalidad de los modelos del proceso de decisión en la selección de los destinos turísticos (véase, por ejemplo, Woodside & Lysonski, 1989; Stabler, 1990; Um & Crompton, 1990) ponen de manifiesto que las características sociodemográficas de los individuos, tales como sexo, edad, ocupación profesional, nivel de estudios, estado civil y clase social, entre otras, son variables internas que ostentan un protagonismo especial en la percepción de los destinos turísticos (Stabler, 1990; Stern & Krakover, 1993; Ahmed, 1994; MacKay & Fesenmaier, 1997; Baloglu & McCleary, 1999a; Beerli & Martín, 2004a, 2004b).

Tal y como señalan Ashworth e Goodall (1990), la imagen percibida de los destinos varía entre los individuos, ya que en dicha imagen influye cómo perciben los individuos los mensajes que se les comunica y, lógicamente, las personas presentan sensibilidades distintas a la exposición de la información. En definitiva, conviene recordar que la imagen es un concepto subjetivo, ya que depende de la percepción propia de cada individuo.

Debe destacarse, además, que el papel determinante que adquieren las características sociodemográficas en la formación de la imagen de destino turístico tiene su origen en la naturaleza de la percepción del individuo; de este modo, se convierten en un auténtico filtro que condiciona la percepción de un destino turístico, variando de persona a persona (Beerli & Martín, 2004a, 2004b).

No obstante, aunque en principio, variables tales como edad, educación, nivel de renta, sexo, ocupación y estado civil se consideran como variables del consumidor

tipo que influyen en la percepción de la imagen, se suelen incluir, sin embargo, la edad y la educación como los factores más importantes en la formación de la imagen (Walmsley & Jenkins, 1993; Baloglu, 1997; Baloglu & McCleary, 1999a).

### **2.3. La procedencia geográfica-cultural en la formación de la imagen de destino turístico**

La cultura, definida como el conjunto de creencias, valores, costumbres, ideas y normas de comportamiento acumulados por los seres humanos (Alonso & Grande, 2004), puede tener efectos importantes en ámbitos diversos de la vida como pueden ser el trabajo, el comportamiento de consumo en general y de ocio en particular (Richardson & Crompton, 1988).

La cultura es, por consiguiente, un factor que puede filtrar la percepción del individuo y, en este sentido, se establece que colectivos de individuos pertenecientes a distintos países o regiones, caracterizados, por tanto, por la pertenencia de culturas diferenciadas, puedan disponer de percepciones heterogéneas sobre un mismo destino turístico (San Martín, Rodríguez del Bosque & Vázquez, 2006: 32).

La mayor parte de los trabajos empíricos que han tratado de analizar las diferencias en la imagen percibida de los destinos turísticos en función de la distancia geográfica-cultural se han centrado en el estudio de las zonas geográficas de procedencia de los turistas (Beerli & Martín, 2004b). No obstante, cabe poner de manifiesto que las nacionalidades no deben considerarse como sinónimos de sociedades que desarrollan formas de organización social propias y, por esta razón, el concepto de cultura se aplica estrictamente para hacer referencia más a sociedades que a naciones o países de origen (Beerli & Martín, 2004b).

Acto seguido, son expuestos algunos de los estudios empíricos que justifican que segmentos de individuos con una procedencia geográfica-cultural diferente perciben, también, de forma muy distinta un mismo destino turístico.

En la investigación llevada a cabo por Richardson e Crompton (1988) se demuestra que dos colectivos con diferente procedencia geográfica-cultural, franceses e ingleses, perciben de forma desigual los atributos que poseen al respecto de Estados Unidos y Canadá como destinos vacacionales.

Posteriormente, Chen e Kerstetter (1999) evidencian la presencia de diferencias respecto a la percepción de Pensilvania como destino turístico en diversos factores, como por ejemplo, las infraestructuras turísticas, la atmósfera, los atractivos de la naturaleza o la vida rural, por parte de individuos procedentes de diversas áreas geográficas (África, Canadá, Europa, América Latina o Asia, entre otras) y, por tanto, con creencias y valores especialmente heterogéneos.

Por su parte, MacKay e Fesenmaier (2000) obtienen una composición muy diferente de la imagen de destino turístico en función del grupo cultural analizado. Estos autores destacan que la imagen percibida de Alberta (Canadá) por los individuos procedentes de Taiwán presenta una estructura tridimensional, mientras que la imagen que poseen los estadounidenses tiene una solución bidimensional.

Asimismo, conviene destacar que Hui e Wan (2003) identifican diferencias significativas respecto a la percepción de Singapur por parte de viajeros del norte y

sudeste de Asia, afines culturalmente al destino analizado, y turistas internacionales tales como europeos o americanos, entre otros.

En último lugar, Beerli e Martín (2004b) justifican que alemanes, británicos y nórdicos, entre otros, perciben Lanzarote como destino vacacional de diferente manera como consecuencia, posiblemente, de su procedencia geográfica-cultural distinta. Estos autores demostraron que el desarrollo de los componentes cognitivo y afectivo de la imagen de destino están influenciados por el país de origen del individuo.

Adicionalmente, Beerli e Martín (2004b) adoptan en esta investigación un nuevo enfoque para explorar de un modo más completo la relación entre la procedencia geográfica-cultural de los turistas y la imagen de destino. Más concretamente, utilizan el concepto de “distancia cultural” para explicar cómo la cultura afecta a la percepción de un destino turístico.

Son MacKay e Fesenmaier (1997) quienes introducen el concepto de “distancia cultural” con objeto de explorar el efecto positivo o negativo que pudiera tener la cultura en la formación de la imagen de destino. Estos autores aseveran que cuanto menor es la distancia cultural, más familiar le resulta el destino al individuo, menor es el riesgo percibido y, por tanto, más favorablemente percibe el mismo. Por consiguiente, los individuos con una menor distancia cultural podrían tener un mayor nivel de confianza y una imagen más positiva del lugar antes de visitarlo.

Gallarza, Gil e Calderón (2002) ponen de relieve la importancia de considerar en el estudio de la imagen de destino turístico la “distancia geográfica” entre el lugar de origen del turista y el destino vacacional. Su razonamiento se fundamenta en la consideración de que la imagen de destino es un concepto que posee un marcado carácter dinámico que no depende exclusivamente de la dimensión temporal, sino también de la espacial.

Por su parte, Ahmed (1996) manifiesta que las diferencias regionales entre los individuos implican la presencia de “preferencias, sistemas de valores, normas, actitudes, estados mentales y subculturas muy distintas”, lo cual puede estimular la presencia de percepciones muy heterogéneas de un mismo destino turístico.

En consecuencia, es natural pensar que grupos de individuos pertenecientes a distintos países o regiones, caracterizados, por tanto, por la posesión de culturas diferenciadas, puedan disponer de percepciones heterogéneas sobre un mismo destino turístico (Richardson & Crompton, 1988; Chen & Kerstetter, 1999; MacKay & Fesenmaier, 2000; Hui & Wan, 2003; Beerli & Martín, 2004a, 2004b).

En base a estos argumentos, debe señalarse que existe un número considerable de estudios que justifican la distinta percepción de un mismo lugar en función de la distancia geográfica-cultural de los turistas. Así pues, se formula a continuación la hipótesis principal: “La procedencia geográfica-cultural del individuo tiene una influencia significativa en su imagen percibida del destino turístico”.

Hunt (1975) expone que cuanto más lejano sea el lugar de origen del turista, menos diferenciada resultará su percepción del destino vacacional. Por su parte, Telisman-Kosuta (1994) considera que cuanto mayor sea la distancia entre ambos lugares, mayor será la distorsión de la realidad en la percepción del individuo. Parece demostrarse, pues, que, a medida que la distancia cultural disminuye, el turista tiene una percepción de menor riesgo (Elsrud, 2001) y de mayor familiaridad y atractivo en

relación con el destino (MacKay & Fesenmaier, 1997), Kastenholz (2008) propone que cuanto más estrecha es la distancia cultural más fuerte podría resultar la identificación del individuo con el destino turístico. Por tanto, en circunstancias de reducida/ estrecha distancia cultural los individuos podrían tener una imagen del destino más favorable (San Martín, Rodríguez del Bosque & Vázquez, 2006).

Por lo tanto, si se tiene en cuenta que la cultura es un factor que puede filtrar la percepción de las imágenes por parte de los individuos es oportuno considerar, asimismo, la demostración de MacKay e Fesenmaier (1997), la cual pone de relieve que los individuos con mayor afinidad cultural tendrán una imagen turística más favorable, dado que el destino les resulta más familiar y conlleva menor incertidumbre.

No obstante, como afirma Baloglu (2001), los resultados de los estudios mencionados sugieren que el impacto de la ubicación o distancia geográfica del turista en la imagen de destino no es concluyente. De este modo, varias investigaciones resaltan que las diferencias en la percepción de la imagen asignadas inicialmente a la localización geográfica pueden atribuirse, más bien, al diferente grado de familiaridad que poseen los individuos con el destino turístico (Ahmed, 1991; Fakeye & Crompton, 1991).

### **3. Diseño metodológico de la investigación**

Para dar respuesta a los objetivos propuestos y poder evaluar empíricamente la hipótesis formulada se plantea un proceso metodológico que combina una investigación inicial cualitativa y otra posterior cuantitativa.

La fase cualitativa se apoya en la investigación exploratoria efectuada a través de una exhaustiva revisión bibliográfica y finalmente, mediante la realización de un grupo de discusión con los estudiantes del Master Oficial en Dirección y Planificación del Turismo de la Universidad de A Coruña con la finalidad de conseguir una mayor cantidad de información sobre la problemática de estudio.

Mediante el uso del grupo de discusión se ha tratado de alcanzar una delimitación más precisa del conjunto de atributos de naturaleza cognitiva y afectiva que identifican convenientemente al destino de referencia, también se ha contribuido a la reducción de la lista inicial de ítems, valorando los que más se adecuaban a las características del destino y los que poseían la capacidad de ser evaluados por los individuos retrotrayéndose mentalmente a una etapa previa a su experiencia turística.

Los resultados obtenidos en esta fase se toman como referencia para el planteamiento y diseño de la fase cuantitativa que es desarrollada mediante la aplicación de una encuesta efectuada a los individuos que se encuentran realizando turismo rural en Galicia durante los meses comprendidos entre diciembre de 2008 a marzo de 2009 a partir de un cuestionario autoadministrado estructurado enviado previamente por correo postal a los propietarios de los establecimientos de turismo rural gallegos previamente contactados vía telefónica. Adjunto al cuestionario se incluyó una carta de presentación en la que se informaba a los directores de los establecimientos del objetivo del estudio y del tratamiento de la información. Por otra parte, cada uno de los envíos también se acompañaba de un sobre rotulado y timbrado para devolver el material.

Asimismo, el criterio muestral que se ha establecido viene determinado, en primer lugar, mediante una división del destino por provincias y, en segundo lugar, teniendo en cuenta el tipo de alojamiento y el número de plazas de cada uno de ellos<sup>2</sup>. De esta manera, la selección de la muestra se realizó mediante un método no probabilístico, dado que no existía probabilidad conocida de que cualquier elemento particular de la población fuera elegido (Bello, Vázquez & Trespalcacios, 1996).

También se tuvo en consideración el hecho de que los estudios anteriores sobre la imagen de destino turístico utilizando cuestionario autoadministrado informaban de la obtención de entre el 26 y el 40% de respuestas conseguidas. Así pues, asumiendo una tasa cautelosa de respuestas de alrededor del 20%, se enviaron aproximadamente 2000 cuestionarios entre los establecimientos colaboradores en el estudio para que éstos fueran contestados por los turistas que se encontraban realizando turismo rural en Galicia durante el periodo de duración del trabajo de campo.

En este sentido, indicar que, finalmente, colaboraron en la investigación un total de 154 casas rurales gallegas en base a la distribución siguiente: A Coruña: 47; Lugo: 36; Ourense: 32; Pontevedra: 39. El volumen definitivo de cuestionarios útiles fue de 391 representando el 19,53% de respuesta real, lo que permitió asumir un error muestral  $\pm 5,5\%$  para  $p=q=0,5$  y  $z=2$ .

En el Cuadro 1 se recoge la ficha técnica del proceso metodológico que guía la investigación.

**Cuadro 1 – Ficha técnica del proceso metodológico**

<b>Proceso metodológico de la investigación</b>	
Tipo de encuesta	Encuesta autoadministrada por correo postal
Universo/población	Turistas mayores de 16 años que se encuentran realizando turismo rural en Galicia pernoctando al menos una noche en un establecimiento de turismo rural
Ámbito geográfico	Comunidad Autónoma de Galicia
Marco Muestral	Turistas que se encuentran realizando turismo rural en Galicia pernoctando al menos una noche en un establecimiento de turismo rural (N no determinado, se supone superior a 100.000 unidades)
Tamaño muestral	391 turistas rurales

<sup>2</sup> Para llevar a cabo este proceso se tuvieron en cuenta los informes de la Consellería de Innovación e Industria de la Xunta de Galicia así como la publicación que edita este organismo bajo el título de *Guía de establecimientos de turismo rural*. Además, se revisó también el *Directorio de empresas y actividades turísticas 2007* de la Dirección Xeral de Turismo así como la *Guía de Turismo rural 2008* que publica *Turgalicia* (Sociedade de Imaxe e Promoción turística de Galicia, S.A.).

<b>Proceso metodológico de la investigación</b>	
Procedimiento de muestreo	Muestreo estructural por cuotas de provincia y tipo de establecimiento
Error muestral/nivel de confianza	+/- 5,5% para $p=q=0,5$ y $z=2$
Fecha de trabajo de campo	Entre el 1 de diciembre de 2008 y el 31 de marzo de 2009

A continuación, en el Cuadro 2, se pone de manifiesto el perfil sociodemográfico de de los turistas rurales encuestados.

**Cuadro 2 – Perfil sociodemográfico de la muestra**

<b>Variab</b> les	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Variab</b> les	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Sexo</b>			<b>Edad</b>		
Hombre	184	47,1	Entre 16 y 24 años	30	7,7
Mujer	207	52,9	Entre 25 y 34 años	127	32,5
			Entre 35 y 44 años	154	39,4
			Entre 45 y 54 años	56	14,3
			Entre 55 y 64 años	13	3,3
			65 años o más	0	0
			NS/NC	11	2,8
<b>Nivel de estudios</b>			<b>Ocupación</b>		
Sin estudios	-	-	Trabajador por cuenta propia	83	21,2
Estudios primarios	17	4,3	Trabajador por cuenta ajena	256	65,5
Estudios secundarios	112	28,6	Parado	11	2,8
Estudios universitarios	261	66,8	Jubilado/pensionista	3	0,8
NS/NC	1	0,3	Estudiante	12	3,1
			Tareas del hogar	20	5,1
			NS/NC	6	1,5
<b>Estado civil</b>			<b>Renta familiar mensual<sup>3</sup></b>		
Soltero	135	34,5	Por debajo de la media	35	9

Variables	N	%	Variables	N	%
Casado	185	47,3	Similar a la media	243	62,1
Viviendo en pareja	60	15,3	Por encima de la media	98	25,1
Separado/divorciado	6	1,5	NS/NC	15	3,8
Viudo	2	0,5	CCAA de procedencia <sup>4</sup>		
NS/NC	3	0,8	Andalucía	9	2,3
Densidad del hábitat			Asturias	7	1,8
Rural	87	22,2	Cantabria	15	3,9
Urbano	301	77	Castilla la Mancha y Castilla León	5	1,3
NS/NC	3	0,8	Cataluña	19	4,9
			Galicia	229	59,5
			Madrid	84	21,8
			País Vasco	13	3,4

### 3.1. Diseño del cuestionario y presentación de las escalas de medición de las variables

Con el propósito de caracterizar la naturaleza multidimensional del componente común de la imagen del destino turístico, se realiza su estudio mediante la técnica estructurada, la cual se fundamenta en un listado de atributos fijados previamente por el investigador y sometidos posteriormente a un filtraje a través de la información y las opiniones alcanzadas en la fase cualitativa. Así pues, para evaluar la imagen percibida del destino turístico, se emplearon tres escalas diferentes: cognitiva, afectiva y global:

- Con la finalidad de medir el componente cognitivo de la imagen, se han tomando en cuenta los atributos más frecuentemente reflejados en trabajos previos y en la revisión de otras escalas aplicadas para medir la imagen de destinos turísticos (Gartner, 1989; Fakeye & Crompton, 1991; Gartner & Shen, 1992; Echtner & Ritchie, 1993; Hu & Ritchie, 1993; Stabler, 1990; Baloglu & McCleary, 1999a, 1999b; Chen & Hsu, 2000; Beerli & Martín, 2004a, 2004b). En concreto, se eligieron 20 atributos cognitivos con diferente posición en el continuo funcional-psicológico (Echtner & Ritchie, 1991; Gallarza, Gil

<sup>3</sup> Estimada la media de la renta familiar mensual en 2000 euros en base a los datos obtenidos en el pretest y tras la consulta de la información que, sobre esta variable, proporciona el Instituto Galego de Estadística (IGE).

<sup>4</sup> Se refiere a los turistas rurales que proceden de España. En la muestra definitiva únicamente aparecen seis turistas rurales extranjeros: cuatro turistas procedentes de Portugal y dos de Francia.

& Calderón, 2002). La opinión de que dispone inicialmente el turista de los atributos cognitivos es recogida mediante una escala Likert de 7 posiciones (1= total desacuerdo; 7= total acuerdo).

- La evaluación de los atributos que forman parte del componente afectivo se llevó a cabo empleando una escala bipolar de diferencial semántico de 4 ítems y 7 puntos: aburrido-divertido, estresante-relajante, deprimente-excitante, desagradable-agradable, siguiendo la propuesta de los trabajos empíricos de autores como Russel e Pratt (1980) y utilizados con anterioridad en diversos estudios (Walmsley & Jenkins, 1993; Walsmley & Young, 1998; Baloglu & McCleary, 1999a; Baloglu, 2001; Baloglu y Mangaloglu, 2001; Kim & Richardson, 2003; Beerli & Martín, 2004a, 2004b; Pike & Ryan, 2004).
- La valoración de la imagen global se mide a través de un único ítem preguntando a los encuestados: “En general, ¿qué imagen tiene usted del turismo rural en Galicia?” Para codificar las respuestas, se utilizó una escala Likert de 7 puntos que oscila desde muy negativa (1) hasta muy positiva (7).
- Con respecto a la evaluación de la procedencia geográfica-cultural de los turistas, se utiliza el país o la comunidad de origen de éstos como indicador del origen geográfico-cultural el cual se mide a través de una pregunta relativa al país/ comunidad/provincia de procedencia.

#### **4. Análisis de resultados**

##### **4.1. Medición de la imagen de destino turístico**

Con el objetivo de identificar las dimensiones cognitivas-afectivas de la imagen subyacentes al conjunto de atributos señalados, se procede a la realización de un análisis factorial exploratorio de componentes principales con rotación varimax.

Sobre la base de los resultados expuestos al respecto en el Cuadro 3, cabe destacar varios aspectos de interés. El análisis<sup>5</sup> evidencia una estructura compuesta por seis factores que explican más del 60% de la varianza total acumulada.

---

<sup>5</sup> El valor de la determinante de la matriz de correlaciones finalmente obtenido es un valor próximo a 0 y bastante bajo (3,58E-005) lo cual permite verificar una buena matriz de correlaciones y un buen grado de interrelación entre las 24 variables analizadas. Otro de los indicadores de idoneidad es el Contraste de Esfericidad de Bartlett el cual alcanza también un resultado muy satisfactorio (3902,10) con un nivel de significación asociado (0,000); por su parte, el coeficiente de Kaiser-Meyer-Olkin, se aproxima a 0,9, con lo que continúa verificando que las variables comparten mucha información para ser incluidas en factores comunes. El análisis de fiabilidad a partir del indicador Alfa de Cronbach para cada uno de los factores muestra, asimismo, resultados muy satisfactorios ya que supera, a excepción del Factor 6, el mínimo recomendado de 0,60 para estudios exploratorios.

**Cuadro 3 – Análisis factorial exploratorio de la imagen de destino**

Variables	Factores					
	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	Factor 5	Factor 6
-Es un lugar con alojamientos rústicos de calidad	0,795					
-En general, existe una buena relación calidad/precio	0,782					
-Es un lugar sin contaminación ambiental, limpio y cuidado	0,780					
-Los residentes de las zonas rurales de Galicia son amables y hospitalarios	0,777					
-Es un lugar con buena atención al turista y que cuida la calidad del servicio	0,772					
-Dispone de numerosas atracciones culturales para visitar (museos, monumentos históricos...)		0,791				
-Es un lugar con riqueza histórica y patrimonial		0,789				
-Sus costumbres (artesanía, folclore, etc.) son dignas de conocer		0,782				
-Presenta actividades culturales de mucho interés (festivales, celebraciones populares...)		0,766				
-Es un lugar que posee numerosos edificios y construcciones emblemáticas (iglesias, pazos, torres...)		0,743				
-Ofrece muchas oportunidades para la aventura y el deporte (senderismo, escalada, montañismo...)			0,703			
-Presenta un fácil acceso/transporte desde otras regiones			0,674			
-Su clima resulta agradable			0,646			

Variables	Factores					
	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	Factor 5	Factor 6
-Es un lugar donde existen zonas de recreo y disfrute para los niños			0,644			
-Es un lugar sin demasiados turistas				0,793		
-Es un lugar donde se facilita pasear con tranquilidad por el conjunto natural y/o histórico				0,744		
-Es un lugar seguro para visitar				0,682		
-Es un lugar que posee un ambiente relajado y tranquilo					0,701	
-Dispone de gran belleza paisajística y áreas naturales muy hermosas					0,657	
-Es un lugar donde puede degustarse con calidad gastronomía local rica y variada					0,637	

**Cuadro 3 – Análisis factorial exploratorio de la imagen de destino (cont.)**

-El turismo rural en Galicia es un destino desagradable-agradable							0,676
-El turismo rural en Galicia es un destino deprimente-estimulante							0,654
-El turismo rural en Galicia es un destino estresante-relajante							0,625
-El turismo rural en Galicia es un destino aburrido-divertido							0,574
Número de ítems	5	5	4	3	3		4

Valor Eigen	7,073	2,229	1,663	1,545	1,383	1,146
% Varianza explicada	29,472	9,289	6,927	6,439	5,762	4,775
% Varianza acumulada	29,472	38,761	45,688	52,127	57,789	62,664
Alfa de Cronbach	0,881	0,871	0,707	0,733	0,662	0,530
<p><i>Determinante Matriz Correlaciones= 3,58E-005</i>  <i>Prueba de Esfericidad de Bartlett= 3902,510(gf=276; Sig= 0,000)</i>  <i>Índice KMO= 0,862</i>  <i>Alfa de Cronbach (24 ítems)= 0,885</i></p>						

- F1: Oferta de alojamientos rústicos y entorno socio-económico
- F2: Atractivos histórico-culturales
- F3: Infraestructura general y facilidades turísticas y recreativas
- F4: Atmósfera del destino
- F5: Ambiente social y atractivos naturales y gastronómicos
- F6: Imagen afectiva.

La primera dimensión, con más peso en la estructura factorial examinada, está compuesta por un total de cinco atributos y recibe la etiqueta de “Oferta de alojamientos rústicos y entorno socio-económico”, el Factor 2 reúne cinco ítems y se ha optado por denominarlo como “Atractivos histórico-culturales”; por su parte, a la tercera dimensión subyacente se le puede asignar el nombre de “Infraestructura general y facilidades turísticas y recreativas”; en lo referente al Factor 4, éste se ha catalogado como “Atmósfera del destino”; al Factor 5 se le ha considera adecuado nombrarlo como “Ambiente social y atractivos naturales y gastronómicos”. El sexto y último factor recibe la denominación de “Imagen afectiva” ya que contiene los cuatro atributos que hacen referencia a los sentimientos y emociones que caracterizan al destino.

En base a estos resultados, se identifica, pues, una estructura bidimensional cognitiva-afectiva en el componente común de la imagen. En efecto, la imagen del turismo rural en Galicia está integrada por un conjunto de cinco factores que hacen referencia a las percepciones cognitivas y un factor relacionado con las evaluaciones emocionales o afectivas.

En general, la imagen percibida del turismo rural en Galicia es muy positiva, especialmente en el caso del Factor 5 “Ambiente social y atractivos naturales y gastronómicos” y el Factor 6 “Imagen afectiva”, que son los que obtienen una puntuación más elevada. No obstante, la dimensión menos valorada en base a las puntuaciones otorgadas por los turistas es el Factor 3. “Infraestructura general y facilidades turísticas y recreativas”.

#### **4.2. Análisis del efecto moderador de la procedencia geográfica-cultural del turista en la formación de la imagen de destino turístico**

Con el ánimo de analizar la influencia de la procedencia geográfica-cultural del turista en la imagen del destino se ejecuta un modelo ANOVA. En este caso, se considera especialmente adecuado fraccionar la muestra obtenida en dos grupos teniendo en cuenta distancia cultural respecto al destino turístico: turistas gallegos y turistas de fuera de Galicia (véase Cuadro 4), dado que se supone que éstos pueden disponer de valores y creencias suficientemente heterogéneos.

En relación a la distribución de la procedencia geográfica de los turistas mostrada en el citado cuadro, se aprecia que los turistas gallegos suponen el 58,6% de la muestra, mientras que los de fuera de Galicia representan el 41,4% del conjunto.

**Cuadro 4 – Análisis descriptivo de la procedencia geográfica de los turistas**

<b>Procedencia geográfica de los turistas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Turistas gallegos	229	58,6
Turistas de fuera de Galicia	162	41,4
<b>Total</b>	<b>391</b>	<b>100</b>

Mientras que la variable independiente de los modelos de análisis de la varianza univariante – ANOVA – se distribuye en dos categorías: turistas gallegos y turistas de fuera de Galicia; las variables dependientes son las seis dimensiones de la imagen del destino identificadas previamente.

El modelo de análisis ANOVA, reflejado en el Cuadro 5, permite conocer el efecto de la procedencia geográfica-cultural de los turistas sobre las dimensiones cognitiva, afectiva y global de la imagen de destino turístico, comprobando su significación a través del estadístico F y el nivel crítico asociado, así como a través de los valores medios manifestados por los individuos de la muestra para cada factor de la imagen.

Desde un enfoque estadístico, se desprende que existe una relación importante entre esta variable y la dimensión afectiva de la imagen ( $F=20,081$ ;  $Sig.=0,000$ ). En este caso, la percepción de los turistas de origen gallego (6,25) es más positiva en comparación con la de los viajeros de fuera de Galicia (6,08).

Además, tal y como se observa en el citado Cuadro, la variable relativa a la procedencia geográfica-cultural de los turistas manifiesta, también, una influencia estadísticamente significativa con respecto al factor cognitivo F5: Ambiente social y atractivos naturales y gastronómicos ( $F=7,604$ ;  $Sig.=0,006$ ). En concreto, los turistas de fuera de Galicia otorgan a los atributos que integran este factor (el ambiente relajado y tranquilo del destino, su entorno natural y paisajístico y la riqueza gastronómica) una puntuación media más baja que los turistas gallegos.

**Cuadro 5 – ANOVA según la procedencia geográfica-cultural de los turistas**

	Imagen global		Factores cognitivos de la imagen										Imagen afectiva	
			F1		F2		F3		F4		F5			
			F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.		
<b>Procedencia geográfica-cultural</b>	F	Sig.	0,105	0,746	0,664	0,416	0,508	0,476	1,907	0,168	7,604	0,006	20,081	0,000
	Eta=0,078		Eta=0,016		Eta=0,041		Eta=0,036		Eta=0,070		Eta=0,138		Eta=0,222	
Turistas de origen gallego (N=229)	6,27		5,76		5,79		4,95		6,03		6,42		6,25	
Turistas de fuera de Galicia (N=162)	6,17		5,74		5,73		4,88		5,93		6,25		6,08	

F1: Oferta de alojamientos rústicos y entorno socio-económico

F2: Atractivos histórico-culturales

F3: Infraestructura general y facilidades turísticas y recreativas

F4: Atmósfera del destino

F5: Ambiente social y atractivos naturales y gastronómicos

Sin embargo, conviene puntualizar que esta influencia se reduce exclusivamente a estos dos factores mencionados; no presentando esta variable ningún tipo de efecto directo sobre la percepción de la imagen global del destino ni sobre el resto de dimensiones cognitivas.

En consecuencia, los resultados respaldan, aunque de forma parcial, la hipótesis de partida, referida a que la procedencia geográfica-cultural del turista tiene una influencia significativa en la imagen percibida del destino turístico.

## **Conclusiones**

De la revisión de la literatura se desprende que la naturaleza cognitiva-afectiva de la imagen de destino turístico, los factores que participan en su formación y sus implicaciones en el comportamiento del turista son aspectos de enorme interés académico y profesional, pero que requieren todavía un mayor esfuerzo investigador.

En definitiva, es necesario comprender las imágenes que poseen los turistas, así como el papel de factores internos y externos que influyen en su formación, con el fin de mejorar el atractivo, la competitividad y el posicionamiento de los destinos turísticos en los mercados objetivo. La gestión estratégica de la imagen resulta más adecuada y eficiente una vez que se conocen los atributos que la configuran y la importancia que cada uno de ellos tiene para el turista.

El presente trabajo responde a la necesidad de estudiar en mayor profundidad los factores que influyen en la estructura y la formación de la imagen de destino turístico, así pues, los resultados de la medición de la imagen percibida a priori del destino obtenidos mediante la técnica estructurada, a través de la realización del análisis factorial, revelan una estructura bidimensional cognitiva-afectiva en el componente común de la imagen. En efecto, la imagen del turismo rural en Galicia está integrada por un conjunto de cinco factores que hacen referencia a las percepciones cognitivas y un factor relacionado con las evaluaciones emocionales o afectivas, en concordancia con el examen bibliográfico realizado que revela que la imagen es un constructo de naturaleza multidimensional. Es decir, la coexistencia de las dimensiones cognitiva, afectiva y global permite comprender mejor la representación que tiene el turista de un lugar cuyo significado no se limita sólo a sus propiedades físicas, sino que también incluye los sentimientos de la persona hacia el lugar.

Por tanto, para promocionar eficazmente un destino turístico, no se deben enfatizar exclusivamente los recursos naturales, culturales o humanos del lugar, sino también las emociones o los sentimientos que puede evocar el mismo. Sólo de este modo, el destino podrá posicionarse sólidamente en el conjunto de lugares que considera el turista en su proceso de elección.

En general, la imagen percibida a priori del turismo rural en Galicia para el conjunto de turistas encuestados es muy positiva, especialmente en el caso del Factor 5 “Ambiente social y atractivos naturales y gastronómicos” y el Factor 6 “Imagen afectiva”, que son los que obtienen una puntuación más elevada. No obstante, la dimensión menos valorada en base a las puntuaciones otorgadas por los turistas es el Factor 3 “Infraestructura general y facilidades turísticas y recreativas”.

Por otra parte, es preciso señalar que el modelo de Baloglu e McCleary (1999a) se considera una excelente y completa aproximación al examen del proceso de formación de la imagen de destino. Estos autores desarrollan un modelo que sistematiza las fuerzas y los elementos principales que influyen en la imagen turística, agrupándolos en dos categorías: los factores personales o internos y los factores estímulo o externos.

Los primeros representan las características sociales y psicológicas del consumidor turístico, y, por su parte, los segundos parten de un estímulo externo y están relacionados con la variedad y cantidad de fuentes de información consultadas por los individuos y con la familiaridad o experiencia previa del individuo con un determinado destino.

Teniendo en cuenta esta aproximación, en lo referente a los factores personales, éstos hacen referencia a los motivaciones psicológicas del individuo (Moutinho, 1987; Stabler, 1990; Um, 1993; Baloglu, 1999), así como a las características sociodemográficas y los valores culturales que lo definen e identifican (Woodside & Lysonski, 1989; Um & Crompton, 1990; Stern & Krakover, 1993; MacKay & Fesenmaier, 1997; Baloglu, 2001).

Se ha comprobado en el presente trabajo si una de estas variables internas, la procedencia geográfica-cultural del turista, se erige como importante variable de referencia en la formación de la imagen del destino turístico y cabe indicar que los resultados obtenidos revelan un efecto estadísticamente moderado de este factor.

Existe una relación importante entre la procedencia geográfica-cultural del turista y la dimensión afectiva de la imagen. En este caso, la percepción de los turistas de origen gallego es más positiva en comparación con la de los viajeros de fuera de Galicia. Esta variable manifiesta, también, una influencia estadísticamente significativa con respecto al factor cognitivo F5: Ambiente social y atractivos naturales y gastronómicos. En concreto, los turistas de fuera de Galicia otorgan a los atributos que integran este factor una puntuación media más baja que los turistas gallegos. Sin embargo, conviene puntualizar que esta influencia se reduce exclusivamente a estos dos factores mencionados, no presentando ningún tipo de efecto directo sobre la percepción de la imagen global del destino ni sobre el resto de dimensiones cognitivas.

Tal y como señalan Ashworth e Goodall (1990), la imagen percibida de los destinos varía entre los individuos, ya que en dicha imagen influye cómo perciben los sujetos los mensajes que se les comunica y, lógicamente, las personas muestran sensibilidades distintas a la exposición de la información.

Conviene indicar al respecto que, en la promoción de los destinos turísticos, se deben de considerar los factores personales puesto que se demuestra empíricamente que éstos participan en la formación de la imagen. El heterogéneo procesamiento de la información de los individuos con diferente perfil sociodemográfico y/o cultural, junto con la percepción más positiva de los turistas de aquellos atributos afectivos que coinciden con sus motivos o beneficios buscados en el viaje, justifican la necesidad de segmentar el mercado en un intento por conocer, con mayor exactitud, la imagen que tienen del destino turístico cada uno de los públicos objetivo.

No obstante, la generalización de los resultados debe tomarse con cautela; solamente se permite generalizar los datos obtenidos para la población de la muestra y el lugar en cuestión, puesto que las características particulares del destino analizado así como el período en el que se recoge la información pueden condicionarlos. Sin embargo, cabe

puntualizar que este destino puede resultar representativo de otros destinos de turismo rural, dado que comparten numerosas características, recursos, servicios, etc.

Por otra parte, estudiar las diferencias en las imágenes que poseen los visitantes y los no visitantes de un determinado destino, tiene también una importancia inestimable, ya que permite determinar los atributos más destacados que perciben tanto los consumidores como los no consumidores, independientemente de sus características sociodemográficas, información que resulta esencial en el proceso de planificación estratégica del destino turístico.

## Bibliografía

AHMED, Z. U. (1991), "The influence of the components of a state's tourist image on product positioning strategy", in *Tourism Management*, vol. 12, nº 4, 331-340.

– (1994), "Determinants of the components of a state's tourist image and their marketing implications", in *Journal of Hospitality & Leisure Marketing*, vol. 2, nº 1, 55-69.

– (1996), "The need for the identification of the constituents of a destination's tourism image: a promotion segmentation perspective", in *Journal of Professional Services Marketing*, vol. 14, nº 1, 37-60.

ALHEMOUD, A. M. & ARMSTRONG, E. G. (1996), "Image of tourist attractions in Kuwait", in *Journal of Travel Research*, vol. 34, nº 4, 76-80.

ALONSO, J. & GRANDE, I. (2004), *Comportamiento del consumidor. Decisiones y estrategias de marketing*, 5ª Ed., Madrid, Esic.

ASHWORTH, G. & GOODALL, B. (1990), "Tourist images: marketing considerations", in B. Goodall & G. Ashworth (eds.), *Marketing in the tourism industry: the Promotion of Destination Regions*, London, Routledge, pp. 213-238.

BALOGLU, S. (1997), "The relationship between destination images and sociodemographic and trip characteristics of international travellers", in *Journal of Vacation Marketing*, vol. 3, nº 3, 221-233.

– (1999), "Path analytic model of visitation intention involving information sources, socio-psychological motivations, and destination image", in *Journal of Travel & Tourism Marketing*, vol. 8, nº 3, 81-91.

– (2001), "Image variations of Turkey by familiarity index: informational and experiential dimensions", in *Tourism Management*, vol. 22, 27-133.

BALOGLU, S. & BRINBERG, D. (1997), "Affective images of tourism destinations", in *Journal of Travel Research*, vol. 35, nº 4, 11-15.

BALOGLU, S. & MANGALOGLU, M. (2001), "Tourism destinations images of Turkey, Egypt, Greece, and Italy as perceived by US-based tour operators and travel agents", in *Tourism Management*, vol. 22, 1-9.

BALOGLU, S. & MCCLEARY, K. W. (1999a), "A model of destination image formation", in *Annals of Tourism Research*, vol. 26, nº 4, 868-897.

– (1999b), "Un modelo para la formación de la imagen de un destino", in *Annals of Tourism Research en Español*, vol. 1, nº 2, 325-355.

BEERLI PALACIO, A. & MARTÍN SANTANA, J. (2004a), "Factors influencing destination image", in *Annals of Tourism Research*, vol. 31, nº 3, 657-681.

– (2004b), "Tourists' Characteristic and the Perceived Image of Tourist Destinations: A Quantitative Analysis – A Case Study of Lanzarote, Spain", in *Tourism Management*, vol. 25, nº 5, 623-636.

BELLO ACEBRÓN, L.; VÁZQUEZ CASIELLES, R. & TRESPALACIOS GUTIÉRREZ, J. A. (1996), *Investigación de Mercados y Estrategia de Marketing*, Madrid, Civitas.

BUHALIS, D. (2000), "Marketing the competitive destination of the future", in *Tourism Management*, vol. 21, n° 1, 97-116.

CALANTONE, R. J.; DI BENEDETTO, C. A.; HAKAM, A. & BOJANIC, D. C. (1989), "Multiple multinational tourism positioning using correspondence analysis", in *Journal of Travel Research*, vol. 28, n° 2, 25-32.

CHEN, J. S. & HSU, C. H. C. (2000), "Measurement of Korean tourists' perceived images of overseas destinations", in *Journal of Travel Research*, vol. 38, n° 4, 411-416.

CHEN, J. S. & UYSAL, M. (2002), "Market positioning analysis: a hybrid approach", in *Annals of Tourism Research*, vol. 29, n° 4, 987-1003.

CHEN, P. J. & KERSTETTER, D. L. (1999), "International students' image of rural Pennsylvania as a travel destination", in *Journal of Travel Research*, vol. 37, n° 3, 256-266.

CHON, K-S. (1990), "The role of destination image in tourism: a review and discussion", in *The Tourist Review*, vol. 45, n° 2, 2-9.

COSHALL, J. T. (2000), "Measurement of tourists' images: the repertory grid approach", in *Journal of Travel Research*, vol. 39, n° 1, 85-89.

CROMPTON, J. L. (1979a), "An assessment of the image of Mexico as a vacation destination and the influence of geographical location upon the image", in *Journal of Travel Research*, vol. 18, n° 4, 18-23.

– (1979b), "Motivation for pleasure vacation", in *Annals of Tourism Research*, vol. 6, n° 4, 409-424.

DADGOSTAR, B. & ISOTALO, R. M. (1995), "Content of city destination image for near-home tourists", in *Journal of Hospitality & Leisure Marketing*, vol. 3, n° 2, 25-34.

DANN, G. M. S. (1996), "Tourists' images of a destination – an alternative analysis", in *Journal of Travel & Tourism Marketing*, vol. 5, n° 1-2, 41-55.

ECHTNER, C. M. & RITCHIE, J. R. B. (1991), "The meaning and measurement of destination image", in *The Journal of Tourism Studies*, vol. 2, n° 2, 2-12.

– (1993), "The measurement of destination image: an empirical assessment", in *Journal of Travel Research*, vol. 31, n° 4, 3-13.

ELSRUD, T. (2001), "Risk creation in traveling: backpacker adventure narration", in *Annals of Tourism Research*, vol. 28, n° 3, 597-617.

FAKEYE, P. C. & CROMPTON, J. L. (1991), "Image differences between prospective, first-time and repeat visitors to the Lower Rio Grande Valley", in *Journal of Travel Research*, vol. 30, n° 2, 10-16.

GALLARZA, M. G.; GIL, I. & CALDERÓN, H. (2002), "Imagen de un destino: Hacia un marco conceptual", in *Annals of Tourism Research en Español*, vol. 4, n° 1, 37-62.

GARTNER, W. C. (1986), "Temporal influences on image change", in *Annals of Tourism Research*, vol. 13, n° 4, 635-644.

– (1989), "Tourism image: attribute measurement of state tourism products using multidimensional scaling techniques", in *Journal of Travel Research*, vol. 28, n° 2, 16-20.

– (1993), "Image formation process", in *Journal of Travel & Tourism Marketing*, vol. 2, n° 2-3, 191-215.

GARTNER, W. C. & SHEN, J. (1992), "The impact of Tiananmen Square on China's tourism image", in *Journal of Travel Research*, vol. 30, n° 4, 47-52.

HU, Y. & RITCHIE, J. R. B. (1993), "Measuring destination attractiveness: a contextual approach", in *Journal of Travel Research*, vol. 32, n° 2, 25-34.

HUI, T. K. & WAN, T. W. D. (2003), "Singapore's image as a tourist destination", in *International Journal of Tourism Research, Research Note*, vol. 5, 305-313.

HUNT, J. D. (1975), "Images as a factor in tourism development", in *Journal of Travel Research*, vol. 13, nº 3, 1-7.

ISO-AHOLA, S. E. (1982), "Toward a social psychological theory of tourism motivation: A rejoinder", in *Annals of Tourism Research*, vol. 9, nº 2, 256-262.

KASTENHOLZ, E. (2008), "Cultural proximity as a determinant of destination image? The case of rural tourists in North Portugal", in *Consumer Behaviour in Tourism Symposium*, Bruneck, Italia.

KIM, H. B. & RICHARDSON, S. L. (2003), "Motion picture impacts on destination images", in *Annals of Tourism Research*, vol. 30, nº 1, 216-237.

KOTLER, P.; HAIDER, D. H. & REIN, Y. (1993), *Marketing places: attracting investment, industry, and tourism to cities, states, and nations*, New York, The Free Press.

LEISEN, B. (2001), "Image segmentation: the case of a tourism destination", in *Journal of Services Marketing*, vol. 15, nº 1, 49-66.

MACKAY, K. J. & FESENMAIER, D. R. (1997), "Pictorial element of destination in image formation", in *Annals of Tourism Research*, vol. 24, nº 3, 537-565.

– (2000), "An exploration of cross-cultural destination image assessment", in *Journal of Travel Research*, vol. 38, nº 4, 417-423.

MAYO, E. J. & JARVIS, L. P. (1981), *The psychology of leisure travel*, Boston, CBI Publishing Company.

MIDDLETON, V. T. C. (1994), "Tourist product", in S. Witt & L. Moutinho (eds.), *Tourism marketing and management handbook*, Hempel Hempstead, Prentice-Hall, pp. 573-576.

MILL, R. C. & MORRISON, A. M. (2006), *The tourism system: An introductory text*, Dubuque, Kendall-Hunt Pub.

MILMAN, A. & PIZAM, A. (1995), "The role of awareness and familiarity with a destination: The Central Florida case", in *Journal of Travel Research*, vol. 33, nº 3, 21-27.

MOUTINHO, L. (1987), "Consumer behavior in tourism", in *European Journal of Marketing*, vol. 21, nº 10, 5-44.

PHELPS, A. (1986), "Holiday destination image - the problem of assessment: an example developed in Menorca", in *Tourism Management*, vol. 7, nº 3, 168-180.

PIKE, S. (2002), "Destination Image analysis. A review of 142 papers from 1.973 to 2.000", in *Tourism Management*, vol. 23, 541-559.

PIKE, S. & RYAN, C. (2004), "Destination positioning analysis through a comparison of cognitive, affective, and conative perceptions", in *Journal of Travel Research*, vol. 42, nº 4, 333-342.

PIZAM, A.; NEUMANN, Y. & REICHEL, A. (1978), "Dimensions of tourist satisfaction with a destination area", in *Annals of Tourism Research*, vol. 5, nº 3, 314-322.

RAGHEB, M. G. & BEARD, J. G. (1982), "Measuring leisure attitudes", in *Journal of Leisure Research*, vol. 14, 155-62.

RICHARDSON, S. & CROMPTON, J. L. (1988), "Cultural variations in perceptions of vacation attributes", in *Tourism Management*, vol. 9, nº 2, 128-136.

RUSSELL, J. A. & PRATT, G. (1980), "A description of the affective quality attributed to environments", in *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 38, nº 2, 311-322.

SAN MARTÍN GUTIÉRREZ, H; RODRÍGUEZ DEL BOSQUE, I. & VÁZQUEZ, R. (2006), "Análisis de la imagen en turismo mediante técnicas estructuradas y no estructuradas: Implicaciones competitivas para los destinos turísticos", in *Revista Asturiana de Economía*, vol. 35, 69-91.

SÓNMEZ, S. & SIRAKAYA, E. (2002), “A distorted destination image? The case of Turkey”, in *Journal of Travel Research*, vol. 41, nº 2, 185-196.

STABLER, M. J. (1990), “The image of destination regions: theoretical and empirical aspects”, in B. Goodall & G. Ashworth (eds.), *Marketing in the tourism industry: The promotion of destination regions*, London, Routledge, pp. 133-161.

STERN, E. & KRAKOVER, S. (1993), “The formation of a composite urban image”, in *Geographical Analysis*, vol. 25, nº 2, 130-146.

TELISMAN-KOSUTA, N. (1994), “Tourist destination image”, in S. Witt & L. Moutinho (eds.), *Tourism marketing and management handbook*, Cambridge, Prentice Hall International, pp. 557-561.

UM, S. (1993), “Pleasure Travel Destination Choice”, in M. KHAN, M. OLSEN & T. VAR (eds.), *VNR's Encyclopedia of Hospitality and Tourism*, New York, Wiley, pp. 811-821.

UM, S. & CROMPTON, J. L. (1990), “Attitude determinants in tourism destination choice”, in *Annals of Tourism Research*, vol. 17, nº 3, 432-448.

VALLS, J. F. (1992), *La imagen de marca de los países*, Barcelona, McGraw Hill.

WALMSLEY, D. J. & JENKINS, J. M. (1993), “Appraisive images of tourist areas: application of personal construct”, in *Australian Geographer*, vol. 24, nº 2, 1-13.

WALMSLEY, D. J. & YOUNG, M. (1988), “Evaluative images and tourism: the use of personal constructs to describe the structure of destinations images”, in *Journal of Travel Research*, vol. 36, nº 3, 65-69.

WOODSIDE, A. G. & LYSONSKI, S. (1989), “A general model of traveller destination choice”, in *Journal of Travel Research*, vol. 27, nº 4, 8-14.

## RESUMO/ABSTRACT/RÉSUMÉ

### *O efeito moderador do contexto cultural do turista na percepção da imagem de destino*

A imagem percebida do destino turístico evidencia que, embora a maioria dos recursos turísticos sejam de caráter objetivo, a percepção dos mesmos pode ser heterogénea. O objetivo deste estudo passa por identificar a natureza multidimensional (cognitivo-afetiva) da imagem turística e examinar o protagonismo detido pela procedência geográfico-cultural do turista sobre a percepção do destino. O estudo empírico aplicado ao turismo rural na Galiza permitiu comprovar a existência de uma relação moderada entre ambas as variáveis.

**Palavras-chave:** Imagem turística; Características sociodemográficas; Motivações; Valores culturais.

### *The moderating effect of cultural origin of tourists in the perception of destination image*

The perceived image of tourist destination shows that, although most of the tourist resources are objective, the perception of them may be heterogeneous. The aim of this study is to identify the multidimensional nature (cognitive and affective) of the tourist image and examine the role that becomes the geographical-cultural origin of tourist on destination's perception. The empirical study applied to the rural tourism in Galicia has shown that there is a moderate relationship between both variables.

**Keywords:** Tourist image; Sociodemographic characteristics; Motivation; Cultural values.

***L'effet modérateur de l'origine culturelle des touristes dans la perception de l'image de la destination***

L'image perçue de destination touristique montre que, bien que la plupart des ressources touristiques sont objectifs, la perception d'entre eux peuvent être hétérogènes. Le but de cette étude est d'identifier le caractère multidimensionnel (cognitifs et affectifs) de l'image touristique et d'examiner le rôle qui devient l'origine géographique-culturelle des touristes dans la perception de la destination. L'étude empirique appliquée au tourisme rural en Galicie a montré qu'il existe une relation modérée entre les deux variables.

**Mots-clés:** L'image touristique; Caractéristiques sociodémographiques; Motivation; Valeurs culturelles.



# Novas imagens para velhas cidades? Coimbra, Salamanca e o turismo nas cidades históricas<sup>1</sup>

Carina Sousa Gomes<sup>2</sup>  
*Universidade de Coimbra*

## **Resumo:**

Neste artigo discutem-se as formas de produção e (re)criação dos imaginários turísticos das cidades, atentando nos efeitos do turismo em Coimbra e Salamanca. A análise centra-se nos modos como a cidade é apresentada ao exterior, nas invisibilidades urbanas criadas pelo setor turístico e no caráter circunscrito e seletivo das cidades turísticas. Nesta linha de questionamento, reflete-se acerca da forma como as cidades usam e reatualizam as suas imagens e significados, transformando-os em instrumentos ativos de estratégias de desenvolvimento urbano. Avalia-se o valor turístico do património e discute-se a criação de novas imagens turísticas enformadas pela retórica da criatividade do espaço urbano.

**Palavras-chave:** Património; Promoção turística; Invisibilidades urbanas; Criatividade.

## **Introdução**

É relativamente consensual a ideia de que, globalmente, as sociedades modernas são sociedades em movimento, cada vez mais moldadas por mudanças impressionantes na natureza e na experiência da mobilidade e da viagem. Características da era moderna, a mobilidade foi desenvolvida e as viagens foram submetidas a lógicas organizacionais (Lash e Urry, 1994), representando importantes conquistas do capitalismo ocidental. Nesse quadro, o turismo adquiriu, sob vários ângulos, uma importância crescente.

Em primeiro lugar, as atividades turísticas e de lazer vêm ganhando um valor crescente na vida das populações ocidentais, constituindo dimensões importantes da vida moderna. Segundo, revelando boas perspectivas de expansão futura, o setor alimenta uma série de outras atividades económicas, constituindo um fator importante de

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta da investigação em curso que desenvolvo no âmbito do Programa de Doutoramento em Cidades e Culturas Urbanas, do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que, além da Fundação para a Ciência e Tecnologia, contou com o apoio do Centro de Estudos Ibéricos no âmbito do Protocolo de Atribuição de Bolsas à Investigação 2009.

<sup>2</sup> Investigadora do Núcleo de Cidades, Culturas e Arquitetura do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) e Doutoranda no programa Cidades e Culturas Urbanas, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) (Coimbra, Portugal). *E-mail:* carina@ces.uc.pt

desenvolvimento económico de muitas regiões de destino. Daí que, e em terceiro lugar, os fenómenos do lazer e do turismo se venham revelando decisivos na reorganização dos territórios, nas condições de ordenamento do espaço, nas políticas de planeamento e desenvolvimento, com um especial impacto nos espaços urbanos. Por fim, o turismo conta com a intervenção de um conjunto de atores que organizam o setor e medeiam a relação entre os locais, os turistas e as suas experiências, atuando, fortemente, sobre a dimensão imagética das cidades.

O património urbano foi, desde sempre, um dos recursos mais valiosos para a atração de turistas para as cidades. Não obstante, as estratégias de *marketing* urbano baseadas exclusivamente na história dos lugares parecem estar agora a ser ultrapassadas por novas retóricas de promoção que aliam a diversificação dos lugares visitados a um uso mais criativo do espaço urbano. Não surpreende, por isso, que tantas cidades históricas e monumentais, por toda a Europa, estejam agora a virar-se para a (re)criação de novos imaginários turísticos.

Este artigo debruça-se sobre duas cidades que parecem especialmente reveladoras dessas transformações – Coimbra e Salamanca –, que, ao longo das últimas décadas, estruturam a sua oferta turística em torno da história e da monumentalidade, destacando, em particular, o património universitário. Mas nos dois contextos urbanos são identificáveis, agora, por parte dos promotores oficiais ligados ao poder público local, tentativas de diversificação da oferta turística e de renovação das imagens das cidades, resgatando ou (re)inventando para o universo turístico local novos elementos de atração.

Neste quadro de análise, o turismo pode ser visto como gerador de uma *linha abissal* – no sentido teorizado por B. de Sousa Santos (2009) –, separando a cidade a que dá visibilidade daquela que invisibiliza. À luz desta conceção, confrontam-se as novas imagens das cidades com aquelas que continuam a ser promovidas pelos agentes do setor privado e conclui-se propondo uma *ecologia de saberes* (Santos, 2006a e 2006b) para a incorporação dos diferentes imaginários turísticos das cidades.

## 1. O Turismo Urbano e os Patrimónios das Cidades

A partir da segunda metade do séc. XX, os mercados turísticos segmentaram-se e diversificaram-se. A par do turismo de massas, surgiram diferentes tipos de ofertas, diversificaram-se os públicos e as experiências turísticas. Neste quadro, um tipo singular de turismo foi ganhando uma importância crescente: aquele “que se desenrola em contextos urbanos, particularmente os que registam uma forte incidência de factores arquitectónicos, histórico-arqueológicos e monumentais” (Fortuna, 1999: 48). Se começaram por ficar à margem do turismo massificado, as cidades e os seus centros históricos passaram, depois, a constituir um dos grandes destinos turísticos, gerando interesses por parte de produtores e consumidores (Page, 1995).

Nas grandes cidades europeias e, sobretudo, nas grandes capitais culturais, o turismo foi sempre, na era moderna, um ingrediente importante da economia e do ambiente urbano. A sua importância estratégica viu-se, muitas vezes, acentuada pelas possibilidades de revitalização e de dinamismo social e económico, muitas vezes perdidos na sequência dos processos de desindustrialização. Mas é talvez nas cidades

de pequena e média dimensão, e sobretudo naquelas cujos centros antigos vêm sofrendo alguma desvitalização nas últimas décadas, que o turismo ganha especial apelo no quadro de estratégias de desenvolvimento local. Principalmente em cidades que enfrentam oportunidades económicas limitadas, o turismo vem sendo encarado como uma alternativa de importância significativa, sustentando expectativas de revalorização das economias locais, por via do aproveitamento e da rentabilização dos patrimónios e dos recursos culturais locais.

O fascínio pelas cidades esteve relacionado, sobretudo, com a sua temporalidade. Daí que as cidades históricas e monumentais se tenham tornado uma das principais atrações turísticas a partir dos anos 1980. Tanto pela importância da cultura visual, como pela relevância do fator histórico das cidades, a sua arquitetura histórico-monumental converteu-se no elemento por excelência da identidade local e, também, no recurso que mais interesse e curiosidade suscitou entre os turistas. Trata-se de “patrimónios históricos edificados, mas também patrimónios socioculturais, artísticos, linguísticos e humanos que encontram expressões diversas nas cidades de hoje” (Fortuna, 2006: 3). Dito de outra forma, como fator de atração turística, o património, está tão relacionado com os aspetos físicos, enquanto património material e edificado, como com os aspetos socioculturais dos contextos urbanos, enquanto património imaterial, cultural e simbólico.

Neste processo, o valor de mercado que passou a ser associado às cidades transformou o seu passado num produto do presente. Como refere C. Fortuna (1999: 57) sobre Coimbra e Évora, tudo nas cidades se tornou, por esta via, negociável e mercadorizável: “a ‘indústria’ do turismo objectifica e mercadoriza as cidades e os monumentos, a natureza e as paisagens, os costumes e os sentimentos”. Como também assegura A. Huyssen (2003), pelo menos no que ao contexto europeu diz respeito, o passado e a celebração da memória têm sido valiosos recursos de promoção turística das cidades.

## **2. A Ludificação dos Territórios e os Dois Lados das Cidades**

A consciência de que a história, o património, a arquitetura e as culturas locais se transformaram em produtos turísticos cada vez mais apetecíveis levou a que autoridades e intervenientes locais investissem, progressivamente, na conversão desses elementos em recursos rentabilizáveis pelo turismo. L. V. Baptista e J. J. Pujadas (2000) alertam para o facto de, em contextos deste género, as cidades serem, muitas vezes, submetidas a pressões por parte de operadores públicos e privados, que aspiram a apresentá-las como *cidades hospitaleiras* e abertas ao mundo. Assiste-se, neste quadro, à conceção de *territórios lúdicos*, ou seja, lugares ou cenários que, ou foram pré-definidos para fins lúdicos, ou foram alvo de uma “reavaliação económica que prevê que estes se tornem ludicamente atractivos” (Baptista, 2005: 47).

A *ludificação* dos territórios e o investimento no turismo envolvem, a meu ver, duas dimensões intimamente articuladas: por um lado, a produção e a reordenação físicas do espaço urbano e das atividades que nele se concentram; por outro, a (re) criação de imaginários sobre a cidade e de imagens promocionais. Daqui emergem efeitos de animação e espectacularização das cidades, como produto do trabalho de atores que operam no planeamento urbano, na arquitetura, na decisão política, na

promoção turística e em muitos outros contextos de intervenção no ambiente urbano.

Fruto da importância que as atividades turísticas vêm adquirindo no espaço urbano, os agentes do setor turístico tornam-se cada vez mais influentes na produção desse espaço: de forma indireta, pela influência e pressão que exercem sobre os decisores e os técnicos urbanos; ou, mais diretamente, em virtude do trabalho simbólico que exercem na produção e difusão de sentidos e imagens sobre as cidades.

Do lado do setor privado, os operadores turísticos surgem como a ligação principal entre a oferta e a procura: além de desempenharem um papel importante na constituição de lugares como novos destinos turísticos, os operadores influenciam os padrões de gosto e de preferência dos turistas, publicitando imagens atrativas sobre os lugares (Richards, Goedhart e Herrijers, 2001).

Na medida em que os espaços urbanos não são apenas materiais ou vividos, mas são também objetos de imaginação e de representação, “com os seus espaços de culto, os seus altares e, inversamente, os seus interditos” (Lopes, 2001: 181), o trabalho deste conjunto variado de profissionais passa, necessariamente, pela seleção e visibilização de algumas características e narrativas sobre a cidade e a sua história, o que implica o esquecimento ou desvalorização de outras características e de outras narrativas.

C. Boyer (2000) fala de uma “economia política da *imaginabilidade*”<sup>3</sup> para se referir ao modo como as estratégias e as campanhas de promoção das cidades produzem e difundem imagens dos lugares. Trata-se de uma economia diferenciadora, hierarquizante e segregadora, na medida em que, na sua seletividade mercantilista e publicitária, as imagens, assim como as práticas de produção do espaço urbano, criam uma segmentação material e simbólica entre “espaços figurados” e “espaços desfigurados” da cidade. Os primeiros são espaços de desenvolvimento urbano, cujo planeamento, desenho e arquitetura lhes atribui uma identidade visual forte. Isso torna-os figuráveis, quer pelas imagens publicitárias, quer pela percepção dos sujeitos em geral. Os segundos são espaços abandonados, urbanisticamente decadentes. Albergando os grupos, as atividades e os modos de vida marginais ou destoantes com as lógicas do desenvolvimento socioeconómico dominante, são esquecidos e escondidos pelos processos que ordenam a formação das imagens das cidades.

Esta dualidade permite pensar o turismo como um discurso *abissal*, no sentido que B. S. Santos (2009) lhe atribui<sup>4</sup>: se pensarmos nos efeitos do turismo numa cidade, podemos imaginá-lo como criador de uma fronteira entre a cidade turística (a cidade visível para os turistas) e a cidade real (a cidade vivida, parcialmente invisível para os turistas).<sup>5</sup> Qualquer imaginário turístico envolve aproximações e distâncias à cidade real. Nessas aproximações e distanciamentos surge, ‘deste lado da linha’, a cidade turística: com os seus *altares*, os seus lugares de destaque, a sua história oficial, as suas personagens heroicas,

---

<sup>3</sup> Tradução da expressão original em inglês: *imageability*.

<sup>4</sup> Segundo Santos (2009: 23), existem “linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’”.

<sup>5</sup> Para uma discussão mais profunda sobre os efeitos do turismo à luz do modelo teórico do *pensamento abissal*, de Boaventura de Sousa Santos, ver Gomes (2011), onde discuto, apenas para a cidade de Coimbra, e numa versão de trabalho ainda em progresso, alternativas para a reduzida *cidade turística* e as possibilidades e potencialidades de uma *ecologia de saberes*. São temas que, aqui, abordo apenas lateralmente, de forma a discutir o valor turístico do património na renovação das imagens das cidades.

os seus valores tradicionais, arquitetónicos e monumentais. É a cidade apresentada como autêntica, aquela que tem valor turístico, que é mais vendável e apelativa para o mercado.

‘Do outro lado da linha’, pelo contrário, esconde-se a cidade que não é vista como suficientemente atrativa para ser mercantilizada. Escondem-se versões alternativas da história e da cultura da cidade, os elementos invisibilizados, afastados para a posição de *interditos* ou de esquecimentos.

A fronteira entre estes dois lados é, em primeiro lugar, simbólica, na medida em que está enraizada nos instrumentos de promoção que difundem as imagens turísticas da cidade, aquelas que a identificam e qualificam como um destino nos mercados do turismo. Os postais, os roteiros para visitantes e os guias turísticos, por exemplo, são elaborados de forma a mostrarem certas fotografias da cidade e não outras, a contarem partes selecionadas da história do lugar, a revelarem determinadas palavras e não outras, a sugerirem algumas experiências urbanas possíveis entre muitas outras. Na sua análise do *Guia Azul*, R. Barthes (1957) já alertava para o cariz seletivo dos guias. O mesmo pode dizer-se dos outros tipos de materiais de promoção turística: eles não dizem propriamente o que é a cidade, antes apresentam uma cidade, ou várias cidades, idealizada(s) a partir das suas imagens mais atrativas.

Em segundo lugar, trata-se, aqui, de uma fronteira física. E. B. Henriques (1996), referindo-se a Lisboa, chamou precisamente a atenção para o facto de nem todas as áreas da cidade participarem com a mesma intensidade e o mesmo estatuto na formação de uma imagem turística urbana. É um facto que os circuitos turísticos organizados revelam determinadas partes do lugar e afastam os turistas de outras zonas da cidade, evitando alguns lugares para chegar aos pontos turísticos.

Trata-se, por fim, de uma divisão que é também política, porque é nas zonas mais *turistificadas* da cidade que se concentram a atenção e os investimentos políticos. As hierarquias simbólicas e materiais acabam por organizar, também, os discursos e as estratégias políticas para as cidades, e estas traduzem-se em abordagens distintas por parte de planeadores e decisores políticos.

Estas fronteiras não são, no entanto, definitivas ou irreversíveis. Pelo contrário, estão constantemente em transformação, refazendo-se à medida que também as preferências turísticas se vão alterando. Esta parece ser, aliás, uma das características marcantes do turismo moderno – a volatilidade das ofertas e dos gostos turísticos.

Hoje, os turistas vão reinventando a própria experiência turística: já não estão apenas interessados nas atrações turísticas mais centradas na apropriação visual, mas pretendem agora ouvir e cheirar, sentir os sabores e os toques da cultura. O *olhar turístico*, a que se refere J. Urry (1990) como um passatempo predominantemente recetivo, deixa de ser suficiente para a satisfação do turista. Esta atitude está a ser substituída por uma posição reflexiva, em que o turista é, ao mesmo tempo, a fonte e o objeto de contemplação, o consumidor e o produtor, a audiência e o executante<sup>6</sup>.

Ao longo das últimas décadas, o património tem representado um dos mais importantes recursos para atrair turistas. No entanto, tal opção estruturada unicamente em torno

---

<sup>6</sup> Esta nova noção da experiência turística necessita, naturalmente, de ser relativizada, na medida em que a diferentes segmentos de turistas corresponderão, certamente, diferentes tipos de experiências turísticas. Ainda assim, do lado da estruturação e da organização da oferta turística, esta é uma tendência que merece atenção.

da história dos territórios parece ter sido ultrapassada por novas retóricas, valorizadas através de estratégias de *marketing* urbano cada vez mais agressivas. É neste contexto que podemos afirmar que, no que ao turismo diz respeito, mais do que numa economia de serviços, nos encontramos hoje numa *economia de experiências* (Richards, 2001:57).

É justamente neste sentido que apontam as novas propostas turísticas baseadas na retórica da criatividade do espaço urbano, que apelam à incorporação de experiências passíveis de proporcionar aos turistas mais do que um mero *olhar turístico* passivo. Traduzindo para a esfera turística a linguagem e as categorias que enformam o discurso em torno da vitalidade da economia criativa, esta retórica enfatiza a necessidade de promover a oferta de oportunidades para que os turistas possam desenvolver o seu potencial criativo, através do comprometimento e da participação ativa nos modos de vida e nas experiências típicas dos locais visitados (Richards e Raymond, 2000).

Muito embora se trate, aqui, de procuras que correspondem a perfis muito específicos de turistas, juntamente com outras procuras igualmente especializadas e orientadas (para o património histórico, as cenas artísticas, o tom étnico dos lugares, a gastronomia local, etc.), elas compõem um conjunto de segmentos que se apresentam como alvos preferenciais dos promotores do turismo urbano, até por corresponderem, em regra, às categorias de turistas mais abastados e com maior capacidade de consumo. Nesta perspetiva, o turismo criativo parece ser, apenas, mais uma nova versão das muitas em que a associação entre turismo e cultura se vai desdobrando. Para a elaboração dessa nova versão, consultores, promotores turísticos, planeadores e *marketeers* vão procurando reinventar diferenças competitivas para as cidades e essa reinvenção acaba por alterar as fronteiras entre a cidade turística e a cidade real, entre “espaços figurados” e “espaços desfigurados” da cidade. Na tentativa de reposicionarem as cidades nos mercados turísticos, muitos desses profissionais reequacionam agora o valor histórico e patrimonial das cidades e avaliam outras possibilidades de investimento simbólico.

### **3. O Valor do Património e as Novas Imagens Turísticas das Cidades**

Os casos de Coimbra, em Portugal, e Salamanca, em Espanha, parecem apontar para estas mudanças estratégicas na forma de promover imagens turísticas das cidades. A importância do turismo é especialmente reveladora no caso espanhol, na medida em que o país é, desde 2001, o segundo destino turístico a nível mundial e, desde 2004, o segundo país que mais receitas gera através das atividades do turismo internacional. Mas também em Portugal é bem conhecido o relevo económico e sócio-cultural da atividade turística e o papel estratégico que lhe vem sendo atribuído nas estratégias e nas políticas para o desenvolvimento dos territórios. O que liga os dois países não é apenas a importância que, na sua história recente, o turismo foi adquirindo, nem as semelhanças entre os respetivos perfis e posições no mercado turístico internacional; são também, de resto, os fluxos de turistas que se movimentam entre ambos, a circulação e a mimetização de modelos de desenvolvimento turístico no interior da Península e, no que ao turismo cultural e urbano diz respeito, a competição entre cidades ibéricas pela captação das procuras turísticas ibéricas e internacionais.

Coimbra e Salamanca são duas cidades dotadas de longa história e tradição universitária: ambas nasceram com a edificação de lugarejos primitivos nas colinas sobre os respetivos rios Mondego e Tormes. Foram ocupadas por romanos, visigodos e muçulmanos, antes de serem reconquistadas pelos cristãos. Um marco importante das suas histórias teve lugar no séc. XIII, em 1218 em Salamanca e, em 1290, em Coimbra: a criação dos Estudos Gerais que dariam origem, posteriormente, às Universidades de Salamanca e de Coimbra. As duas instituições constituíram, desde muito cedo, centros de atração de milhares de estudantes originários de diversos lugares do mundo. Ambas contribuíram, também, para a consolidação e difusão das línguas portuguesa e espanhola, transformando-se em importantes centros europeus para a inovação e produção de conhecimento.

Durante as últimas três ou quatro décadas, a oferta turística promovida em Coimbra e Salamanca, estruturada em torno da história destas cidades, com destaque para as suas componentes monumentais e enaltecida pela importância das instituições universitárias – tanto pela dimensão histórico-monumental, como pela trajetória cultural rica das duas universidades – parece ter sido uma fórmula de sucesso. Assim indicam alguns dados<sup>7</sup> sobre as experiências e as preferências de turistas e visitantes<sup>8</sup> nestas cidades.

Entre eles, o conhecimento prévio de Salamanca parece dever-se, sobretudo, à universidade e ao conjunto monumental da cidade<sup>9</sup>. O título de Salamanca como cidade património mundial, embora com níveis de conhecimentos mais modestos, parece ser, também, um importante fator de conhecimento prévio da cidade<sup>10</sup>. Por outro lado, em Coimbra, a Universidade e o seu conjunto monumental, bem como o parque temático Portugal dos Pequenitos surgem como os locais que a maior parte dos turistas já conhecia<sup>11</sup>. Estes constituem, igualmente, o conjunto dos locais mais visitados em cada uma das cidades<sup>12</sup>, enformando uma experiência turística bastante centrada nos aspetos histórico-monumentais das cidades, com especial presença dos que estão relacionados com as duas universidades.

É, talvez, pela consciência desta excessiva concentração da presença turística num número limitado de atrações monumentais que os promotores turísticos oficiais nas

---

<sup>7</sup> Os dados de caracterização geral que apresento de seguida para a caracterização das experiências turísticas em Coimbra são provenientes de um estudo recente (Fortuna, 2009) intitulado “Fluxos Turísticos no Centro Histórico de Coimbra”, desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pelo Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas. Os dados sobre Salamanca foram retirados da publicação anual da empresa Turismo y Comunicación de Salamanca, S.A.U. (2009) sobre a evolução, os perfis e os comportamentos dos turistas em 2008.

<sup>8</sup> Vale a pena referir que, em termos gerais, os perfis sociodemográficos dos turistas das duas cidades são bastante semelhantes, apontando, principalmente, para jovens até 30 anos (com uma parcela também significativa dos que têm entre 30 e 40 anos), com elevados níveis de escolaridade, trabalhando em profissões intelectuais, científicas ou técnicas.

<sup>9</sup> Segundo o inquérito mais recente aos turistas (Turismo y Comunicación de Salamanca, S.A.U., 2009), 95,4% entre os turistas espanhóis e 80,8% entre os estrangeiros conheciam já a Universidade, enquanto 73% entre os primeiros e 70,3% entre os segundos conheciam alguns monumentos da cidade, como as Catedrais Nova e Velha.

<sup>10</sup> De acordo com os mesmos dados, 62,3% entre os espanhóis e 45,1% entre os estrangeiros declararam conhecer este título já antes da visita à cidade.

<sup>11</sup> 61,1% dos turistas já conheciam a Universidade, percentagem à qual se somam 37,6% que afirmaram já conhecer a Biblioteca Joanina e 17,7% a Sala dos Atos, ambos pertencentes ao conjunto monumental da Universidade. O Portugal dos Pequenitos era já conhecido por 62,4% dos turistas.

<sup>12</sup> Especificamente, a Plaza Mayor, as Catedrais Nova e Velha, a Casa das Conchas, a Universidade e o Pátio das Escolas Menores, e a Ponte Romana, em Salamanca; a Universidade, a Biblioteca Joanina, a Sé Velha, a Igreja de Santa Cruz e o Arco de Almedina, em Coimbra.

duas cidades<sup>13</sup> estão, agora, a investir na diversificação da oferta existente, avançando para a promoção de novas experiências que não se limitem à tradicional contemplação do património monumental.

No portal oficial de promoção turística de Salamanca, pode ler-se que a cidade, além de se dedicar ao ensino da língua espanhola, está a voltar-se para o cinema, porque “Salamanca es un escenario perfecto para el desarrollo de rodajes”. É igualmente uma cidade ideal para a realização de congressos, sendo “by far the best choice” (Turismo y Comunicación de Salamanca, 2006). Aqui, os turistas podem, ainda, diversificar a sua estadia com um jogo de golfe porque:

“La ciudad ha ido ampliando su oferta sin renunciar ni a su encanto ni a la riqueza que le hicieron merecedora de esos títulos. El turismo familiar, cultural, idiomático, gastronómico o de congresos son parte de los mercados a los que la ciudad se ha ido abriendo en los últimos años. Convertir a Salamanca en destino preferente del turismo de golf es el nuevo reto de la ciudad” (Turismo y Comunicación de Salamanca, 2006).

Todas estas novas apostas da cidade têm subjacentes, de acordo com os promotores oficiais, preocupações ambientais, pelo que turistas e visitantes têm, ainda, à sua disposição um manual de boas práticas para usar a cidade “ya que nuestras acciones repercuten negativamente sobre el medio ambiente del destino a visitar” (Turismo y Comunicación de Salamanca, 2006).

Em Coimbra, por sua vez, segundo o portal de promoção oficial da cidade, os turistas podem agora optar por um turismo de natureza, com visitas guiadas pela Mata Nacional do Choupal, com passeios de barco pelo Rio Mondego ou com percursos que “dão a conhecer o valioso património natural de Coimbra, constituído por um conjunto de locais diversificados sob o ponto de vista ecológico e paisagístico” (Turismo de Coimbra, 2008). Além disso, é também possível experimentar os novos percursos religiosos pela cidade: explorando a vida e obra da Irmã Lúcia, conhecendo os valores culturais e patrimoniais relacionados com a Rainha Santa Isabel, ou dedicando-se a conhecer a vida de Santo António. Por fim, para além de poderem “Passear na História” da cidade, os turistas podem escolher “Passear na Literatura” com um roteiro torquiano, ou conhecer a “Coimbra Contemporânea”, visitando “os mais inovadores e contemporâneos edifícios da cidade, com destaque para obras de autores de reconhecido mérito nacional e internacional” (Turismo de Coimbra, 2008).

Os dois casos envolvem a criação de novas imagens turísticas que usam mais do que o património monumental e universitário para se promoverem. Disso são exemplo estas novas ofertas disponíveis para fruição turística nas duas cidades. Neste processo, vão incorporando algumas das fórmulas presentes na retórica do turismo criativo, não

---

<sup>13</sup> Refiro-me, no caso de Coimbra, à Turismo de Coimbra, Empresa Municipal e, no caso de Salamanca, à Turismo y Comunicación de Salamanca, S.A.U. Trata-se das duas instituições de promoção turística diretamente ligadas ao poder público local. As informações que apresento de seguida dizem respeito aos elementos promovidos nos portais eletrónicos oficiais destas duas empresas: <http://www.turismodecoimbra.pt/> e <http://www.salamanca.es>.

só através da diversificação e integração de outras atrações turísticas distintas, como também da abertura a novas formas de turismo participativo e de experiências.

Não significa isto que o património das cidades não continue a ser responsável pela atração de muitos turistas. Mas, segundo os desafios lançados pelas agendas do turismo criativo, esses patrimónios podem ser enriquecidos, inovando a experiência de quem visita as cidades. Esta nova leitura do turismo provoca, assim, um reequacionamento do valor das narrativas históricas locais para a promoção de agendas turísticas eficazes para as cidades. Parece que, nos dias de hoje, se as cidades não atualizarem as suas estratégias turísticas estão, constantemente, em risco de esgotarem o seu potencial de atração. E parece evidente que as fórmulas de sucesso prometidas pela retórica do turismo criativo, eficazes ou não, estão a alimentar, cada vez mais, o trabalho dos promotores oficiais das cidades.

#### **4. Os Imaginários Turísticos de Coimbra e Salamanca**

Que tradução encontra este trabalho de renovação das imagens turísticas das cidades na promoção que é feita pelos agentes do setor privado? Por outras palavras, será que estas novas imagens de Coimbra e Salamanca, (re)criadas pelos promotores públicos locais, estão a ser incorporadas nos discursos de promoção dos operadores turísticos do setor privado?

Em jeito de resposta a esta interrogação, vale a pena olhar, primeiro, para um *lugar* peculiar de construção de narrativas urbanas (Barreira, 2005) – os guias turísticos, que apresentam a cidade através da recomendação de visita a determinados locais, garantindo que se evitam desvios ao modo planeado de conhecê-la.

No *Guia American Express*<sup>14</sup> de Portugal (McDonald, 2007), Coimbra continua a ser “a velha cidade universitária” que merece ser explorada e constitui um bom ponto de ligação para outros locais nas Beiras. O que aqui se destaca é o berço de seis reis de Portugal, o título de capital até 1256 e a sede da mais antiga universidade do país.

A descrição da cidade destaca a entrada para a cidade velha, as repúblicas e as duas catedrais que se erguem na sombra da Universidade. Do outro lado do Mondego merecem destaque os aspetos lendários: Santa Isabel e Inês de Castro. À parte desta exposição, faz-se o desafio “À Descoberta de Coimbra”, rubrica que chama a atenção para o afeto que os habitantes de Coimbra nutrem pelo Mondego, o “rio dos poetas”, e apresenta breves explicações sobre oito monumentos da cidade. A Universidade merece uma nota especial acerca da sua história e da sua relação com as tradições estudantis.

Por seu turno, na versão espanhola deste guia, começa-se por afirmar, no capítulo respeitante a Castela e Leão, que no “coração da monumental cidade de Salamanca fica a mais antiga universidade da Península” (Inman, 2009: 347). De acordo com o texto deste guia, “a grande cidade universitária de Salamanca tem o melhor conjunto espanhol de arquitectura renascentista e plateresca” (Inman, 2009: 358). Na descrição do espaço urbano destaca-se o facto de todas as atrações turísticas estarem presentes numa zona suficientemente compacta para se visitar a pé. Apesar da descrição de

---

<sup>14</sup> No âmbito da minha investigação de doutoramento, estou a proceder à análise de diversos guias turísticos portugueses, espanhóis e de outras nacionalidades mas, a título exemplificativo, para este texto, parece-me adequado analisar as narrativas do *Guia American Express*, por ser um dos que têm maior circulação a nível internacional.

onze monumentos, o guia refere que “a visita à universidade, à Plaza Mayor e às duas catedrais é indispensável” (Inman, 2009: 360). São, de resto, estes três elementos os únicos a merecer o título de *atrações*.

Vale a pena olhar, em segundo lugar, para as imagens das cidades que são promovidas, no quadro da atividade turística, por um conjunto de operadores privados que atuam nos mercados nacionais e internacionais, porque é, também, e talvez sobretudo, aí que se podem, efetivamente, encontrar as imagens que identificam e qualificam as cidades como um destino nos mercados turísticos<sup>15</sup>.

Nos textos destes programas turísticos, Coimbra é apresentada, principalmente, como uma *cidade universitária*. Nesses materiais pode ler-se que não se trata de uma cidade com uma infraestrutura educativa comum a inúmeras outras cidades, mas sim de uma *ilustre cidade universitária*. Interessante, também, é a referência frequente ao facto de a Universidade estar ainda em funcionamento, invocando uma imagem de património vivo.

Salamanca, por sua vez, surge nestes programas como uma das primeiras cidades universitárias da Europa. É apresentada como uma *cidade histórica e monumental*. É o seu centro histórico que merece destaque pela arquitetura barroca e plateresca, de que a Plaza Mayor é um exemplar interessante.

Podem depreender-se desta breve análise que, em qualquer um dos casos, seja nos guias turísticos, seja nos textos dos programas turísticos, as duas cidades parecem permanecer, simplesmente, cidades históricas e universitárias, não havendo qualquer referência explícita às novas imagens em que os promotores públicos locais estão a investir.

### Considerações Finais

Qualquer imaginário turístico envolve aproximações e distanciamentos em relação à cidade real. Assim sendo, nem as imagens publicitadas pelos promotores locais, nem as difundidas pelos operadores turísticos têm uma correspondência absoluta com as cidades reais, que serão tantas quantos os seus habitantes e utilizadores em geral. Ainda assim, parecem existir algumas descoincidências interessantes entre estes vários imaginários.

Em primeiro lugar, parece haver um desfasamento entre as imagens promovidas pelos agentes oficiais – imagens renovadas e, portanto, mais dinâmicas – e aquelas divulgadas por guias e programas turísticos – imagens tradicionais, logo mais estáticas, que continuam a dar um relevo especial à universidade e à história das cidades. Este desfasamento parece confirmar que, de facto, as cidades vivem hoje pressões competitivas fortíssimas e que, nesse quadro, ao turismo – uma das grandes indústrias do séc. XXI, como frequentemente os discursos político e técnico o qualificam – é atribuído um potencial regenerador para as suas economias e tecidos socioculturais. Nessa medida, os promotores oficiais das cidades não podem correr o risco de standardização ou

---

<sup>15</sup> Esta análise baseia-se num conjunto de programas, organizados por operadores turísticos de vários países, que incluem Coimbra e Salamanca, seja como ponto de passagem num circuito mais amplo, seja nos seus guias turísticos ou informativos, seja, ainda, em programas direcionados especificamente para uma destas cidades. A recolha destes programas teve início apenas para a cidade de Coimbra, no âmbito da minha dissertação de mestrado, para a qual reuni 150 textos, e está agora em desenvolvimento na minha investigação de doutoramento, contemplando as cidades de Braga, Coimbra, Évora, Santiago de Compostela, Salamanca e Cáceres. Esta segunda recolha conta já com cerca de 100 textos. Uma descrição detalhada destes programas para Coimbra pode encontrar-se em Gomes (2008).

esgotamento do apelo turístico local, pelo que a retórica da criatividade entra nas agendas de promoção – em Coimbra e em Salamanca substituindo o *olhar passivo* dos monumentos e a contemplação da universidade pelo contacto com a natureza, a prática de desportos ou a descoberta de elementos religiosos.

Em segundo lugar, a admitir este desfasamento, ele parece fazer com que ‘o outro lado da linha’ da cidade turística que é promovida pelos operadores privados seja mais vasto que o da cidade turística que é agora promovida pelos agentes oficiais. O mesmo é dizer que, através da integração de novos elementos para fruição turística, a cidade turística, aquela que é visível a turistas e visitantes, foi ampliada e enriquecida. Para ‘este lado da linha’, por um lado, transitaram elementos que antes estavam ‘do outro lado da linha’ – exemplo disso são os elementos literários e religiosos, em Coimbra, e o ensino da língua espanhola, em Salamanca; e, por outro, foram criados novos elementos que passam, agora, a constituir os novos imaginários turísticos das cidades – como o golfe e os congressos, em Salamanca, ou as rotas pela natureza, em Coimbra.

A questão que aqui se coloca é a do poder do turismo na ressignificação dos lugares, na medida em que, atuando sobre a história e a memória da cidade, as ausências e as emergências geradas pela *linha abissal* do turismo ressignificam a identidade da cidade.

A incorporação de outros discursos no imaginário turístico, através de uma *ecologia de saberes* (Santos, 2006a e 2006b) – pela qual podem *emergir* alternativas ao discurso dominante – constitui a possibilidade de reduzir o caráter circunscrito e seletivo da cidade turística. Uma *ecologia de saberes* permitiria o surgimento de diversas versões da cidade *histórica, universitária, e monumental* e de muitas outras versões da cidade.

Pela incorporação de outros elementos plurais das histórias, das culturas e das tradições urbanas, mas também pela inclusão material de espaços urbanos diversificados, é possível imaginar uma cidade turística mais plural e diversa com a qual os habitantes da cidade desenvolvam um sentido de identificação mais forte. Mas uma *ecologia de saberes* no quadro do turismo teria uma importância equivalente no plano político, pois pela incorporação de novos lugares turísticos, o terreno dos investimentos económicos e financeiros por parte do poder local seria, igualmente, alargado – pelo alargamento simbólico e material da *cidade turística*.

Mesmo da ótica do mercado do turismo, uma *ecologia de saberes* resultaria em efeitos positivos, na medida em que as preferências dos turistas e a lógica do setor não são imutáveis. Porque uma experiência turística rapidamente perde o interesse e é substituída por outra, a incorporação sucessiva de novos lugares, novos elementos e novas atrações é condição de sucesso para uma cidade que queira assumir-se como turística.

### Referências bibliográficas

BAPTISTA, Luís Vicente (2005), “Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida”, in *Fórum Sociológico*, n.º 13/14 (2ª série), 47-58.

BAPTISTA, Luís Vicente & PUJADAS, Joan (2000), “Confronto e entreposição: os efeitos da metropolização na vida das cidades”, in *Fórum Sociológico*, N.º 3/4 (IIª série), 293-308.

BARREIRA, Irllys (2005), “Os guias turísticos em Berlim”, in *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, Vol. 17, n.º 1, 299-320.

- BARTHES, Roland (1957), “O Guia Azul”, in Roland Barthes, *Mitologias*, Lisboa, Edições 70.
- BOYER, M. Christine (2000), “Cities for Sale: Merchandising History at South Street Seaport”, in Michael Sorkin [ed.], *Variations on a Theme Park. The New American City and the End of Public Space*, New York, Hill and Wang, pp. 181-204.
- FORTUNA, Carlos (1999), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*, Oeiras, Celta Editora.
- (2006), “Centros históricos e patrimónios culturais urbanos. Uma avaliação e duas propostas para Coimbra”, in *Oficina do CES*, n.º 254.
- FORTUNA, Carlos (coord.) (2009), *Fluxos Turísticos no Centro Histórico de Coimbra*, Relatório de Investigação, Coimbra, CES.
- GOMES, Carina Sousa (2008), “Imagens e narrativas da Coimbra turística: Entre a cidade real e a cidade (re)imaginada”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 83, 55-78.
- (2011), “A cidade, o turismo e a (re)invenção dos lugares: Ausências e emergências nos imaginários turísticos urbanos”, in *Oficina do CES*, n.º 366.
- HENRIQUES, Eduardo Brito (1996), *Lisboa turística: Entre o imaginário e a cidade*, Lisboa, Edições Colibri.
- HUYSSSEN, Andreas (2003), *Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory*, Stanford, Stanford University Press.
- INMAN, Nick (2009) (ed.), *Guia American Express: Espanha*, Londres, Dorling Kindersley Limited.
- LASH, Scott & URRY, John (1994), *Economies of Signs & Space*, London, Sage Publications.
- LOPES, João Teixeira (2001), “Identidades, Estilos, Repertórios Culturais. Um certo ponto de vista sobre a cidade”, in Magda Pinheiro, Luís Vicente Baptista e Maria João Vaz (ed.), *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*, Oeiras, Celta Editora, pp. 181-194.
- MCDONALD, Ferdie (2007) (ed.), *Guia American Express: Portugal*, Londres, Dorling Kindersley Limited.
- PAGE, Stephen (1995), *Urban Tourism*, London, Routledge.
- RICHARDS, Greg (2001), “The experience industry and the creation of attractions”, in Greg Richards (ed.), *Cultural attractions and European Tourism*, New York, CABI Publishing, pp. 55-69.
- RICHARDS, Greg; GOEDHART, Saskia & HERRIJGERS, Carla (2001), “The Cultural Attraction Distribution System”, in Greg Richards (ed.), *Cultural attractions and European Tourism*, New York, CABI Publishing, pp. 55-69.
- RICHARDS, Greg & RAYMOND, Crispin (2000), “Creative Tourism”, in *ATLAS News*, n.º 23, 16-20.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006a), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, in Boaventura de Sousa Santos, *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 87-125.
- (2006b), “A ecologia de saberes”, in Boaventura de Sousa Santos, *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 127-153.
- (2009), “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (ed.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 23-71.
- TURISMO DE COIMBRA (2008), “Onde ir” e “O que fazer”, [Consult. a 21 de junho de 2011]. Disponível em: <http://www.turismodecoimbra.pt/>.

TURISMO Y COMUNICACIÓN DE SALAMANCA (2006), *La ciudad*, [Consult. a 21 de junho de 2011]. Disponível em: <http://www.salamanca.es>.

URRY, John (1990), *The Tourist Gaze: Leisure and travel in contemporary societies*, London, Sage Publications.

## ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

### *New images for old cities? Coimbra, Salamanca and tourism in historic cities*

This paper discusses the production and re-creation of cities' tourist imageries, noting the effects of tourism in Coimbra and Salamanca. The analysis focuses firstly on the ways cities are presented to the external gaze; secondly, on the urban invisibilities created by tourism activities; and thirdly on the circumscribed and selective nature of tourist cities. Drawing on this line of questioning, the paper pertains to the manner cities use and rebuild their images and significations, rendering them active instruments of urban development strategies. Finally, it assesses the value of heritage for tourist promotion and discusses the creation of new tourist images shaped by the rhetoric of the creativity of the urban space.

**Keywords:** Heritage; Tourist promotion; Urban invisibilities; Creativity.

### *De nouvelles images pour les vieilles villes? Coimbra, Salamanque et le tourisme dans les villes historiques*

Cet article discute les formes de production et de récréation des imaginaires touristiques des cités, portant une particulière attention aux effets du tourisme à Coimbra et à Salamanca. L'analyse se centre sur les modes de présentation des grandes villes, sur les invisibilités créés par le secteur touristique et sur le caractère circonscrits et sélectifs des grandes villes touristiques. Partant de cette ligne de questionnement, l'article discute la façon dont les grandes villes utilisent et réactualisent leurs images et significations, les transformant en instruments actifs de leurs stratégies de développement urbain. Finalement, l'article évalue la valeur touristique du patrimoine et discute la création de nouvelles images touristiques à partir de la rhétorique de la créativité de l'espace urbain.

**Mots-clés:** Patrimoine; Promotion touristique; Invisibilités urbaine; Créativité.

### *¿Nuevas imágenes para viejas ciudades? Coimbra, Salamanca y el turismo en las ciudades históricas*

En este artículo se discuten las formas de producción y de (re)creación de las imágenes turísticas de las ciudades, observando los efectos del turismo en Coimbra y Salamanca. El análisis se centra en las formas a partir de las cuales las ciudades son presentadas al exterior, en las invisibilidades creadas por el turismo urbano, y en la naturaleza limitada y selectiva que define las ciudades turísticas. Según esta línea de reflexión, se cuestionan las maneras a través de las cuales las ciudades hacen uso de sus imágenes y significados, re-actualizándolos y transformándolos en instrumentos activos de sus estrategias de desarrollo urbano. Por fin se evalúa el valor turístico del patrimonio y se analiza la creación de imágenes turísticas nuevas compuestas por la retórica de la creatividad urbana.

**Palabras-clave:** Patrimonio; Promoción turística; Invisibilidad urbana; Creatividad.



## A propósito da produção do território. Sociologia urbana e relações de poder na estruturação do território como representação política e científica

Tiago Castro Lemos<sup>1</sup>

*Universidade do Porto e École des Hautes Études en Sciences Sociales*

### **Resumo:**

A partir de uma reflexão em torno de alguns dados que esboçam as *condições sociais de produção* da disciplina sociologia urbana, procura-se ilustrar como é que esta área de conhecimento se associa à construção e generalização de (di)visões – políticas e científicas – sobre o território. De um lado encontramos o *campo das ciências sociais* onde várias disciplinas combatem pela determinação e autonomização de um ponto de vista científico sobre o território urbano. De outro lado encontramos uma rede de cumplicidades entre o *campo do poder político* e o *campo das ciências sociais* representado pela sociologia, onde o primeiro procura impor uma verdadeira (di)visão social sobre o território e o segundo sedimenta a sua prática enquanto procedimento disciplinar legítimo. Em ambos os *campos* encontramos uma busca pela imposição de uma verdade (científica e política) sobre o território, a partir da qual se dissimula a arbitrariedade das fronteiras que o limitam enquanto elemento de interesse político e científico.

**Palavras-chave:** Sociologia urbana; Território; Campo científico; Campo político.

“Não se encontra o espaço, é sempre necessário construí-lo.”  
Gaston Bachelard (1966)

É indispensável na prática sociológica – assim como o será na prática científica em geral – submeter os instrumentos teóricos e metodológicos utilizados à análise crítica que, situando-os na sua esfera de produção, nos permite a identificação das ‘manifestações’ especificamente ideológicas que estão na sua origem e que escapam à visibilidade de uma *praxis* científica assente na rotina. Se conferirmos à ciência – em particular às ciências sociais – o seu carácter de prática social (Bourdieu, 2004) – o

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal) e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) (Paris, França). Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). E-mail: tlemos@hotmail.com

que implica reconhecer desde logo um conjunto de relações sociais – torna-se mais claro o conjunto de determinações sociais à qual a ciência se expõe e sob as quais se constrói e se institui.

A ‘Sociologia Urbana’ – o uso desta terminologia implica ter em conta todo o reducionismo temático que ela pode trazer –, considerada como uma ramificação disciplinar da sociologia, permite-nos refletir, ainda de forma não casuística, pelas particularidades da sua génese e desenvolvimento, sobre o conjunto de *lutas* – científicas, académicas, políticas, mediáticas – nas quais a ciência se encontra envolvida e sob as quais sedimenta a sua estrutura. Nesta pequena aproximação ao universo de produção científica (um *campo*, no sentido Bourdieusiano) encontramos que as lutas estão na origem – e por isto o seu produto na composição – da própria ciência. A *luta*, batalha ideológica pela imposição de uma ideologia, – mecanismo que permite tanto catalisar como inercial os fenómenos sociais – acontece, neste caso, pela determinação daquilo que é o território e como ele *deve* ser interpretado, quer dizer, daquilo que ele *é* de acordo com a imposição de um *ponto de vista* legítimo.

A sociologia cedo começou a debruçar-se por questões associadas ao território, não propriamente *per se*, mas pela espacialização de determinados fenómenos sociais que, em determinado momento, foram convertidos em assuntos de interesse científico. Com isto, a importância dada ao urbano trouxe consigo a necessidade (ou consequência) de delimitar um conjunto de fenómenos particularmente urbanos, cedendo-se, inclusivamente, um certo particularismo ao *modo de vida urbano*<sup>2</sup>, colocando-se, ao mesmo tempo, a cidade como um protagonista central – geográfico, histórico, cultural, demográfico, económico – nos estudos da Sociologia Urbana.

Não se pode reduzir a história e a estrutura de uma disciplina a algumas páginas e, salve-se, que a seleção bibliográfica se reflete na composição daquilo que é escrito, podendo levar a pensar que se esboçou um *ponto de vista* ‘insuficientemente fundamentado’<sup>3</sup>. Mas pensamos, com todas as salvaguardas, que é possível debater, através do breve percurso bibliográfico traçado, a certa relação que se parece estabelecer entre ‘ganhos ideológicos’ e ‘perdas científicas’ – visão que não tem o intuito de fazer uma economia axiológica da ciência – o que, em última observação, leva a questionar as consequências da divisão científica<sup>4</sup> que se afirma, neste caso, sob o jargão da necessidade da especialização científica num mundo cada vez mais complexo e urbanizado.

---

<sup>2</sup> Cf. por exemplo com os textos clássicos de G. Simmel (2004) ou L. Wirth (2004); ou tomar em consideração o texto publicado em 1968 pelo Institut de Sociologie urbaine de Paris onde se esboçam “algumas preposições de pesquisa, que constituirão um programa de trabalho para o Instituto de Sociologia urbana” (Institut de Sociologie Urbaine – Paris, 1968:152). Mais recentemente podemos ter contacto com uma série de monografias especializadas em questões urbanas e/ou cidadinas e periódicos (‘Urban Studies’; ‘Espaces et Sociétés’; ‘International Journal of Urban and Regional Research’) que colocam quer a cidade quer o meio urbano como esferas em torno das quais se produzem uma série de estudos que contribuem para reconhecer e fazer aparecer o carácter idiosincrático de cada uma destas *realidades*.

<sup>3</sup> É necessário ter em consideração que a escolha dos autores abordados (que é sempre condicionada pelo espaço disponível de escrita, pelo conhecimento adquirido, pelos autores reconhecidos, etc.) corresponde sempre à construção de uma visão historiográfica possível de uma disciplina (e, na verdade, ao mesmo tempo a *construção dessa disciplina*), facto que se repercute numa análise do tipo da que aqui é proposta. Sob a consciência da impossibilidade de se construir uma visão linear e unificadora da história da produção teórica dum universo disciplinar, prefere-se levar a cabo um discurso com a configuração de esboço analítico e levantamento de questões deixando assim em aberto a possibilidade de introduzir na análise novos dados.

<sup>4</sup> É importante, assim, pensar e questionar, neste caso, se a formação de uma sub-disciplina não obriga a reconverter questões gerais em questões particulares, quer dizer, *questões de estrutura* em *questões de lugar*?

Em primeiro lugar, teremos em atenção a luta que decorre no *campo das ciências sociais* (cf. Bourdieu, 1976), bem como, com mais especificidade, dentro do *campo de produção de conhecimento sociológico*, pela imposição do ponto de vista legítimo sobre o território urbano e, também, sobre a cidade. A Sociologia, sob a *label* de ‘Sociologia Urbana’ (Topalov, 2008b), procura institucionalizar-se através da construção de um quadro mais ou menos estável de métodos, técnicas e conceitos que lhe permita surgir como disciplina especializada. Idêntico processo, a nível formal, terão disciplinas como a História Urbana, a Geografia Urbana, a Antropologia Urbana ou a Economia Urbana. A autonomização destas disciplinas representa, de um ponto de vista epistemológico, um conjunto de diferentes *approachs* ao território: “como é que um conjunto de (di)visões científicas sobre o território, objetivadas em divisões disciplinares, pode contribuir para a produção de uma visão científica ‘espartilhada’ do território?”. Esta é a questão central que colocamos.

Se a história da ‘Sociologia Urbana’ mostra que o seu processo de afirmação e autonomização como disciplina, em certos momentos, está relacionado com a sua associação a políticas reformistas (Amiot, 1986; Valladares, 2005; Tissot, 2005), também é verdade que os corpos políticos e administrativos, em determinados momentos, ‘legitimaram’ a sua ação – veja-se, por exemplo, a tentativa de construção, em França, de um “urbanismo científico” (Amiot, 1986) – através do conhecimento científico a sua aproximação tornando-a politicamente mais eficaz. Interessa-nos, neste segundo ponto, esboçar um quadro com algumas das consequências sociais e sociológicas da relação que política e ciência estabeleceram, deixando-se em aberto um conjunto de questões que permitirão repensar algumas dimensões epistemológicas da prática sociológica.

### **1. Do território ao desenvolvimento de um ponto de vista disciplinar: a ‘Sociologia Urbana’**

Pelo facto de ser uma “parada de competição entre os diferentes agentes (...) pela posse do solo; parada pela apropriação simbólica de controlo de vizinhança e de acesso ao espaço público; parada, também, de dominações políticas fundadas sobre competências territoriais” (Grafiner, 1994: 26), o território é um alvo, por excelência, de interesse analítico por parte das Ciências Sociais. Os sociólogos – largamente associados ao campo disciplinar da sociologia urbana – versados nos espaços urbanizados, em particular nas cidades, mobilizam e constroem um conjunto de conceitos/instrumentos de pesquisa que permitem-lhes melhor aceder ao conhecimento sobre os fenómenos que aí encontram palco.

Apesar da extensa dimensão do *espaço físico*<sup>5</sup>, foi a partir dos espaços urbanizados, particularmente a cidade, pela variedade e originalidade dos fenómenos sociais que aqui

---

<sup>5</sup> Para se evitarem confusões conceptuais entre *espaço físico* e qualquer outro conceito que remeta para um espaço ‘material’ e facilmente ‘objectivável’, definimos o primeiro a partir da conceção Bourdieusiana que coloca em dialética *espaço físico/espaço social*. Para Pierre Bourdieu “o *lugar* pode ser definido absolutamente como o ponto do *espaço físico* [negrito meu] onde uma coisa ou um agente se encontra situada, “num lugar”, existe. Quer dizer seja como *localização*, seja, dum ponto de vista relacional, como *posição*, relativamente a uma ordem”; com isto, o *espaço físico* é um espaço material de possíveis *lugares* de posição, onde o *espaço social* (espaço de ‘posições’, ‘disposições’ e prováveis ‘tomadas de posição’ sociais) se objetiva: “o espaço social reificado (quer dizer fisicamente realizado ou objetivado) apresenta-se, assim, como distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens e de serviços e, também, de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (...) e dotados de oportunidades de apropriação destes bens e destes serviços mais ou menos importantes.” (Bourdieu, 1993:250-252).

têm e tiveram lugar, que a Sociologia produziu parte considerável do seu conhecimento sobre o território<sup>6</sup>. São já muitos os autores que versam e versaram a sua análise nos fenómenos que tomam lugar em contexto urbanizado: partindo dos ‘clássicos’, na Alemanha, Max Weber (1966), em *The City (Die Stadt [1921])*, explora o surgimento de uma estrutura autónoma política e administrativa que controla a cidade enquanto território e, a par desta questão, a emergência de uma burguesia urbana. Partilhando a linha teórica de Karl Marx, que entende a cidade como produto de uma exploração capitalista fundada na dicotomização entre a cidade e o campo, Friedrich Engels (2010), em Inglaterra, em *The Condition of the Working-Class in England in 1884 [1887]*, e tendo como pano de fundo cidades como Manchester ou Liverpool no período da Revolução Industrial, estuda a forma como as lógicas de produção capitalistas contribuem para a falta de condições de vida e habitabilidade do proletariado industrial. Émile Durkheim, sem ter estudos nem escritos que se dediquem especificamente à cidade ou à questão do urbano, esboça as primeiras linhas para compreender o território como um espaço de cristalização das relações sociais (Durkheim, 1960); ponto de partida para Maurice Halbwachs (1909) estudar a ‘morfologia social’, em *Les expropriations et les prix des terrains à Paris (1860-1900) [1908]*, mostrando que o mercado fundiário é reflexo das representações coletivas do espaço. Estes são alguns dos autores que, muito cedo, trouxeram à Sociologia os primeiros contributos para o desenvolvimento de um vasto trabalho no estudo daquilo que hoje se institucionalizou terminologicamente como ‘espaço urbano’.

É nas três primeiras décadas do século XX, e depois até aos anos 60, que a denominada Escola de Chicago (EC) produziu, assente nos princípios biólogos da Ecologia Humana (por exemplo Park, Burgess e McKenzie, 1984), os primeiros grandes estudos sobre a cidade. Robert Park (2004 [1929]) considerando-a, por excelência, ‘como laboratório social’ e Louis Wirth (2004 [1938]) conceptualizando o ‘urbanismo como modo de vida’, os vários autores que se enquadram na ‘tradição’ da EC dedicam-se, numa performance quase sempre associada ao trabalho social, ao estudo de fenómenos como: o crescimento urbano; a assimilação cultural; a desorganização social; a delinquência juvenil; e as relações entre raça e cultura (Chapoulie, 2001). Foi com o advento das duas Guerras Mundiais, e sob a necessidade de repensar o desenvolvimento urbano, que, entre os anos 50 e 60 do século XX, surgiram os *Urban Studies*, que, recorrendo à estatística e à economia, levam a cabo estudos comparados sobre o crescimento de diferentes espaços urbanizados. Também em meados do século XX, na Europa, começaram a emergir um conjunto de estudos urbanos, sobretudo financiados por entidades de planificação urbana: em França, pela mão de P.-H. Chombart de Lauwe e, mais tarde, por R. Ledrut, e, em Inglaterra, inicialmente pela mão Ruth Glass e pelos *Institute of Community Studies* e o *Centre for Environmental Studies* (Topalov, 2005).

Mais tarde, nos anos 70, um conjunto de autores (cf. Castells, 1972; Castells *et al.* 1974; Castells e Godard, 1974), inscritos na corrente de pensamento Marxista<sup>7</sup>,

---

<sup>6</sup> Partindo da noção em torno da construção da ideia de ‘região’ debatida por Pierre Bourdieu, considera-se o território como um recorte sobre o espaço físico – no sentido lato –, justificado sob um conjunto de fronteiras (*finés*) arbitrariamente delimitadas por uma qualquer entidade com *poder* de dividir. (Bourdieu, 1989).

<sup>7</sup> Esta corrente é particularmente significativa em França. (Cf. Amiot, 1986, sobretudo capítulos VI e VII).

colocaram no centro da sua análise as dinâmicas do sistema capitalista em contexto urbano, tomando a cidade (capitalista) como expressão das contradições desse mesmo sistema. Em resposta a esta problemática emergiu uma “teoria global da cidade no campo de estudos urbanos” (Fijalkow, 2007: 18), ancorada numa sociologia da planificação urbana, produtora de um discurso com o objetivo de resolver os problemas urbanos consequentes do capitalismo.

Posteriormente ao auge teórico desta corrente, surgiram, quer na Europa, quer nos EUA, um enorme volume de trabalhos sobre os espaços urbanizados na área da Sociologia. Sobretudo nas últimas décadas, encontram-se obras que giram em torno de vários eixos de análise, como: o largamente debatido problema da marginalidade/exclusão e estigmatização urbanas (Wacquant, 2006; Beaud e Pialoux, 2003; Kokoreff, 2000; Masclet, 2003; Bourgois, 2001; Venkatesh, 2000), estudado, sobretudo, em cidades da Europa, dos EUA e da América do Sul; a renovação, reabilitação, enobrecimento, nobilitação, ‘emburguesamento’ [*embourgeoisement*] urbano de espaços degradados pelas classes médias, fenómenos correntemente associados ao anglicismo *gentrification* (Smith, 1996; Atkinson e Bridge, 2005; Bidou-Zachariassen *et al.*, 2003; Slater, 2006); o efeito do fenómeno *globalização* na cidade e nos processos de urbanização (Sassen, 1996; Harvey, 2006) – fenómenos que levam a repensar os limites territoriais, porque *movem* os próprios limites daquilo é tido como espaço urbano, particularmente a cidade.<sup>8</sup>

## 2. Fronteiras científicas, fronteiras territoriais?

A reunião de 1925 da American Sociological Society, onde participaram figuras cimeiras da EC como Robert Park ou Ernest Burgess, pode ser considerada, tal como o faz Topalov, como marca do princípio da institucionalização da Sociologia Urbana como uma ‘etiqueta científica.’ (Topalov, 2008b) É a partir deste momento, de forma mais ou menos instável, que a SU se vai sedimentando como disciplina, e se vai construindo um *campo científico* que “produz e supõe uma forma específica de interesse” (Bourdieu, 1976: 89). Isto implicou uma processual (re)construção e estabilização de métodos, técnicas, conceitos, bem como a reprodução e o reconhecimento de “um conjunto de realidades institucionais”<sup>9</sup> (Fabiani, 2006: 23) válidas.

Como cerne da especificidade de uma disciplina estão, é claro, os eixos sobre os quais a pesquisa se deve orientar. Por exemplo, para Yves Grafmeyer a SU estrutura-se em três eixos temáticos, a saber, “a distribuição e movimento da população no espaço; as práticas e atitudes dos indivíduos que vivem em meio urbano; as ações públicas ou privadas que estão ligadas à organização da cidade, no seu funcionamento e nas suas transformações” (Grafmeyer, 2006: 21). Yankel Fijalkow, por sua vez, enumera igualmente três tipos possíveis de aproximação em relação ao espaço urbano: a “problemática morfológica”, que se refere à “explicação das formas espaciais visíveis”; a “proximidade espacial e a interação entre os indivíduos”; e a “decisão política relativa à gestão do

---

<sup>8</sup> Para uma perspetiva mais alargada e consolidada em relação à evolução teórica em torno da Sociologia Urbana consultar Alan Warde e Mike Savage (1993), em particular o capítulo II ‘Os fundamentos da sociologia Urbana’ (pp. 7-33).

<sup>9</sup> Serão exemplos dessas realidades institucionais : manuais académicos; departamentos universitários; centros de investigação; grupos de trabalho especializados; conferências, colóquios e congressos temáticos; etc.

espaço urbano” (Fijalkow, 2007: 94). Já Patrick La Galès reconhece que “o papel da sociologia urbana deve ser o de distinguir diferentes tipos de cidade; na verdade a grande quantidade de trabalhos que estão a emergir tentam fazer uma distinção entre cidades de diferentes partes do mundo e ver a cidade a partir de diferentes perspetivas teóricas e empíricas” (Perry e Harding, 2002: 849) Se alguns dos eixos de análise são partilhados entre os autores, os que diferem estão na origem da luta pela imposição da *visão sobre o que estudar no/do território*, que tem como consequência a diferenciação e a especificidade do enfoque dado ao fenómeno urbano pelos diferentes lugares da hierarquia da sociologia urbana, enquanto disciplina posicionada no *campo das ciências sociais*.

Seriam inúmeras as perspetivas analíticas que aqui poderíamos apresentar para dar conta da heterogeneidade de pontos de vista intradisciplinares na SU; contudo, esta luta científica em torno de uma visão sobre os fenómenos territorializados ultrapassa as fronteiras da disciplina, alargando-se pelo *campo das ciências sociais* interessadas em questões urbanas.

A autonomização de uma disciplina, reforce-se, implica, entre outros fatores, a existência de um *corpus* teórico particular, em que parte estruturante deste é o conjunto de conceitos que são herdados da história de uma disciplina; construídos no movimento teoria-empíria; importados de outras disciplinas; apropriados da linguagem ordinária, etc. Seja qual for a origem dos conceitos, eles fundam-se por referência à estrutura epistemológica – quer dizer, por referência aos referentes epistemológicos da ortodoxia/heterodoxia do campo – vigente num determinado momento da história disciplinar. É a especificidade desta referência epistemológica que permite a institucionalização da disciplina, quer dizer, a estabilização de fronteiras: trabalho ideológico que implica a determinação de modos específicos de compreensão de objetos previamente delimitados (Fabiani, 2006). Igualmente como se passou com a SU, um conjunto de disciplinas que se interessam pela cidade e pelo urbano foram emergindo e autonomizando-se (sob diferentes contextos espaço-temporais, é claro): a antropologia urbana, a geografia urbana, a economia urbana, a história urbana, a demografia urbana. Cada uma destas áreas científicas ‘reivindica’ para si um *modus operandi* particular. Um curtíssimo, e por isso não acabado, percurso pela produção teórica de algumas destas disciplinas permite-nos dar conta de discursos alusivos à especificidade, à autonomia, à diferenciação, quer dizer à “aquisição de autoridade científica” (Bourdieu, 1976: 90) sobre um ponto de vista da cidade ou do urbano.

No que se refere ao caso da antropologia urbana, Graça Cordeiro escreve que é necessário reconhecer a “vocação urbana na antropologia” e ter em consideração que esta área científica possui modelos teóricos que fazem “parte da memória e do património da antropologia urbana.” (Cordeiro, 2003: 5). A disciplina tem, portanto, *condições* históricas e teóricas para se afirmar enquanto *tal*, o que permite a reivindicação de um modelo teórico-metodológico, que no caso da antropologia urbana se relaciona, exemplificando, com a produção de um conhecimento sobre o urbano e as cidades que seja produto da aplicação de instrumentos de pesquisa (etnografia, por exemplo e por excelência) direcionados para apreensão das dimensões passíveis de recolha próxima dos sujeitos (cf. Agier, 1996). Michel Agier defende, por exemplo, que “uma boa maneira

de termos a possibilidade de falar da cidade consiste em nos situarmos o mais próximo possível das práticas microscópicas, singulares e plurais dos cidadãos” (Agiar, 1996: 16); na mesma linha metodológica, Gilberto Velho vem-nos lembrar que “uma das áreas de pesquisa mais importantes no desenvolvimento da antropologia urbana tem sido o estudo de bairros, áreas de cidade, localidades, ruas, espaços em geral, em que forças de relacionamento, organização e sociabilidades são exercidas” (Velho, 2009: 14). O interesse pelas dimensões de análise referentes às práticas sociais, é um dos pontos charneira que permite à antropologia diferenciar a sua visão sobre o território, particularmente em relação à sociologia. Depaule, a este propósito, afirma que “a autodesignação como antropólogo justifica-se, portanto, pelo projeto de se ligar ao *qualitativo*, quer dizer, ao ‘sensível’, de levar a cabo análises qualitativas.”<sup>10</sup> (Depaule, 1996: 138).

Um outro exemplo. Ilustrando a questão através do caso Francês, só tardiamente, em meados do século XX, é que a cidade e o fenómeno urbano se tornaram alvo de interesse por parte da geografia começando, assim, a sistematizar a sua teoria, por exemplo, em torno de “espécies de espaços urbanos”. À semelhança da sociologia e da antropologia, a geografia urbana constrói e delimita o seu enfoque específico em relação à cidade, partindo do princípio que esta representa “um dispositivo espacial que configura as substâncias sociais, esta configuração constitui, por sua vez, um estado que nós podemos analisar e um processo sobre o qual importa compreender a sua arqueologia” (Lussault, 2000: 31). Encontramos nesta disciplina uma visão teórico-metodológica que se prende, sobretudo, com a compreensão da ‘sociedade urbana’ através do estudo da organização dos espaços, levado a cabo com base, por exemplo, em tipos-ideais como os *géotypes* (cf. Lévy, 1994).

Poderíamos, aqui, fazer uma resenha muito mais alargada das disciplinas das ciências sociais que tomam como eixos de análise problemáticas relacionadas com o urbano e com a cidade, como a história urbana (Baudoui *et al.*, 1990; Thernstrom, 1969; Dyos, 1973; Lepetit e Pumain, 1999) a demografia urbana (Le Bras, 2000), a economia urbana (Dazevies, 2000); porém, o que neste contexto importa reter é a dimensão que estrutura, transversalmente, todas estas áreas científicas: é em torno da cidade e da ‘realidade urbana’ que todas estas disciplinas espacializam a sua análise, posicionando-se, ao mesmo tempo, e muito especificamente, no *campo das ciências sociais* interessadas em questões associadas ao território urbano

Se é o interesse pelo ‘urbano’ que nos permite agregar analiticamente tais disciplinas num mesmo grupo – das ciências sociais que se debruçam sobre as problemáticas urbanas –, são, também, estas duas ‘dimensões’ que lhes permitem instituir-se enquanto parte de um *campo* autónomo de produção científica. Se a autonomização de cada uma destas disciplinas é conseguida através da especialização/diferenciação de um *ponto de vista* sobre o urbano – que se pode operar a nível metodológico, teórico, conceptual – são também as características que fundam os próprios conceitos de ‘urbano’, bem como o de ‘cidade’, que permitem que essa especialização/diferenciação disciplinar ocorra de forma eficaz.

---

<sup>10</sup> É necessário deixar claro que não se pode reduzir o projeto metodológico da antropologia urbana a estas questões; porém pela sua recorrência na bibliografia consultada foi tomada como exemplo.

É a difícil determinação – e quando realizada, é provisória e situada - dos limites físicos e fenomenológicos da cidade e do urbano (cf. Guerra, 2003) que *autoriza* que cada uma dessas disciplinas construa, por exemplo, a *sua* cidade: ‘a cidade dos sociólogos’ (Pinçon e Pinçon-Charlot, 2000; Grafmeyer, 2006); ‘a cidade dos historiadores’ (Pinol, 2000); ‘a cidade dos antropólogos’ (La Pradelle, 2000). É exatamente pela *hiperplasticidade* fenomenológica e morfológica que o espaço físico oferece que a “definição de cidade como objeto de estudo resiste a uma atribuição disciplinar simples, porque ela repousa sobre uma ambiguidade fundamental e os seus *approachs* oscilam entre a escolha de um recorte geográfico aparentemente circunscrito e a análise aprofundada de um objeto de estudo.” (Van Damme, 2005: 14). Se a cada disciplina corresponde um ponto de vista aprofundado sobre a cidade – um ‘recorte geográfico’ e um ‘objeto de estudo’ específico, o móbil da luta científica –, ao invés, e por consequência, nenhuma delas é capaz de abarcar a multidimensionalidade do fenómeno em estudo. Compreendendo os limites analíticos que cada uma das disciplinas tem perante a cidade e o urbano, a maioria dos cientistas sociais parte para uma tomada de posição baseada na interdisciplinaridade de forma a tornar a *sua* visão sobre o *seu* objeto de estudo mais robusta e mais acabada (cf. Perry e Harding, 2002). Se se partir da lógica de que nenhuma área científica consegue lidar com a multidimensionalidade do ‘fenómeno urbano’ – que é o mesmo que compreender os limites analíticos de cada área científica –, exatamente porque a história epistemológica de cada disciplina foi institucionalizando um *corpus* de pesquisa vocacionado para certas dimensões que, como escreve Godard, a “injunção interdisciplinar marca a investigação sobre a cidade na medida em que a interdisciplinaridade se tornou no estandarte da epistemologia urbana.” (Godard, 2000: 369).

Se uma parte dos investigadores opta pelo cruzamento de metodologias, teorias e conceitos de outras áreas científicas, não deixa, à partida, de produzir conhecimento científico *por e para* referência ao *campo científico específico* no qual está inserido, quer dizer, mobiliza na sua prática um conjunto de ‘recursos científicos’, sejam os que se encontram em ‘estado incorporado’ ou em ‘estado objetivado’<sup>11</sup> (Bourdieu, 1976). A estabilidade e a reprodução das lógicas do *campo* são assim asseguradas, mantendo-se, de forma mais ou menos estável, os *pontos de vista* instituídos por cada uma das disciplinas.<sup>12</sup> Isto implica pensarmos que, apesar das trocas de informação entre áreas científicas, cada uma delas produz um programa de pesquisa específico – e dentro da própria disciplina um conjunto de *pontos de vista*, pelo menos no caso da sociologia urbana – (métodos, técnicas e conceitos), do qual derivam diferentes categorias de percepção, que, dadas as diferentes origens, de uma ou de outra forma, estarão na base de uma possível sobreposição de lógicas classificatórias sobre o território.

O facto de a cidade ser “o que nós decidimos fazer em função de um objetivo analítico” (Reissman, 1994: 153) abre portas, por um lado para a indefinição dos seus limites quer físicos, quer conceptuais e, por outro lado, em larga medida apoiada nessa

---

<sup>11</sup> Neste artigo escreve que os recursos científicos em estado objetivado se referem ao conjunto “de instrumentos, de obras, de instituições, etc.” e os em estado incorporado apresentam-se “sobre a forma de habitus científico” (Bourdieu, 1974:6).

<sup>12</sup> Em certo sentido, e em certos casos, podemos pensar que a própria interdisciplinaridade é parte integrante dos recursos científicos da disciplina, não representando uma ameaça direta sobre os limites do ponto de vista que dada área científica institucionaliza?

indefinição, permite que mais facilmente se constituam um conjunto de disciplinas interessadas em mobilizar e a impor o seu conhecimento sobre a cidade, o que implica, por sua vez, o traçar de fronteiras disciplinares (objetivadas através de metodologias, teorias, mas também, de departamentos académicos, manuais especializados, etc.). Se estamos perante ‘realidades’ que têm subjacentes elevados níveis de indefinição e um conjunto de disciplinas que estabelece uma *luta*, mais ou menos evidente, pela definição dos limites dessas ‘realidades’, o conhecimento construído, em larga medida produto dessa *luta*, facilmente se torna disperso, quer dizer, responde a um sistema de referências científicas. As fronteiras disciplinares são representativas de um conjunto de *approachs* específicos sobre o espaço urbano, incluindo a cidade, o que, de um ponto de vista epistemológico, representam a delimitação de fronteiras analíticas, na medida em que, os cientistas sociais, por referência ao seu eixo disciplinar, reconvertem a delimitação de um eixo de análise numa visão fraturada/fraturante do território urbano.<sup>13</sup>

### 2.1. Um recorte sobre o urbano. A cidade como *ponto de vista*

Claro que se ocorre uma autonomização teórico-metodológica, é expectável que surjam um conjunto de visões e de divisões sobre um ‘objeto’ que aparentemente seja o mesmo: a *cidade*, por exemplo. Na verdade, o objeto, se assim é permitido chamar à cidade, é só aparentemente o mesmo: ele representa apenas a mesma palavra, o que permite que se fale *da* mesma coisa sem que se fale *sobre* a mesma coisa. As *cidades das ciências sociais* (cf. Topalov e Lepetit, 2001) são todas elas diferentes, exatamente porque cada uma das ciências constrói sobre o espaço físico um duplo recorte (físico e epistemológico) e, provavelmente por um efeito social de generalização semântica (cf. Depaule e Topalov, 1996; Topalov, 2002), apoiada em coincidências de várias ordens<sup>14</sup>, lhe dá o nome de *cidade*. Com isto, tomando em consideração uma instabilidade de definição, ‘como responder analiticamente à possível dispersão conceptual, que reduz a nossa compreensão sobre a *cidade*?’.

Se podemos colocar esta questão, não podemos responder-lhe de forma taxativa porque se existir um esclarecimento será, decerto, longo e complexo. Em todo o caso, sobre ela podem ser deixados dois apontamentos. No primeiro surge uma questão: ‘queremos mesmo compreender o que *é* a cidade?’. Se esta for a nossa opção, corremos o risco de reificar a *cidade* através da tentativa de encontrar um conjunto de regularidades (sejam físicas ou sociais) necessárias para circunscrever uma realidade.

Em segundo lugar, ‘será que o fenómeno da dispersão conceptual em torno do conceito de cidade, deverá ser o ponto de partida para a resolução das ambiguidades relativas a esta discussão, através da construção de um conceito transversal a todas as

---

<sup>13</sup> Veja-se a seguinte afirmação como exemplo da institucionalização da divisão disciplinar quando se debate a metodologia a utilizar na pesquisa urbana: “os geógrafos utilizam as histórias de vida; os antropólogos estudam as práticas espaciais, os sociólogos privilegiam a multidimensionalidade, os economistas praticam a observação de micro-unidades sociais” (Marié, 1996:133).

<sup>14</sup> Colocamos, aqui, a mesma questão/problemática levantada por Roncayolo: “Qual é agora a parte de continuidade – na realidade, nas representações ou na ideologia – que autoriza o uso das mesmas palavras, das mesmas noções, aplicando-se a formações históricas diferentes?” (Roncayolo, 2005:33).

disciplinas?'. Roncayolo parece-nos apresentar uma boa hipótese de resposta a esta questão: “a cidade, mais do que um conceito de análise, é sem dúvida uma categoria da prática social.” (Roncayolo, 2005: 33) Partindo daqui, o problema das fronteiras analíticas, originário na divisão disciplinar, poderá ser reduzido, na medida em que cidade passa a representar, também, uma categoria socialmente estruturada, o que obriga o investigador, seja qual for o eixo de análise que optar a ter em consideração, *a priori*, que o território sobre o qual se versa sobre é produto da mobilização social (classista, económica, política, administrativa) da categoria *cidade*, disseminada e institucionalizada em forma de linguagem ordinária, de mapas oficiais, de toponímias, etc.

Não se pretende, com este ponto de vista, abolir total e instantaneamente as fronteiras disciplinares ou determinar um conjunto de instrumentos de pesquisa universais vocacionados para o estudo de fenómenos urbanos. Cada disciplina estrutura a sua análise por referência às suas determinações analíticas, bem como utiliza os instrumentos de pesquisa que lhe são particulares; porém, a construção da problemática de investigação de cada uma das disciplinas poderia partir da lógica segundo a qual a cidade é, antes de tudo, uma categoria socialmente mobilizada e mobilizável, quer dizer, uma *categoria socializada* que permite os sujeitos agir *nela* e através da ideia que têm *dela*. Neste sentido, as lógicas classificatórias mobilizadas pelas disciplinas não encontrariam espaço para reificarem um determinado *recorte científico sobre o espaço*. A certa inércia científica que existe na compreensão dos fenómenos, talvez causada pela acumulação e reprodução dos dispersos conhecimentos disciplinares – porque estão sujeitos aos interesses do campo onde são produzidos – pode eventualmente ser atenuada na medida em que os conhecimentos partilhados ou a partilhar entre as diferentes ciências sociais, ainda que produto de diferentes pontos de vista, se fundam numa terminologia e num conjunto de interesses, progressivamente mais coincidentes.

Com isto, poderíamos ir mais longe e propor, mais do que uma interdisciplinaridade – que acaba por supor quase sempre a luta pela autonomia disciplinar – e mais que uma *cidade* – que se não for reconvertida em tipos-ideais (cf. Rémy e Voyé, 2004) é sempre a reificação mais ou menos profunda dum território – haveria sobre o *espaço físico*, enquanto espaço de posições determinadas relacionadamente, um conjunto de *pontos de vista* (histórico, económico, demográfico, geográfico) que se concertariam para entender os fenómenos sociais que aí ocorrem. É claro que tal facto implicaria a supressão de um conjunto de dicotomias e de divergências analíticas, as quais não encontram aqui espaço para discussão. Porém, longe de se ter a pretensão de, em escassas linhas, se resolver, através de uma análise teórica, as complexas lutas que se engendram no campo científico pela luta daquilo que é o território, não se pode deixar de aludir, partindo daquilo que foi dito, a uma prática onde não há a materialização da ideia de fenómenos *especificamente antropológicos, especificamente sociológicos, especificamente históricos, especificamente geográficos*.<sup>15</sup> Partilhamos, assim, – ainda

---

<sup>15</sup> Exatamente sobre a especificidade do campo de análise da sociologia urbana, Topalov escreve “Se ela [sociologia urbana] nos dá por objeto as cidades como sistemas espaciais, ela coloca-se sobre o terreno da geografia e da demografia. Se ela estuda somente os fenómenos sociais que tem como palco a cidade, ela não tem nada de distintivo num mundo massivamente urbanizado onde, assim, as fronteiras se esbatem entre aquilo que é urbano e aquilo que não é. Esta é sem dúvida a razão pela qual a consistência da sociologia urbana foi, ao longo de toda a sua história, largamente subordinada

que com consciência de que tal tarefa será complexa e difícil – com Marc Bloch a ideia da necessidade de uma abertura de canais de comunicação entre as diferentes áreas das ciências sociais, quando este autor propõe “uma reconciliação das nossas terminologias e dos nossos questionamentos”, que a partir de “uma boa vontade mútua, uma linguagem científica comum - no sentido elevado da palavra, em vez de uma coleção de signos e ordens de classificação – constituir-se-á progressivamente.” (Bloch, 1983: 40)

### 3. Sociologia, elites dominantes e produção do território

Se o que colocamos em discussão são as lutas sob as quais a sociologia tem construído a sua pesquisa sobre o território, é pertinente refletir em que medida estas mesmas pesquisas estão associadas às relações que política e ciência foram estabelecendo. Sendo impossível, aqui, apresentar e confrontar todos os momentos em que a sociologia e o poder político se conectaram, com o objetivo de construir um conjunto de instrumentos e um campo de ação específica *na e sobre a cidade* ou em outros territórios urbanizados, usaremos apenas uma breve ilustração que procura analisar como é que o conhecimento científico, em torno do espaço urbano, nomeadamente da cidade, representa um ponto de partida para mostrar como é que a ciência social também se constitui por uma adequação aos interesses em luta no campo de poder político.

É na convergência destes dois discursos (político e científico) que conseguimos compreender uma das formas de produção do território. Por um lado, para que a ação política sobre o território seja tácita é necessário que o espaço seja nomeado por categorias (Topalov, 2002) – em particular administrativas – que o permitam ser reconhecido enquanto tal. O discurso político sobre um espaço reificado (que não é mais do que a mobilização política de uma categoria arbitrária de perceção), ao circunscrever os limites desse espaço – reduzindo o arbitrário a um real com limites –, circunscreve, igualmente, um conjunto de qualidades que lhe são próprias (Philifert, 2006), impondo a sua visão sobre as divisões do mundo. Por outro lado, a sociologia urbana, disposta a cumprir a sua ‘função’ de compreender as dinâmicas sociais do/no espaço, constrói um conjunto de categorias que vão fundar, igualmente, o seu ponto de vista sobre o território. Mas ciência e política não são independentes<sup>16</sup> – pelo menos quando nos referimos à produção de uma visão sobre o território na tentativa de cada um determinar o discurso *verdadeiro* sobre este. Ao longo da história não foram raras as situações em que o Estado, os corpos administrativos e as instituições de planificação urbana associaram ao seu poder *de criar território* o conhecimento oriundo do *campo* de produção de conhecimento científico como ponto de partida para as suas tomadas de decisão e de posição.

Se, por vezes, encontramos a prática científica unilateralmente dependente de decisões e patrocínios de instituições políticas e/ou administrativas, noutros momentos encontramos uma relação interessada entre política e ciência, em que a primeira põe

---

à forma de como os objetos lhe eram designados no registo da ação – quer dizer, em coerência com os múltiplos projetos que os atores formaram para gerar, melhorar, mudar a cidade.” (Topalov, 2008:10).

<sup>16</sup> Como escreve Bourdieu, “na realidade histórica não há campo científico, por mais ‘puro’ que seja, que não comporte uma dimensão política, e não há campo político que não queira tomar um lugar no que se refere a questões de verdade” (Bourdieu, 2002:9).

em prática as suas reformas com base no discurso científico e a segunda aproveita as condições económicas e institucionais para alargar o seu horizonte de prática. A sociologia urbana foi, por excelência, uma área científica que se estabilizou e se institucionalizou por trás de um discurso – nem sempre concordando com ele – e de um conjunto de necessidades – nem sempre cientificamente reconhecidas político-administrativas (cf. Amiot, 1986; Chapoulie, 2001; Topalov, 2008).

Cabe-nos aqui, então, fazer uma breve ilustração de alguns casos, com o interesse maior de os mostrar enquanto exemplos de como a determinação dos *corpus* teórico-científicos sobre a *realidade urbana*, que estão profundamente associados a movimentos reformistas e de planificação urbana. Este facto remete-nos para a questão central da reconversão da sociologia urbana, como instrumento de compreensão de ‘relações sociais espacializadas’, em instrumento de produção do território.

O fenómeno que envolve a inicial consolidação da ‘Escola de Chicago’ é um interessante exemplo das relações entre o mundo Universitário (local, ou de forma mais precisa, *campo* de produção, mobilização e institucionalização de conhecimento científico) e uma elite urbana que constituía – utilizando a expressão de Topalov – uma verdadeira “Nebulosa Reformista” (Topalov, 1999) em torno dos problemas urbanos. Em 1923, a Fundação Rockefeller cedeu uma verba à Universidade de Chicago com o objetivo de “reorganizar de forma radical a investigação em ciências sociais na Universidade” (Topalov, 2008: 207). A partir desta verba, Robert E. Park e a sua equipa desenvolveram um conjunto de trabalhos – num contexto urbano palco de vários fenómenos associados ao forte fluxo imigratório – com uma vertente ligada à reforma urbana e ao trabalho social, dando menos ênfase às dimensões teóricas. Assim, a sociologia urbana (aquí sob os princípios da Ecologia Humana), concomitantemente com a sua estruturação enquanto disciplina – participou na reforma política do espaço urbano: através de um programa de trabalhos definido participou na determinação social dos ‘problemas urbanos’, bem como legitimou, construiu, reproduziu e naturalizou as configurações desse mesmo problema, através de um programa de pesquisa.

Um dos exemplos das consequências socialmente nefastas, associadas à mobilização política de dados científicos produzidos por investigadores associados intelectualmente à EC, encontra-se nos fundamentos teóricos sob os quais se ancorou a ação da Federal Housing Administration (FHA), relativamente aos empréstimos para alojamento. A adoção, por parte da FHA, do modelo de crescimento urbano (que se ancorava no *naturalismo* da configuração do território que a Ecologia Humana defendia) concebido pelo economista Homer Hyot (cf. Hyot, 1939), no âmbito de empréstimos para a habitação, levou à construção de um sistema onde o valor de habitação em cada espaço dependia, entre outros fatores, do *valor social do espaço*. A gestão urbana feita por referência a este tipo ‘julgamentos estereotipados’ e fundada numa ‘ilusão ecologista’, que colocava em relação direta as proximidades social e espacial<sup>17</sup>, institucionalizou a discriminação racial sobre o mercado de alojamento (Kuklick, 2004) e, como consequência, reproduziu as diferenças sociais, reduzindo-as a um efeito do crescimento *natural* da cidade.

---

<sup>17</sup> Questão posteriormente refutada pela pesquisa levada a cabo por Jean-Claude Chamboredon e Madeleine Lemaire (1970) no artigo ‘Proximité spatiale e distance sociale. Les grandes ensembles et leur peuplement’.

A sucessiva espiral de partilha de influências (cf. Chapoulie, 2001; Topalov, 2008) permitiu que se estabelecesse uma determinada concertação de interesses entre *campo político* e *campo científico* gerando-se, assim, um conjunto de medidas capazes de organizar a população no espaço, determinando-se, assim, a configuração social do território. Por sua vez, à sociologia foram dadas um conjunto de condições (económicas e políticas) que permitiram a estruturação de um alargado plano de investigação que ajudou à afirmação e à especialização da sociologia urbana; bem como levou a que os cientistas sociais participassem na *produção do território*, na medida em que os seus resultados permitiram levar a cabo um plano de intervenção social.

No Brasil, no final da década de 50 do século XX, encontramos um outro exemplo pertinente de referir, que mobiliza, num mesmo programa, ciência e reforma social, e que permite, simultaneamente, a fundamentação de uma luta política e uma verdadeira reconfiguração do campo académico das ciências sociais (Valladares, 2005). Trata-se da investigação encomendada à Sagmacs<sup>18</sup>, realizada sob a orientação do Louis-Joseph Lebret, que mais tarde daria origem à obra ‘Aspetos Humanos da Favela Carioca’<sup>19</sup>. Lebret, padre e fundador do movimento cristão ‘Économie et Humanisme’, estabeleceu-se no Rio de Janeiro sob a égide económica da Federação da Indústria do Estado de São Paulo, para levar avante um trabalho de intervenção política, religiosa e administrativa nas favelas do Rio de Janeiro<sup>20</sup>. Num contexto de miséria, analfabetismo e fome, Lebret, juntamente com a sua equipa (formada, também, por sociólogos), estudava os ‘aspetos humanos da favela’ e punha em prática princípios de Economia Humana e Ética Comunitária, com o objetivo de melhorar as condições de vida daqueles que viriam a ser determinados como os ‘favelados’. Ancorado na sua reconhecida competência, Lebret liderou uma equipa de investigação, financiada pela família Mesquita, proprietária do jornal *Estado de São Paulo* e fundadora da Universidade de São Paulo. É neste contexto, onde uma investigação no Rio de Janeiro é financiada por um grupo com claros interesses em São Paulo, que surgem as primeiras contradições, que nos remetem para uma reflexão em torno do cruzamento de interesses políticos e científicos. Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil nesta data, estava a ser alvo de ataques políticos por parte da União Democrática Nacional (partido de direita conservadora), por estar a promover a deslocalização do poder federal para a cidade de Brasília. Um estudo científico sobre as favelas permitia o jornal<sup>21</sup> *Estado de São Paulo* obter um conjunto de argumentos<sup>22</sup> contra a deslocalização do poder governativo do Rio de Janeiro; por outro lado, este mesmo estudo permitiria colocar em causa a

---

<sup>18</sup> Sigla de ‘Sociedade de análises gráficas e mecanográficas aplicadas às ciências sociais’.

<sup>19</sup> Sagmacs, “Aspetos Humanos da Favela Carioca”, *O Estado de São Paulo*, suplementos especiais de 13 e 15 de abril, 1960.

<sup>20</sup> Tal como salientam os investigadores no capítulo introdutório do estudo: “A tarefa que nos propusemos era conhecer a vida nas favelas, penetrar, quanto possível, na intimidade do favelado, descobrir suas atitudes fundamentais, suas reações e sentimentos, sua concepção de vida, de si mesmo e da cidade em que habita” in Sagmacs, “Aspetos Humanos da Favela Carioca”, *Op. Cit.*, suplemento de 13 de abril.

<sup>21</sup> Dada a publicação deste estudo num jornal diário, é importante não esquecer a possível eficácia mediática deste facto, na medida em que a disseminação das categorias de perceção sobre as favelas seria possivelmente mais rapidamente generalizada pela população leitora.

<sup>22</sup> A busca dessa argumentação está implícita nos objetivos dos encomendantes: “Ao encomendar à Sagmacs uma pesquisa sobre as favelas do Rio, o “Estado” teve o objetivo de chamar a atenção dos governantes, administradores, legisladores, políticos e estudiosos das questões sociais para esse fenómeno tão característico dos centros urbanos do Brasil, que se manifesta de forma mais evidente no Distrito Federal” in Sagmacs, “Aspetos Humanos da Favela Carioca”, *Op. Cit.*

supremacia turística que o Rio de Janeiro sempre teve, comparativamente ao caráter de espaço de industrial que tem São Paulo.

Se o trabalho realizado por Le Bret foi estruturante na luta política Brasileira da altura, também estruturou a visão da realidade ‘favela’ no mundo das ciências sociais. A partir deste momento, a ‘favela’ foi legitimada como objeto de estudo, por excelência, da pobreza, estatuto que levou os investigadores, através de estudos que perpetuavam o uso das dimensões sociais de análise da ‘favela’ utilizadas por Le Bret, a estabilizarem e a reproduzirem as representações sobre este *lugar* (Valladares, 2005:47), construindo uma verdadeira agenda de pesquisa científica em torno de um território estigmatizado, com a cumplicidade da própria ciência.

Podemos apontar aos cientistas sociais e às elites intelectuais académicas um forte papel na construção e na institucionalização de um conjunto de ‘problemas sociais’ e de palavras de conotação estigmatizante (*ghetto*, ‘quartier sensible’) associadas ao espaço urbano. Através da mediação feita pela política e pelos *medias*, o conhecimento científico sobre o território, mais do que esclarecer as lógicas que estão inerentes à sua construção, constrói-o e vulgariza-o. A mobilização política e mediática das categorias analíticas da obra *La galère* de F. Dubet (1987) ou a investida feita pela revista *Esprit* em relação à exclusão nos ‘quartiers’, a partir da organização e publicitação de encontros e trocas de ideias, são exemplos. Com isto, o *problema* das “banlieues” foi estabilizado com a cumplicidade das comunidades científicas: a ciência social ajudou a criar uma “categoria genérica” que justifica “a ideia de uma necessária territorialização de políticas públicas” (Tissot, 2005: 70).

É curioso constatar, através destes exemplos, que quando as elites dominantes recorrem ao trabalho científico em torno do território, os estudos levados a cabo se direcionam, especificamente, para espaços socialmente estigmatizados. Estes espaços que são marginalizados – seja social, política ou cientificamente - sob o fundamento de discursos associados à violência, à criminalidade ou à pobreza são alvo, por excelência, de um conjunto de políticas públicas reformistas. A ciência social, no seu estatuto de dominada, é mobilizada pela política para exercer dominação sobre certos territórios, imputando-lhe um conjunto de categorias de perceção e divisão. A sociologia é utilizada enquanto instrumento de regulação social (através de uma espécie de transfiguração da sua competência em discurso político), entrando, assim, na intrincada rede de produção social do território.<sup>23</sup>

Apesar de a ciência reivindicar para si um estatuto de neutralidade axiológica, a subordinação aos interesses das elites dominantes dificulta atingir tal horizonte. Por exemplo, por volta dos anos 50 do século XX, em França, sob a necessidade de introduzir no discurso político uma vertente ‘social’, uma série de investigações em contexto urbano foram encomendadas pelo Estado aos sociólogos. Mas, contrariamente ao expectável por estes, e contra os cânones metodológicos e epistemológicos que visam a autonomia de pesquisa nas ciências sociais, as suas investigações seguem o objetivo imposto pelas entidades reguladoras estatais, e este objetivo “não é um qualquer; ele é

---

<sup>23</sup> Partilhamos, neste sentido, amplamente a opinião de Van Damme: “A cidade aparece como um lugar onde se estabelecem alianças, combinações, associações entre a esfera académica, esfera política e grande público, onde os interesses de uns reconfiguram as investigações de outros, e modificam em profundidade a agenda de investigação, mas, também, e de maneira mais dissimulada, a identidade da cidade” (Van Damme, 2005:9).

oriundo dum mandatário que detém o poder de financiamento e que tem a sua própria representação da sociedade e daquilo que espera das ciências sociais.” (Amiot, 1986: 52). Porém, as entidades de planificação e os sociólogos, apesar de “parceiros”, são, sem dúvida, “irmãos inimigos”, porque cada um deles “possui a sua própria representação da sociedade, que considera legítima e que deseja impor sobre a outra.” (Amiot, 1986: 88). Se a dominação é exercida no sentido da ciência e se esta, ainda que dificilmente, procura impor a sua visão, resta-lhe, ainda que de forma conflitual, utilizar os seus próprios instrumentos de forma a produzir conhecimento de acordo com os eixos analíticos, ou então, como defendia Chombart de Lauwe: “se o sociólogo se deve abster de dizer aquilo que pensa, pelo menos não se deve privar de ‘dizer o que dizem os outros e como vêm o seu futuro’.” (Amiot, 1986: 81).

Os exemplos apresentados são factos ilustrativos do passado em diferentes contextos, por isso não podemos, a partir deles, traçar uma linha histórica lógica e generalizável porque, decerto, variadas conexões entre política e sociologia no estudo do urbano e da cidade ocorreram. O que nos interessa, na verdade, é a partir daqui construir um conjunto de questões que permita pensar a suscetibilidade da sociologia, e das ciências sociais em geral, às determinações políticas das elites dirigentes, podendo, assim, melhor controlar as condições específicas de produção do conhecimento sobre o território.

Apesar de a sociologia poder manter, de forma mais ou menos precária, a utilização dos seus métodos e dos seus eixos de análise, num contexto de influência política, é o ‘encomendante’ que determina os horizontes/limites analíticos, através da imposição, mais ou menos direta, de um objeto de estudo. Neste contexto, o conhecimento obtido vai corresponder sempre a um produto politicamente personalizado, facto que nos remete para uma dependência efetiva entre a *qualidade* do conhecimento produzido pela sociologia e as *configurações* impostas pelas entidades políticas. Sob este facto, ‘que posição deverá tomar a ciência em relação às elites dominantes, que possuem o poder determinar e impor as dimensões bases do programa de investigação?’. A tentativa de afastamento (cf. Spenlehauer, 1999) de relações estreitas com a política será uma opção a considerar, na medida em que a ciência, ao reaver a capacidade de determinar o seu programa de análise, conseguirá melhor cumprir a sua valência de emancipação. Se esta atitude é a mais expectável de um ponto de vista epistemológico e social, não podemos esquecer dois pontos fundamentais. O primeiro tem a ver com facto de *não existir* uma ciência socialmente neutra, porque mesmo espoletando um conjunto de mecanismos de vigilância epistemológica, ela vai estabelecer sempre correspondência com as lógicas internas do *campo de produção científica* (interesses e pontos de vista interessados (re) produzidos por referência à *doxa* do *campo* num determinado momento) (Bourdieu, 1976). Em segundo lugar, apesar do carácter objetivo e potencialmente neutro axiologicamente, não podemos esquecer que o conhecimento científico é mais um dos possíveis meios a partir dos quais se constroem categorias de percepção sobre o território, até porque “a ciência não tem outro fundamento que não seja a crença coletiva nos seus fundamentos” (Bourdieu, 1976: 99).

\*\*\*\*

Através dos instrumentos críticos que a própria sociologia concede é, então, possível levar a cabo uma crítica aos instrumentos que a sociologia dispõe e constroem. Pensar

a génese e a estruturação da sociologia urbana, ainda que de forma preliminar, permite refletir sobre o facto de a ciência social ser, também, um *fenómeno ideológico*, quer dizer, produto de um conjunto de interesses que se situam, quer no seu interior, quer noutras esferas da sociedade que, em dado momento, partilharam consigo, de forma mais ou menos evidente e direta, objetivos complementares. A partir daqui poder-se-á abrir um conjunto de questões que permitam, quer uma reflexão alargada e conjugada entre as consequências da *luta particularmente científica* e a estrutura teórico-metodológica do próprio conhecimento científico, quer, num sentido mais vasto, sobre a dimensão axiológica que recobre as relações entre política e ciências sociais.

### Referências bibliográficas

- AGIER, Michel (1996), “Les savoirs urbains de l’anthropologie”, in *Enquête*, nº 4, 35-58.  
– (1999), *L’invention de la ville. Banlieues, Townships, Invasions et Favelas*, Paris, Éditions des Archives Contemporaines.
- AMIOT, Michel (1986), *Contre l’État les sociologues. Éléments pour une histoire de la sociologie urbaine em France (1900-1980)*, Paris, Éditions de l’EHESS.
- ATKINSON, Rowland & BRIDGE, Garry (2005), *Gentrification in a global context: the new urban colonization*, New York, Routledge.
- BACHELARD, Gaston (1966), *Le nouvel esprit scientifique*, Paris, F. Alcan.
- BAUDOUI, Rémy [et al.] (1990), “Écrire une histoire contemporaine de l’urbain”, in *Vingtième siècle, revue d’histoire*, nº 27, 97-105.
- BEAUD, Stéphane & PIALOUX, Michel (2003), *Violences urbaines, violence sociale*, Paris, Fayard.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine [et al.] (2003), *Retours en ville: des processus de “gentrification” urbaine aux politiques de “revitalisation” des centres*, Paris, Descartes.
- BLOCH, Marc (1983), “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, in *Mélanges Historiques*, Paris, Éditions Serge Fleury e Éditions de l’EHESS, pp. 35-43.
- BOURDIEU, Pierre (1976), “Le champ scientifique”, in *Actes de la Recherche in Sciences Sociales*, Vol. 2, nº 2-3, junho, 88-104.  
– (1989), “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”, in Pierre Bourdieu, *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, pp. 107-132.  
– (1993), “Effets de lieu”, in Pierre Bourdieu (dir.), *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil, pp. 250-252.  
– (2002), “Science, politique et sciences sociales”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 1/2, nº 141-142, 9-12.  
– (2004), *Para uma Sociologia da ciência*, Lisboa, Edições 70.
- BOURGOIS, Phillippe (2001), *En quête de respect: le crack à New York*, Paris, Éditions du Seuil.
- CASTELLS, Manuel (1972), *La question Urbaine*, Paris, Maspero.
- CASTELLS, Manuel [et al.] (1974), *Sociologie des mouvements sociaux urbains*, Paris, Éditions de l’EHESS.
- CASTELLS, Manuel & GODARD, Francis (1974), *Monopolville: l’entreprise, l’État, l’urbain*, Paris, Mouton.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude & LEMAIRE, Madeleine (1970), “Proximité spatiale e distance sociale. Les grandes ensembles et leur peuplement”, in *Revue Française de Sociologie*, nº 11, 3-33.

CHAPOULIE, Jean-Michel (2001), *La tradition sociologique de Chicago. 1892-1961*, Paris, Éditions du Seuil.

CORDEIRO, Graça (2003), “A Antropologia Urbana entre a tradição e a prática”, in G. Cordeiro, L. Baptista e A. F. da Costa, *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 3-31.

DAZAVIES, Laurent (2000), “La ville des économistes”, in Michel Lussault [et al.], *La ville et l'urbain: l'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 71-83.

DEPAULE, Jean-Charles (1996), “L'auto-désignation comme anthropologue”, in Sylvia Ostrowestsky (org.), *Sociologues en ville*, Paris, Éditions L'Harmattan, pp. 45-64.

DEPAULE, Jean-Charles & TOPALOV, Christian (1996), “La ville à travers ses mots”, in *Enquête*, n° 4, 1-14.

DUBET, François (1987), *La galère: jeunes en survie*, Paris, Fayard.

DURKHEIM, Émile (1960), *Les formes élémentaires de la vie religieuse: le système totémique en Australie*, Paris, Presses Universitaires de France.

DYOS, Harold (1973), *The victorian city: images and realities*, London, Routledge and K. Paul.

ENGELS, Friedrich (2010), *The condition of the working class in 1894*, Cambridge, Cambridge University Press.

FABIANI, Jean-Louis (2006), “À quoi sert la notion de discipline”, in J. Boutier, J.-C. Passeron e J. Revel, *Qu'est-ce qu'une discipline?*, Paris, Éditions de l'EHESS, pp. 7-30.

FIJALKOW, Yankel (2007), *Sociologie des Villes*, Paris, La Découverte.

GODARD, Francis (2000), “La ville: recherches transversales”, in Michel Lussault [et al.], *La ville et l'urbain: l'état des savoirs*, Paris, La Découverte.

GRAFMEYER, Yves (1994), *Sociologie Urbaine*, Paris, PUF.

– (2006), “Le quartier des sociologues”, in Jean-Yves Authier [et al.], *Le quartier. Enjeux scientifiques, actions politiques e pratiques sociales*, Paris, La Découverte, pp. 21-31.

GUERRA, Paula (2003), “A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para a abordagem de um objecto de estudo complexo”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 1, n° 13, 69-122.

HALBWACHS, Maurice (1909), *Les expropriations et les prix des terrains à Paris (1860-1900)*, Paris, E. Cornély.

HARVEY, David (2006), *Spaces of global capitalism*, New York, Verso.

HYOT, Homer (1939), *The Structure and Growth of Residential Areas in American Cities*, Washington DC, Federal Housing Administration.

INSTITUT DE SOCIOLOGIE URBAINE – PARIS (1968), “Propositions de recherches sur la vie urbaine”, in *Revue Française de Sociologie*, n° 9, 151-166.

KOKOREFF, Michel (2000), *La force des quartiers: de la délinquance à l'engagement politique*, Paris, Payot.

KUKLICK, Henrika (2004), “L'école de Chicago et la politique de planification urbaine. La théorie sociologique comme idéologie professionnelle”, in Isaac Joseph e Yves Grafmeyer, *L'école de Chicago*, pp. 333-367.

LA PRADELLE, Michèle de (2000), “La ville des anthropologues”, in Michel Lussault, *La ville et l'urbain: l'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 45-52.

LE BRAS, Hervé (2000), “La ville des démographes”, in Michel Lussault [et al.], *La ville et l'urbain: l'état des savoirs*, Paris, la Découverte, pp. 62-70.

LEPETIT, Bernard & PUMAIN, Denise (1999), *Temporalités urbaines*, Paris, Ed. Economica.

LÉVY, Jacques (1994), *L'espace legitime: sur la dimension géographique de la fonction*

*politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

LUSSAULT, Michel (2000), “La ville des géographes”, in Michel Lussault [et al.], *La ville et l’urbain: l’état des savoirs*, Paris, la Découverte.

MARIÉ, Michel (1996), “L’anthropologue et ses territoires. Qu’est-ce qu’un territoire aujourd’hui”, in *Espaces et sociétés*, n° 119, 179-198.

MASCLÉ, Olivier (2003), *La gauche et les cites: enquête sur un rendez-vous manqué*, Paris, La Dispute.

PARK, Robert (2004 [1929]), “La ville comme laboratoire social”, in Isaac Joseph e Yves Grafmeyer, *L’École de Chicago*, Paris, Flammarion, pp. 167-183.

PARK, Robert; BURGESS, Ernest & MCKENZIE, Roderick (orgs.) (1984), *The City*, Chicago, University of Chicago Press.

PERRY, Beth & HARDING, Alan (2002), “The future of urban sociology : report of joint sessions of the British and American Sociological Associations”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 26, n° 4, 844-853.

PHILIFERT, Pascal (2006), “Quand la politique parle du quartier...”, in Jean-Yves Authier [et al.], *Le quartier. Enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales*, Paris, La Découverte, pp. 86-97.

PINÇON, Michel & PINÇON-CHARLOT, Monique (2000), “La ville des sociologues”, in Michel Lussault, *La ville et l’urbain: l’état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 53-61.

PINOL, Jean-Luc (2000), “La ville des historiens”, in Michel Lussault, *La ville et l’urbain: l’état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 36-43.

REISSMAN, L. (1994), *The Urban Process*, New York, Free Press of Glencoe.

RÉMY, Jean & VOYÉ, Liliana (2004), *Cidade: Rumo a uma nova definição?*, Porto, Edições Afrontamento.

RONCAYOLO, Marcel (2005), *La ville et ses territoires*, Paris, Gallimard.

SASSEN, Saskia (1996), *Cities in a world economy*, California, Pine Forge Press.

SLATER, Tom (2006), “The Eviction of Critical Perspectives from Gentrification Research”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 30.4, 737-757.

SMITH, Neil (1996), *The urban frontier: gentrification and the revanchist city*, London, Routledge.

SPENLEHAUER, Vincent (1999), “Intelligence gouvernementale et sciences sociales”, in *Politix*, vol. 12, n° 48, 95-128.

THERNSTROM, Stephan (1969), *Nineteenth-century cities: essays in the new urban history*, New Haven, Yale University Press.

TISSOT, Sylvie (2005), “Les sociologies et la banlieue: construction savant du problème des ‘quartiers sensibles’”, in *Genèses*, 60, 57-75.

TOPALOV, Christian (2005), “Sociologie Urbaine”, in Massimo Borlandi [et al.] (dir.), *Dictionnaire de la pensée sociologique*, Paris, PUF, pp. 719-723.

– (2008a), “La ville, catégorie de l’action. Études Réunies et présentées par Christian Topalov – Présentation”, in *L’Année Sociologique*, vol. 1, n° 58, 2-6.

– (2008b), “Sociologie d’un étiquetage scientifique. Urban Sociology (Chicago, 1925)”, in *L’Année Sociologique*, vol. 58, n° 1, 203-234.

TOPALOV, Christian (dir.) (1999), *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France (1880-1914)*, Paris, Éditions de l’EHESS.

– (2002), *Les divisions de la ville*, Paris, Éd. UNESCO, Éd. de la Maison des Sciences de l’Homme.

TOPALOV, Christian & LEPETIT, Bernard (dir.) (2001), *La ville des sciences sociales*, Paris, Belin.

VALLADARES, Licia (2005), “Louis-Joseph Lebreton et les favelas de Rio de Janeiro (1957-1959): enquêter pour l’action.”, in *Genèses*, n° 60, 31-56.

VAN DAMME, Stéphane (2005), “Les sciences humaines à l’épreuve de la ville: les enjeux d’une archéologie des savoirs urbains (XVIIe-XXe siècles)”, in *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, 12, 3-15.

VELHO, Gilberto (2009), “Antropologia Urbana. Encontro de tradições e novas perspectivas”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 59, 11-18.

VENKATESH, Sudhir (2000), *American Project. The rise and the fall of the Modern ghetto*, Harvard, Harvard University Press.

WACQUANT, Loïc (2006), *Parias urbains: ghetto, banlieues, État*, Paris, La Découverte.

WARDE, Alan & SAVAGE, Mike (1993), *Sociologia urbana, capitalismo e modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

WEBER, Max (1966), *The city*, Illinois, Free Press.

WIRTH, Louis (2004 [1938]), “Le phénomène urbain comme mode de vie”, in Isaac Joseph e Yves Grafmeyer, *L’École de Chicago*, Paris, Flammarion, pp. 255-281.

## ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

### ***About the production of the territory. Urban sociology and power relations on territorial structuration as a political and scientific representation***

From a reflection about some data that outline the *social conditions of urban sociology production*, we attempt to illustrate how this area of knowledge is associated with the construction and generalization of political and scientific (di)visions of territory. By one hand we find the *field of social sciences* where different disciplines fight for a point of view determination and autonomy about urban territory. On the other hand, we find a network of complicity between the *political power field* and the *field of social sciences*, represented by sociology, where the first one try to impose an accurate social (di)vision of the territory, whereas the second one try to stabilize the disciplinary practice as a legitimate procedure. In both fields we find a quest for the imposition of a truth (scientific and political) on the territory, from which conceals the arbitrariness of the boundaries that limit the territory as an element of political and scientific interest.

**Keywords:** Urban sociology; Territory; Scientific field; Political field.

### ***À propos de la production du territoire. Sociologie urbaine et rapports du pouvoir dans la structuration du territoire comme représentation politique et scientifique***

À partir d’une réflexion sur quelques données qui se concernent à les *conditions sociales de production* de la discipline sociologie urbaine, on essaiera d’illustrer la façon sur laquelle cette domaine de la connaissance est associée à la construction et la généralisation de (di)visions – à la fois, politiques et scientifiques – sur le territoire. D’un côté on trouve le *champ des sciences sociales* où plusieurs disciplines combattent pour la détermination et l’autonomisation d’un point de vue sur le territoire urbaine. D’autre côté, on trouve un réseau de complicités entre le *champ du pouvoir politique* et le *champ des sciences sociales*, représenté pour la sociologie, où le premier cherche à imposer une vraie (di)vision social du territoire et le deuxième stabilise sa pratique en tant qu’une procédure disciplinaire légitime. Dans ces deux cas, on trouve une tentative d’imposition d’une vérité (scientifique et politique)

sur le territoire, à partir de laquelle se dissimule le caractère arbitraire des frontières qui limitent le territoire comme un élément d'intérêt politique et scientifique.

**Mots-clés:** Sociologie urbaine; Territoire; Champ scientifique; Champ politique.

***A propósito de la producción del territorio. La sociología urbana y las relaciones de poder en la estructuración del territorio como representación política y científica***

A partir de una reflexión en torno a algunos datos que esbozan las condiciones sociales de producción de la disciplina sociología urbana, se busca ilustrar como es que esta área de conocimiento se asocia a la construcción y generalización de (di)visiones – políticas y científicas - sobre el territorio. De un lado encontramos el campo de las ciencias sociales donde varias disciplinas combaten por la determinación y autonomización de un punto de vista científico sobre el territorio urbano. De otro lado encontramos una red de complicidades entre el campo del poder político y el campo de las ciencias sociales representado por la sociología, donde el primero busca imponer una verdadera (di)visión social sobre el territorio y el segundo sedimenta su práctica mientras procedimiento disciplinar legítimo. En ambos campos encontramos una búsqueda por la imposición de una verdad (científica y política) sobre el territorio, a partir de la cual se disimula la arbitrariedad de las fronteras que lo limitan mientras elemento de interés político y científico.

**Palabras-clave:** Sociología urbana; Territorio; Campo científico; Campo político.

## O fado e “as regras da arte”: “autenticidade”, “pureza” e mercado

Luciana F. M. Mendonça<sup>1</sup>  
*Universidade de Coimbra*

### Resumo:

O fado é o género mais importante da música popular portuguesa. Faz parte das representações hegemónicas da nacionalidade e é um ícone de Lisboa. Ainda, o fado tem um lugar de destaque no mercado da música, nacionalmente e no estrangeiro. Em contraste, entre as representações que legitimam a “autenticidade” do fado, encontra-se uma firme defesa das disposições amadoras. Alguns fadistas dizem que o “verdadeiro” fado nunca é (e, idealmente, nunca deveria ser) um meio para ganhar a vida; deve ser sempre uma expressão da alma. Os ecos do discurso da *art pour l’art* do século XIX podem ser reconhecidos aqui. O objetivo deste artigo é interrogar-se sobre como esse discurso pode ser reproduzido hoje. Quais são os seus significados? Que contradições há entre a existência deste tipo de discurso e a projeção do género no mercado musical?

**Palavras-chave:** “Autenticidade”; Campo musical; Fado; Mercado.

“Como é notório, é difícil falar de arte. Pois a arte parece existir em um mundo próprio, que o discurso não pode alcançar. Isso acontece mesmo quando ela é composta de palavras, como no caso das artes literárias, mas a dificuldade é ainda maior quando se compõe de pigmentos, ou sons, ou pedras, como no caso das artes não-literárias. Poderíamos dizer que a arte fala por si mesma: um poema não deve significar e sim ser, e ninguém poderá nos dar uma resposta exata se quisermos saber o que é o jazz.”

(Geertz, 1997: 142)

### Introdução

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre algumas questões relativas à construção do carácter “genuíno” e “autêntico” do fado lisboeta como género musical, em sua relação com o mercado. As reflexões aqui desenvolvidas são parte de um trabalho

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) (Coimbra, Portugal). Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). *E-mail:* lumendonsa@uol.com.br

de investigação mais amplo, de carácter etnográfico, sobre as práticas contemporâneas do fado da cidade de Lisboa<sup>2</sup>. Dentro deste tema mais geral, definido como o das *práticas fadistas contemporâneas*, tem-se por objetivo compreender dois conjuntos mais específicos de questões. O primeiro deles relaciona-se à noção de *circuito*<sup>3</sup>, ou seja, a forma como o fado organiza a circulação de atores sociais – turistas, ouvintes eventuais, amantes ou amadores do fado e profissionais de diversas gerações e classes sociais, com maior ênfase nos dois últimos tipos de atores – entre uma variedade de lugares de performance, identificando percursos e ritmos na dinâmica urbana. O segundo conjunto de indagações diz respeito aos significados atuais do fado e à sua relação com as questões de identidade, autenticidade, tradição e inovação. Esta segunda dimensão envolve uma reflexão sobre a natureza do fado como fenómeno artístico e social, que a investigação de terreno permite definir como tendo um escopo muito mais amplo do que a sua mera inscrição como género musical, o que vem a confirmar e aprofundar aquilo que já apontavam alguns autores (Carvalho, 1999; Castelo-Branco, 1994).

A investigação desenvolveu-se não só por meio de metodologias qualitativas, principalmente da observação participante, mas também incluiu a realização de entrevistas semiestruturadas<sup>4</sup>. Do ponto de vista da delimitação geográfica, o terreno situa-se na cidade de Lisboa e abarca apenas alguns sítios da Área Metropolitana, na medida em que estes se constituem como pontos fundamentais, atuais e históricos, dos circuitos fadistas. Do ponto de vista temporal, o presente etnográfico torna-se mais rico quando visto à luz dos processos de consolidação dos atuais modelos performáticos e da padronização dos lugares de apresentação, que se desenvolveram a partir das décadas de 20 e 30 do século XX.

Nesse período, fez-se sentir a padronização imposta pelo formato do disco, que veio limitar o tempo de cada canção ou fado à média de três minutos, bem como o peso da mão do Estado Novo (1926-1974), que impôs uma série de medidas de controlo sobre os ambientes de apresentação pública. Estas medidas envolveram, entre outras coisas, a exigência de carteira profissional para os executantes do fado e o registo e a censura prévia dos poemas, o que resultou numa maior fixação do repertório. Além disso, regulamentaram-se os espaços e criaram-se as casas típicas (donde se originaram as casas de fado<sup>5</sup> como se conhecem atualmente), onde o género podia ser apresentado junto com outras expressões folclóricas. É importante notar que esse não foi um processo que partiu apenas do Estado, visto que as casas também procuravam distanciar-se do carácter marginal que marcava os espaços de apresentação pública do fado até o início do século XX (Brito, 1999; Castelo-Branco, 2000; Klein e Alves, 1994; Nery, 2004

---

<sup>2</sup> Ficou excluída da investigação, por constituir-se num género completamente diverso em termos de origem e de características estéticas (poéticas, melódicas e interpretativas), a canção de Coimbra.

<sup>3</sup> Utilizamos aqui a noção como desenvolvida por Magnani (2002). Para dar uma breve definição, pode-se dizer que os *circuitos* são constituídos por um conjunto de lugares espacialmente distanciados, mas com funções e significados similares, dentro dos quais os sujeitos podem estabelecer diversos percursos individuais.

<sup>4</sup> Foram entrevistadas cerca de 20 pessoas do universo do fado, entre as quais se encontram, principalmente, proprietários de casas de fado e fadistas profissionais e amadores, distribuídos em diversas faixas etárias e com variados graus de escolarização.

<sup>5</sup> Os restaurantes ou as casas de fado atingiram maior consolidação nas décadas de 50 e 60 do século XX e foram paulatinamente eliminando a presença do folclore, bem como os estrados ou palcos, o que levou a abolir a separação entre público e fadistas.

e 2010). O caráter marginal foi interpretado mais tarde como elemento marcante da singularidade do fado e retomado, principalmente a partir da década de 80 do século passado, o que veio a gerar uma série de espaços de fado amador, denominados de “fado vadio”. Essa diversidade de tipos de lugares de fado será retomada ao longo do texto porque é outro elemento a considerar na análise da sua “autenticidade”.

A ideia central deste artigo surgiu durante a primeira entrevista realizada, quando se ouviu da boca de um proprietário de uma casa de fado num bairro histórico de Lisboa, um discurso sobre as origens do fado, que servia não só para afirmar o seu caráter circular (no sentido *bakhtiniano* do termo<sup>6</sup>), mas principalmente para definir a sua “essência” como “pura expressão da alma”, o que fez imediatamente lembrar os discursos dos defensores da “arte pela arte” no século XIX, como analisados por Pierre Bourdieu (1996). Fosse aquela uma fala isolada e pouco se teria a discutir. No entanto, afirmações do mesmo tipo (embora com variadíssimos contornos) emergiram em outras entrevistas e em inúmeras conversas informais durante a realização da investigação de terreno.

Assim, além de analisar as tensões no campo do fado, pretende-se apontar para alguns limites e potencialidades da aplicação dos conceitos de Bourdieu aos campos artísticos e, mais especificamente, ao campo da música popular urbana, objetivo secundário, mas não menos importante deste artigo. Ao analisar o material etnográfico recolhido no terreno e confrontá-lo com a teoria, procura-se discutir, por um lado, a produtividade do uso das categorias *bourdianas* por meio da análise da convivência contraditória entre discursos de valorização do reconhecimento público (e no âmbito do mercado da música, com especial atenção para as apresentações ao vivo fora dos ambientes de concerto) e discursos da “arte pura” e da expressão genuína de sentimentos. Por outro lado, analisam-se as contradições presentes nas práticas e nas representações a elas relacionadas que são, ao mesmo tempo, económicas e de “pura” expressão da subjetividade.

## 1. Discursos nativos

Como se referiu brevemente acima, na primeira entrevista realizada no âmbito da investigação sobre as práticas fadistas, o discurso do interlocutor, o proprietário de uma casa de fados, com cerca de 60 anos, nascido e criado em Alfama, revelou um perfil algo surpreendente naquele momento. Perguntava-lhe, na ocasião, o que pensava ser o fado *hoje* e ele referia-se continuamente ao passado: este foi o primeiro elemento de surpresa. Em sua fala, enfatizava especialmente um passado relacionado às origens do fado, trazendo à baila uma das mais célebres versões mítico-históricas sobre as origens e a expansão social do género: a relação amorosa entre a prostituta Maria Severa (1820-1846), que viveu na Mouraria, e o Conde de Vimioso, que teria levado o fado para os salões da nobreza (Brito, 1999; Nery, 2004). A articulação da narrativa fez ressaltar os aspetos míticos, na medida em que o passado rememorado

---

<sup>6</sup>Ao analisar a presença de elementos de cultura popular na obra de François Rabelais, Bakhtin (1999) promove uma reflexão mais ampla sobre as relações entre culturas populares e hegemónicas ou oficiais ao longo da história ocidental. O autor mostra como ambas moldam-se e definem-se mutuamente e criam fronteiras por vezes menos ou por outras mais permeáveis, com transposição de conteúdos. Esse processo de mão dupla, de modelações recíprocas e “empréstimos” é chamado de circularidade cultural.

não foi tratado como memória, mas como elemento da atualidade do fado, revivido nas performances “autênticas”. Tudo se passa não como se o passado constituísse o presente, mas como se fosse ele próprio presente.

Depois de explorar alguns detalhes dessa história, o interlocutor passou a falar sobre a sua compreensão pessoal do que é o fado, afirmando que é “um estado de alma” e que nunca deveria “ser vendido como uma mercadoria”. E acrescentou que “(...) o fado não é um objecto, mas algo que acontece quando o fadista partilha as suas emoções através da interpretação de um poema”. De acordo com este interlocutor, “(...) o fado verdadeiro não pode ser nunca uma forma de ganhar dinheiro”, ou seja, quando é cantado por compromisso profissional, não acontece verdadeiramente.

O segundo elemento de surpresa foi, portanto, ouvir da boca de alguém que dirige um negócio no setor da restauração, cuja associação com apresentações de fado ao vivo é intrínseca ao modelo do seu estabelecimento, e que, portanto, sobrevive diretamente do fado, afirmar que a sua “verdadeira” expressão deve, necessariamente, estar desvinculada de qualquer carácter comercial. Embora as posições de sujeito e o próprio sistema de relações internas e externas ao campo sejam completamente diversas, como se analisará a seguir, qualquer semelhança com os discursos de Flaubert para os seus congéneres mais jovens, ao recomendar que não escrevessem para os jornais e não vendessem o seu trabalho para não corromper a sua arte (*apud* Bourdieu, 1996), não é mera coincidência: é um mecanismo de construção da autenticidade comum a várias artes, em diversos contextos sócio-históricos, mas que apresenta componentes específicas em cada um deles, incluindo o fado, como se pretende deixar claro ao longo do texto.

Como se assinalou de passagem anteriormente, essas afirmações não seriam dignas de nota se fossem apenas a opinião isolada desse proprietário de casa de fado. O que chamou a atenção com a continuidade da investigação foi o facto de que tal tipo de afirmação, assim como certas frases de impacto, como “Eu canto porque a alma pede”, longe de serem surpreendentes, são recorrentes. No terreno, a repetição de discursos similares ocorreu tanto nas entrevistas formais, quanto nas conversas informais. Talvez, mais surpreendente do que os discursos, seja o contraponto entre palavras e ações. Vem à lembrança um dia em que se entrevistou uma gerente de casa de fado, que proferiu o mesmo tipo de discurso que relaciona o fado à expressão da alma; no entanto, mesmo sendo ela também fadista amadora, estava a enviar mensagens de telemóvel e a conferir contas durante a performance. Isto remete para um campo de contradições entre prática e representações, que merece uma análise mais acurada.

Mesmo em entrevistas realizadas por outros investigadores e, no caso que se citará, entre fadistas profissionais com alto reconhecimento, essa questão aparece. Por volta dos finais de 1998 e o início de 1999, Amália Rodrigues declarava: “O fado é uma coisa que não se procura, que não se vai comprar. O fado tem de estar dentro das pessoas, conforme a alma que a pessoa tem e... sei lá... a maneira como tem alma, quer dizer, tem de ter sensibilidade, tem de perceber aquilo que diz” (Baptista-Bastos, 1999: 37). Para Amália, certamente, o seu sucesso comercial não lhe retirava a genuinidade com que expressava a sua alma fadista.

Considerando-se um sistema de relações complexas e, por vezes, contraditórias, posturas que estabelecem um corte radical entre o “verdadeiro fado” e a atividade

profissional confrontam-se, em diversos momentos, com a afirmação comercial dos fadistas profissionais. Em um trecho do caderno de campo, encontra-se a descrição de uma conversa bastante ilustrativa entre esta investigadora, um fadista profissional e outro amador, ocorrida durante a observação de uma sessão de fados em Alfama, no dia 3 de maio de 2010, que se passa a citar a seguir:

“Na hora do intervalo, fui para a rua e comecei a conversar com dois fadistas: um profissional de renome e outro amador, com quem me encontro frequentemente em diversos ambientes de fado e a quem já ouvi cantar muitas vezes. Perguntei ao profissional se ele não iria cantar. Ele disse que não e a resposta desencadeou uma pergunta por parte do fadista amador: porque o profissional (quase) nunca cantava informalmente, ou seja, fora dos espaços em que era fadista convidado ou atracção principal da noite? A resposta foi clara: ‘Eu tenho um público que paga para ouvir-me cantar e é para esse público, que me aprecia, que eu canto. Não estou disposto a enfrentar uma audiência que está, por acaso, num sítio em que também estou; alguns gostarão de mim e saberão apreciar o que dou em cada fado; outros, não. Tenho que preservar-me para o meu público’. A conversa continuou animada, com o fadista profissional a falar de seus espectáculos... (...) Mais tarde, quando o profissional já havia ido embora, o fadista amador voltou-se para mim e disse: ‘Está a ver do que eu falava antes? Ele, como outros, importa-se mais em ganhar dinheiro do que com o fado. Como é que se pode cantar com alma assim? Eu não canto por dinheiro; só canto quando me apetece. Se não me apetece, se não sinto bom ambiente, não canto. Quem é profissional tem de cantar o que lhes mandam cantar ou o que o público pede. Eu canto somente os fados de que realmente gosto e canto aqueles que estão mais em sintonia com o meu estado de espírito num determinado dia’.”

Embora o episódio relatado acima demonstre uma demarcação vincada entre as posições de um fadista amador e outro profissional (“não se deve cantar por dinheiro” em oposição a “canto para o meu público”, que é, necessariamente, um público pagante), no campo do fado, as fronteiras entre as práticas amadoras e as profissionais são difíceis de estabelecer, porque comportam uma série de práticas intermediárias entre a dedicação exclusiva à atividade fadista, a sua conjugação com outra atividade profissional ou cantar “apenas” por gosto. Alguns proprietários, ou mesmo funcionários de estabelecimentos que dão fados regularmente e que ganham a vida com essa atividade, também cantam fado, muitas vezes sem receber dinheiro diretamente pela performance artística. No sentido oposto, amadores podem, eventualmente, ser contratados para cantar, ser remunerados e, até, considerar isto positivo. Certa vez, uma fadista amadora, em conversa informal, disse: “Eu acho bom porque gasto muito deslocando-me para os fados. Dá, pelo menos, para pagar o combustível”.

Deve-se, também, considerar que é difícil estabelecer uma fronteira bem delimitada entre, por um lado, o fado “puro”, feito com alma e pela alma, e, por outro, o fado “comercial”, especialmente quando se leva em conta que, do quotidiano do fado, fazem parte as casas típicas, cujo público, em geral, não é o dos amadores de fado. Um trecho da entrevista do célebre fadista, já falecido, Fernando Maurício (o “rei sem coroa”), traz uma das versões dessa fronteira. Quando o entrevistador pergunta se “o fado para turistas é uma adulteração”, se não é “uma pureza de fado”, Fernando Maurício responde:

“Exactamente. (...) Não é a pureza. Eu estive nas grandes casas deste país, na Adega Machado, estive no Faia e... não é pureza. A pureza, por exemplo, é onde eu estou. É um restaurante que dá almoços e jantares, e à sexta e sábado, o fado. E as pessoas dizem assim: ‘isso é o verdadeiro fado’” (Baptista-Bastos, 1999: 155).

Para contextualizar essa afirmação, é necessário dizer, em primeiro lugar, que Fernando Maurício também era remunerado no restaurante mencionado, Os Ferreiras. Assim, percebe-se que, para este fadista e para alguns outros, a questão não é cantar de maneira profissional (e remunerada), mas sim de ambiente e, no caso específico, o ambiente caracterizava-se (e ainda se caracteriza) pela presença de um público composto, sobretudo, por amantes do fado e pela partilha das sessões com um conjunto de profissionais ou jovens aspirantes a tal, reconhecidos pelo interlocutor como verdadeiros fadistas. Maurício não o menciona na entrevista, mas, à época, cantavam com ele n’Os Ferreiras, entre outros, Artur Batalha (conhecido como “o príncipe do fado”) e Ricardo Ribeiro, fadista jovem, mas que logo alcançou o reconhecimento da crítica e do público.

Em segundo lugar, vale relembrar que o público das mais conceituadas casas de fado de Lisboa, como o Bacalhau de Molho, o Clube de Fado, o Luso ou o Sr. Vinho, é composto, maioritariamente, por espectadores estrangeiros. Mas isto não esgota a questão, porque, por um lado, essas mesmas casas contam com elencos compostos por intérpretes altamente reconhecidos dentro do próprio campo do fado, considerados “verdadeiros fadistas”, merecendo um lugar entre aquelas/es que cantam com alma. Por outro lado, nem todos os que trabalham ou trabalharam em casas de fado consideram que o ambiente pode macular a “pureza” do fado. Muitas vezes ouviu-se, tanto em situações formais de entrevista quanto em conversas informais, que as casas de fado são como um “laboratório” para os fadistas, na medida em que permitem aprender e treinar o repertório dos fados “clássicos”, colocar à prova a capacidade de entrega e execução, testar a interpretação de novos poemas aplicados aos fados tradicionais, entre outras coisas.

Poder-se-ia multiplicar o rol das opiniões divergentes no meio fadista. Contudo, o pequeno quadro construído permite uma aproximação com a questão que este artigo visa enfrentar: considerando-se o quadro teórico de Bourdieu, sobretudo a sua teoria dos campos, a analogia entre, por um lado, o discurso que situa a autenticidade do fado, a partir da sua definição como “arte pura”, e, por outro, o discurso da “arte pela arte” do século XIX, é apenas aparente. Vejamos o porquê, passando antes por uma breve síntese da teoria de Bourdieu.

## 2. Bourdieu e a análise sociológica das artes

Embora a obra de Bourdieu seja do conhecimento do público leitor de ciências sociais em geral – e, nisto, o público português não é exceção<sup>7</sup> –, vale a pena sumarizar alguns aspetos fundamentais do seu trabalho no que diz respeito à reflexão sobre o campo literário e à definição de campo de maneira mais abrangente. Aplicável a uma diversidade de âmbitos de relação social (economia, religião, poder, ciências, arte e assim por diante), o campo é um espaço de disputa. Sua estrutura “(...) é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico” (Bourdieu, 2003a: 120). As estratégias de conservação ou inovação partem das estruturas existentes para mantê-las ou transformá-las.

No caso do fado, uma das estratégias de conservação do campo e, portanto, de afirmação de autores (conquista de autoridade específica), foi a proliferação de composições de fados “castiços” ao longo da primeira metade do século XX. Partindo das melodias de base dos fados Mouraria, Corrido e Menor, considerados, desde então, os mais “tradicionais” ou “rigorosos”, guitarristas como Jaime Santos (1909-1982) e Armandinho (1891-1946) compuseram novos fados tradicionais, como o Alfacinha, o Alvitto, o Latino e o Sevilha, do primeiro, e o da Adiça, o Alexandrino Antigo, o Estoril e o Penim, do segundo (Nery, 2004). É importante ressaltar que, em ambos os casos, a virtuosidade e o caráter inovador como intérpretes e acompanhadores também foi fator decisivo para a consolidação desses guitarristas no campo, num interessante exemplo de combinação entre conservação e subversão da estrutura de distribuição do capital específico.

Um aspeto que chama a atenção no próprio desenvolvimento da teoria dos campos é a interação dinâmica entre o aparato conceptual e o contexto histórico analisado. Dentro disso, uma das elaborações fundamentais de Bourdieu, em *As regras da arte*, é a categorização de uma articulação específica entre o campo literário e os campos económico e político nos meados do século XIX. Sua interpretação daquele momento histórico permite-lhe identificar claramente três posturas fundamentais dentro das artes literárias: a dos que produziam para o mercado, a da literatura ou arte social e a da “arte pela arte”. Estas três categorias representam posições em disputa no campo, que correspondem a uma articulação específica entre os diferentes *habitus*<sup>8</sup> e as estruturas de poder, no contexto de um processo de consolidação do mercado de bens simbólicos em França e de autonomização do campo literário<sup>9</sup>.

Podem-se enumerar as vantagens dessa perspectiva sobre as artes. Ela permite olhar através do discurso dos artistas, desvendando as fantasias, romantizações e reelaborações

---

<sup>7</sup> Em Portugal, vários têm sido os autores a utilizarem criticamente a teoria de Bourdieu. Para um conjunto de debates, envolvendo diversas áreas de investigação sociológica, veja-se Pinto e Pereira, 2007.

<sup>8</sup> O *habitus* é um “(...) sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim.” (Bourdieu, 2003a: 123).

<sup>9</sup> Sobre a autonomia dos campos, Bourdieu (1996: 246) explica: “O grau de autonomia de um campo de produção cultural revela-se no grau em que o princípio de hierarquização externa aí está subordinado ao princípio de hierarquização interna: quanto maior é a autonomia, mais a relação de forças simbólicas é favorável aos produtores mais independentes da demanda e mais o corte tende a acentuar-se entre os dois pólos do campo, isto é, entre o subcampo da produção restrita, onde os produtores têm como clientes apenas os outros produtores, que são também seus concorrentes diretos, e o subcampo da grande produção, que se encontra simbolicamente excluído e desacreditado”.

sobre as suas práticas. Revela, ainda, o lado menos luminoso das disputas estéticas, mostrando que os artistas não estão imunes ao conjunto de determinações sociais e económicas, que afetam qualquer membro da sociedade, mas que adquirem contornos específicos dentro de cada campo em particular.

Sem pretender dar conta da literatura crítica à análise de Bourdieu a respeito dos campos artísticos, convém, contudo, assinalar que há uma gama variada de autores que apontam para algumas limitações. A despeito do quadro teórico consistente que constrói para analisar as disputas dentro dos campos artísticos e para situar a criatividade num conjunto de relações sociais, que permitem e moldam a sua existência, falta resgatar a especificidade do debate sobre a arte de um ponto de vista interno às obras (Hennion, 1993 e 2003; Martins, 2004; Prior, 2011; Sarlo, 1997). Em suma, deve-se reconhecer que a sua perspetiva produz uma visão crítica da ideia de desinteresse e sacerdócio estético, mas o fiel da balança fica desequilibrado porque desconsidera as “(...) resistências propriamente estéticas que produzem a densidade semântica e formal da arte. O problema dos valores fica assim liquidado, juntamente com os mitos da liberdade absoluta de criação” (Sarlo, 1997: 144).

Apontando para passagens mais específicas de *As regras da arte*, Martins (2004) analisa a aproximação de Bourdieu às obras literárias, procurando evidenciar aspetos pouco debatidos da sua teoria geral dos campos, fazendo eco às críticas de Sarlo. Como ressalta o autor, “(...) em que pese a produtividade de sua abordagem, ela muitas vezes desconsidera a dimensão propriamente singular do fenómeno estético, equiparando-o a outras dimensões da experiência humana que a rigor são bastante heterogêneas” (Martins, 2004: 64). Aprofundando essas considerações, chama a atenção para o facto de que nem sempre a estrutura de uma obra de arte é “(...) apenas ‘a estrutura do espaço social no qual seu próprio autor estava situado’, pois ela pode ultrapassar este último (...) rumo à sua própria existência singular como fenómeno estético” (*idem*: 67). É certo que Bourdieu reconhece, em algumas passagens de *As regras da arte*, que as obras podem, por vezes, transcender os limites dados pelo campo, tendo potencial para transformar o espaço social em que foram criadas, mas o autor não leva a sua análise a uma reflexão mais profunda sobre esta possibilidade.

Essa desconsideração da especificidade das obras de arte faz com que Bourdieu as equipare a mercadorias destinadas ao consumo ostentatório, dizendo que compositores como Albinoni, Chopin e Vivaldi perderam o seu valor simbólico sob o efeito do seu consumo alargado, assim como certos perfumes ou roupas de grife. Mas será que isso acontece com todos os bens simbólicos? Tanto Martins (2004) quanto Hennion (1993 e 2003) fazem comentários críticos a este tipo de equiparação entre obras musicais e mercadorias comuns, pois desconsidera “(...) aquilo que é mais singular na obra de arte: a transfiguração estética que ela realiza e que lhe permite atravessar um percurso histórico de longa duração” (Martins, 2004: 70). Ambos os autores também chamam a atenção para o valor artístico específico de J. S. Bach, e Hennion (1993 e 2003) o faz com maior profundidade, em função do seu estudo sobre a relação entre, por um lado, Bach e a construção do discurso, do gosto musical e da própria noção do que é música hoje no ocidente, sobretudo por sua valorização no século XIX, e, por outro, por colocar em relevo a relação entre o compositor e os amadores atuais. Na sociologia

da música de Hennion, as determinações do *habitus* e do jogo de forças no interior do campo são substituídas pelo conceito de mediação.

Além do exposto, convém lembrar que Bourdieu tinha uma confessada dificuldade de falar sobre música. Em “A origem e a evolução das espécies de melómanos”, o autor afirma: “A música é, se assim se pode dizer, a mais espiritualista das artes do espírito e o amor da música é uma garantia de ‘espiritualidade’. (...) A música é solidária da alma. (...) A música é a arte ‘pura’ por excelência” (Bourdieu, 2003b: 163-164). Nesta passagem, reconhece a especificidade da linguagem musical e as resistências propriamente estéticas que ela oferece, apontando para o seu caráter “espiritual” e de arte “pura”. Embora nesta entrevista a reflexão não se aprofunde muito, pode-se dizer que a música é, de todas as artes, a que menos se materializa, dependendo da sua interpretação e do seu desenrolar no tempo. Nisto, equipara-se com outras artes performáticas, mas, diferentemente da dança e do teatro, por suas propriedades físicas, descola-se completamente do corpo do músico e dos instrumentos, sendo capaz de atravessar barreiras espaciais, atingindo o espírito e o corpo do ouvinte.

Na mesma ordem de reflexões sobre o caráter inefável da música, Bourdieu afirma que: “As experiências musicais estão enraizadas na experiência corporal mais primitiva. (...) A mais mística, a mais ‘espiritual’ das artes talvez seja simplesmente a mais corporal” (*idem*: 165-166). Como diria Claude Lévi-Strauss (1997: 69): “A música não tem palavras. (...) exclui o dicionário”. Nela, a relação entre significante e significado é completamente flutuante e os seus significados só se revelam no conjunto e não em cada fonema ou sintagma. Certamente, no caso da música, é muito mais difícil estabelecer homologias entre a estrutura das obras e a estrutura social ou a estrutura do espaço social onde se move o artista, como Bourdieu faz com a *Educação sentimental*, de Flaubert.

O que acontece mais frequentemente na obra de Bourdieu, quando o assunto é música, é o estabelecimento de relações entre o gosto e o *habitus*, considerando que os gostos musicais permitem classificar “infalivelmente” as pessoas em termos de suas posições sociais (Bourdieu, 1979, 2003b). Ao relacionar gosto e *habitus*, o autor refere-se a duas formas de adquirir o gosto musical: pela “familiaridade originária” ou “pelo gosto passivo e escolar do amador de gravações” (2003b: 167). Entretanto, até que ponto essa afirmação é universal (mesmo se aplicada exclusivamente às sociedades ocidentais), ao se considerarem os variados contextos sociais em que a música é apreciada? Até para o caso da França contemporânea, como demonstram os trabalhos de Antoine Hennion, há uma diversidade grande de modalidades de aprendizado, apreciação e uso da música, que não encontram uma correspondência tão regular em relação às divisões de classe social.

Além disso, convém apontar, tendo em vista a análise do objeto específico deste artigo, que há um fator não considerado na abordagem de Bourdieu, relacionado às expressões populares: geralmente, os seus amadores estão ligados a elas justamente por uma “familiaridade originária”, que convive, em muitos casos, com a apreciação de gravações. É o que acontece no fado. Ao considerar o funcionamento das instâncias de conservação e consagração, no âmbito da produção e da circulação de bens simbólicos, Bourdieu praticamente ignora a existência de um setor de produção cultural que se desenvolve em interação dinâmica e contraditória em relação aos dois âmbitos por ele definidos: o das expressões populares de tradição oral.

As chamadas “culturas populares” são, como define Hall (2003), um espaço de disputas, sobretudo quando está em jogo a sua utilização como símbolos da nacionalidade e da especificidade local. Sobre elas, pesam os juízos e processos de interpretação e ressignificação empreendidos pelo campo erudito, como pesam as interações com o mercado de bens simbólicos, que transformam práticas de vivência quotidiana em mercadoria; também as “culturas populares” reinventam-se, utilizando, nos seus processos criativos, os produtos da indústria cultural. Este é mais um ponto importante a considerar na análise do fado, pois, atualmente, os processos de aprendizado pela via da transmissão direta, face a face, convivem com o consumo de discos, de rádio, de filmes e da utilização de diversas fontes via Internet.

Ao especificar as características próprias do campo da indústria cultural, diferenciando-o do campo de produção erudita, Bourdieu afirma:

“O sistema da indústria cultural – cuja submissão a uma demanda externa se caracteriza, no próprio interior do campo de produção, pela posição subordinada dos produtores culturais em relação aos detentores dos instrumentos de produção e difusão – obedece, fundamentalmente, aos imperativos da concorrência pela conquista de um mercado, ao passo que a estrutura de seu produto decorre das condições econômicas e sociais de sua produção” (Bourdieu, 1992: 136).

Na visão de Bourdieu, a indústria cultural produz uma arte, na qual as articulações estéticas se subordinam às decisões comerciais, justamente por ser voltada para um “público médio”. Entre as contribuições do autor para a análise do consumo cultural está a sua ênfase em mostrar as interrelações das classes sociais, estilos de vida e padrões de consumo através da noção de *habitus*, que permitiria analisar, no campo da música, a correlação entre determinadas frações de classe e estilos musicais ou subestilos dentro de um determinado género, como é o caso aqui. É por isso que, apesar de todas as ressalvas e do facto de nunca ter tomado a música como objeto de análise aprofundada, Bourdieu influenciou um grande número de investigadores na sociologia da música, gerando-se um conjunto bastante significativo de trabalhos acerca dos mais variados géneros em diversos países (Prior, 2011).

### 3. O campo do fado

Ao ensaiar uma interpretação do universo fadista sob a perspectiva da teoria de Bourdieu, pergunta-se: como se forma e se consolida o campo ou o subcampo do fado? E, sobretudo, qual é a sua configuração atual? Para responder a estas questões, é necessário ao menos uma nota histórica, considerando a formação do género na primeira metade do século XIX e a sua paulatina expansão ao longo do século XX. Por mais importantes que sejam as mudanças nos ambientes, uma componente essencial da vida do fado, nos seus quase dois séculos de existência (de acordo com a teoria hegemónica hoje sobre a origem do fado), é a sua partilha em espaços de proximidade (tascas, restaurantes, tertúlias). Mas, mesmo esses espaços de proximidade podem ser tipificados como mais ou menos “verdadeiramente” fadistas. Em geral, os diversos agentes do meio atribuem um carácter mais “genuíno” aos espaços marcados pela espontaneidade e pela gratuidade, especialmente as tascas e as tertúlias de amadores de fado em sociedades recreativas ou

outros lugares. No entanto, como se viu na primeira parte, as avaliações não são unívocas e, sobretudo a partir da década de 80 do século XX, mesmo o caráter “espontâneo” de determinados estabelecimentos tem sido sublinhado, por exemplo, por meio da oferta e anúncio de “fado vadio”, ou seja, amador e sustentado por quem aparece disposto a cantar, para atrair público. Em alguns casos, é patente o caráter construído da “espontaneidade”.

Retomando um pouco da história da expansão do género, o fado acompanhou a própria formação de um mercado de bens simbólicos em Portugal, primeiro com um mercado de partituras, desde o século XIX e, depois, ao longo do século XX, com o desenvolvimento da indústria fonográfica, do rádio, do cinema, do teatro de revista e da televisão (Nery, 2004). Considerando os aspetos relacionados à discografia, é de notar que o fado foi gravado desde o início do século XX, quando a indústria ainda não estava implantada em Portugal e técnicos britânicos deslocavam-se ao país para registar as interpretações dos fadistas da época (Vernon, 1998). Ao longo desse século, as gravações tiveram impulso com o surgimento de companhias portuguesas, a partir dos anos 30. Quanto ao prestígio do género, embora o fado tenha vivido um período de “baixa” depois do 25 de Abril de 1974, vem vivendo uma fase ascendente desde a década de 90 (Nery, 2004). Novos fadistas e gravações “clássicas” do género têm sido lançados e relançados. Aliás, o fado é uma “presença constante, ainda que minoritária” nos catálogos das editoras e encontra-se entre as edições mais vendidas no país (Neves, 1999: 110). Além disso, o fado tem sido historicamente o género privilegiado por meio do qual a música popular portuguesa se internacionaliza, exceção feita à música “pimba”, que tem enorme projeção junto das “comunidades” portuguesas emigradas, bem como a um ou outro grupo ou artista que se projeta internacionalmente, como foi o caso dos Madredeus, sobretudo ao longo dos anos 90 do século XX, beneficiando-se também da consolidação de um mercado de *world music*. Inegavelmente, o fado tem um lugar no mercado da música e seu papel não é menos relevante na dinâmica cultural e turística lisboeta, com numerosos concertos, estabelecimentos públicos com sessões regulares e tertúlias eventuais. Ou seja, ao analisar o campo do fado, convém considerar um conjunto de práticas diversas, mas interligadas, com variados graus de mercantilização. Ainda é importante lembrar que grande parte dos fadistas profissionais tem algum disco gravado, mesmo que seja sob a forma de edição de autor.

Em relação ao trabalho de campo que nutre este artigo, considera-se que é cedo para proceder a uma tipificação dos sujeitos no campo do fado. Tal classificação, provavelmente, emergirá no final da análise dos dados recolhidos. No entanto, vale o exercício de colocar alguma ordem à informação. Fazendo uma redução a partir dos exemplos apresentados e considerando-se apenas a dimensão da relação com o mercado, definir-se-iam, provisoriamente, três categorias: a dos fadistas no mercado; a dos fadistas “moderados” (aqueles que assumem uma posição intermédia, cantando de forma remunerada ou não, apresentando-se em espaços profissionais ou em situações informais); e a dos fadistas antimercado. Um dos problemas que emergem desta classificação provisória é que, diferentemente das categorias identificadas por Bourdieu quanto aos literatos dos meados do século XIX em França, não há uma correspondência entre as posições no mercado de bens simbólicos e a pertença a uma classe social no campo do fado no século XXI.

Alguns casos de fadistas com carreira profissional são esclarecedores quanto à desconexão entre a situação de estar em pleno no mercado e o *status* social de origem dos fadistas. Pode-se perguntar, por exemplo: o que diferencia, para além do pertencimento de classe, fadistas como Jorge Fernando, nascido em um bairro social lisboeta, de Camané, filho de uma família de classe média, e de Nuno da Câmara Pereira, portador de uma herança não só no fado (o que o coloca em pé de igualdade com outros fadistas, incluindo o próprio Camané), mas também entre a nobiliarquia portuguesa? A mesma pergunta poderia ser feita quanto às fadistas mulheres: o que diferencia Aldina Duarte, filha de uma criada, de Mariza, cuja família retornou de Moçambique para Portugal em 1977, e da médica Kátia Guerreiro?<sup>10</sup> Cada um/a dos/as fadistas mencionadas/os tem uma posição sólida no mercado do fado, mas *habitus* bastante diversos.

Poder-se-iam multiplicar os exemplos para as três categorias, mas, para o leitor não muito familiarizado com o universo do fado, de nada adiantaria. O que é importante ressaltar é a não coincidência entre a posição no mercado e uma dada origem de classe social. Em relação aos fadistas profissionais, a exigência de que se exponham pouco é uma condição para singrarem na carreira, muitas vezes imposta pelos produtores, mas que, de qualquer modo, está em consonância com o uso da “raridade” como forma de distinção. Quanto aos fadistas amadores ou em processo de profissionalização, encontra-se a mesma variedade de origens sociais.

O que complica ainda mais a elaboração de uma classificação é que, ao contrário do que Bourdieu pode identificar, nos meados do século XIX, em relação aos literatos, não é possível estabelecer uma correspondência, no atual campo do fado, entre posições de classe, posições em relação ao mercado e posicionamentos estéticos. Para considerar apenas os fadistas mencionados, todos eles têm os pés bem fincados num repertório consagrado, seja ele o de Amália Rodrigues ou os do fado tradicional<sup>11</sup> propriamente dito (de qualquer modo, um repertório que é aceite de acordo com os cânones do género). O caso de Jorge Fernando é bastante interessante. Além de ser produtor e de atuar numa casa de fados quase todos os dias, compõe inúmeros fados canção, muitos deles sucessos nas vozes de Ana Moura e Mariza, entre outros fadistas; mas isso caminha *pari passu* com a composição e interpretação de letras para fados tradicionais; e, se alguma vez o seu estatuto de “verdadeiro” fadista foi questionado, isto nunca abalou o seu reconhecimento público como tal e muito menos o reconhecimento entre os pares.

Muitos outros comentários poderiam ser tecidos sobre a diversidade estética no campo do fado. Convém apenas pontuar, a título de exemplo, que Camané geralmente

---

<sup>10</sup> As fadistas e os fadistas aqui escolhidos não representam nenhum juízo de valor por parte da investigadora, nem refletem gostos pessoais. Figuram no artigo apenas em função do seu caráter exemplar para o que se quer demonstrar e da sua acessibilidade a um público mais vasto do que aquele estritamente afeto ao fado. Os discos de qualquer um deles podem ser encontrados nas grandes superfícies ou boas lojas do ramo.

<sup>11</sup> *Grosso modo*, a diferença entre fado tradicional e fado canção estabelece-se por uma série de componentes poético-musicais. Os fados tradicionais, via de regra, não possuem refrão e são formas musicais fixas (harmônica e às vezes também melodicamente) às quais se podem aplicar diversos poemas, desde que haja uma adequação entre os compassos da música e a métrica dos poemas, em geral, quadras, quintilhas, sextilhas ou décimas. Os fados canção têm uma música composta especificamente para um poema e, salvo raríssimas exceções, possuem refrão. Essa diferença também se expressa nos momentos de performance: quando um/a fadista vai cantar um fado tradicional, pede-o ao guitarrista e ao viola pelo nome da música (fado Menor, Bailado, ou Alberto); quando vai cantar um fado canção, diz o nome do poema, por exemplo, “Nem às paredes confesso” ou “Triste sina”.

não canta e não grava poemas que têm por temática o ambiente tauromáquico ou os temas vinculados a tragédias num estilo passadista (os ditos “fadados da desgraçadinha”); o mesmo se pode dizer de Aldina Duarte, que canta muitos poemas de autoria própria. Ambos seguem uma linha de atualização das temáticas do fado. Se o fado é quotidiano, é vida, eles buscam colocar os seus elementos existenciais naquilo que fazem. Outros jovens fadistas têm feito o mesmo. Em entrevista a esta investigadora, um jovem fadista do Alentejo disse: “Eu ponho lá o meu espaço. Não poderia deixar de pôr, porque o fado é isso, é o quotidiano da gente”.

Outra consideração interessante desse intérprete referiu-se ao valor da tradição. Ele usou a mesma metáfora utilizada por outro fadista, guitarrista, muito mais velho. Dizia que a tradição é um edifício a partir do qual se podem construir outras coisas, desde que se tenha domínio sobre ela. O fadista mais velho disse que não se importava com os projetos “alternativos” em relação ao fado, nem com a criação de formas híbridas, mas o seu “negócio” era a tradição, o “grande edifício do fado”. Num sentido ao mesmo tempo igual, de consideração acerca do que se construiu no passado, e diferente, de inovação temática, o fadista jovem considera a tradição como um manancial, que deve ser conhecido em profundidade, para se poder, então, utilizar a linguagem do fado com conforto, para se falar das realidades contemporâneas.

Muito mais haveria para falar sobre as características estéticas do fado e as suas diversas versões dentro da tradição, em consonância com ela ou, mais raramente, em clara negação. No entanto, o que se revela a partir de uma análise preliminar, inspirada nos conceitos de Bourdieu, é um campo multifacetado e que não permite uma classificação dos sujeitos de acordo com categorias estético-sociais bem definidas. As contradições entre práticas e representações fazem parte inextrincável da própria afirmação do género e dos seus profissionais no campo.

## **Conclusão**

Como muitas outras formas de arte, o fado vive as contradições entre a manutenção dos seus modos de fazer e ambientes “tradicionais”, por um lado, e o desenvolvimento das suas condições de produção e reprodução (em parte, dependentes do mercado da música), bem como da viabilidade económica da sua promoção no mercado nacional e internacional, por outro. Como se procurou demonstrar no percurso, embora a teoria dos campos de Bourdieu se mostre útil para a análise do ambiente fadista, sobretudo como um parâmetro ou linha de comparação elucidativa dos problemas em análise, as variáveis são muito diversas e não podem ser subsumidas ao esquema teórico do autor.

Seguindo o melhor exemplo de Bourdieu, de deixar-se guiar pelos dados da investigação de terreno, talvez se possa falar de uma modelação singular do *habitus* no ambiente fadista lisboeta, dentro do qual há um reordenamento específico das disposições de origem e de formação sociocultural. Afinal, talvez o fado seja um modo próprio de sociabilidade, como arriscam afirmar alguns interlocutores. Um fadista bastante reconhecido entre os pares afirma: “A palavra fado está em toda a parte, mas o fado não está”. Como expressa o texto em epígrafe, é difícil falar sobre arte. Mas vale a pena enfrentarmos essa tarefa como cientistas sociais, sem nos furtarmos a analisar a sua

especificidade, tanto para iluminar os terrenos de investigação, quanto para reelaborar as nossas ferramentas teóricas.

Dentro do caráter provisório em que se afirma esta interpretação, falta elaborar uma pequena nota sobre três problemas, que merecem uma atenção mais detida no futuro: 1) a relação entre o fado e a dinâmica urbana contemporânea; 2) a avaliação das performances do fado; 3) o impacto dos processos de patrimonialização.

Quanto à relação entre expressão musical e dinâmica urbana, ao destacar três expressões sonoras de natureza vocal (e não tecnológica) que marcam a paisagem sonora de Coimbra, sendo uma delas a canção, Fortuna (2008: 49) refere-se a elas como sonoridades em “resistência à uniformização das paisagens sonoras de hoje” sob a influência da globalização. Esse processo, inserido no espaço urbano, parece estar em consonância com o crescimento da prática amadora de música, como descrita por Hennion (1993 e 2003). Em outro artigo (Mendonça, 2008), sugeriu-se que o engajamento com expressões culturais populares de cunho tradicional é um fenômeno que se generaliza, sobretudo nas classes médias mais escolarizadas, como reação à despersonalização e desenraizamento impostos pela dinâmica da sociedade contemporânea.

Quanto ao segundo problema, analisaram-se vários elementos do ambiente e do repertório que modelam as avaliações da “autenticidade” de fadistas. Conviria, contudo, chamar a atenção também para os parâmetros mobilizados para avaliar as performances propriamente ditas. Apenas a título indicativo, é de se referir que os parâmetros clássicos de afinação e ritmo não são, necessariamente, os mais valorizados nas performances fadistas, mobilizando-se como critério de avaliação a eficácia da transmissão da mensagem e da emoção, veiculadas, sobretudo, pela interpretação do poema.

Quanto aos processos de patrimonialização, a recente candidatura do fado ao registo pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Unesco) como Património Imaterial da Humanidade<sup>12</sup> trará, provavelmente, novos mecanismos de consagração e legitimação para o ambiente fadista. O próprio plano de salvaguarda, já em marcha antes da aprovação pela Unesco, promove a valorização dos acervos fonográficos e iconográficos, as ações de divulgação, educativas e de promoção, fazendo, inevitavelmente, uma seleção de intérpretes dentre os numerosos fadistas do passado e em atividade. Somente a observação e a análise da continuidade das ações poderão lançar luz sobre os impactos do processo.

Concluindo, longe de ser mera romantização ou ideologia, os discursos do fado que motivaram este artigo são expressão das contradições no campo, que resultam de um equilíbrio bastante delicado entre origens sociais, posições em relação ao mercado e opções estéticas, que não são livremente tomadas, mas que escapam a uma determinação de classe supostamente previsível de antemão pela teoria.

### Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail (1999), *A cultura popular na idade média e no renascimento. O contexto de François Rabelais*, 4ª ed., São Paulo, Hucitec, Brasília, UnB.

---

<sup>12</sup> No momento em que se realizava a revisão final deste artigo, mais precisamente em 27 de novembro de 2011, o fado foi incluído na lista da Unesco.

- BAPTISTA-BASTOS, Armando (1999), *Fado falado*, Amadora, Ediclube.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distincion*, Paris, Minuit.
- (1992), *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva.
- (1996), *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*, São Paulo, Companhia das Letras.
- (2003a), “Algumas propriedades dos campos”, in Pierre Bourdieu, *Questões de Sociologia*, Lisboa, Fim de Século, pp. 119-126.
- (2003b), “A origem e a evolução das espécies de melómanos”, in Pierre Bourdieu, *Questões de Sociologia*, Lisboa, Fim de Século, pp. 163-168.
- BRITO, Joaquim Pais de (1999), “O fado: etnografia da cidade”, in Gilberto Velho (org.), *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, pp. 24-42.
- CARVALHO, Ruben de (1999), *Um século de fado*, Amadora, Ediclube.
- CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan (1994), “Vozes e guitarras na prática interpretativa do fado”, in Joaquim Pais de Brito (coord.), *Fado: vozes e sombras*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia e Lisboa ‘94 Capital Europeia da Cultura, pp. 125-140.
- (2000), “El fado”, in *Voces de Portugal*, Madrid, Akal, pp. 67-92.
- FORTUNA, Carlos (2008), “Em busca dos patrimônios intangíveis das cidades: notas sobre as paisagens sonoras”, in Sérgio Braga (org.), *Cultura popular: património imaterial e cidade*, Manaus, Universidade Federal do Amazonas, pp. 29-53.
- GEERTZ, Clifford (1997), “A arte como sistema cultural”, in Clifford Geertz, *O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petrópolis, Vozes, pp. 142-181.
- HALL, Stuart (2003), “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’”, in Liv Sovik (org.), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte, UFMG, Brasília, Representação da Unesco no Brasil, pp. 247-264.
- HENNION, Antoine (1993), *La passion musicale*, Paris, Métallié.
- (2003), “Music and mediation: toward a new sociology of music”, in Martin Clayton [et al.] (eds.), *The cultural study of music. A critical introduction*, London, Routledge, pp. 80-91.
- KLEIN, Alexandra & ALVES, Vera (1994), “Casas do fado”, in Joaquim Pais de Brito (coord.), *Fado: vozes e sombras*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia e Lisboa ‘94 Capital Europeia da Cultura, pp. 37-56.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1997), *Olhar, escutar, ler*, São Paulo, Companhia das Letras.
- MAGNANI, José Guilherme C. (2002), “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 49 (17), 11-29.
- MARTINS, Maurício V. (2004), “Bourdieu e o fenômeno estético: ganhos e limites de seu conceito de campo literário”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 56 (19), 63-74.
- MENDONÇA, Luciana F. M. (2008), “Culturas populares e identicações emergentes: reflexões a partir do *manguebeat* e de expressões musicais brasileiras contemporâneas”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82, 85-109.
- NERY, Ruy Vieira (2004), *Para uma história do fado*, Lisboa, Público.
- (2010), “Fado”, in Salwa Castelo-Branco (dir.), *Enciclopédia da música em Portugal no século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 433-453.
- NEVES, José Soares (1999), *Os profissionais do disco. Um estudo da indústria fonográfica em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- PINTO, José M. & PEREIRA, Virgílio B. (orgs.) (2007), *Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*, Porto, Afrontamento.

PRIOR, Nick (2011), “Critique and renewal in the sociology of music: Bourdieu and beyond”, in *Cultural Sociology*, 5 (1), 121-138.

SARLO, Beatriz (1997), *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo cultura na Argentina*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

VERNON, Paul (1998), *The history of Portuguese fado*, Aldershot, Ashgate.

## ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

### **Fado and “art rules”: “authenticity”, “purity”, and market**

*Fado* is the most important genre of Portuguese popular music. It is part of hegemonic representations of nationality and an icon of Lisbon. Also, *fado* has an outstanding place in music market, nationally and abroad. By contrast, among the representations that legitimate the “authenticity” of *fado*, one can find a strong defense of amateur dispositions. Some *fadistas* (*fado* singers) say that “true” *fado* is never (and, ideally, could never be) a way to make a living; it should always be an expression of the soul. The obvious echoes of the “*l’art pour l’art*” discourse from the 19<sup>th</sup> century can be recognized here. This paper aims to question: how can this discourse be reproduced today? What are its meanings? Are there contradictions between the existence of this discourse and market projection of the genre?

**Keywords:** “Authenticity”; Fado; Market; Musical field.

### **Le Fado et “les règles de l’art”; “authenticité”, “pureté”, marché**

Le fado est le genre musical populaire portugais le plus répandu. Il fait partie des représentations hégémoniques de la nationalité et est une icône de Lisbonne. De plus, le fado tient un rôle majeur sur le marché de la musique, au niveau national mais également à l’étranger. Cependant on trouve au sein de ceux qui légitiment “l’authenticité” du fado, de fermes défenseurs de l’amateurisme. Certains chanteurs, dit *fadistas*, prétendent même que le “vrai” fado n’est jamais (et idéalement ne devrait jamais être) un moyen de gagner sa vie; il devrait toujours être une expression de l’âme. On peut reconnaître ici les échos du discours de l’art pour l’art du 19<sup>ème</sup> siècle. Le but de cet article est de s’interroger sur le comment appliquer ce discours aujourd’hui. Quelle est sa signification? Quelles contradictions y-a-t-il entre ce type de discours et l’appartenance de ce genre musical au domaine commercial?

**Mots-clés:** “Authenticité”; Champ musical; Fado; Marché.

### **Fado y “las reglas del arte”: “autenticidad”, “pureza”, y el mercado**

El fado es el género más importante de la música popular portuguesa. Forma parte de las representaciones hegemónicas de la nacionalidad y un es un icono de Lisboa. Además, el fado tiene un lugar destacado en el mercado de la música, a nivel nacional y en el extranjero. Por el contrario, entre las representaciones que legitiman la “autenticidad” de fado, se puede encontrar una fuerte defensa de las disposiciones de aficionados. Algunos Fadistas (cantantes de fado) dicen que el “verdadero” fado no es (y, idealmente, nunca podría ser) una forma de ganarse la vida, sino que debe ser siempre una expresión del alma. Los ecos evidentes del discurso de “l’art pour l’art” del siglo XIX se puede reconocer aquí. Este artículo tiene por objeto la pregunta: ¿cómo este discurso se reproduce hoy en día? ¿Cuáles son sus significados? ¿Hay contradicciones entre la existencia de este discurso y la proyección de mercado de este género?

**Palabras-clave:** “Autenticidad”; Fado; Mercado; Campo Musical.

# Teatro Universitário em Coimbra na década de 1980

Alexandra Silva<sup>1</sup>  
*Universidade de Coimbra*

## **Resumo:**

Para além das modificações no campo político, em Portugal, o biénio de 1975-76 correspondeu a uma época de transição propícia à multiplicação de experiências e representações no campo da cultura. Nos ambientes, em regra associados às novas gerações, que se cruzavam com os espaços universitários e integravam uma heterogénea classe média urbana emergiram experiências – no domínio dos consumos culturais, da produção artística e literária, do associativismo – que apontavam para uma atitude de independência. Este artigo pretende reconhecer a forma como um setor significativo de estudantes definiu novas práticas urbanas de resistência cultural, no campo do teatro, ao longo desse período.

**Palavras-chave:** Teatro universitário; Culturas juvenis; Movimentos estudantis; Anos oitenta.

## **Introdução**

O presente artigo insere-se numa investigação mais profunda, que pretende dar a conhecer o meio estudantil coimbrão na década de 1980, a partir do estudo das ações culturais levadas a cabo por um núcleo de estudantes, à margem da cultura institucional da Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra (AAC), enformada pelos poderes políticos fortemente influentes. Considera-se que, apesar dos evidentes focos de despolitização, um grupo importante, ainda que minoritário, de ativistas estudantis respondeu a essas formas de institucionalização e lógica partidária, e insurgiu-se contra a passividade com que os anos oitenta são globalmente classificados, procurando, através de manifestações de caráter cultural, recuperar o intervencionismo que caracterizara as juventudes estudantis das décadas anteriores.

Partindo do fato histórico de que, a partir de 1975, a sociedade portuguesa abriu portas a uma fragmentação e a uma diferenciação de consumos culturais distintos e distantes dos padrões do regime ditatorial, reconhece-se a democratização das práticas culturais, marcadas pela renovação das linguagens nas artes plásticas, no cinema, na literatura e no teatro.

Neste campo concreto, emergiram novas concepções cénicas, estudaram-se novos autores e textos, reinventaram-se espaços, reequacionaram-se opções estéticas e surgiram

---

<sup>1</sup> Bolseira de Doutoramento em História, especialidade em História Contemporânea, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), cuja instituição de acolhimento é o Centro de Estudos Sociais (CES-UC) (Coimbra, Portugal). *E-mail:* asilva@ces.uc.pt

importantes grupos amadores e experimentais, independentes e universitários, que apresentaram fortes sinais de renovação (Vasques, 1999: 119). Esses grupos surgem com uma nova dinâmica “de ruptura estética e de uma prática teatral como espaço de afirmação política e de autonomia ideológica, bem como de uma nova lógica organizacional baseada no modelo cooperativo” (Baptista, 1992: 103).

Seguindo esta tendência, o teatro, nos anos oitenta, caracteriza-se pela conjugação com as artes visuais e as artes performativas, devido ao hibridismo de géneros (Sucher, 1999), configurando-se como um mosaico de experiências que ajuda a entender a lógica e a dinâmica dos movimentos artístico-culturais na sociedade portuguesa.

Foi nos meios urbanos universitários que se refletiram, melhor e mais decisivamente, estas alterações que se vinham operando na sociedade em geral, assumindo-se como um verdadeiro “laboratório de experiências” (Estanque e Bebian, 2007: 79). Historicamente, o teatro universitário colocou-se frontalmente como alternativa estética e ideológica à maioria do teatro oficial e desencadeou um processo de renovação que teve resultados visíveis. Tornou-se num fenómeno bastante claro no contexto pós-revolucionário português, dando origem a um movimento teatral nacional que, em relativamente poucos anos, protagonizou a produção e consumo de novos modelos artísticos e culturais (Barata, 2009; Vasques, 1999).

Assim, as universidades portuguesas viram nascer vários grupos de teatro independentes como o Cénico de Direito, o Teatro Universitário de Braga, o Teatro Universitário do Porto (TUP), o Grupo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Grupo de Teatro da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico (IST), o Grupo de Medicina de Lisboa, o Grupo da Faculdade de Direito, Grupo do Magistério Primário de Aveiro, o Teatro da Cantina Velha, o Grupo de Teatro da Faculdade de Letras de Lisboa, o Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC) ou o Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC) (Porto, 1990-1992; Porto, 1996).

Neste período, um pouco por toda a Europa, assistiu-se a uma salutar revitalização do teatro universitário, que desenvolveu uma prolífica atividade, apoiada pela criação de uma Federação de Teatro Universitário que promovia festivais nacionais e internacionais – como o Festival Internacional de Lyon, o Festival Internacional de Teatro Experimental Internacional em Palermo, o Festival Internacional de Teatro Universitário em Inglaterra e a Semana Internacional de Teatro Universitário em Coimbra –, realizava cursos, editava um boletim mensal e apoiava os grupos.

Neste artigo procurar-se-á discutir o papel do teatro universitário na definição das novas culturas urbanas no período da chamada “transição democrática”, a partir da análise do trabalho cultural independente de dois grupos de teatro universitário: o Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC) e o Círculo de Iniciação ao Teatro da Academia de Coimbra (CITAC).

## **1. Teatro universitário em Coimbra: TEUC e CITAC**

Na Universidade de Coimbra, o teatro foi o rosto nítido da mudança, o campo que, desde sempre, fez eco de inquietações políticas, sociais e culturais, que viveu, conheceu, antecipou, por vezes, todos os acontecimentos sociais marcantes. Efetivamente, o teatro universitário em Coimbra, com importantes raízes históricas, desempenhou um papel

decisivo – pelo desenvolvimento de trabalhos teatrais – nas lutas estudantis, foi um banco de experiências para grupos e encenadores em vias de profissionalização e muitos conseguiram, deste modo, meios de sobrevivência dentro das instituições de ensino. A atividade teatral seria, particularmente, dinamizada no seio da Associação Académica de Coimbra (AAC), pelo Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (criado em 1938) e pelo Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (criado em 1956), cujas atividades no decorrer da década de oitenta aqui analisaremos.

### **1.1 TEUC: Semana Internacional do Teatro Universitário e Bienal Universitária de Coimbra**

Seguindo uma linha artística de representação clássica, o TEUC desde cedo se destacou, representando em festivais internacionais, ainda na década de 1950, como a Delfiada – Festival Internacional de Teatro Universitário –, cabendo-lhe, em 1961, organizar, no Teatro Académico de Gil Vicente, a VIII edição desse festival internacional de teatro universitário, que inauguraria aquela sala de espetáculos, pertencente à Universidade de Coimbra. Renovando-se e refundando-se, o TEUC veio a revelar-se, nos anos oitenta, um dos organismos da AAC que maior inovação e alternativa trouxe aos públicos de teatro da cidade e do país. Tendo em linha de conta o papel imprescindível da formação, o TEUC promoveu anualmente um Curso de Iniciação Teatral, cursos livres de pantomina clássica, encenação e dramaturgia e programas de estágio, abertos a todos os estudantes universitários (Motta, 1999: 127-137).

Nessa altura, o TEUC foi responsável pela publicação, entre 1978 e 1988, da revista *Teatruniversitário*, única publicação regular de teatro durante esse período que acompanhou a organização da Semana Internacional de Teatro Universitário (SITU), iniciativa que bienalmente reunia, em Coimbra, o melhor do teatro universitário que à época se fazia pela Europa. A SITU revelar-se-ia, efetivamente, um espaço de permuta de experiências na qual participavam vários grupos estrangeiros, revelando uma extraordinária qualidade artística, constatada pelas críticas positivas que ia recebendo e pelos cerca de dez mil espetadores que, a cada edição, participavam no evento (Silva, 2009: 112-125).

Na SITU estiveram presentes grupos franceses, polacos, alemães, checoslovacos, belgas, entre outros. Mas também tomaram lugar grupos de teatro universitário português como o CITAC, o Teatro Universitário do Porto (TUP), o Cénico de Direito, o TUBRA, o Grupo de Medicina de Lisboa, o Teatro da Cantina Velha de Lisboa, o Teatro de Letras de Lisboa, o Grupo da Universidade de Aveiro ou o GRETUA (Aveiro), a ESBAL, o Cénico de Direito, o IBIS e o Teatro da Nova (Lisboa) (*idem*, 115).

Pela SITU foram passando algumas das mais interessantes propostas do teatro universitário europeu, que ali encontraram o seu melhor palco, sendo este festival uma das mais importantes realizações do género na Europa e considerado, por organizações estrangeiras, como o lugar privilegiado para o confronto entre as várias escolas de teatro e os vários grupos universitários independentes.

Estes contatos com grupos universitários portugueses e estrangeiros serviriam de troca de experiências e como excelente forma de ligação com novas culturas e estéticas teatrais, numa época em que se cruzavam linhas de experimentação. Iniciativas

como a SITU – que passou a designar-se Bienal Universitária de Coimbra, em 1986 – promoveriam, também, o desenvolvimento artístico em vários espaços da cidade, nomeadamente exposições em montras de casas comerciais, no criptopórtico do Museu Nacional Machado de Castro, no *foyer* do Teatro Académico Gil Vicente e no Teatro de Bolso do TEUC, alguns dos espaços que acolheram trabalhos relacionados com a BUC.

## 1.2 CITAC: Ciclos de Teatro e *Projectos & Progestos*

O CITAC, por sua vez, enveredaria por um maior experimentalismo e arrojo estético nas técnicas teatrais e nos autores representados e nasceria, precisamente, como resposta à representação clássica do TEUC. Da sua atividade destaca-se a organização dos Ciclos de Teatro, que levavam a Coimbra companhias nacionais e estrangeiras que apostavam na renovação e inovação das linguagens, encenações, texto e dramaturgia.

Nesse espírito de arejamento no domínio artístico, técnico e estético, o CITAC procurou definir e assumir a sua identidade, desenvolvendo a sua ação em cursos de iniciação de atores, montagens e apresentação de espetáculos experimentais, *ateliers* sobre técnicas de *clown*, formação de atores, divulgação de conhecimentos sobre os momentos e épocas fundamentais da história do teatro, animação do teatro-estúdio, entre outras, rejeitando as regras convencionais do teatro clássico, nomeadamente no que respeita à representação, cenários e palcos.

Se, no período que antecedeu o 25 de abril, a sua ação se viu limitada pelas imposições da censura, a partir de 1975 voltaria em força. No período que se seguiu à sua reabertura, o CITAC procurou nova renovação, insistindo, sobretudo, na formação, na experiência da pesquisa e em novas formas de ocupação do espaço, retomando experiências de teatro de rua e de intervenção, interagindo com outros grupos amadores e independentes que, entretanto, proliferavam pelo país. O Círculo reiniciou os cursos de teatro, divulgando autores até aí silenciados, como Brecht, Sartre, Aleixo, Fiamma, Maltz, Gorki, Fassbinder, Kowalski; participou em festivais internacionais em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente no I Festival Internacional de Expressão Ibérica e foi-se renovando regularmente, com a entrada de novos encenadores que lhe conferiram um cunho pessoal, como Mário Barradas.

Se as linguagens, estéticas e autores trabalhados ganharam uma nova dimensão, também o espaço cénico a adquiriu, fazendo de Coimbra um imenso palco pronto a receber os trabalhos do Círculo. Algumas das mais interessantes realizações do CITAC nestes anos foram *Noite de Guerra no Museu do Prado* que, tal como *Crime na Catedral*, intercalava peças com *sketches* de rua e de intervenção sobre determinados momentos da vida académica e da sociedade, realizando *happenings* entre os estudantes e a população, com cenas de confronto não ensaiadas, *performances* nas ruas ou nas carruagens dos comboios (*Esta danada caixa preta...*, 2006: 89).

Segundo André Brito Correia, esta atividade dramática na rua faz-se “em nome de um projeto de defesa e luta pela cidadania [que] apela à intervenção dos espetadores e a uma interação destes últimos com os performers” (Correia, 2003: 6).

Tal como os locais ocupados pelo TEUC para as suas exposições, esta forma como os estudantes ocupam o espaço urbano e se relacionam com o património histórico e arquitetónico

é, também, uma forma de resistência. Gerou, por um lado, um interessante diálogo entre Academia e cidade, redescobrimo-se novas e diversificadas formas de contato entre estudantes, população e património, e levou à criação de espaços onde a performatividade ganhou particular realce, ao subverterem-se os respetivos espaços de intervenção.

O espaço público onde intervieram estes atores assumiu-se, assim, como “uma tela gigante em que as aflições privadas são projetadas sem cessar, sem deixarem de ser privadas ou adquirirem novas qualidades coletivas no processo de ampliação: o espaço público é onde se faz a confissão dos segredos e intimidades privadas” (Bauman, 2001: 49).

Foi também no seu espaço íntimo, no Teatro-Estúdio, espaço cedido pela AAC ao CITAC, que saiu uma das suas maiores realizações da época: o *Multi/Ecos*. Apresentado ainda em 1979, expunha propostas multidisciplinares que englobavam vídeo, artes performativas, texto visual e música eletroacústica. Neste projeto ficariam lançadas as linhas norteadoras do que viria a ser o modelo do *Projectos & Progestos*, enquanto proposta híbrida de integração de audiovisual com o espaço cénico.

O ciclo intitulado *Projectos & Progestos/Tendências Polémicas nas Linguagens Artísticas Contemporâneas*, coordenado por António Barros e Rui Órfão, e formalmente iniciado em 1981, assumiu-se como um contributo cultural coletivo, no sentido de fornecer informação e sensibilização para as linguagens, expressões e filosofias da arte contemporânea. Do teatro experimental às artes plásticas, da música minimalista à dança, passando pela pesquisa literária, arte-performance, vídeo-arte, música experimental e um novo conceito de museu e de comunicação audiovisual fizeram deste espaço um lugar de alternativa.

Esta iniciativa, que pretendeu desenvolver uma interação direta com grupos independentes portugueses e estrangeiros, levou a Coimbra as melhores companhias profissionais de Lisboa e Porto, como A Barraca, o Teatro Experimental de Cascais ou o Seiva Trupe, o L.A.C. de Lyon, o The Basement Group de Newcastle e La Marginalia de la Forma de Arte, em Turim. Assim, *Projectos & Progestos* viu-se internacionalmente reconhecido como um dos membros de investigação no domínio das linguagens artísticas, nos anos oitenta.

O projeto recebia, continuamente, solicitações para colaborações, participação em iniciativas locais e noutras cidades, escrita de artigos para revistas, participação em colóquios, exposições, críticas, entre outras, colaborando com organismos como a Tuna Académica da Universidade de Coimbra (TAUC), o Círculo de Artes Plásticas, o CITAC, – todos eles Organismos Autónomos ou Secções Culturais da AAC –, revistas como a *Sema* ou *Arte Opinião*, mas também noutras cidades, com instituições como a Cooperativa Árvore, Galeria Diferença ou, por exemplo, a Bienal de Cerveira. A nível internacional, o *Projectos & Progestos* colaborou com vários organismos, entre os quais The Basement Group, Instituto Hasona, Vox Magazine, revista *Rapport* e revista *Cannal*.

Os seus fundadores integraram, ainda, o corpo permanente do coletivo do grupo *ARTITUDE: 01 - Progestos Visuais Multimédia*, entre 1982 e 1985, uma revista de suporte experimental do domínio dos multimédia, cujo número zero se apresentou em forma de sapato e em que as suas páginas eram as palmilhas, como testemunha o seu diretor António Barros em *Esta danada caixa preta...*, conjunto de textos de memória sobre os anos vividos no CITAC (*Esta danada caixa preta...*, 2006: 91).

## 2. Breves considerações finais

O teatro universitário criou, na década de 1980, o seu lugar próprio e específico dentro do movimento teatral português, como agente de renovação e de conflito, capaz de desencadear um processo de mudança e consciencialização no circuito oficial.

Na Universidade de Coimbra, grupos da Associação Académica de Coimbra, ligados às artes cénicas, destacaram-se pela organização de cursos de formação, peças de teatro e eventos de maior escala como festivais. O TEUC e o CITAC utilizaram o teatro, desde a sua origem, como instrumento que institui a transgressão, contextualizando e discutindo as utopias produzidas socialmente e criticando a sociedade do consumo e a cultura, numa atitude de “comprometimento social e cultural” (Cardina, 2008: 144).

O seu papel, enquanto dinamizadores culturais, tornou-se capital na projeção de efetivos processos de renovação cultural e alternativa, verdadeiros contramodelos culturais, preenchendo um lugar na sociedade académica: mais do que uma simples função cultural, simbolizaram o imaginário referencial dos estudantes, forma através da qual foi possível uma nova expressão, não apenas cultural, mas uma tomada de consciência para a necessidade de alterar a tendência de alienação, despolitização, individualismo e espírito de concorrência de que a Universidade ia padecendo (Estanque e Bebiano, 2007).

Estes grupos revelam-se bastante inovadores, ao cimentarem uma afirmação de identidade, através de tomada de posição política em relação à sociedade pré e pós-revolucionária. Propõem uma nova forma de praticar a cultura, através da utilização de formas de expressão cultural que, por um lado, reinventam o passado – apropriam-se dele e regressam, por vezes, a ele – e por outro, se aproximam dos modelos culturais internacionais, através da atualização das técnicas e dos modelos de produção estrangeiros. Definem, ainda, uma cultura de rutura e resistência ao padrão que se estava a afirmar, de um modelo da revolução e de regresso ao passado adaptado à realidade democrática, centrado na cultura popular portuguesa, que começou, então, a alinhar também nas tendências da cultura europeia ocidental.

Estes novos formatos culturais de envolvimento estudantil tratam-se, assim, de formas de reinvenção de práticas alternativas de cidadania cultural (Silva, 2011). Construíram lugares de produção, ação, receção e aprendizagem cultural, que permitiram, também, uma progressão social para lá das estratégias de democratização cultural institucionais. Em Coimbra, no teatro, como no cinema, na música, na fotografia ou nas artes plásticas, vários movimentos culturais ligados à universidade resistiram a esse regresso.

### Fontes:

*Diário de Coimbra, As Beiras, Tribuna de Coimbra, Teatruniversitário, Fenda, Via Latina, A Briosia, A Ideia, Rua Larga.*

### Referências bibliográficas

BAPTISTA, Ana Salgueiro (1992), “O teatro nos anos oitenta”, in Idalina Conde (org.), *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, Acarte, F.C.G., pp. 97-116.

BARATA, José Oliveira (2009), *Máscaras da utopia: história do teatro universitário em Portugal 1938/74*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BAUMAN, Zygmunt (2001), *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

CARDINA, Miguel (2008), *A tradição da contestação*, Coimbra, Angelus Novus.

CORREIA, André Brito (2003), “Teatro de rua radical - arte, política e espaço público urbano”, in *Oficina do CES*, 192.

*Esta danada caixa preta só a murro é que funciona: CITAC 50 anos* (2006), Coimbra, Imprensa da Universidade.

ESTANQUE, Elísio & BEBIANO, Rui (2007), *Do activismo à indiferença: movimentos estudantis em Coimbra*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

MOTTA, Gilson Moraes (1999), “O teatro dos estudantes do Brasil (TEB) e o teatro dos estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC): aspectos da modernização do teatro em Portugal e no Brasil”, in *Convergência Lusíada*, 127-137.

PORTO, Carlos (1990-1992), “O teatro: da explosão criativa à crise”, in António Reis (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 307-318.

– (1996), “Do teatro tradicional ao teatro independente”, in António Reis (coord.), *Portugal Contemporâneo (1958-1974)*, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest, pp. 279-290.

SILVA, Alexandra (2009), *Movimento estudantil e resistência cultural em Coimbra na década de 1980*, Dissertação de Mestrado em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

– (2011), *Cidadania académica: práticas culturais dos estudantes de Coimbra na década de 1980*, Comunicação apresentada no *I Congresso Internacional Construir a Paz*, 16 de junho, Porto, Universidade Fernando Pessoa.

SUCHER, Bernd (1999), *O teatro das décadas de oitenta e noventa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

VASQUES, Eugénia (1999), “O teatro português e o 25 de Abril – uma história ainda por contar”, in *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº 5, abril-junho, 113-125.

## ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

### *University Theatre in Coimbra in the 1980s*

After the democratic revolution, alongside with all political changes, the biennium of 1975-76 was a transition period also rich in diverse cultural experiences and representations. Usually within academic sites, which then integrated a heterogeneous urban young middle class, emerged experiences in the field of theatre, indicating an attitude of independence. This article intends to recognize the strategies developed by a significant sector of students in order to build processes of construction and definition of urban cultural resistance throughout this period.

**Keywords:** University theatre; Youth cultures; Students movements; Eighties.

### *Le théâtre de l’Université de Coimbra dans les années 1980*

Au Portugal, les années 1975-1976 sont un moment de transition favorable à la multiplication d’expériences et de représentations dans le domaine de la culture. Dans un enjeu, normalement associé aux nouvelles générations, qui se croisait avec des espaces universitaires et intégrait une hétérogène classe moyenne urbaine, ont émergé des expériences

– dans le domaine de la consommation culturelle, de la production artistique et littéraire ou de l’associativisme – qui cherchaient une attitude d’indépendance. Cet article essaie de reconnaître comment un important secteur d’élèves a établi de nouvelles pratiques urbaines de résistance culturelle, dans le domaine du théâtre, pendant cette période.

**Mots-clés:** Théâtre universitaire; La culture des jeunes; Des mouvements étudiants; Années quatre-vingt.

### *Teatro de la Universidad de Coimbra en la década de 1980*

Después de la revolución democrática, el bienio de 1975-76 fue una época de transición rica en diversidad de experiencias y representaciones culturales. Por lo general, dentro de los sitios académicos, que ahora se integra una heterogénea clase media urbana jóvenes, experiencias en el campo del teatro había surgido, lo que indica una actitud de independencia. Este artículo tiene la intención de reconocer las estrategias desarrolladas por un sector significativo de los estudiantes con el fin de construir procesos de construcción y definición de la resistencia cultural urbana a lo largo de este período.

**Palabras-clave:** Teatro universitario; Culturas juveniles; Movimientos estudiantiles; Años ochenta.

# A Transição Profissional dos Licenciados em Sociologia pela FLUP: novos resultados em 2006<sup>1</sup>

Cristina Parente<sup>2</sup>, Nácia Costa<sup>3</sup> e Mafalda Gomes<sup>4</sup>  
*Universidade do Porto*

## **Resumo:**

O artigo procura refletir sobre a importância do título universitário em Sociologia no mercado de trabalho. Em sequência das profundas mutações ocorridas no tecido económico, a transição dos jovens licenciados no mercado do trabalho adquire uma configuração crescentemente insegura e instável com manifestações diversas, quer ao nível das situações socioprofissionais vividas, quer dos momentos de acesso ao emprego ou ainda de desemprego vividos. Identificam-se e discutem-se diferentes aspetos caracterizadores da inserção profissional insegura e instável dos licenciados em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto a partir dos dados recolhidos no ano de 2006 pelo Observatório do Emprego dos diplomados em Sociologia, em continuidade com os dois estudos anteriores, realizados nos anos de 1998 e de 2003.

**Palavras-chave:** Emprego; Transição para o trabalho; Diplomados; Sociólogos; Sociologia.

## **1. Na continuidade dos estudos do Observatório do Emprego dos Licenciados em Sociologia: abordagem teórico-metodológica**

No momento atual em que o contexto económico é cada vez mais pautado por traços de instabilidade e incerteza, a precariedade profissional é mais intensa e assume diferentes formas de manifestação. A mais comumente assinalada é a mudança da relação de emprego estável para um trabalho contratual e salarial instável, com características que se vêm agudizando desde a década de 70 do século XX, período marcado pelo alargamento da heterogeneidade dos estatutos laborais. A partir de

---

<sup>1</sup> Agradecemos a revisão ortográfica da responsabilidade da Dra. Olímpia Loureiro.

<sup>2</sup> Socióloga. Professora Auxiliar com Agregação no Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e investigadora do Instituto de Sociologia da mesma instituição (ISFLUP) (Porto, Portugal). *E-mail:* cparente@letras.up.pt

<sup>3</sup> Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal). À época do estudo, bolsista de integração na investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no Observatório do Emprego dos Licenciados em Sociologia. *E-mail:* nadiamaria.costa@gmail.com

<sup>4</sup> Aluna do mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal). À época do estudo, bolsista de integração na investigação Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no Observatório do Emprego dos Licenciados em Sociologia. *E-mail:* maffagomes@gmail.com

então, as transformações económicas e sociais repercutiram-se ao nível do mercado do emprego numa crise de quantidade e de qualidade do mesmo<sup>5</sup>, marcando o fim da noção de emprego para toda a vida. Em sequência deste fenómeno, torna-se importante refletir sobre o papel de um título universitário num mercado de trabalho em contínua transformação e que apresenta desfasamentos objetivos e subjetivos vários entre um sistema educativo plenamente massificado e um sistema económico caracterizado pelo princípio da individualização da relação salarial. Com efeito, os jovens enquanto segmento preferencial das práticas de emprego flexível nas suas diferentes dimensões – salarial, contratual e qualificacional – adquirem no sistema educativo saberes e capacidades, mas também desenvolvem aspirações relativamente à sua posição no mercado de emprego que não encontram, nem linear nem automaticamente, possibilidades de concretização imediata ao nível do sistema produtivo (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001)<sup>6</sup>.

Constata-se, por conseguinte, que a questão do acesso ao emprego e permanência no mercado de trabalho dos diplomados do ensino universitário, abordada sob diferentes expressões, inserção profissional, entrada na vida ativa ou transição ao trabalho, ganhou um considerável destaque enquanto problema social enfrentado pela juventude atual e, em consequência, tem sido objeto de contínuas medidas (de intenções) políticas alcançando centralidade, nomeadamente nos discursos reflexivos de vários atores, quer políticos, quer académicos, quer da opinião pública (Rose, 1984; 1996; Alves, 1998; Gonçalves, Parente e Veloso, 1997; 2004; Alves, 2008).

É sobre esta problemática que o artigo versa ao debruçar-se sobre os ritmos, modos e condições de acesso e permanência no mercado de trabalho dos licenciados em Sociologia da FLUP. A análise proposta surge na continuidade de dois outros textos publicados por Gonçalves, Parente e Veloso (2001 e 2004) no âmbito do Observatório do Emprego dos Licenciados em Sociologia produzidos no âmbito do ISFLUP, e retoma, ao mesmo tempo que desenvolve conceptualmente, a problemática teórica já delineada.

A nível metodológico, o levantamento que esteve na origem da recolha de dados do Observatório do Emprego dos Licenciados em Sociologia, no ano de 2006, acontece

---

<sup>5</sup> Embora estejamos diante de processos que, dada a sua complexidade, não recolhem unanimidade em torno de fatores explicativos nem tampouco, e pela mesma razão, são objeto de teses unívocas e determinísticas, verifica-se porém a presença de variáveis consensualmente reconhecidas como tendo um impacto decisivo na transformação do mercado de trabalho. A nível meso-empresarial, estas dizem respeito à alteração dos processos de organização do trabalho e da gestão da mão de obra na qual se destaca a adoção de uma estratégia empresarial assente na redução de recursos humanos e na introdução das tecnologias da informação e de comunicação. A nível macro-económico, estas orientações coexistem com pressões suscitadas pela intensificação da concorrência internacional e pelos movimentos de diversificação do consumo e da produção.

<sup>6</sup> Nos estudos extensivos conduzidos no âmbito do World Values Survey ([www.worldvaluessurvey.org](http://www.worldvaluessurvey.org)), Inglehart e colaboradores (2008) desenvolvem uma perspetiva sociológica que assenta no princípio teórico de que as mudanças nos valores e atitudes dos sujeitos, como as configurações sócio-políticas instauradas nas sociedades ocidentais a partir da segunda metade do século XX, foram largamente impulsionadas pelas transformações económicas e tecnológicas ocorridas desde então, nomeadamente em cenários de crescimento e prosperidade económica. Inglehart e colaboradores defendem que as diferenças intergeracionais mais notáveis encontradas nos valores e atitudes dos sujeitos socializados a partir da II Guerra Mundial, demonstram uma deslocação de sentido dos valores materialistas, com prevalência na segurança económica, para valores pós-materialistas com ênfase na autonomia e autoexpressão. Segundo os autores, este movimento fundamenta a transição para a designada «sociedade pós-industrial». Porém, parece pertinente evidenciar que ainda que esta perspetiva teórica não levante objeções lógicas em contexto de crescimento e relativa estabilidade económica, os cenários económicos instáveis e recessivos que têm marcado recentemente as sociedades ocidentais levantam desafios teórico-metodológicos à perspetiva da modernização social que é proposta por Inglehart.

inserido num projeto de investigação mais amplo desenvolvido no ISFLUP<sup>7</sup>. A informação tratada resultou de um inquérito por questionário administrado por via eletrónica, que contou, como população alvo, com 236 licenciados da FLUP, diplomados entre os anos letivos de 1996/97 e 2003/04. Obtiveram-se dessa recolha 101 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de retorno significativamente satisfatória, e equivalente a 42,7%<sup>8</sup>.

O inquérito por questionário é idêntico aos dois anteriormente aplicados em 1998 e 2003, cujos resultados foram publicados nos anos de 2001 e 2004 respetivamente.<sup>9</sup>. Neles se privilegia uma abordagem retrospectiva que incide sobre a evolução da inserção e sobre os modos de acesso dos licenciados ao mercado de trabalho, de forma a reconstruir o seu percurso profissional desde a saída da universidade (entre os anos letivos de 1996/97) até à sua situação profissional à data da resposta ao inquérito, passando pela entrada na vida ativa com o primeiro emprego regular. Deste modo, procura-se captar o acesso ao mercado de trabalho e as trajetórias profissionais, que têm uma duração máxima de 9 anos para os que terminaram a licenciatura em 1997, e uma duração mínima de 18 meses para aqueles que a concluíram em 2004.

## 2. Discussão de resultados

A discussão dos resultados que é proposta nos subpontos seguintes começa por caracterizar a situação socioprofissional dos licenciados no emprego que detinham à altura de aplicação do inquérito, para depois recuar no tempo das suas trajetórias profissionais e caracterizar os ritmos, os modos de acesso e obstáculos da transição ao primeiro emprego, bem como a situação socioprofissional vivenciada, a mobilidade profissional experimentada e o desemprego vivido. A caracterização social dos inquiridos e dos respetivos agregados familiares e os seus valores e satisfação face ao trabalho ocupam a última parte da exposição.

### 2.1. Situação socioprofissional em 2006 – emprego atual

Começamos por analisar a situação socioprofissional detida em 2006, altura da aplicação do inquérito. O acesso a este emprego foi obtido maioritariamente por via de anúncios e concursos (Quadro 1). Se atentarmos a uma leitura comparativa com os resultados dos dois estudos anteriores, 1998 e 2001, verifica-se que esta prática prevalece<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> O projeto *Precariedade Profissional dos diplomados da Universidade do Porto em ciências sociais, humanidades e administração e alternativas de inserção futura* (POCI/SOC/58441/2004), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, tinha como investigador responsável Carlos Manuel Gonçalves. Integraram a equipa de investigação igualmente Cristina Parente e Luísa Veloso.

<sup>8</sup> Em termos técnico-metodológicos importa ressaltar algumas notas sobre a população: o período referente à situação profissional dos licenciados em sociologia pela FLUP aqui retratado, inclui o período entre os anos letivos de 1997/98 e 2001/02 que já fora objeto de observação no estudo anterior (Gonçalves, Parente e Veloso, 2004). Esta reincidência justifica-se pela necessidade de fundamentar este estudo em dados robustos, contornando as limitações existentes em termos de taxa de resposta, impostas quer pelo inquérito postal, como pelo inquérito eletrónico, e que derivam da impossibilidade da cobertura da população alvo na sua íntegra.

<sup>9</sup> Para um maior desenvolvimento da estratégia metodológica, cf. Gonçalves; Parente; Veloso (2001 e 2004).

<sup>10</sup> Com efeito, o primeiro artigo publicado em 2001, “Licenciados em Sociologia: Ritmos e formas de transição ao trabalho”, indicava que 38,9% dos diplomados tinham acedido por anúncio ou concurso público ao emprego no qual se encontravam na altura da realização do inquérito. No estudo posterior, “Licenciados em Sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio”, publicado no ano de 2004 verificamos uma incidência de 28,4% nesta prática de acesso ao emprego.

numa posição privilegiada nos três estudos, embora este recurso tenha vindo a conhecer um decréscimo de importância relativa.

**Quadro 1 – Meios de acesso ao emprego atual (%)**

Autoproposta	10,8
Por anúncio ou concurso público	26,5
Centro de Emprego	3,6
Unidade de Inserção na Vida Ativa (UNIVA)	2,4
Familiares, amigos ou colegas de licenciatura	26,5
Um professor da Faculdade que frequentou	3,6
Instituições de formação profissional	2,4
Na sequência de um estágio profissional	7,2
Começou a trabalhar como trabalhador independente	2,4
Concurso a bolsa (investigação, mestrado, doutoramento, etc.)	4,8
Outro	8,6
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>n = 83</b>	

Numa leitura de conjunto, os meios formais definidos como aqueles que exigem um relacionamento institucionalizado com os empregadores (anúncios e concursos, na sequência de um estágio) ou com mediadores para o emprego (centros de emprego e instituições de formação profissional), foram acionados e concretizados com sucesso por 42,1% dos inquiridos. Este valor consubstancia uma formalização dos processos de acesso ao emprego, ao qual teremos de agregar o conjunto daqueles que tomaram uma postura pró-ativa face ao mercado de trabalho por intermédio da sua autoproposta (10,8%), ou que se candidataram a bolseiros para prosseguir estudos, ou integrados em projetos de investigação académica (4,8%).

Importa salientar que 8,4% dos inquiridos ocupavam um emprego por intermédio de programas de inserção na vida ativa como a UNIVA, Centros de Emprego e Centros de Formação Profissional, valores que revelam a intervenção reguladora do Estado no mercado de trabalho, visando promover uma maior empregabilidade dos diplomados do ensino superior.

A importância dos meios informais (colegas e docentes do curso, familiares e amigos) é de igual modo significativa (30,1%). Destacamos que a informalidade se mantém bastante próxima dos valores registados para os estudos anteriores; no entanto não deixa de se observar a importância relativa que têm os familiares, amigos e colegas de faculdade, conferindo um significativo destaque à mobilização das redes e relações de interconhecimento primárias situadas fora do espaço da Faculdade, bem como à importância das redes de pares adquiridas ao longo da trajetória académica, práticas assentes no volume de capital social dos inquiridos (Bourdieu, 1980). A constatação da força dos meios informais no acesso a um emprego não é de todo recente. Já Granovetter (1983; 1995) destacava a relevância desta relação ao argumentar que os contactos esporádicos e

menos próximos assumiam maior influência no acesso a um emprego quando comparados com a influência das relações mais próximas, tais como os familiares e amigos. Ainda que os nossos resultados apontem para importância dos laços sociais, não é possível afirmar, em virtude da própria construção dos indicadores, quais os contactos mais dinamizadores na obtenção de um emprego, uma vez que familiares, amigos e colegas de licenciatura aparecem agregados no mesmo item. Apesar disso, e contrastando com a proposta de Granovetter, é aqui notório o papel residual dos professores de faculdade que assumem uma relação tendencialmente mais casual com os alunos após o término da licenciatura, e que, à luz daquele autor, prefiguraria uma condição favorável no acesso a um emprego.

É notoriamente reconhecido pelos inquiridos (86,5%) que o facto de serem licenciados em sociologia teve importância para o acesso ao emprego detido, à altura da aplicação do inquérito. Esta ocorrência demonstra a valorização positiva atribuída à formação universitária em sociologia como qualificante para o emprego.

**Quadro 2 – Profissão, ocupação diária e vínculo contratual do emprego atual (%)**

<b>Profissão</b>	
Quadros Superiores Administração Pública e Empresas	8,5
Docentes do Ensino Secundário e Superior	15,9
Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	62,2
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	4,9
Empregados de Escritório	4,9
Pessoal dos Serviços Diretos	1,2
Manequins, Vendedores e Demonstradores	1,2
Trabalhadores Não qualificados	1,2
<b>Total</b>	<b>100</b>
n = 82	
<b>Ocupação diária</b>	
A tempo inteiro	92,8
A tempo parcial	7,2
<b>Total</b>	<b>100</b>
n = 83	
<b>Vínculo Contratual</b>	
Contrato a tempo indeterminado/Efetivo	34,9
Contrato a termo certo	30,1
Contrato de prestação de serviços/Recibos verdes	19,3
Sem contrato	1,2
Bolsa (investigação, mestrado, doutoramento, etc.)	8,4
Estágio	6,0
<b>Total</b>	<b>100</b>
n = 83	

A análise do quadro 2 mostra que, em termos de profissão principal atual, se destacam os especialistas das profissões intelectuais e científicas, dos quais 47,6% se rotulam de sociólogos. Os docentes do ensino secundário e superior ocupam a segunda posição, todavia com um valor relativamente afastado da primeira. Um conjunto de 8,5% dos licenciados encontra-se em posições caracterizadas por menores recursos qualificacionais, remuneratórios e de prestígio social (pessoal administrativo, pessoal dos serviços, vendedores e trabalhadores não qualificados).

Estes resultados, se comparados com os estudos anteriores, introduzem duas novidades: em primeiro lugar, o aumento significativo do peso percentual daqueles que ocupam funções nos quadros superiores e, em segundo, o aparecimento de licenciados a desempenharem tarefas não qualificadas. Consta-se uma tendência, já exposta anteriormente, de concentração dos indivíduos na profissão de sociólogo, o que indica uma manutenção da sua representatividade no mercado de trabalho, bem como um reconhecimento pelas entidades empregadoras das competências e qualificações adquiridas ao longo da formação académica.

A maioria dos licenciados exercia a atual profissão a tempo inteiro, todavia frequentemente em situação de precariedade contratual: cerca de 50%, incluem-se numa relação jurídica alicerçada no contrato de trabalho a termo certo e em regime de prestação de serviços. Observa-se que, dentre os 19,3% respondentes que afirmam exercerem um contrato em regime de prestação de serviços, seis eram assalariados ocultos<sup>11</sup>. As duas relações jurídicas de trabalho mencionadas evidenciam as diferentes situações de risco e de incerteza que os licenciados enfrentam face ao futuro profissional.

À semelhança do que foi explorado nos estudos anteriores, estes dados corroboram o sentido e a natureza da evolução do mercado de trabalho no nosso país nas últimas décadas. Com efeito, a externalização das relações de trabalho expressas naquelas duas formas precárias de relação jurídica laboral – contrato a termo certo e regime de prestação de serviços – têm sido utilizadas para reduzir o volume e os custos do trabalho. Estes instrumentos de flexibilização quantitativa do emprego assumem-se nas visões neo-liberais como imprescindíveis ao crescimento económico e do emprego (Boltanski e Chiapello, 1999), permitindo enfrentar os desafios e superar as limitações geradas pela intensificação da competitividade resultante da internacionalização das trocas económicas. Para além dos fatores macroeconómicos, subsiste, tal como já fora referido em textos anteriores, uma estratégia de gestão de mão de obra por parte das entidades empregadoras que incide sobre a flexibilização do emprego interno. Mais adiante, no decorrer deste texto, estreitaremos a articulação entre a natureza precária do trabalho e a situação profissional dos jovens.

Perante a importância da precariedade contratual, afigura-se pertinente caracterizar os respondentes a vivenciar uma situação contratual precária à data da aplicação do inquérito, tendo em conta a sua distribuição pela profissão principal e pelo tipo de organização (quadro 3). Trata-se de especialistas intelectuais e científicos, bem como de docentes do

---

<sup>11</sup> O assalariamento oculto, também designado por falso trabalho independente, remete para relações contratuais baseadas em contratos de prestação de serviços/recibo verde. Contudo regulamentadas por situações de trabalhadores por conta de outrem, dada a execução de tarefas regulares e constantes, persiste a utilização de meios de trabalho pertencentes à organização contratante e o cumprimento de horários de trabalho e enquadramento na cadeia hierárquica da organização. Deste modo, caracterizam situações laborais cuja configuração é idêntica à dos trabalhadores assalariados em termos de deveres e obrigações, porém ausentes dos respetivos direitos.

Ensino Secundário e Superior que integram a administração pública central, regional e local, seguido das Instituições Privadas de Solidariedade Social e das empresas privadas.

**Quadro 3 – Profissão e tipo de organização dos inquiridos em situação laboral precária no emprego atual (%)**

<b>Profissão</b>	
Diretores de empresa	5,6
Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissionais Similares	16,7
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	64,8
Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	3,7
Empregados de escritório	5,6
Pessoal dos serviços diretos e particulares	1,9
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	1,9
<b>Total</b>	<b>100</b>
n=54	
<b>Tipo de organização</b>	
Empresa Privada	13
Empresa Mista (capitais públicos e privados)	1,9
Orgão de Administração Pública Central e Regional	24,1
Orgão de Administração Pública Local	11,1
Instituto Público	1,9
Instituto Privado de Solidariedade Social	14,8
Fundação	1,9
<b>Total</b>	<b>100</b>
n=54	

O quadro 4 sistematiza o perfil das organizações onde se encontram a trabalhar os diplomados em Sociologia. Integram-se sobretudo nos setores do Ensino/Formação e Investigação, da Ação Social e da Administração pública, defesa e segurança social obrigatória, exercendo profissão em organizações públicas (central, regional e local) (34,1%), em empresas privadas, e em organizações sem fins lucrativos (41,4%) e dentre estas, em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). A leitura do quadro 4 indica que, não obstante manter-se alguma diversidade nos setores de atividade e no tipo de organização empregadora dos licenciados, é contudo notório um decréscimo relativo na Administração Pública e um acréscimo que, em contraponto, se difunde por outros tipos de organização<sup>12</sup>. Em suma podemos destacar duas áreas de forte captação de sociólogos: a área tradicional da docência e a investigação por um lado, a ação social por outro, embora com uma capacidade empregadora estatal enfraquecida, quando comparada com os períodos

<sup>12</sup> Com efeito, no estudo publicado em 2001 observa-se que 21,7% dos respondentes exercia funções no setor da Administração Pública, Defesa e Segurança Social obrigatória, e no ano de 2004 registou-se um acréscimo sobre esse valor atingindo os 27,5%.

estudados anteriormente. Tal como mencionado por Baptista e Machado (2010), o contínuo alargamento dos perfis profissionais dos sociólogos face àqueles que caracterizavam as primeiras gerações de diplomados em sociologia, sobretudo vinculados à docência e à investigação, traduzem os impactos das mudanças económicas e sociais, assim como a amplitude de solicitações sociais daí decorrentes colocadas aos saberes sociológicos.

**Quadro 4 – Setor de atividade, tipo e dimensão das organizações do emprego atual (%)**

<b>Setor de atividade</b>	
Indústria transformadora	3,7
Construção e obras públicas	1,2
Comércio	1,2
Transportes, armazenagem e comunicações	1,2
Atividades financeiras, bancos e seguros	4,9
Serviços às empresas	3,7
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	13,6
Ensino-Formação e Investigação	34,6
Saúde	3,7
Ação social	24,7
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	7,4
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>n = 81</b>	
<b>Tipo de organização</b>	
Empresa Privada	19,5
Empresa Pública	1,2
Empresa Mista (capitais públicos e privados)	1,2
Órgão de Administração Pública Central e Regional	19,5
Órgão de Administração Pública Local	14,6
Instituto Público	2,4
Instituição Particular de Solidariedade Social	13,4
Fundação	1,2
Cooperativa	4,9
Associação de Desenvolvimento	7,3
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	14,6
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>n = 82</b>	
<b>Dimensão da organização</b>	
De 1 a 5 trabalhadores	3,7
De 6 a 10 trabalhadores	6,1
De 11 a 100 trabalhadores	48,8
De 101 a 500 trabalhadores	23,2
Mais de 500 trabalhadores	18,3
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>n = 82</b>	

Assinale-se que a maioria dos licenciados estava inserida em organizações com menos de 100 trabalhadores. Somente 18,3% trabalham em organizações com 500 e mais trabalhadores<sup>13</sup>, dentre os quais 46,7% pertenciam à Administração Pública.

Em termos salariais, o rendimento modal auferido pelos licenciados à data da aplicação do inquérito é um indicador premente para avaliar os benefícios materiais granjeados pela profissão na atualidade. Observa-se que para cerca de 70% dos licenciados aquele não ultrapassa os 1100€ líquidos mensais.

**Quadro 5 – Rendimento líquido no emprego atual (%)**

Igual ou inferior a 500€	6,1
De 501-800€	25,6
De 801-1100€	40,2
De 1101-1400€	14,6
De 1401-1700€	6,1
Igual ou superior a 1701€	7,3
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>n = 82</b>	

A ultimar a análise do emprego detido pelos licenciados em 2006, abordamos a avaliação que os mesmos fazem da compatibilidade entre a sua formação académica em sociologia e a função que desempenham, patente no quadro 6.

**Quadro 6 – Razões apontadas sobre a compatibilidade entre a formação académica e a função desempenhada no emprego atual (%)**

Mobilização dos conhecimentos técnicos	52,9
Mobilização de competências relacionais e estratégicas	19,1
Formação académica útil, mas não necessária	17,6
Formação académica garante uma relativa estabilidade/progressão	1,5
Formação académica é condição necessária/muito adequada	17,6
Formação académica polivalente	4,4
Exigência de formação académica não específica	4,4
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>n = 75</b>	

É reconhecida, ainda que por motivos diferenciados, a utilidade da formação académica, particularmente pela mobilização de conhecimentos técnicos e competências relacionais e estratégicas, bem como pelo facto de os licenciados a considerarem uma condição necessária e muito adequada ao desempenho da função atual.

<sup>13</sup> Em 1998, 22,5% dos diplomados trabalhavam em organizações com 500 e mais trabalhadores, valor que decresceu ligeiramente em 2001 para 21,4% (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004).

## 2.2. O acesso ao primeiro emprego: ritmos, modos e obstáculos de transição

Trataremos neste ponto do primeiro emprego detido pelos licenciados, diferenciando aqueles que já se encontravam no mercado de trabalho antes da conclusão da licenciatura, os rotulados trabalhadores-estudantes, dos restantes estudantes, alguns dos quais na condição de estudantes-trabalhadores.

A observação das atividades laborais dos estudantes durante a frequência do seu curso parte de uma evidência empírica já levantada por ocasião dos estudos anteriores (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004) de que existe ao longo do tempo um número crescente de estudantes-trabalhadores, bem como demonstra que aquelas atividades profissionais constituem um de entre outros fatores de influência na trajetória profissional após a obtenção do diploma. Nesta sequência, o estudo de 1998 indicava que a “experiência profissional” permite um acesso mais rápido a um emprego regular e estável, a uma remuneração salarial mais elevada e à obtenção de uma posição profissional mais prestigiada socialmente (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001). Desta forma importa reter esta dimensão de análise quando se aborda a transição ao trabalho por parte dos jovens, designadamente quando se procura delinear os ritmos e os modos da inserção profissional. A observação do quadro 7 mostra que uma grande parte dos respondentes assumia em exclusividade o papel de estudantes universitários apesar de ser considerável o exercício de atividades ocasionais, bem como da dedicação a uma atividade regular durante o curso. Este enquadramento remete-nos para dois segmentos de população diferenciada face ao trabalho. Vejamos cada um deles.

**Quadro 7 – Situação no decurso da licenciatura (%)**

Só estudava	46,5
Estudava e executava trabalhos ocasionais (“biscates”)	35,6
Estudava e exercia uma atividade profissional regular	17,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>n = 101</b>	

**Quadro 8 – Situação Profissional dos estudantes que exerciam atividade profissional no decurso da licenciatura (%)**

<b>Situação na profissão</b>	
Trabalhador independente	16,7
Trabalhador por conta de outrem	83,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>n = 18</b>	
<b>Profissão principal</b>	
Professor do Ensino Básico (2º e 3º ciclos) e Secundário	11,8
Assistente Social	5,9
Técnico de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica	5,9

Técnico Profissional-Administração Pública	5,9
Agente da Polícia Judiciária	5,9
Escriturário, em Geral	11,8
Controlador-Indústria Hoteleira	5,9
Animador Cultural	5,9
Educador social	5,9
Outros Vendedores e Demonstradores	5,9
Canalizadores	5,9
Contínuo (Auxiliar de Apoio Administrativo)	5,9
Outros Porteiros, Guardas e Trabalhadores Similares	5,9
Oficiais, Militares e Trabalhadores do Exército	5,9
Indefinido	5,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>Não resposta</b>	5,5
<b>n = 17</b>	
<b>Tipo de organização</b>	
Empresa Privada	22,2
Empresa Pública	11,1
Órgão de Administração Pública Central e Regional	27,8
Órgão de Administração Pública Local	11,1
Fundação	5,6
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	22,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>n = 18</b>	
<b>Vínculo Contratual</b>	
Contrato a tempo indeterminado/Efetivo	38,9
Contrato a termo certo	44,4
Contrato de prestação de serviços/Recibos verdes	11,1
Sem contrato	5,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>n = 18</b>	

Os inquiridos que exerceram uma profissão regular no decurso dos dois últimos anos do curso integram-se na categoria jurídico-administrativa dos trabalhadores-estudantes. De uma forma geral a sua entrada no mercado de trabalho foi anterior ao ingresso no curso de sociologia e subsequentemente é a partir daí plausível deduzir que a procura deste estivesse relacionada com a aspiração da posse de um diploma académico de nível universitário, potenciador de uma progressão profissional ou até de uma mudança para outra profissão. Tal como já fora exposto noutro artigo (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001), esta procura associa-se a estratégias, nem sempre bem sucedidas, de reclassificação socioprofissional, acalentando um movimento de mobilidade social intrageracional. Este

segmento de licenciados que apresentava uma presença regular no mercado de trabalho antes da frequência da licenciatura, detém propriedades sociais específicas que os singularizam face aos que desempenhavam atividades ocasionais. São maioritariamente assalariados que exercem atividade no setor público e em empresas privadas (quadro 8), desempenhando profissões diversas, entre as quais se destaca a docência no Ensino Básico e Secundário ou nos Serviços Administrativos. Distribuem-se entre o contrato a termo certo e uma situação contratual estabilizada<sup>14</sup>. No entanto e em comparação com o que verificávamos nos estudos anteriores (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004) observa-se um decréscimo temporal entre os trabalhadores-estudantes a exercerem a sua atividade profissional em situação contratual estabilizada. Se em 1998 a estabilidade contratual caracterizava o vínculo laboral de cerca de 49% dos respondentes, em 2006 essa relação caracterizava apenas cerca de 39% dos inquiridos. Como demonstra o quadro 9, a maioria dos licenciados que tiveram trabalhos ocasionais, realizaram tarefas de apoio à investigação, entre as quais sobressaem atividades de aplicação de inquéritos e realização de entrevistas, transcrição de entrevistas e inserção de dados em suporte informático. Seguem-se as atividades de animação sócio-cultural, com a dinamização de atividades desportivas, culturais e recreativas que totalizam cerca de 9% destes inquiridos. Estas atividades mobilizam saberes e capacidades adquiridos no decorrer da licenciatura em sociologia, o que já não se verifica para as atividades de prestação de serviços no comércio, restauração e tarefas administrativas, as quais, apesar de serem relevantes entre os estudantes-trabalhadores, se encontram distanciadas da natureza e conteúdos da formação escolar frequentada. A irregularidade destas atividades dificilmente poderá estar associada a uma forma de autofinanciamento total da licenciatura. De qualquer modo e tal como já foi expresso nos dois artigos anteriores, o crescimento da dedicação a atividades ocasionais durante a licenciatura poderá ser um aspeto a considerar dada a sua evolução crescente e a possibilidade de contribuir, ainda que ocasionalmente, para o financiamento daquela. Ademais, poderá ser um sinal da quantidade da oferta desses trabalhos pontuais, da própria disponibilidade dos então alunos para os aceitar, e espelhar ainda a natureza das redes sociais subjacentes a esses recrutamentos. Um indicativo importante da densidade e funcionalidade das redes sociais torna-se perceptível se tomarmos em consideração os meios acionados para a obtenção dos trabalhos ocasionais.

**Quadro 9 – Tipo de atividades ocasionais e meios de acesso (%)**

<b>Principais atividades ocasionais</b>	
Aplicação de inquéritos/entrevistas	38,9
Serviços Administrativos, de restauração e de comércio	25
Apoio à investigação	13,9
Atividades pedagógicas	8,4

<sup>14</sup> O peso dos trabalhadores-estudantes com contrato precário aumenta significativamente em 2006. Observamos que essa era a situação contratual para 44,4% dos mesmos, enquanto que em 1998 verificávamos que apenas 17% deste segmento de inquiridos detinha um contrato a termo certo, e em 2001 este grupo representava 11% dos respondentes.

Transcrição de entrevistas/textos	5,5
Estudos de mercado	2,8
Hospedeira	2,8
Apoio em organização de eventos	2,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>n = 36</b>	
<b>Meios sociais de acesso às atividades ocasionais</b>	
Autoproposta	5,7
Resposta a anúncios	20,0
Através de conhecimentos de familiares e amigos	14,3
Através de colegas da universidade ou do curso	17,1
Pedido direto a empresas ou outras organizações	5,7
Por intermédio dos docentes do curso	28,6
Outro meio	8,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>Não resposta</b>	<b>2,8</b>
<b>n = 35</b>	

Destacam-se os inquiridos que acederam a essas atividades por meio dos docentes do curso (28,6%) e dos colegas da universidade ou do curso (14,3%). Não obstante, importa sublinhar a redução para perto de metade nos valores apresentados por estes meios face aos dois estudos anteriores. Trata-se de um aspeto que demonstra uma diluição da densidade das redes sociais informais desenvolvidas e geridas no interior da própria faculdade ou então, e dada a dificuldade de inserção após a obtenção do diploma, o redireccionamento de uma bolsa de emprego (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001), prioritariamente para aqueles que concluíram a licenciatura, permitindo assim compensar o desemprego de inserção. A prática dos docentes em solicitar a colaboração dos estudantes para o desempenho de tarefas específicas e pontuais no âmbito dos seus projetos de investigação é comum no sistema universitário português (Gonçalves, Parente e Veloso, 2004); no entanto, parece possível e plausível levantar a hipótese de que, face ao contexto económico vivenciado atualmente, diante da falta endémica de emprego e da crescente flexibilização do trabalho, a procura para o exercício de tarefas ocasionais na investigação se direcione para aqueles que, já diplomados, se encontram sujeitos a dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Verificada esta premissa, tal indicaria a crescente dificuldade enfrentada pelos estudantes em encontrar trabalhos ocasionais coincidentes com o seu percurso de formação, invalidando a aquisição de uma experiência profissional qualificante, e não contribuindo assim para facilitar a obtenção do primeiro emprego.

Dos cinquenta licenciados que manifestam sentir dificuldades de acesso ao primeiro emprego (quadro 10), observamos que, tal como no estudo anterior (2004), ganham expressão, por um lado os que se ligam ao dinamismo do mercado de trabalho, revelados principalmente em contexto de decréscimo de emprego – “fraca oferta de empregos para licenciados da sua área” – e, por outro, aqueles que referem a ausência

de atributos valorizados para uma inserção bem sucedida no mercado de trabalho – “falta de experiência profissional”-, bem como aqueles que referem aspetos relativos ao dinamismo organizacional pelo “desinteresse dos empregadores pelos licenciados da área”. Ao contrário do que sucedera com os estudos realizados em 1998 e 2001 (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004) nos quais as dificuldades sentidas pelos diplomados exprimiam sobremaneira esta última dimensão, os inquiridos deste estudo apontam, como principais obstáculos de acesso ao primeiro emprego, dois tipos de motivos: um de carácter mais estrutural associado ao fraco dinamismo económico da sociedade portuguesa, e outro relacionado com apreciações individuais, nomeadamente a ausência de experiência profissional sentida pelos diplomados.

**Quadro 10 – Dificuldades de acesso ao primeiro emprego (%)**

Falta de experiência profissional	<b>30,0</b>
Excesso de licenciados na sua área científica de formação	2,0
Desinteresse dos empregadores pelos licenciados da área	28,0
Fraca oferta de empregos para licenciados na sua área	38,0
Outra dificuldade	2,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>n = 50</b>	

Assim, ao contrário da postura verificada pelos diplomados nos estudos anteriores, a atitude dos atuais respondentes já não salienta exclusivamente concepções de desemprego entendidas pela debilidade macroeconómica e pelo funcionamento organizacional ligado à própria gestão dos recursos humanos, passando a privilegiar questões de foro individual subjacentes à categoria “falta de experiência profissional”<sup>15</sup>. O fomento das práticas de formação para os jovens na procura ativa de emprego e na gestão das carreiras empreendidas pelas próprias Universidades e organizações contíguas poderão constituir um dos fatores que explicam posturas mais individualizantes face à concepção de desemprego.

A mudança nas representações expressa, sem dúvida alguma, as transformações económicas que paulatinamente afetaram o funcionamento social nas últimas décadas. Assiste-se a mutações que alteraram os sentidos da esfera laboral: a desregulamentação dos mercados globais a par da concomitante competitividade entre empresas, a desregulamentação, formal e informal, do mercado de trabalho e a segmentação do mesmo, a expansão do desemprego e as várias formas de flexibilização do emprego, são aspetos que têm conduzido a uma crescente complexificação nos processos de inserção no mercado de trabalho por parte dos jovens (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004). Com efeito, a partir dos anos 70 do século XX, deparamo-nos com uma pluralidade de processos de entrada na vida ativa, de natureza não linear (Pais, 1999), sobressaindo

<sup>15</sup> Lembramos os valores do estudo publicado em 2001 para o indicador em causa e que traduzem a inversão de sentido atribuída à concepção de desemprego supracitada: “Desinteresse dos responsáveis das organizações pelas atividades dos licenciados em Sociologia”, apontado por 43,2% dos inquiridos, enquanto que a “Falta de experiência profissional” traduzia uma proporção de 28,4% dos respondentes (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001: 48).

as situações atípicas marcadas pela precariedade do vínculo jurídico bem como pelos percursos profissionais entrecortados por períodos de emprego, formação, desemprego e inatividade, resultante do desemprego crescente e dos múltiplos tipos de desadequação entre formação escolar e tarefas laborais. Em suma, vários estudos no contexto europeu apontam o movimento destas mudanças que exprimem a rutura no paradigma de emprego seguro e para toda a vida, característico dos anos 60 do século XX, dando mote a Beck (1998) que fala sobre sociedades de risco ou Sennett (2001) em corrosão do caráter.

Um dos principais indicadores sobre o acesso ao mercado de trabalho materializa-se no tempo de espera para a obtenção do primeiro emprego regular, o que Alaluf *et al.* (1987 *in* Gonçalves; Parente; Veloso, 2001) denominam de velocidade de inserção e que exprime as dificuldades da passagem à vida ativa. Alguns estudos nacionais<sup>16</sup> revelam a existência de cursos caracterizados por uma maior velocidade de inserção no mercado de trabalho, o que indica um mais elevado potencial de empregabilidade. No projeto de investigação mais amplo sobre a Precariedade Profissional dos diplomados da Universidade do Porto em Ciências Sociais, Humanidades e Administração e alternativas de inserção futura (Parente, Veloso, 2010), que sustenta o levantamento empírico do estudo agora apresentado, destacam-se a este propósito aspetos que importam revelar. Ai se verificou que os cursos de gestão e de economia são os menos afetados pela precariedade ao longo das suas trajetórias profissionais e que é o género feminino o mais penalizado (Parente e Veloso, 2009).

Importa agora ter em consideração o modo como o tempo de acesso ao emprego se diferenciou entre 1997 e 2004, subdividido em dois arcos temporais.

**Quadro 11 – Tempo de espera até ao primeiro emprego por anos letivos de conclusão da licenciatura (%)**

	Entre 1997 e 2000	Entre 2001 e 2004
Começou logo a trabalhar (0 meses)	9,1	12,8
1 a 3 meses	48,5	19,1
4 a 6 meses	21,2	25,5
7 a 9 meses	12,1	12,8
10 a 12 meses	-	12,8
13 a 15 meses	3,0	4,3
16 e mais meses	6,1	12,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b> <b>n = 33</b>	<b>100,0</b> <b>n = 47</b>

Na relação entre o tempo de espera até ao primeiro emprego regular e os anos de conclusão do curso subsistem alguns aspetos de especial relevo. É entre os alunos licenciados entre 2001 e 2004 que se verifica a maior percentagem dos que obtiveram o acesso a um emprego imediatamente após a titulação académica. Todavia, estes valores merecem uma interpretação mais cuidada, uma vez que esse mesmo período conta com

<sup>16</sup> Arroteia e Martins, 1998; ODES, 2001; Marques, 2003; Alves, 2008.

um maior número de trabalhadores-estudantes diplomados face ao período de 1997 e 2000 (19,4% e 16,7%, respetivamente), e que, vendo o seu percurso académico finalizado, se mantiveram a trabalhar na mesma empresa/organização. Por seu turno, encontramos uma situação inversa quanto ao desemprego de longa duração (DLD). A proporção de licenciados nessa situação aumenta muitíssimo do período de 1997 e 2000 até ao homólogo entre 2001 e 2004, passando de 9,1% no primeiro segmento temporal, para 17,1% no segundo. Neste último período, verifica-se mesmo uma duplicação daqueles que vivenciaram uma situação de desemprego igual ou superior a 16 meses, sinal de uma exclusão do mercado de trabalho qualificado. Com efeito, atendendo à distribuição genérica dos valores do período temporal mais recente, verificamos que os tempos de inserção na vida ativa são aí mais distendidos, assistindo-se a um alongamento do período de transição ao mercado de trabalho por parte dos licenciados. Tal tendência ajusta-se aos padrões de evolução da taxa de desemprego em Portugal, demonstrada pelo estado da conjuntura económica durante estes dois períodos: vejamos que durante o primeiro período a taxa de desemprego global variou respetivamente entre os 5% e os 3,9% enquanto no segundo entre 4,1% e os 6,7%. Mais interessantes são os dados relativos a taxa de desemprego nas camadas mais jovens (15-24 anos) que diminui de 1998 a 2000 cerca de 1,8%, tendo voltado a aumentar entre 2001 e 2004 para 5,9%<sup>17</sup>. Em todo o caso, resultados mais recentes obtidos em 2008 sobre sociólogos desempregados vêm demonstrar que o desemprego atinge tanto aqueles que estão à procura de um primeiro emprego, como toca diretamente os que já se encontram inseridos no mercado de trabalho (Baptista; Machado, 2008). Tal facto traduz que o desemprego de inserção é uma característica constante do percurso profissional desta atividade.

Nas duas últimas décadas, a Europa tem vindo a conhecer uma expansão do desemprego, acompanhada pelo crescimento do desemprego juvenil e pelo contínuo alongamento do tempo de espera para aceder ao primeiro emprego. O primeiro emprego consubstancia assim um momento de particular significado na transição ao trabalho. Assiste-se ao corte com o estatuto de estudante enquanto posição predominante e a um reposicionamento em termos de reconhecimento social. Para se compreender aquele acesso é importante dar conta dos meios que foram acionados pelos próprios licenciados.

Face a este indicador observamos que os inquiridos se dividem em dois grupos quanto aos meios utilizados (quadro 12): os que acionam redes formais (35,3%) e os que mobilizam redes de natureza informal (56,9%). Com menor expressividade que as anteriores presencia-se também a existência de práticas de autoproposta e de criação do próprio emprego/empresa.

**Quadro 12 – Meios de acesso ao primeiro emprego (%)**

Autoproposta	3,9
Por anúncio ou concurso público	13,7
Centro de Emprego	7,8
Unidade de inserção na vida ativa (UNIVA)	2,0
Familiares ou amigos	13,7

<sup>17</sup> Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Colegas da licenciatura	11,8
Um professor da Faculdade que frequentou	31,4
Instituições de formação profissional	2,0
Na sequência de um estágio profissional	9,8
Criou uma empresa	3,9
<b>Total</b> <b>n = 51</b>	<b>100,0</b>

As redes de relações sociais informais detêm um importante papel no acesso ao emprego, facto que os valores apresentados no quadro 12 expressam quando se verifica que 56,9% dos licenciados mobilizam este recurso. Esse é um aspeto indicativo do acionamento das redes de interconhecimento através da posse de capital social, às quais se acrescenta a pertinência o papel dos contactos esporádicos no acesso ao emprego, ao invés do que atrás mencionámos para o emprego atual (Granovetter, 1983). Ao contrário nos dois estudos anteriores observámos, no período de acesso ao primeiro emprego, a inversão da posição modal, que destacava sobretudo o acionamento dos meios formais em benefício de um substancial acréscimo dos meios informais, tal como referimos linhas acima. Como também já tivemos oportunidade de salientar, esta predominância das redes sociais não se verifica para o acesso ao emprego que os respondentes ocupavam à data da aplicação do inquérito, predominando as vias formais. O primeiro emprego ao constituir-se como o momento da trajetória profissional mais próximo da trajetória académica é, por isso mesmo, mais mobilizador também das redes sociais aí constituídas. Neste sentido, quanto mais tempo passar da saída da formação académica, menor será a ligação com as redes adquiridas durante aquele período. Por sua vez, estas serão mobilizadas por aqueles que a frequentaram mais recentemente. Trata-se de uma questão de proximidade e de visibilidade no campo académico.

### **2.3. O primeiro emprego: breve caracterização da situação socioprofissional**

No primeiro emprego detido, a maioria dos inquiridos em análise integra-se em dois grupos: os assalariados e os trabalhadores independentes. Caracterizam-se em termos modais por ocuparem o grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas, sendo que 60 % se rotulavam como sociólogos. Globalmente encontram-se numa posição de precariedade laboral (96,7%). A análise que a seguir propomos acerca do primeiro emprego detido pelos licenciados em análise, incide sobre um número mais restrito de inquiridos. Deste modo, na temática do primeiro emprego trabalha-se com uma subpopulação de 51 indivíduos que transitaram até à atualidade, pelo menos, entre dois empregos. Os indivíduos que se mantiveram empregados no mesmo emprego desde a sua entrada no mercado de trabalho até à atualidade foram considerados apenas na caracterização do emprego atual.

Constata-se que as situações de bolseiro e estagiário são significativas (21,6%) e constituem uma das respostas possíveis face ao processo estrutural de redução do emprego.

**Quadro 13 – Situação perante o trabalho, profissão, posição hierárquica e vínculo contratual do primeiro emprego (%)**

<b>Situação na profissão</b>	
Trabalhador por conta própria com empregados	2,0
Trabalhador por conta própria sem empregados	2,0
Trabalhador independente	37,2
Trabalhador por conta de outrem	37,2
Bolseiro(a) (investigação, mestrado, doutoramento)	9,8
Estágio	11,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>n = 51</b>	
<b>Profissão (CNP 2 dígitos -1994)</b>	
Diretores de Empresa	10,0
Diretores e Gerentes de Pequenas Empresas	2,0
Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissões Similares	12,0
Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	68,0
Outros Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	2,0
Empregados de Escritório	2,0
Manequins, Vendedores e Demonstradores	4,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>Não resposta</b>	<b>2,0</b>
<b>n = 50</b>	
<b>Vínculo Contratual</b>	
Contrato a tempo indeterminado/Efetivo	7,8
Contrato a termo certo	19,6
Contrato de prestação de serviços/Recibos verdes	39,2
Sem contrato	7,8
Bolsa (investigação, mestrado, doutoramento)	9,8
Outra situação	3,9
Estágio	11,8
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>n = 51</b>	

Igualmente revelador é o facto do assalariamento se equiparar ao número daqueles que exercem a sua profissão como trabalhadores independentes, todavia em situação de assalariamento oculto. Esta particularidade é um aspeto já recorrente nos dois estudos anteriores. Neste estudo verificamos um assalariamento oculto de 31,6%. A precariedade laboral<sup>18</sup> é uma característica marcante do primeiro emprego dos licenciados em sociologia atingindo 88,2% dos indivíduos e revela semelhanças, porém com tendência

<sup>18</sup> Por precariedade laboral devem entender-se os seguintes vínculos contratuais: contrato a termo certo, contrato de prestação de serviços / recibos verdes, sem contrato, bolsa (investigação, mestrado, doutoramento) e estágio.

para agravamento, face aos dados levantados pelos dois estudos anteriores: 76,5% de indivíduos em 2001 e 83,9% em 2004. Outros estudos (Sousa, 2003; Alves, 2005 e Alves, 2008), corroboram esta característica penalizante do emprego dos jovens, evidenciando-se, em particular para os diplomados, um início de atividade profissional marcado pela insegurança e forte incerteza face ao futuro.

Perante estes dados parece-nos pertinente, no âmbito dos objetivos a que o Observatório pretende responder, isolar para análise os respondentes com uma situação contratual precária (quadro 14). Observando os 45 licenciados que vivenciaram precariedade contratual, conclui-se que predominam os especialistas das profissões intelectuais e científicas a trabalharem na Administração Pública, o que sustenta a continuidade do papel indutor e normalizador de precariedade laboral que o Estado tem vindo a desempenhar na sociedade portuguesa (Gonçalves, Parente e Veloso, 2004).

**Quadro 14 – Profissão e tipo de organização dos inquiridos em situação laboral precária no primeiro emprego (%)**

<b>Profissão</b>	
Diretores de empresa	11,1
Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissionais Similares	13,3
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	68,9
Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	2,2
Empregados de escritório	2,2
Manequins, vendedores e demonstradores	2,2
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>n = 45</b>	
<b>Tipo de organização</b>	
Empresa Privada	20
Empresa Pública	2,2
Empresa Mista (capitais públicos e privados)	2,2
Órgão de Administração Pública Central e Regional	26,7
Órgão de Administração Pública Local	15,6
Instituto Público	6,7
Instituições Privadas de Solidariedade Social	8,9
Fundação	4,4
Cooperativa	2,2
Associação de Desenvolvimento	6,7
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	4,4
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>n = 45</b>	

As instituições de Administração Pública Central, Regional e Local são aquelas que apresentam um maior peso relativo de inquiridos em situação de instabilidade contratual (42,3%), revelando uma degradação das práticas de gestão de recursos humanos quando

confrontamos estes valores com os do primeiro estudo<sup>19</sup>. Salienta-se igualmente o papel da precariedade induzido pela Administração Pública, a saber 42,3%, enquanto no Terceiro Setor a precariedade se situa nos 26,6%, seguidos por 20% do Setor Privado.

**Quadro 15 – Setor de atividade, tipo e dimensão das organizações do primeiro emprego (%)**

<b>Setor de Atividade - 1º emprego</b>	
Indústria transformadora	3,9
Construção e obras públicas	2,0
Comércio	3,9
Hotelaria e restauração	2,0
Transportes, armazenagem e comunicações	2,0
Atividades financeiras, bancos e seguros	2,0
Serviços às empresas	7,8
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	3,9
Ensino - Formação e Investigação	43,1
Ação social	23,5
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	5,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>n = 51</b>	
<b>Tipo de organização - 1º emprego</b>	
Empresa Privada	29,4
Empresa Pública	2,0
Empresa Mista (capitais públicos e privados)	2,0
Órgão de Administração Pública Central e Regional	23,5
Órgão de Administração Pública Local	13,7
Instituto Público	5,7
Instituição Particular de Solidariedade Social	7,8
Fundação	3,9
Cooperativa	2,0
Associação de Desenvolvimento	5,9
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	3,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>n = 51</b>	
<b>Dimensão da organização</b>	
De 1 a 5 trabalhadores	10,6
De 6 a 10 trabalhadores	8,5
De 11 a 100 trabalhadores	40,4
De 101 a 500 trabalhadores	23,4

<sup>19</sup> Vejamos que no primeiro estudo realizado em 1998, 10,6% dos contratos a termo certo incidiam sobre diplomados que exerciam funções na Administração Central, perdurando uma inexistência de licenciados nesta situação na Administração Regional.

Mais de 500 trabalhadores	17,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>n = 47</b>	

A análise do quadro 15 traça o perfil das organizações que os sociólogos integram na circunstância do seu primeiro emprego. O ensino/investigação e a ação social emergem como os setores mais representativos de uma atividade exercida em empresas privadas, na Administração Pública central e regional e, com menor expressividade, na local. Deste modo aponta-se que embora subsista diversidade é forte o papel do Estado como empregador dos sociólogos (42,9%). Constatam-se igualmente a diminuição de indivíduos a trabalhar em pequenas e médias empresas, com valores elevados em 1998 e 2003, 76,2% e 74,3% respetivamente (Gonçalves, Parente; Veloso, 2001:57; 2004:279). No atual levantamento de dados os valores mais expressivos oscilam entre as pequenas e médias empresas (40,4%) e as organizações com mais de 100 trabalhadores (40,4%).

Passemos agora à avaliação que os respondentes fazem da utilidade da sua formação académica em sociologia e da função que desempenharam no âmbito do seu primeiro emprego. Tomar esta relação pela perspetiva dos próprios diplomados permite-nos aferir as representações e expectativas sociais face à sua vivência profissional. Como fora afirmado em artigo anterior (2001), estas avaliações são diretamente modeladas por dois fatores de ordem diferente, não obstante complementares entre si: o modo como os licenciados se identificam com a sociologia e o perfil-tipo ideal de atividade de sociólogo tido como referência de identificação.

A observação do Quadro 16 permite-nos afirmar que uma expressiva maioria declara que a licenciatura nesta área consubstanciou uma condição necessária no acesso ao primeiro emprego, o que remete tanto para a natureza específica da formação, como reforça o facto de grande parte dos respondentes não conhecerem situações de desclassificação laboral, e se identificarem como sociólogos. Com efeito, recordando o quadro 13, observa-se que 68,9% dos respondentes exerciam atividades em profissões intelectuais e científicas, o que comprova existir, para uma parte substancial destes licenciados, uma adequação entre a profissão e a formação universitária.

**Quadro 16 – Utilidade da licenciatura no acesso ao primeiro emprego (%)**

Condição obrigatória	65,0
Devido aos conhecimentos/competências obtidas na licenciatura	15,0
Condição preferencial	10,0
Conferiu maior garantia de qualidade/credibilidade	10,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

#### **2.4. Mobilidades profissionais e desemprego**

Observadas as situações profissionais dos licenciados à data da aplicação do inquérito (2006) e no seu primeiro emprego, dedicamos este ponto a uma análise dos

fluxos de mobilidade profissional que existiram entre os momentos da transição ao trabalho em estudo, incluindo também dados relativos ao desemprego. Tal como foi fundamentado no primeiro artigo (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001) esta análise permite dar conta do conceito de trajetória profissional. Importa referir que esta definição conceptual consubstancia uma característica do Observatório, em que as variáveis apontadas já indicavam a possibilidade de ultrapassar uma abordagem unicamente estruturada na entrada na vida ativa, procurando assim a articulação das estruturas com a ação dos sujeitos numa perspetiva diacrónica (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001).

Verifica-se que a maioria dos nossos respondentes (50%) teve, à data da aplicação do inquérito, dois ou mais empregos (quadro 17). No entanto, se a maioria vivenciou um processo de mudança, o mesmo não aconteceu para 27% dos respondentes, que só teve um emprego.

**Quadro 17 – Número de empregos à data da aplicação do inquérito (%)**

0 empregos	5,0
1 emprego	27,0
2 empregos	25,0
3 empregos	13,0
4 empregos	9,0
5 e mais empregos	3,0
Trabalhador-estudante com o mesmo emprego	13,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>Não resposta</b>	<b>1,0</b>
<b>n = 100</b>	

Se tivermos em conta a distribuição da rotatividade no mercado de trabalho pelos anos de conclusão da licenciatura, verificamos a mesma falta de linearidade que já fora possível identificar nos estudos anteriores. Note-se que seria previsível que fosse o conjunto dos licenciados diplomados entre os anos de 1997 a 2000 a demonstrar o peso mais elevado (64,1%) daqueles que vivenciaram duas ou mais mudanças de emprego. No entanto, não obstante os diplomados entre 2001 e 2004 serem o grupo onde se interpreta a maior parcela daqueles que nunca protagonizaram um processo de mobilidade (31,1%), verifica-se que tal não corresponde necessariamente a trajetórias mais estabilizadas neste período de tempo. Assim, 66,7% dos diplomados no ano de 2002 conheceram dois ou mais processos de rotatividade de emprego. O mesmo sucede a uma significativa parcela de 35,2% dos respondentes que se diplomaram no ano de 2003.

Uma hipótese mais clarificadora para a reflexão sobre a mobilidade de empregos dos licenciados, nomeadamente da sua correlação com a precariedade laboral, encontra-se sintetizada no quadro 18 que permite uma leitura do motivo de abandono do primeiro emprego. Verifica-se assim que a forma de abandono mais relevante é a cessação de contrato (61%), a termo certo ou de prestação de serviços. Ao contrário do que sucedera nos estudos anteriores, a opção voluntária pela rescisão de contrato é agora bastante reduzida, representando apenas 21% no peso total dos inquiridos, parcela esta, tal

como referíamos, bastante menos expressiva<sup>20</sup>. Esta diferença testemunha o facto de estarmos perante uma conjuntura laboral insegura, desfavorável e precária que retirou a margem de liberdade aos diplomados na escolha do seu emprego.

**Quadro 18 – Formas de abandono do primeiro emprego (%)**

Cessação do contrato de prestação de serviços	33,0
Despedimento individual por iniciativa do empregador	5,0
Rescisão contratual por mútuo acordo	12,0
Falência da empresa	2,0
Despedimento individual por iniciativa própria	21,0
Cessação do contrato a termo certo	28,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>Não resposta</b>	<b>16,0</b>
<b>n = 43</b>	

Todavia, verifica-se que, entre o primeiro emprego regular dos licenciados e o emprego à data da aplicação do inquérito, se assiste a um acréscimo relativo da segurança laboral (quadro 19).

**Quadro 19 – Natureza do vínculo contratual para o primeiro emprego e no emprego à data do inquérito (%)**

	<b>Primeiro Emprego</b>	<b>Emprego Atual</b>
Contrato a tempo indeterminado/efetivo	7,8	34,9
Contrato a termo certo	19,6	30,1
Contrato de prestação de serviços/recibos verdes	39,2	19,3
Sem contrato	7,8	1,2
Bolsa (investigação, mestrado, doutoramento, etc.)	9,8	8,4
Estágio	11,8	6,4
Outra situação	3,9	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
	<b>n=51</b>	<b>n=83</b>

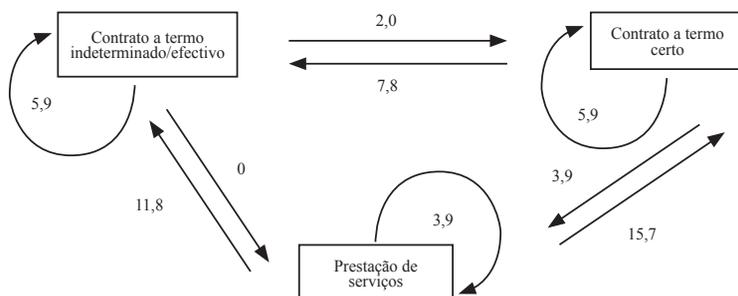
Se no primeiro emprego, a precariedade é a condição que se aplica à maioria dos inquiridos, a situação no emprego atual, por seu lado, consubstancia uma inclinação no sentido de estabilização da vivência laboral. Esta tendência geral tem sido verificada igualmente nos estudos anteriores, o que poderá permitir aferir uma regularidade nas trajetórias profissionais no sentido de uma melhoria relativa da qualidade do emprego

<sup>20</sup> No primeiro estudo verificou-se que 59,7% dos licenciados em sociologia entre 1988/89 e 1996/97 tinha rescindido o contrato por iniciativa própria na altura do primeiro emprego. Um peso substancialmente idêntico (57,1%) fê-lo na sequência do segundo emprego. Observando os diplomados entre os anos letivos de 1997/98 e 2001/02, verificam-se de igual modo valores significativos para as formas de abandono em ambas as situações de emprego: o primeiro e o emprego à altura de aplicação do inquérito com 67,9% e 42,9% respetivamente.

articulado ao tempo de permanência no mercado do trabalho. A propensão para a estabilização do vínculo contratual associada ao tempo de permanência no emprego, explicará, em época de recessão do emprego, a não opção dos licenciados abandonarem os empregos por iniciativa própria. Uma análise mais fina dos diversos fluxos de mobilidade contratual (gráfico 1) evidencia que o percurso mais representativo se encontra na passagem da prestação de serviços para a do contrato a termo certo (15,7%).

Esta situação indica que a transição do primeiro emprego para o atual funcionou provavelmente como um tempo de espera de uma situação de assalariamento oculto para uma situação laboral, que apesar de precária, representa uma maior estabilidade contratual ao estar afeta a um contrato a termo certo. Já foi possível traçar algumas características estruturais do mercado de trabalho que propiciam esses tipos de percurso e que colocam a prestação de serviços como uma das principais formas de transição ao trabalho por parte dos licenciados.

**Gráfico 1 – Mobilidade contratual (%)**



Igualmente naqueles que transitaram do contrato a termo certo (7,8%) e do regime de prestação de serviços (11,8%) para o de contrato efetivo assiste-se a uma melhoria explícita da situação laboral.

Ao comparar estes movimentos de mobilidade contratual com os verificados nos dois estudos anteriores, destaca-se a fraca representatividade das trajetórias de mobilidade descendente<sup>21</sup>, sendo que a parcela mais expressiva dos licenciados que vivenciaram uma degradação da situação laboral (3,9%) passou de um contrato a termo certo, no primeiro emprego, para um regime de prestação de serviços, no emprego à data da aplicação do inquérito. A parcela maioritária dos nossos respondentes viu-se transferida de um vínculo de maior precariedade contratual para outro de menor ou mesmo ausência da mesma.

A leitura do quadro 20 demonstra que uma significativa maioria de licenciados inquiridos (61,9%) vivenciaram pelo menos uma situação de desemprego com destaque para o facto de 45,2% terem estado apenas uma vez desempregados.

<sup>21</sup> No estudo publicado em 2001, 7% dos respondentes com um contrato a termo certo no primeiro emprego trabalhavam à data da aplicação do inquérito em regime de prestação de serviços. E 4,2% dos respondentes que possuíam um vínculo permanente no primeiro emprego trabalhavam sob um contrato a termo certo por altura da inquirição. Em 2004, os dados homólogos são ainda mais incidentes: 17,9% passam do contrato a termo certo para o regime de prestação de serviços, 12,8% do contrato sem termo para o contrato a termo certo e 7,7% vivenciam o percurso socialmente mais gravoso em termos de precariedade e que consubstancia a passagem do contrato sem termo para o regime da prestação de serviços.

**Quadro 20 – Número de vezes que esteve no desemprego (%)**

Nenhuma	38,1
Uma vez	45,2
Duas vezes	11,9
Três vezes ou mais	4,8
<b>Total</b> <b>n = 42</b>	<b>100,0</b>

Este cenário reflete tanto a vulnerabilidade laboral dos inquiridos como também denota uma tendência cada vez mais comum, a saber, a rotatividade entre emprego e desemprego. Deste modo, assistimos a fortes processos de mobilidade entre diferentes empregos, intermediados por períodos de desemprego ou de prossecução de formação, académica e/ou profissional.

### **2.5. Pertenças sociais e profissionais**

Após termos abordado os principais indicadores sobre o primeiro emprego à data da aplicação do inquérito e imediatamente após o acesso ao mercado de trabalho, iremos focar-nos agora na caracterização social dos inquiridos e respetivos agregados familiares. Em termos de caracterização dos respondentes, constata-se que 76,2% dos inquiridos são do sexo feminino e 23,8% do sexo masculino, característica de género que vem corroborar a forte tendência de feminização da sociologia feminina identificada noutros estudos (Baptista; Machado, 2010). A idade média dos diplomados à data da aplicação do inquérito era de 31 anos, sendo a grande maioria solteira (52,5%), natural e residente na área do Grande Porto.

A análise da categoria socioprofissional dos inquiridos demonstra a importância dos profissionais técnicos e de enquadramento, seguida dos empresários, dirigentes e profissionais liberais que absorve, na atualidade, uma maior proporção de inquiridos do que a observada em 2001 então com 11,9%. Sublinhando o peso expressivo de licenciados integrados nestas duas categorias, apenas uma parcela reduzida dos mesmos ocupa categorias genericamente providas de recursos económicos e organizacionais mais baixos tendo em conta os acima mencionados.

**Quadro 21 – Categoria socioprofissional atual dos inquiridos (%)**

Empresários, dirigentes e profissionais liberais	29,6
Profissionais técnicos e de enquadramento	59,2
Empregados de executantes	7,1
Operários	1,0
Assalariados executantes pluriactivos	3,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<b>n = 98</b>	

Se tomarmos em consideração como unidade de análise o grupo doméstico atual (Quadro 22), observamos o mesmo perfil de categorias socioprofissionais referido para os inquiridos. Estes resultados reforçam o que já foi avançado nos estudos anteriores: o avanço da “nova classe média” que, desde os anos 80 do século XX, se manifesta por um substancial movimento de recomposição social, relacionado com o acréscimo dos níveis de escolarização, principalmente a universitária, e que se repercute num aumento das profissões científicas e técnicas nas organizações, à escala de um processo mais geral de modernização do sistema económico e de reconfiguração do Estado Providência (Viegas; Costa, 1998). O Quadro 23 demonstra os fluxos de mobilidade social entre os indicadores socioprofissionais dos agregados domésticos atuais e os de origem. Por um lado, é notória a existência, em termos quantitativos, de situações de reprodução intergeracional de lugares de classes, designadamente no que toca a empresários, dirigentes e profissionais liberais (30,8%) e os profissionais técnicos e de enquadramento (40,4%), com uma taxa de autorrecrutamento mais significativo nos segundos, ao contrário do que se verificava num estudo anterior (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001) cuja taxa de recrutamento era mais significativa no caso dos empresários, dirigentes e profissionais liberais (50%). Refere-se novamente que estes traços de reprodutibilidade constituem um traço caracterizador do perfil da composição classista dos estudantes universitários portugueses. Por outro lado, os empresários, dirigentes e profissionais liberais, e os profissionais técnicos e de enquadramento são grupos cujas trajetórias sociais demonstram significativos fluxos de mobilidade ascendente (19,2% respetivamente) que, contradizendo a tendência de seletividade social, em estrito senso, ocorrida no sistema universitário, indicam movimentos de recomposição social que vêm ocorrendo na população estudantil.

**Quadro 22 – Mobilidade social intergeracional (%)**

		Indicador sócio-profissional do grupo doméstico atual			
	Indicador sócio-profissional do grupo doméstico de origem	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (29,6)	Profissionais técnicos e de enquadramento (59,2)	Empregados executantes (7,1)	Agricultores independentes pluriactivos (3,1)
	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (22,7)	30,8%	19,2%	33,3%	-
	Profissionais técnicos e de enquadramento (39,8)	38,5%	40,4%	50,0%	-
	Trabalhadores independentes ( 2,3)	-	3,8%	-	-
	Empregados Executantes (18,2)	19,2%	19,2%	-	33,3%
	Operários (5,7)	3,8%	7,7%	-	-
	Trabalhadores independentes pluriactivos (3,4)	3,8%	3,8%	-	-
	Assalariados executantes pluriactivos (8,0)	3,8%	5,8%	16,7%	66,7%

## 2.6. Valores e satisfação face ao trabalho

Sempre que se atende às transformações ocorridas no sistema produtivo e económico das sociedades contemporâneas levantam-se questões sobre o sentido atribuído ao emprego para assim dar conta das mudanças de atitudes e valores atuais com os do passado. Autores tais como Inglehart (2008) problematizam o impacto das mudanças, provocado pelo incremento da qualidade de vida que grande parte da população das sociedades ocidentais conheceu após a Segunda Guerra Mundial. Para estes autores, o facto de as gerações nascidas depois desse período não terem suportado as privações materiais conhecidas pelas gerações anteriores, impulsionou a emergência de novas aspirações e expectativas face às várias dimensões da vida social, designadamente, orientações distintas face ao trabalho e ao emprego.

**Quadro 23 – Grau de satisfação<sup>i)</sup> face às dimensões de trabalho**

Grau de satisfação			
		Nº	%
Dimensão relacional	Relação com os colegas	95	<b>94,7</b>
	Relação com os subordinados	77	<b>81,9</b>
	Relação com os superiores hierárquicos	95	<b>75,8</b>
Dimensão intrínseca	Autonomia na execução	95	<b>85,2</b>
	Grau de responsabilidade	95	<b>82,1</b>
	Variedade de tarefas	95	<b>83,2</b>
	Aplicação de conhecimentos	95	<b>76,8</b>
	Desenvolvimento de capacidades	95	<b>76,8</b>
	Aprendizagem de conhecimentos	95	<b>80,0</b>
	Participação nas decisões	95	<b>70,5</b>
	Condições no local de trabalho	95	<b>75,8</b>
Dimensão temporal	Tempo livre	95	<b>67,3</b>
	Duração do horário de trabalho	95	<b>78,9</b>
	Tipo de horário de trabalho	95	<b>84,2</b>
Dimensão extrínseca	Progressão na carreira	95	<b>45,3</b>
	Vínculo contratual	95	<b>63,2</b>
	Remuneração	95	<b>66,3</b>
	Frequência de formação	94	<b>70,2</b>

*i) Aferido a partir do somatório das respostas dos níveis muito satisfeito e razoavelmente satisfeito*

Neste sentido, procura-se compreender quais os aspetos mais valorizados no trabalho e emprego, questão pertinente sobretudo quando contextualizada no espectro mais lato das novas formas laborais, sustentadas por condições sócio-económicas e reforços ideológicos que afastam o anterior cenário do emprego para toda a vida. Assiste-se a um trabalho assalariado que apresenta novas configurações que volatilizam as certezas anteriores relativas a vínculos contratuais, rendimentos e carreiras estáveis. Perante a concomitante diluição de definições identitárias que tais circunstâncias promovem a nível subjetivo, torna-se legítimo questionar se deste cenário emergem condições necessárias para que se transmute o peso das motivações económicas do emprego em favor das motivações intrínsecas e relacionais inerentes ao mesmo.

Com efeito, o Quadro 23 indica que é precisamente na dimensão extrínseca do trabalho que os licenciados afirmam valores de satisfação mais reduzidos, declarando-se mais satisfeitos com as dimensões expressivas ligadas ao desenvolvimento pessoal, verificável pelo peso percentual da satisfação nas dimensões relacional e intrínseca. Embora não possamos inferir diretamente destes dados a questão ligada às motivações que orientam os sujeitos, depreende-se da leitura do Quadro 26 que as dimensões onde os respondentes encontram maiores níveis de satisfação se relacionam com as de natureza intrínseca e relacional, privilegiando sobretudo na primeira, as categorias relacionadas com a autonomia e responsabilidade no trabalho, bem como a variedade de tarefas e aprendizagem de novos conhecimentos. De destacar igualmente que a presença destes valores não pode ser analisada sem que se proceda à leitura da formação específica em Ciências Sociais, e em particular em Sociologia, na produção de valorizações e expectativas particulares no âmbito do exercício da atividade profissional.

### **Considerações finais**

À semelhança do que fora já exposto nos dois estudos anteriores, confirma-se neste terceiro momento que a denominada transição dos jovens para o emprego se pauta pela complexidade e diversidade das formas sociais que toma. Deste modo, assiste-se à intensificação de um contexto laboral no qual os perfis e trajetórias profissionais adquirem uma natureza cada vez mais transitória marcada por contornos indefinidos. Estas características resultam da instabilidade estrutural prevalecente no tecido económico que tem vindo a evidenciar-se durante as últimas décadas e cujos impactos alteraram significativamente a relação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho (Pinto, 2010), nomeadamente impondo novos ritmos e modos de acesso ao mesmo (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004).

Os diplomados em análise neste artigo, tal como os dos estudos anteriores, enquadram-se nas tendências mais gerais do mercado de trabalho em Portugal e confirmam o que já fora exposto anteriormente quanto ao sentido e natureza da evolução do mesmo nas últimas décadas: emprego marcado pela precariedade ao qual subjaz uma crescente lógica de flexibilização quantitativa dos recursos humanos. Com efeito, constata-se uma significativa externalização das relações de trabalho que tem funcionado para reduzir volume, custos e tempo de trabalho, num processo mais amplo de flexibilização quantitativa do trabalho. A ilustrar este ponto, verifica-se que o exercício da profissão é predominantemente realizado sob a forma de uma relação jurídica alicerçada nos

contratos de trabalho a termo certo e em regimes de prestação de serviço, transversal em todos os momentos da trajetória profissional dos diplomados em sociologia.

Verifica-se que a precariedade é sobretudo de carácter contratual e não tem como corolário um processo de desqualificação, uma vez que, tanto no primeiro como no emprego à data da aplicação do inquérito, a maioria dos licenciados exerce a profissão de sociólogo, facto que corrobora a importância da formação universitária nesta área disciplinar como qualificativa para o emprego, o que ao mesmo tempo revela que a identificação prevalecente entre os diplomados em sociologia a exercer uma profissão se mantém vinculada à sua área de formação. Assim, é face a um contingente maioritário de respondentes que se identificam como sociólogos que se encontra manifesta uma correspondência objetiva e subjetiva entre a formação em sociologia e o desempenho laboral profissional. Tal traduz que os espaços de inserção no mercado de trabalho são tendencialmente mobilizadores das competências adquiridas ao longo da formação académica em sociologia ao fomentar circunstâncias laborais que valorizam e potenciam o exercício analítico, metodológico e técnico próprio a esse saber. Não obstante, as virtualidades aqui subjacentes podem correr o perigo de diluir-se perante a natureza precária das formas laborais que enquadram essas atividades, uma vez que sob este contexto se assiste à pulverização das carreiras estáveis e lineares a favor de uma pluralidade e diversidade de circunstâncias laborais que exigem dos profissionais a reconfiguração contínua das suas práticas à luz de novos enquadramentos e objetivos organizacionais.

Vislumbram-se os desafios que condicionam, aos mais diversos níveis, os percursos de vida da geração saída do sistema de ensino nos últimos anos, antecipando-se aí que a crescente transitoriedade das trajetórias laborais exerça impactos significativos tanto à escala individual, nas trajetórias laborais e familiares dos diplomados (Gonçalves, 2010), quer ao nível coletivo, no âmbito do ensino e da profissionalização da sociologia em Portugal.

Perante este cenário atravessado de contínuas mudanças ocorridas quer no sistema educativo, quer no sistema económico, a investigação do percurso dos jovens licenciados em sociologia assume-se como um exigência cada vez mais necessária para avaliar os alcances e desafios atuais que se colocam à sociologia portuguesa. Avaliar o impacto da institucionalização do processo de Bolonha ao nível do emprego e desemprego, da precariedade e da opção pelo prolongamento dos estudos, bem como a forma como a nova configuração formativa responde às novas exigências das sociedades globalizadas em geral e do mercado de trabalho em particular, num contexto marcado pela redefinição das relações laborais, é o repto que este artigo nos deixa para a próxima análise no âmbito do Observatório do Emprego dos diplomados em Sociologia

### **Referências bibliográficas**

- ALVES, Mariana (1998), “Inserção na vida activa de licenciados: a construção de identidades sociais e profissionais”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 26, 131-147.
- (2005), “Como se entrelaçam a educação e o emprego? Contributos da investigação sobre licenciados, mestres e doutores”, in *Revista Interações*, 1, 179-201.
- ALVES, Natália (2008), *Juventudes e inserção profissional*, Lisboa, Unidade de I&D de Ciências da Educação.

ARROTEIA, Jorge & MARTINS, António (1998), *Inserção Profissional dos diplomados pela Universidade de Aveiro*, Aveiro, UA.

BAPTISTA, Luís & MACHADO, Paulo (2010), “Our (scientific) Community and Our Society: rethinking the role and dilemmas of national sociological associations – the Portuguese case”, in *Sociologia On Line – Revista da Associação Portuguesa de Sociologia* [em linha], n.º 1, 1-24 [Consult. a 2 de novembro de 2010]. Disponível em: [www.revista.aps.pt](http://www.revista.aps.pt).

BECK, Ulrich (1998), *World Risk Society*, Cambridge, Polity Press.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Eve (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris, Gallimard.

BOURDIEU, Pierre (1980), “Le capital social: note provisoires”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* [em linha], vol. 31, 2-3 [Consult. a 20 de julho 2010]. Disponível em:

[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss\\_03355322\\_1980\\_num\\_31\\_1\\_2069](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_03355322_1980_num_31_1_2069).

GONÇALVES, Carlos Manuel; PARENTE, Cristina & VELOSO, Luísa (2001), “Licenciados em Sociologia: Ritmos e formas de transição ao trabalho”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*, vol. XI, 31-94.

– (2004), “Licenciados em Sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*, Vol. XIV, 253-296.

GONÇALVES, Carlos Manuel; PARENTE, Cristina & VELOSO, Luísa (coords.) [et al.] (1997), *Formação e Emprego Juvenil em Portugal, França e Dinamarca. Um Estudo nas Áreas da Metalurgia e Mecânica e do Têxtil e do Vestuário*, Porto, Fundação da Juventude/Comissão das Comunidades Europeias.

GRANOVETTER, Mark (1983), “The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited”, in *American Sociological Association* [em linha], vol.1, 201-233, [Consult. a 2 de novembro de 2010]. Disponível em:

[http://74.125.155.132/scholar?q=cache:hfXYxz9TVgJ:scholar.google.com/+The+Strength+of+Weak+Ties:+A+Network+Theory+Revisited%E2%80%9C+American+Sociological+Association&hl=pt-PT&as\\_sdt=2000&as\\_vis=1](http://74.125.155.132/scholar?q=cache:hfXYxz9TVgJ:scholar.google.com/+The+Strength+of+Weak+Ties:+A+Network+Theory+Revisited%E2%80%9C+American+Sociological+Association&hl=pt-PT&as_sdt=2000&as_vis=1).

– (1995), *Getting a Job: A Study of Contacts and Careers*, Chicago and London, University of Chicago Press.

INGLEHART, Ronald (2008), “Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006. West European Politics”, in *World Values Survey*, [em linha], vol. 31, n.º 1-2, 130-146 [Consult. a 12 de novembro de 2009]. Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org>.

MARQUES, Ana Paula (2003), *Entre o diploma e o emprego: a inserção profissional dos jovens engenheiros*, Braga, Dissertação de Doutoramento apresentada na Universidade do Minho.

ODES (2001), *1.º inquérito de percursos aos diplomados do ensino superior – 2001*, s/l., documento policopiado.

PAIS, José Machado (1999), *Traços e riscos de vida: uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*, Porto, Ambar.

PARENTE, Cristina & VELOSO, Luísa (2010), “Trajectórias profissionais e precariedade no mercado de trabalho”, in Carlos Manuel Gonçalves (coord.) (2010), *Licenciados, Precariedade e Família*, Porto, Estratégias Criativas.

PINTO, José Madureira (2010), “A note on the evolution, the specificity and the social relevance of Portuguese Sociology”, in *Sociologia On Line – Revista da Associação Portuguesa de Sociologia* [em linha], n.º 1, 1-11 [Consult. a 2 de novembro de 2010]. Disponível em: [www.revista.aps.pt](http://www.revista.aps.pt).

ROSE, José (1984), *Enquête de l’emploi*, Paris, Économica.

– (1996), “L’organisation des transitions professionnelles entre socialisation, mobilisation et recomposition des rapports du travail et d’emploi”, in *Sociologie du Travail*, 1, 63-79.

SENNETT, Richard (2001), *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa, Terramar.

SOUSA, Luís Nuno (2003), *Transição ao trabalho: Interioridades, Desafios ou Descontinuidades. O caso do curso de Comunicação Social da ESEV*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais, Viseu, Escola Superior de Educação de Viseu.

VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino da (orgs.) (1998), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

## ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

### *The professional transition of FLUP’s graduates in Sociology: new results from 2006*

This article seeks to reflect on the importance of a university degree in the labor market. Regarding the profound changes occurring on the economic sphere, the transition of young graduates in the labor market gets a configuration increasingly insecure and unstable. According to that, this article identifies and discusses various aspects which determine the employability of graduates in sociology from the Faculty of Arts of University of Porto, through the data collected in 2006 by Employment Observatory of Graduates in Sociology, and in continuity with the two previous studies which resulted in two articles, conducted in 1998 and 2003, and published in 2001 and 2004 respectively.

**Keywords:** Employment; Transition to labor; Graduates; Sociologists; Sociology.

### *La transition professionnelle des diplômés en Sociologie par la FLUP: nouveaux résultats en 2006*

Cet article vise à réfléchir sur l’importance d’un diplôme universitaire dans le marché du travail. Dans le sillage des changements profonds qui se produisent dans le tissu économique, la transition des jeunes diplômés dans le marché du travail prend une configuration de plus en plus précaire et instable. Ici, les différents aspects qui déterminent l’employabilité des diplômés en sociologie de la Faculté des Arts de l’Université de Porto sont identifiés et traités à partir des données recueillies en 2006 par l’observatoire pour l’emploi des diplômés en sociologie, et en continuité avec les deux études précédentes qui ont abouti à deux articles, menés en 1998 et 2003, et publiés en 2001 et 2004 respectivement.

**Mots-clés:** Emploi; Transition au travail; Diplômés; Sociologues; Sociologie.

### *La transición profesional de los titulados en Sociología Flup: nuevos resultados a partir de 2006*

Este artículo discute la importancia de un título universitario Sociología en el mercado laboral. A raíz de los profundos cambios en la estructura económica y la transición de los jóvenes titulados mercado laboral, una configuración cada vez más insegura e inestable Sociólogos, con manifestaciones, tanto en términos de desarrollo socio-profesional de las situaciones vividas, en momentos de acceso al empleo o desempleo. Diferentes aspectos que caracterizan el empleo inseguro e inestable de los graduados en Sociología de la Facultad de Letras de la Universidad de Porto los datos recogidos en 2006 por el Observatorio de Empleo de los graduados en Sociología, continuando dos estudios realizados en 1998 y 2003.

**Palabras-clave:** Empleo; Transición al Trabajo; Graduados; Sociólogos; Sociología.



# Escola e mudança social: recém-licenciados na área de informática em instituições de ensino superior localizadas na área metropolitana do Porto

José Carlos Morais<sup>1</sup>  
*Instituto Superior Politécnico Gaya*

## **Resumo:**

Este artigo tem por base uma investigação de doutoramento em sociologia realizado na FLUP. Procura-se captar continuidades e transformações entre instâncias de socialização e estruturação de *habitus* num grupo específico da população portuguesa: recém-licenciados na área da informática em instituições de ensino superior localizadas na área metropolitana do Porto. Os dados que são, aqui, apresentados remetem para percursos intergeracionais em termos de lugar de classe, colocando a escola no centro da problemática da mudança e da reprodução social. O objetivo da investigação que sustenta o presente artigo centrou-se na captação de práticas e representações deste grupo específico, no sentido de concluir acerca das dinâmicas que caracterizam Portugal, um país em transição para a sociedade em rede.

**Palavras-chave:** Ensino Superior; Mudança Social; Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

## **Introdução**

O presente artigo tem por base uma dissertação de Doutoramento em Sociologia, realizado na FLUP e orientado pelo Doutor João Teixeira Lopes. A tese intitula-se “Sociedade em Rede e Exclusões Sociais”, e foi defendida em junho de 2010.

Apresentamos neste artigo alguns excertos, devidamente adaptados, no sentido de apresentar dados empíricos acerca de um grupo de recém-licenciados em informática, que permitem tecer algumas considerações acerca de continuidades de estruturação de *habitus* entre instâncias primárias e secundárias desta estruturação.

O objetivo da pesquisa prosseguida consistiu em captar práticas e representações deste grupo privilegiado em termos de afirmação na sociedade em rede e na lógica conexionista que a caracteriza, para, depois, tentar inferir algumas conclusões acerca de grupos sociais que reúnem várias fragilidades em termos de exercício da cidadania e, eventualmente, envolvidas em circuitos de exclusão social.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (Lisboa, Portugal), Mestre em Sociologia e Doutor em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal). Docente no Instituto Superior Politécnico Gaya e membro do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Superior Politécnico Gaya (Vila Nova de Gaia, Portugal). *E-mail:* jmorais@ispgaya.pt

Os dados que se apresentam remetem, diretamente, para a temática da escola enquanto perpetuador ou transformador social, sendo apresentadas as presenças classistas segundo os diversos tipos de ensino em que o grupo de inquiridos se insere. Procuramos concluir acerca de algumas determinações estruturais nacionais no que se pode entender como uma sociedade em transição para a sociedade em rede, a sociedade portuguesa.

### **1. Informacionalismo e realidade portuguesa: construção de um objeto de estudo**

A par dos desenvolvimentos tecnológicos mais fantásticos, realidades de pobreza, desemprego e de exclusão social são evidenciados nos meios de comunicação social, ou *mass média*, também eles fruto dos desenvolvimentos da microeletrónica, que adquiriram maior visibilidade pública a partir de meados da década de 1970. Vários são os autores que procuram dar conta do conjunto de mudanças que caracterizam a terceira vaga, como lhe chamou Alvin Toffler (1982), um pouco à semelhança do que fizeram os fundadores da sociologia, quando tentaram dar conta das mudanças trazidas pela revolução industrial.

A microeletrónica marca uma nova fase do capitalismo, mas nesta nova roupagem continuam a estar presentes desigualdades, formas de demarcação/classificação social e polarizações. Na modernidade tardia, os objetivos da racionalidade iluminista continuam por concretizar.

Na qualidade de cidadãos portugueses, impõe-se-nos uma procura de contextualizar a realidade portuguesa no panorama internacional, procurando perspetivar os fenómenos de desigualdade e de exclusão social no contexto de uma economia globalizada, na qual o domínio de capacidades técnicas vocacionadas para as novas tecnologias de informação e comunicação é determinante em termos de oportunidades de emprego e de exercício da cidadania, sendo que a segunda dimensão abrange a primeira.

O exercício da cidadania é complexo, sendo objetivo de análise a reprodução ou a transformação de práticas e representações por relação a instâncias de estruturação de *habitus*, como o são a família, a escola e o trabalho. Valorizamos o potencial transformador das TIC, mas pretendemos evidenciar continuidades entre estas instâncias.

O estudo que serve de base ao presente artigo centrou-se num grupo que reúne todas as competências em termos de domínio teórico-prático das novas tecnologias, sendo que assumimos que as práticas e representações que o caracterizam poderão revelar os verdadeiros contornos (o alcance) da transformação social que se pode associar ao uso de TIC, permitindo ilações relativamente a outros grupos sociais mais fragilizados, entendendo-se a realidade planetária no âmbito da sociedade em rede.

### **2. Tecnologias de Informação e Comunicação, Mudança Social e Risco**

Se, por um lado, o senso comum dá conta de uma homogeneização nos modos de pensar e de fazer, assumindo como diapasão a cultura dos países de referência na produção e no consumo, esta homogeneização – efetiva ou com nuances locais – não se faz acompanhar por um sentimento generalizado de segurança ou confiança no presente, e, muito menos, no futuro.

É neste contexto de mudança e de incerteza – risco – que pretendemos contextualizar a análise do combate à pobreza e à exclusão social, no seu relacionamento com as TIC. O peso crescente das indústrias culturais, a importância do saber, da sua produção, circulação, armazenamento, distribuição e consumo, conduzem a uma reflexão acerca do papel que as novas tecnologias podem desempenhar no desenvolvimento do nosso país, nem central, nem totalmente periférico no sistema-mundo.

Como coexistem dinâmicas de reprodução e de mudança social, e em que moldes o potencial modernizador destas tecnologias – que permitem uma sociedade da comunicação e informação generalizada – se conjuga com o peso das estruturas de práticas e representações realizadas em contextos de socialização primária, é o que pretendemos averiguar.

Estas outras questões ganham força numa altura em que alguma análise social pondera a possibilidade de integração social, pela via do trabalho, de setores desfavorecidos ou, até, integradores do grupo alargado dos *excluídos*. Qualquer proposta de intervenção e planeamento social realista não poderá ser alheia à investigação já realizada, que conclui das multidimensionalidades dos processos de exclusão social, sendo de ponderar no terreno os efeitos objetivos de políticas que se referem à formação ao longo da vida (Liikanen, 2006), tanto na sua vertente de aliciamento, como de utilidade para a generalidade dos grupos sociais em presença em países com formas arraigadas de resistência à mudança social.

A sociedade da comunicação generalizada – a sociedade em rede – alicerça-se numa economia global e numa tecnologia de informação comum, e se podemos pressupor que, a partir de diferentes contextos históricos e culturais “as economias e as sociedades podem alcançar níveis similares de informacionalismo tecno-organizacional” (Castells, Himanen, 2007: 4), será pertinente pesquisar acerca dos moldes em que se configura a nossa realidade particular.

### **3. Informacionalismo: entre o Global e o Local**

Os autores da abordagem informacionalista são os primeiros a alertar para a diversidade de graus e de ritmos da mudança a que nos referimos, afirmando as propriedades de diversidade que esta realidade global pode assumir, consoante o nível de desenvolvimento das sociedades onde ocorre, bem como dos seus particularismos culturais. Contudo, onde uma perspetiva analítica do desenvolvimento pode visualizar novas oportunidades, uma outra pode visualizar os mesmos mecanismos de mercado e, basicamente, a mesma desigualdade e exclusão sociais, só que permeada pela presença das novas tecnologias de informação e comunicação. As mesmas tecnologias que permitem a inovação e o desenvolvimento, a sociedade em rede e a economia do conhecimento, podem estar na origem de precarizações e marginalizações a vários níveis.

É uma temática já identificada por Sampaio, organizador de um conjunto de debates que se fulcram no núcleo da realidade das redes globais, nas quais há que situar o território nacional, caracterizado por “pesados défices de literacia, cultura experimental e inovação enraizados na sociedade portuguesa” (Sampaio, 2006: 420). A definição de políticas equilibradas e eficazes implica esta temática de análise, com o fito em três desígnios a conciliar: objetivos de desenvolvimento nacional, aperfeiçoamento do Estado de Direito e **combate às desigualdades sociais** (Sampaio, 2006).

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento de qualquer país é indissociável das suas características estruturais, diríamos que Portugal terá condicionantes específicas que o caracterizam num contexto económico de matriz mundial. Encaminharíamos, assim, as nossas preocupações de estudo para a adaptação do crescimento e do desenvolvimento nacionais a um modelo **informacional**, baseado na difusão e no uso de novas tecnologias de informação e comunicação, anunciado cada vez mais na continuidade de abordagens que usam termos como o de **modernização reflexiva** (explorados oportunamente mais adiante nesta investigação).

Convém referir, desde já, que vamos incluir no conceito de TIC, termo usado frequentemente neste trabalho, “o conjunto convergente de tecnologias em micro-eletrónica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão e ótico-eletrónica, e até a engenharia genética e as suas aplicações” (Castells, 2005: 34).

Mais do que explorar os usos em termos de produtividade e de crescimento económico permitidos pelo uso das novas tecnologias, teríamos em mente usos das TIC que se prendem com a gestão do espaço público, com reformulações dos moldes em que a cidadania é exercida, e logo nos moldes em que a democracia pode ser reconfigurada.

Supomos que as conclusões obtidas junto deste grupo da população, acerca das suas práticas e representações, nos permitirá prefigurar o impacto de políticas sociais que pressupõem o informacionalismo (nas múltiplas leituras de que pode ser alvo) como orientação de futuro, ponderando a familiarização com as TIC como a resposta para a integração social de grupos em situação (ou risco) de exclusão e como aposta de integração da economia nacional nas dinâmicas mundiais que a envolvem, podendo avançar (reconfirmar talvez) algumas conclusões acerca dos moldes que caracterizam esta integração.

#### **4. Razões para uma delimitação territorial do objeto de estudo: a área metropolitana do Porto**

Identificámos um objeto de estudo – práticas e representações dos recém-licenciados na área da informática – faltando agora circunscrever geograficamente o nosso universo de análise. Escolhemos a área metropolitana do Porto<sup>2</sup>. Faremos recair justificação desta circunscrição geográfica nas suas características únicas que a tornam um local de excelência para a prossecução de um estudo acerca de impactos de novos modelos de desenvolvimento assentes e usos de tecnologias novas.

Identificaríamos características como sendo, além de constituir o segundo maior aglomerado populacional do país, um espaço caracterizado pela coexistência de dualidades diversas. Por um lado, é o espaço urbano que coexiste, lado a lado, com o espaço rural, nas dimensões objetivas e simbólicas que lhes estão associadas. Por outro lado, é um espaço onde ocorre a oferta de formação e de emprego com exigências de qualificação muito díspares, onde as baixas ou inexistentes qualificações são solicitadas a par das altas qualificações. É, também, um espaço onde a inovação (a vários níveis)

---

<sup>2</sup> Esta área abrange as cidades de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa do Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

coexiste com o atavismo e a resistência à mudança, o mesmo acontecendo com os estratos sociais, em que as elites coexistem com grupos sociais mais desfavorecidos.

Estas características observáveis no espaço dão origem a uma dinâmica muito própria de conjugação multidimensional, razão da sua organização polinuclear, sendo as hierarquizações espaciais e as lógicas que lhe estão inerentes relacionáveis com as situações diversas de exclusão social em presença (Guerra, 1992).

### **5. Tecnologias de informação e comunicação e exclusões sociais**

Não podemos dissociar as temáticas da *cidadania* e logo da *democracia*, do *trabalho* e logo da *integração social*. Não podemos separar o trabalho, qualificações e possibilidades das tecnologias em uso. Não podemos separar a cidadania da participação na gestão do coletivo mediante o uso de recursos comunicacionais (TIC, por exemplo) e pelo emprego, as principais formas de estruturação e alargamento das redes de relações pessoais no nosso país. Não podemos separar as TIC das qualificações, sendo óbvia a referência à família, à escola e ao trabalho nos moldes em que se interpenetram, formando um todo dinâmico e multiforme estruturador de disposições para as práticas, práticas estas também elas estruturadoras de disposições, num processo de reconfirmações ou de reestruturações mediante o qual terá que ser ponderado o informacionalismo por relação a características estruturais nacionais.

### **6. Continuidades e discontinuidades entre estruturações de *habitus* nos contextos família, escola e trabalho**

Com o objetivo de intelegir o social, Bourdieu recorre ao conceito de *habitus*, que corresponde a um conjunto de disposições culturais duradouras associadas a uma posição social e resultantes de um processo de inculcação. O *habitus* primário é inculcado pelo meio familiar e pela classe social de origem. Justapondo-se ao *habitus* primário, o *habitus* secundário adquire-se, nomeadamente, através das atividades escolares e profissionais. Este *habitus* tem uma relação de estruturação mútua (condicionando práticas e representações) com o volume e a estrutura de diversos capitais que qualquer indivíduo detém e determinado momento da sua trajetória de vida.

No espaço social, quem impõem as regras, impõe, também, (des) identificações culturais/simbólicas com os capitais valorizados, impõe e gere a violência simbólica. É o caso do capital cultural, que sendo veiculado na escola, estará mais próximo das classes médias e de elites culturais e mais afastado das classes populares, usando a linguagem de Bourdieu. O poder simbólico é exercido pelas pessoas e grupos que estão em posições de o gerir. Mesmo na carreira académica, o saber científico constituidor do “homo academicus” (Bourdieu, 1989) como legítimo, obriga-o ao uso de uma linguagem conceptual específica, rejeitando outras. Boaventura de Sousa Santos (2006) fala do epistemicídio que tem caracterizado a modernidade. A linguagem popular, e o conjunto das suas práticas, a sua cultura marcam uma desvantagem de partida no acesso a capitais como os que caracterizam a cultura cultivada, sendo os critérios de qualidade nos possíveis consumos culturais, uma grelha classificatória, que parecendo natural, indica os critérios (socialmente construídos) da sua avaliação.

Esta violência pode não ser percebida, porque é vulgar que as pessoas não vejam o social como o resultado de processos históricos de reprodução e mudança social. O tempo e o espaço, visualizados instantaneamente permitem atributos de naturalidade inquestionável ao social no qual o indivíduo se movimenta. Desta forma, as presenças, os sucessos e os sucessos escolares podem afigurar-se como naturais aos indivíduos que os protagonizam, sendo que, em contexto da escola e do trabalho, reproduzem *habitus* estruturados, primariamente, na família.

Assim, poderemos entender os percursos de exclusão como incapacidades ou impossibilidades dos agentes sociais pertencentes aos mais diversificados campos conseguirem protagonizar relações de força asseguradoras dos posicionamentos sociais por inacessibilidades aos mais diversos *tipos de capitais* socialmente situacionadores dos indivíduos. Sendo estes campos dinâmicos, não estáticos, diríamos na linha de Bourdieu, que os agentes situados, mais ou menos centralmente, nestes campos tentam subverter, permanentemente, as lógicas de valorização social que os organizam, de modo a alterar posicionamentos existentes e a conseguir posições mais centrais no espaço social.

Os excluídos estarão, não só apartados da possibilidade de *afirmação* nos campos sociais, pela não posse de capitais (que se podem estruturar segundo uma infinidade de combinações), como ainda as *práticas e representações* que os caracterizam são eles próprios evidências de um *habitus* composto por disposições não valoradas (*estrutura estruturada*) e eles próprios estruturantes da sua posição social desfavorecida (*estrutura estruturante*), funcionando como *operadores simbólicos* desvalorizadores/excluidores socialmente (Bourdieu, 2003).

## 7. Escola e efeito de destino

A análise social da “ação razoável” (Bourdieu, 1997: 114), racionalizável, obriga a um uso de conceitos como os de “*habitus*, campo, interesse ou *illusio*” (Bourdieu, 1997: 114), evidenciando a diversidade, o conflito, a reprodução e a conservação. A diferença existe e persiste no espaço social (Bourdieu, 1997). O Espaço social é mapeado com um conjunto de posições de agentes. Mas este mapa de posições, como as que são evidenciadas na construção analítica de classes sociais, só pode ser inteligível no âmbito do que estes agentes fazem e pensam coletivamente, e que se materializa na cooperação e no conflito. Estas práticas e representações são perceptíveis empiricamente, e inteligíveis quando são situadas historicamente, já que o campo social é composto por um historial próprio do desenrolar de estratégias de ação dos agentes que se situam neste espaço (Bourdieu, 1997). Mais ainda, a estrutura de um campo é o estado das relações de poder entre agentes ou instituições envolvidos na luta pelas posições centrais (Bourdieu, 1997). Este princípio de análise em que se privilegia a explicação do social pelo social é fundamental para não recair em explicações psicologistas da ação social produzida coletivamente.

Os capitais estruturadores de posições de agentes no campo social, o capital cultural e o capital económico, por exemplo, ganham propriedades heurísticas na análise social, somente quando enquadrados no *illusio* do social, em termos de disputas por lugares mais centrais no campo social. Em *La Distinction* (1979), o autor mostra como estes capitais objetivam distinções sociais, por relação a uma lógica de valorações de prática

e representações nos quais se objetivam. Estas valorizações obedecem a uma lógica que não é natural, sendo o produto de estratégias de reprodução das lógicas de avaliação e dos seus detentores, precisamente os ocupantes dos lugares centrais nos campos. Estes agentes centrais funcionam como os porteiros do espaço e da centralidade do espaço, e as lógicas/regras de avaliação como um *authentix*, um descodificador certificador.

Os agentes que ocupam os lugares centrais detêm o poder simbólico, ou seja, o poder de impor os juízos de valor. Salvaguarda Bourdieu que este poder simbólico só existe definido e contextualizado numa relação “entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos” (Bourdieu, 1989: 14), relação só perceptível no âmbito das dinâmicas que caracterizam cada campo, a estrutura do campo, formada pelo historial de estratégias de dominação e de subversão destas regras – que reconfirma o próprio campo. Os “sistemas simbólicos” têm existência, não *per se*, mas no contexto dos campos, na existência relacional entre agentes. Estas relações que decorrem de posições de força fazem do poder simbólico um poder subordinado a outras formas de poder, uma forma de poder “irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (Bourdieu, 1989: 15). As classes dominantes usarão uma linguagem inscrita num sistema simbólico, linguagem que os identifica como constituintes dessas classes, separando-se, assim, das restantes.

É no âmbito desta imposição de *visões* do mundo, que se inscreve o papel reprodutor da escola. As visões do mundo são ideologias, e as ideologias servem interesses de classes e frações de classe específicos. Esta perspetiva *desreifica* a violência simbólica exercida por quem pode, em determinado momento histórico da luta simbólica entre classes e frações de classe pela imposição da “definição de mundo social” (Bourdieu, 1989: 11).

A *força* de determinadas práticas e opiniões distintas das vulgares, reside, precisamente, nos moldes em que a distinção entre agentes é efetuada. Quem ocupa as posições centrais diz aos outros o que tem que ser valorizado em termos de *gosto*, tornando as posições ideológicas como *óbvias* e não resultantes de outros interesses que não o da estética em si (Bourdieu, 1997). A estética dominante é a estética disponível, universal, sendo a inteligência não valorizável quando percorre outros sistemas simbólicos alternativos (que são impensáveis, imponderáveis). Quem monopoliza um determinado capital, que é a base do poder ou da autoridade num campo específico, tende para a ortodoxia, tende para estratégias de conservação, já que esta conservação garante a centralidade das suas posições (Bourdieu, 1997).

O conceito de *habitus* integra esta atividade de perceção e classificação, transformando numa verdadeira linguagem as opiniões expressas pelos agentes, as suas práticas e os bens possuídos, com base em “categorias sociais de perceção”, categorias que são “princípios de visão e de divisão” (Bourdieu, 1997: 9).

Esta *gramática* de interpretação do social e as regras de funcionamento do campo social, um campo formado por campos distintos, explica o papel de reprodução social desempenhado pela instituição *escola*, que separa, certificando com títulos académicos, “os detentores estatutários da competência social, do direito de dirigir” (Bourdieu, 1997: 23), dos que não têm esse direito, naturalizando clivagens sociais. A escola “mantém a ordem social preexistente, quer dizer, a distância entre alunos dotados de quantidades desiguais de capital cultural. Mais precisamente, através de toda uma

série de operações de seleção, separa os detentores de capital cultural herdado dos que são desprovidos dele. Sendo as diferenças de aptidão inseparáveis de diferenças sociais segundo o capital herdado, tende, desse modo, a manter as diferenças sociais preexistentes” (Bourdieu, 1997: 22).

A lógica escolar é a lógica do “efeito de destino” (Bourdieu, 1997: 29). Sob o pretexto da posse ou não posse de inteligência, cumpre-se um destino social por parte de herdeiros de capitais em estrutura e volume diferenciado. Bourdieu contempla a possibilidade de transformação social, e no caso concreto dos recém-licenciados que estudámos, esta possibilidade fica bem patente nas presenças verificadas no ensino superior por parte de classes e frações de classe que, a princípio, não têm afinidade com o campo escolar, já que estão distantes da linguagem que o caracteriza.

Falar de reprodução social implica realizar uma referência obrigatória à instituição *escola*, entendendo-se a escolarização como um contexto de aprendizagem social, fundamental na construção de identidades coletivas e de classe, dotada de autonomia relativa por relação a outros campos (Pinto, 1991), como o do trabalho ou o da política (Magalhães e Stoer, 2002).

As virtualidades da abordagem da importância da Escola enquanto estruturadora de práticas e representações da população revestem-se de fulcral importância aquando da ponderação da sua eficácia enquanto transformador de *habitus* formados em contexto familiar ou do trabalho (Pinto, 1991), ou enquanto reproduzidor de *habitus* familiares, dando continuidade a presenças e formas de presença diferenciadas no ensino, e concretamente no ensino superior (Fernandes, 2001), reproduzidoras do sistema social e da estrutura de classes, impossibilitando o conjunto de mudanças caracterizadoras do informacionalismo (Castells, 2005), de uma nova fase do capitalismo a nível planetário e, concretamente, a nível do nosso país. Encaramos aqui a *escola* como a instituição capaz de mais rápida e eficazmente difundir e permitir o acesso da generalidade da população às TIC.

## **8. Os ‘herdeiros’ e a mercadorização do ensino**

É uma realidade que o acesso ao saber académico pode configurar um caminho diferencial na procura de títulos académicos, com consequentes inerências no acesso a emprego prestigiante e compensador em termos económicos, e com consequências na reprodução das desigualdades sociais. Contudo, a instituição *escola* pode funcionar como o mecanismo perpetuador das desigualdades sociais, dirigindo a sua cultura a “herdeiros” de disposições simbólicas, que a encaram como sua, enquanto que os não-herdeiros a consideram uma imposição/violência (Clavel, 2004).

Clavel fundamenta as suas afirmações na obra *Les Heritiers*, datada de 1964 e elaborada pelos sociólogos P. Bourdieu e J. C. Passeron, sendo de referir que a abordagem destes dois autores serve de base a todo um conjunto de estudos ainda hoje com pertinência no que respeita à investigação social e à intervenção nas suas componentes instrumentais e ideológicas, no sentido de questionar/avaliar o alcance da escola enquanto “instrumento democrático da mobilidade social” e “também a sua função de legitimar – e logo, em certa medida, de perpetuar – as desigualdades de oportunidades face a uma cultura em mudança, através dos métodos de avaliação que

aplica, de privilégios socialmente condicionados e merecidos ou de ‘dons’ pessoais” (Bourdieu e Passeron, 1964: 194). Com esta obra, os autores supracitados afirmam a presença no sucesso/insucesso escolar de heranças familiares no que respeita (muito para além do capital económico) “ao papel da herança cultural, capital subtil constituído de saberes, saber-fazer e saber dizer, que as crianças das classes favorecidas devem ao seu meio familiar e que constitui um património de longe mais rentável que professores e estudantes recusam entender como um produto social” (Bourdieu e Passeron, 1964: 194). A cultura escolar destina-se apenas aos eleitos, para alguns capazes de a incorporar, transmitir, reproduzir sem bloqueios, não lhe oferecendo resistência, não protagonizando violências simbólicas face ao saber escolar. Mais ainda, a escola torna natural a exclusão social, já que o insucesso escolar é assumido como uma inerência individual natural, não questionando a possibilidade de aprendizagem de outros universos culturais alternativos não conotados com classes sociais interessadas em manter as suas posições sociais (Clavel, 2004). Se o indivíduo não tem sucesso escolar é natural que não tenha um título académico que o classifique como mão de obra qualificada, logo o não acesso ao mercado de emprego é, também ele, natural e acompanhado por sentimentos de culpa pessoal (Clavel, 2004). Nesta linha, “a criança ou o jovem abandonam a escola dada a incompatibilidade de mundos em presença. Não se sentem motivados para a aquisição de «habilidades vendáveis» como refere Max Weber” (Fernandes, 1991: 42).

O próprio saber escolar e os títulos académicos que o certificam estão a ser, eles próprios, estruturados e segmentados com objetivos de mercadorização, constituem-se em produtos educativos, levantando novas questões em torno do carácter emancipatório da escola, do acesso e do sucesso escolar e, logo, do seu papel no alicerçamento da democracia, bem como em torno da lógica de aplicação prática dos saberes escolares no mundo do trabalho, sendo que o mundo do trabalho e as necessidades de mão de obra do capitalismo, visualizado em termos mundiais, podem colocar em causa a autonomia do sistema de ensino face a lógicas externas contrárias aos moldes do ensino como o idealizou Rousseau, ao propor uma obrigação ao ensino: a de ser um emancipador, um transformador social (Magalhães e Stoer, 2002).

Os estudantes e suas as famílias ponderam as probabilidades objetivas de mudança no campo social – estratégias de ascensão social – por intermédio da escola, e, concretamente, pela posse dos já referidos títulos académicos. Neste caso, a escola assume o papel de uma instância de transformação de *habitus* familiar. Em determinado momento histórico, um agente social pode entender que vale a pena a sujeição a um código que não é o seu (*illusio*), interiorizando a noção de que vale a pena fazer o jogo do campo e sujeitar-se às suas lógicas (*collusion*), e, estrategicamente, prosseguir à transformação da estrutura e do volume dos seus capitais, sendo observável uma evolução no tempo, uma trajetória de alteração do seu *habitus* – disposições, conjunto de regras estruturadas de ação e de julgamento. Estas estratégias de subversão de posições nos campos podem ocorrer por necessidades de reprodução do campo, transformando o volume e a estrutura de capitais distinguidores de posições (*situs*), ou movimentando-se de modo a que os capitais que possui sejam mais valorizados que outros capitais que mantêm os agentes situados numa posição (Bourdieu, 1997). Os agentes que detêm capitais valorizados e estruturados de forma a que se confirmem mutuamente tendem

para a *doxa*, para estratégias de manutenção (*ataraxia*), mas quem não possui capital em volume e estruturação conforme a posições vantajosas pode alterar capitais herdados, mediante a prossecução de estratégias de mudança.

### 9. Individualismo, reflexividade e risco

Ponderar a questão da mudança social justifica referenciar aportes de autores anglo-saxónicos no que respeita a dinâmicas de transformação aos mais variados níveis (individual e institucional).

Segundo Beck, as fontes de significado individual e coletivo estão-se a perder alicerçando-se a noção de “progresso individualizado” (Beck, 2000: 7). Ou seja, em face de um “cosmopolitismo global” (Beck, Giddens e Lash, 2000: VI) que caracteriza a orientação «mono-via» do desenvolvimento assente na modernização progressiva, por consequência da aplicação das novas tecnologias da informação e comunicação, cabe ao indivíduo ser o mestre do seu próprio destino. Não falamos de um indivíduo que, tal como assinalaram os clássicos, tem que lidar com “certezas feudais e religioso-transcendentais” (Beck, 2000: 7) e libertar-se delas, mas de um indivíduo que assume como única certeza, a incerteza e o risco em todas as dimensões da sua vida. “As oportunidades, ameaças e as ambivalências da biografia, que antes podiam ser ultrapassadas no grupo familiar, na comunidade ou recorrendo a uma classe ou grupo social, têm de ser cada vez mais percebidas, interpretadas e geridas pelos próprios indivíduos” (Beck, 2000: 7-8).

Contrariamente a Touraine, Ulrich Beck afirma que “existem desigualdades crescentes, mas as desigualdades de classe e a consciência de classe perderam a sua posição central na sociedade” (Beck, 2000: 8). A mobilização é individual por relação a interesses individuais partilhados. Diríamos nós que se trata de um *regresso do ator*, mas informatizado e, logo, informado, pelo menos dos assuntos que constituem os seus interesses.

Os indivíduos, para Beck, Giddens e Lash (2000: IX), “são mestres do seu próprio destino”, o *self* fragmenta-se em diversos *selves* que procuram gerir e rentabilizar o melhor possível o conjunto de oportunidades arriscadas que a complexidade da sociedade moderna oferece, sendo que esta complexidade que proporciona oportunidades também é impeditiva de dar lugar a decisões sólidas e responsáveis (Beck, 2000: 8).

Segundo Beck, esta individualidade reflexiva – o progresso individualizado – dará lugar não a uma morte do espaço político, mas a uma reconfiguração da política, agora supra partidária, para além da direita e da esquerda, que recai na “auto-organização”, entendida como uma reunificação das “forças livres nos estratos mais profundos da sociedade, na atividade económica, comunitária e política. A auto-organização significa a sub-politização (reflexiva) da sociedade” (Beck, 2000: 39). A política «estabelecida» e materializada no discurso e projetos partidários já não decide a grande maioria dos assuntos coletivos (agora individualizados), que andam a «reboque» das alterações, a vários níveis, despoletadas pelo progresso ligado ao uso das novas tecnologias, independente da vontade dos próprios Estados. A palavra de ordem na modernidade reflexiva é a negociação, vestindo o Estado

o papel de negociador com os interesses individuais coligados, e, assim, capazes de negociação.

Muito deste entendimento está contido no denominado *New Public Management*, em que o Estado abandona antigas funções com ele conotadas assumindo-se, cada vez mais, como um árbitro, mais do que a figura paternal que ocupa todas as dimensões do serviço público (Moreira, 2002).

## **10. Escola, trabalho e globalização**

Para conclusão da análise das estruturações operadas pelo contexto escolar e do trabalho na aquisição e aplicação de saberes capazes de reconfigurar a realidade social portuguesa, adiantaríamos apenas algumas conclusões, indiciadoras de estruturações difíceis de redefinir, que nos remetem para o mundo da escola e do trabalho e para dificuldades de regulação social, assentes em pressupostos da sociedade industrial, que nos encurralam entre demissões do Estado no que respeita ao serviço público e ausência de protagonismos por parte da sociedade civil para colmatar estas demissões ‘desregulantes’.

Adiantaríamos, assim, que a mundialização da economia, caracterizada por uma ideologia neoliberal, abre caminho a um conjunto de incertezas/pobrezas e exclusões que se naturalizam com a capa da flexibilidade (condição de competitividade), mas que vêm precarizar algumas existências, até há pouco tempo, garantidoras de posições centrais no espaço social. Esta precarização pode conduzir, naturalmente, à exclusão social e pode atingir grupos que, outrora, se encontravam a salvo, dando lugar a novas formas de exclusão e a situações em que se alguns conhecem o sucesso, outros apenas conhecem o fracasso (Fernandes, 2000), multiplicando novos espaços de precariedade.

Em vários países (como a França), os sinais de mudança iniciam-se já nos anos 80, assistindo-se a um “estilhaçar do trabalho” (Clavel, 2004: 67). Vulgariza-se a precarização dos empregos, com a justificação da flexibilidade e da seletividade, sendo usada como forma de ajustar as necessidades das organizações em termos de mão de obra às necessidades do mercado e da produção (Clavel, 2004: 67).

Nestes países, onde se tem revogado os compromissos do Estado-social, desenvolveram-se uma multiplicidade de medidas para minimizar os impactos desta precarização do emprego que “são tanto formas precárias como atípicas de emprego” (Clavel, 2004: 67) que podem conduzir “em direção a uma carreira nos circuitos de exclusão” (Clavel, 2004: 78).

## **11. População e amostra**

Como população em análise delimitámos, como já foi supracitado, o conjunto dos recém-licenciados na área da informática em instituições do ensino superior presentes na área metropolitana no Porto. Por recém-licenciados entendemos licenciados há um ano (por relação à data de início da nossa pesquisa, no ano letivo de 2006-2007), ou seja, no ano letivo de 2005/2006.

**Tabela 1 – População e Amostra**

Totais por Tipo de Ensino	População		Amostra	
	N	%	N	%
Ensino Superior Público – Universitário	205	30,10	87	50
Ensino Superior Público – Politécnico	262	38,5	24	13,8
Ensino Particular e Cooperativo – Universitário	143	20,99	34	19,5
Ensino Particular e Cooperativo – Politécnico	71	10,43	29	16,7
<b>Total</b>	<b>681</b>	<b>100</b>	<b>174</b>	<b>100</b>

## 12. Análise de resultados: sexo e vencimentos

Verificámos presenças díspares no que toca ao sexo no grupo dos inquiridos. Se bem que a amostra atingida não seja significativa ou representativa, esta presença desigual de sexos é verificável nas estatísticas oficiais. Previamente a uma apresentação em termos de lugares de classe que caracterizam os inquiridos, apresentamos também a variação dos vencimentos observados, condicionados à variável sexo (tabela 2).

**Tabela 2 – Sexo e Vencimento Mensal Líquido**

			Vencimento Mensal Líquido						
			< de 500 euros	Entre 500 e 750 euros	Entre 751 e 1000	Entre 1001 e 1500 euros	> de 1500 euros	N.S./N.R.	Total
Sexo	M	N	4	8	36	65	25	9	147
		%	2,7	5,4	24,5	44,2	17,0	6,1	100
	F	N	0	8	7	10	2	0	27
		%	0,0	29,6	25,9	37,0	7,4	0	100
Total		N	4	16	43	75	27	9	174
		%	2,3	9,2	24,7	43,1	15,5	5,2	100

Observamos uma presença desigual de sexos nas licenciaturas em informática, mas mais paradoxal é a disparidade que se verifica entre sexos, em termos de salários auferidos. Se 15,5 % dos inquiridos auferem um salário líquido de mais de 1500 euros, destes, apenas 2 (7,4% das mulheres) casos são mulheres, sendo que os homens reúnem 25 frequências (17% dos homens). Entre os 1001 e 1500 euros, para 44,2% de homens, temos 37% de mulheres. Se apenas 5,4% dos homens se situa na categoria de entre 500 e 750 €, esta categoria reúne quase 30% das mulheres.

### 13. Lugares de classe individual e de origem

O recurso ao cruzamento entre o lugar de classe individual (LCI) e o lugar de classe de origem (LCO) demonstra uma continuidade estrutural entre *habitus* primário e procura de títulos académicos, com repercussões óbvias no trabalho desempenhado. A procura de títulos académicos também origina a lugares de classe individuais em presença com origens que recaem, maioritariamente, na PBIC<sup>3</sup>, mas que podem ter outras origens de classe, eventualmente como estratégia de ascensão social intergeracional, como o demonstra a tabela 3.

**Tabela 3 – Lugar de Classe Individual e Lugar de Classe de Origem dos recém-licenciados**

LUGAR DE CLASSE INDIVIDUAL		LUGAR DE CLASSE DE ORIGEM											Total
		BEP	BP	PBIC	PBTEI	PBPI	PBPA	PBAP	PBEP	PBE	OP	OI	
BP	N	1	3	4	0	2	2	0	0	2	0	0	14 (0.08%)
	%	7.1	21.4	28.6	0.0	14.3	14.3	0.0	0.0	14.3	0.0	0.0	100
PBE	N	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1 (0.05%)
	%	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	100	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	100
PBIC	N	8	11	42	11	12	21	2	3	17	17	5	156 (89.66%)
	%	5.1	7.1	26.9	7.1	7.7	13.5	1.3	1.9	10.9	10.9	3.2	100
PBTEI	N	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	3 (1.72%)
	%	0.0	0.0	33.3	0.0	0.0	33.3	0.0	0.0	33.3	0.0	0.0	100
TOTAL	N	9	14	47	11	14	25	2	3	27	17	5	174 (100%)
	%	5.2	8.0	27.0	6.3	8.0	14.4	1.1	1.7	15.5	9.8	2.9	100

<sup>3</sup> As siglas referem-se a frações de classe que a seguir se identificam. **BEP** é Burguesia Empresarial e Proprietária; **BP** é Burguesia Dirigente; **BP** é Burguesia Profissional; **BDP** é Burguesia Dirigente e profissional; **PBIC** é Pequena Burguesia Intelectual e Científica; **PBTEI** é a Pequena Burguesia técnica e de Enquadramento Intermédio; **PBPI** é Pequena Burguesia Independente e Proprietária; **PBA**, Pequena Burguesia Agrícola; **PBPA** é Pequena Burguesia Pluriactiva Assalariada; **PBAP** é Pequena Burguesia Agrícola Pluriactiva; **PBE** significa Pequena Burguesia de Execução; **PBEP** é a Pequena Burguesia de Execução Pluriactiva; **OI** é o Operariado Industrial; **OA**, Operariado Agrícola; **OIA**, Operariado Industrial e Agrícola; e o **OP** é o Operariado Pluriactivo. Esta nomenclatura, usada para caracterizar a estratificação social que caracteriza os inquiridos em classes e frações de classe, segue regras de taxonomia (ou critérios classificatórios/distinguidores) sugeridos por Dulce Magalhães. Vamos referir como fundamentação bibliográfica, a sua dissertação de doutoramento *Dimensão Simbólica de uma Prática Social: Consumo do Vinho em Quotidianos Portugueses* (2005). Na sua dissertação de doutoramento, Dulce Magalhães explicita os moldes da construção do lugar de classe individual (LCI) e do lugar de classe de origem (LCO). Na página 479, em nota de rodapé, esclarece que foi efetuada “atempadamente uma atualização da *Matriz de Construção dos Lugares de Classe dos Indivíduos*, construída por João Ferreira de Almeida, António Firmino Costa e Fernando Luís Machado com base na Classificação Nacional das Profissões versão 1980, cuja primeira versão foi publicada em ‘Famílias, estudantes e universidade’, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 4, 1988, p. 14; as alterações produzidas pelos mesmos autores publicaram-se em ‘Estudantes e amigos – trajetórias e redes de sociabilidade’, in *Análise Social*, n.º 105-106, Lisboa, 1990, p. 221. A atualização por nós efetuada, teve por base os pressupostos teóricos dos autores referidos, adequados, desta feita, à Classificação Nacional das Profissões, versão 1994, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Ministério do Emprego e da Segurança Social. Muito embora tendo conhecimento das mais-valias proporcionadas por opções metodológicas e operacionais mais recentes a este nível, como será o caso da construção do indicador socioprofissional individual e do familiar, da autoria de António Firmino da Costa, optámos por uma aposta anterior, na medida em que esta permite uma outra visibilidade entre clivagens encontradas no seio de determinadas frações de classe; cf. António Firmino da Costa, *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta, 1999, pp. 226-245.”.

As presenças no ensino superior verificadas indicam «recrutamentos» plurais em termos de LCO, mostrando que o acesso às licenciaturas em informática (o caso que estudamos) não é privilégio de algumas frações de classe, e que é nas frações da pequena burguesia que encontramos uma maior aposta num título académico como estratégia pessoal e familiar de ascensão social. Contudo, os números revelam uma realidade estrutural de manutenção de lugares de classe, que é claramente revelada, mas que pode ser mais pormenorizadamente observada se considerarmos os níveis de ensino presentes no agregado familiar de origem.

#### 14. Tipo de ensino frequentado e níveis de ensino presentes nos agregados familiares de origem

A reprodução estrutural pela via escolar acaba por emergir mais claramente quando cruzamos o nível de ensino mais alto do agregado familiar com o tipo de ensino a que corresponde a licenciatura realizada.

São evidenciadas disparidades no recrutamento para o superior e para o politécnico, recaindo, neste último, os níveis de origem mais baixos. O caso do particular politécnico acaba por ser o mais ilustrativo dentro destas disparidades, com 65,5% dos licenciados com origem nos estratos mais baixos em termos de posse de capital cultural<sup>4</sup>.

**Tabela 4 – Tipo de Ensino a que corresponde a Licenciatura e Nível de Ensino mais alto dos pais**

Público				Nível de Ensino do Pai			Público				Nível de Ensino do Pai					
				Baixo	Médio	Alto					Baixo	Médio	Alto			
				N	%	N					%	N	%	N	%	N
Universitário	Ensino da Mãe	Baixo	N	20	11	1	Universitário	Ensino da Mãe	Baixo	N	9	3	0			
			%	23.0	12.6	1.1				%	26.5	8.8	0.0			
		Médio	N	5	11	5			Universitário	Médio	N	1	5	3		
			%	5.7	12.6	5.7					%	2.9	14.7	8.8		
		Alto	N	0	10	24				Universitário	Alto	N	1	3	9	
			%	0.0	11.5	27.6						%	2.9	8.8	26.5	
	Totais Alto, Médio e Baixo		N	25	32	30		Totais Alto, Médio e Baixo			N	11	11	12		
			%	28.7	36.8	34.5					%	32.4	32.4	35.3		
	Politécnico	Ensino da Mãe	Baixo	N	10	3		1	Politécnico		Ensino da Mãe	Baixo	N	15	3	2
				%	41.7	12.5		4.2					%	51.7	10.3	6.9
Médio			N	1	5			Politécnico		Médio		N	3	4	0	
			%	4.2	20.8	4.2						%	10.3	13.8	0.0	
Alto			N	0	1	2	Politécnico			Alto		N	1	1	0	
			%	0.0	4.2	8.3						%	3.4	3.4	0.0	
Totais Alto, Médio e Baixo		N	11	9	4	Totais Alto, Médio e Baixo				N	19	8	2			
		%	45.8	37.5	16.7					%	65.5	27.6	6.9			

<sup>4</sup> Consideramos como nível de ensino baixo até ao nono ano de escolaridade, médio o secundário e alto bacharelato e níveis superiores de educação.

A tabela 5 mostra que o nível de ensino da mãe acaba por ser mais determinante nas frequências observadas, pois embora a análise referente ao agregado familiar demonstre a presença mais significativa do nível de ensino alto, são as mães que reúnem maiores frequências observadas para o nível de ensino alto, como mostra a tabela 5.

**Tabela 5 – Nível de Ensino do pai, da mãe e Nível de Ensino mais alto do agregado familiar de origem**

Níveis de Ensino Presentes no Agregado Familiar de origem							
	Baixo		Médio		Alto		Total
	N	%	N	%	N	%	
Nível de Ensino do Pai	66	<b>37.9</b>	60	<b>34.5</b>	48	<b>27.6</b>	<b>100</b>
Nível de Ensino da Mãe	78	<b>44.8</b>	44	<b>25.3</b>	52	<b>29.9</b>	<b>100</b>
Nível de Ensino Mais Alto	51	29.3	57	32.8	66	37.9	<b>100</b>

### 15. Lugar de classe de origem e tipo de ensino frequentado

Vejamos agora os lugares de classe de origem (LCO) e o tipo de ensino frequentado: público ou privado, politécnico ou universitário (tabela 6).

**Tabela 6 – LCO e Tipo de Ensino frequentado**

			Tipo de Ensino				Total
			Público Universitário	Público Politécnico	Particular Universitário	Particular Politécnico	
Lugar de Classe de Origem	BEP	N	2	2	1	4	9
		%	22,2	22,2	11,1	<b>44,4</b>	100
	BP	N	6	2	6	0	14
		%	<b>42,9</b>	14,3	<b>42,9</b>	0	100
	OI	N	2	2	1	0	5
		%	<b>40,0</b>	<b>40,0</b>	20,0	0	100
	OP	N	10	4	1	2	17
		%	<b>58,8</b>	23,5	5,9	11,8	100
	PBAP	N	1	1	0	0	2
		%	<b>50,0</b>	<b>50,0</b>	0	0	100
	PBE	N	14	4	5	4	27
		%	<b>51,9</b>	14,8	18,5	14,8	100
	PBEP	N	0	0	0	3	3
		%	0	0	0	100	100
	PBIC	N	33	3	8	3	47
		%	<b>70,2</b>	6,4	17,0	6,4	100
	PBIP	N	5	0	4	5	14
		%	<b>35,7</b>	0	28,6	<b>35,7</b>	100
	PBPA	N	9	3	6	7	25
		%	<b>36,0</b>	12,0	24,0	28,0	100
PBTEI	N	5	3	2	1	11	
	%	<b>45,5</b>	27,3	18,2	9,1	100	
Total	N	87	24	34	29	174	
	%	50,0	13,8	19,5	16,7	100	

Os dados obtidos revelam a possibilidade de mudança em termos de classe social pelo acesso ao ensino superior, sendo possível a ‘fuga’ a lugares de classe de origem menos valorizados socialmente.

## 16. Os dados de 2009

Cardoso e outros afirmavam, há seis anos atrás, e caracterizando a realidade portuguesa, que “o atual momento de transição, entre um proto-industrialismo e um estágio de informacionalismo ainda relativamente incipiente, está por um lado próximo do modelo de produção industrial, pois mantém em níveis relativamente elevados (bastante mais de um quarto da força de trabalho) o seu emprego industrial, mas ao mesmo tempo incorpora dimensões próximas de um modelo económico de serviços, em que se enfatiza uma nova estrutura de emprego na qual a diferenciação entre várias atividades de serviços se torna o elemento chave para a análise da estrutura social” (Cardoso e outros, 2005: 115-116). Efetivamente, Portugal caracteriza-se por um número reduzido de profissionais altamente qualificados (Cardoso e outros, 2005), confirmando a sua qualidade de economia ou sociedade proto-informacional. Esta qualidade de «proto» remete, diretamente, para o caráter exclusivista, distintivo, da presença no ensino superior, já para não abordar distinções entre tipos de ensino superior. Esta luta por posições sociais asseguradas pelo ensino superior pode, ainda, configurar-se por lógicas que têm caracterizado as últimas fases da ditadura e todo o período de democracia, salvaguardando, evidentemente, as transformações que se têm verificado, especialmente no que se refere a LCO e ao sexo em presença.

Os dados do quadro 2 (baseados nos dados disponibilizados pelo GPEARI), permitem identificar algumas nuances nos dados existentes, por agora apenas para o ano letivo de 2008/2009, quando comparados com os dados de 2005/2006.

**Tabela 7: Licenciados na área de Informática em instituições de ensino superior localizadas na área metropolitana do Porto, por tipo de ensino e sexo**

Licenciados em na área de Informática em instituições de ensino superior localizadas na área metropolitana do Porto	2005/2006			2008/2009		
	N	% Mulheres	% Total	N	% Mulheres	% Total
Ensino Superior Público – Universitário	205	13,3	30,10	611	5,2	64,9
Ensino Superior Público – Politécnico	262	11,5	38,5	240	7,5	25,5
Ensino Particular e Cooperativo – Universitário	143	44,4	20,99	46	12,5	4,9
Ensino Particular e Cooperativo – Politécnico	71	18,3	10,43	44	3,0	4,7
<b>Total</b>	<b>681</b>	<b>15,6% (106)</b>	<b>100</b>	<b>941</b>	<b>6,7% (63)</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais; Ministério da Ciência e Tecnologia.

O peso das mulheres no total diminuiu, podendo afigurar-se como uma tendência futura difícil de contrariar. Reduções em termos totais também se apresentam no ensino particular, sendo o aumento no número total de licenciados atribuível ao ensino público, e, mais concretamente, ao universitário.

Os novos dados disponíveis carecem de um estudo classista aprofundado, e as interpretações com base em dedução podem pecar pelas lacunas e outras tantas incertezas. Poderemos interpretar, por exemplo, a diminuição de efetivos no ensino privado, e concretamente no ensino politécnico, como uma constatação de um acesso ao ensino superior mais democratizado (generalizado a todas as classes sociais) ou como um corte (até por razões económicas) da possibilidade de cidadãos oriundos de LCO caracterizados por baixo capital cultural acederem ao ensino superior. Fica a sugestão para um estudo posterior, com intentos de comparação.

### Conclusões

Em conclusão, podemos adiantar que os resultados induzem, desde logo, a concluir um relativo fechamento/restricção dos grupos sociais em presença na amostra atingida. A transformação social é permitida pela escola, é verdade, mas os grupos que dela participam revelam presenças díspares no ensino superior vocacionado para a informática. À pequena burguesia cabe o mais significativo papel transformador de lugar de classe individual permeado pelo acesso a títulos académicos. Em termos de lugar de classe de origem a pequena burguesia de execução e a pequena burguesia agrícola pluriactiva – o retrato da realidade social em presença caracterizada pela rurbanização e por possibilidades de trabalho específicas que estruturam as últimas décadas em termos das suas «possibilidades» nacionais e regionais. Estas duas frações de classe reúnem um número muito semelhante àquele que a pequena burguesia intelectual e científica reúne *per si*. Esta fração é a que está mais presente, assinalando, objetivamente, a reprodução social no seu seio, colocando a escola ao serviço desta reprodução, realizada, tanto no ensino público, como no ensino privado, mostrando-se nos nossos dados uma preferência pelo universitário, em detrimento do politécnico.

O ensino politécnico, e especialmente o privado, apresentam-se como a via possível e usada para a obtenção de um lugar de classe desejado, distante do de origem, por parte das formações mais desprovidas de capitais diversos. Não deixa de ser interessante verificar que o peso que a habilitação literária das mães tem, é muito mais determinante que a dos pais, em termos de procura do título académico em estudo. No agregado familiar de origem, o peso estruturante dos pais é desigual consoante os sexos, sendo paradoxal que esta influência não se repercuta, depois, nos sexos em presença no grupo estudado, que se caracteriza por um número relativamente reduzido de mulheres.

Se nos centrarmos no lugar de classe individual, uma conclusão é óbvia, a de que a componente económica pode jogar, e joga, muito a «favor» destes licenciados. A integração nos subsistemas económico e social (usando uma terminologia de Bruto da Costa, 2004), é objetivada no acesso a posicionamentos de classe garantidos pela habilitação literária, e, obviamente, pela área da licenciatura. Efetivamente, se nos lugares de classe individual poderemos recorrer aos lugares de classe de origem na ausência de

atividade profissional, constatámos que, em 174 inquiridos, 1 afirma estar desempregado, 1 é bolseiro de doutoramento e 2 afirmam ser estudantes, não referindo ocupação. Ou seja, apenas 2,3% dos inquiridos, sendo recém-licenciados, não têm atividade profissional.

Contudo, algumas características sociais da amostra atingida revelam aspetos «menos positivos» desta integração social pelo trabalho. Se é notória a discrepância de sexos em presença, podendo caracterizar-se como uma minoria a presença do sexo feminino (relembramos que constitui 15,6% do total de inquiridos). Este grupo de mulheres licenciadas em informática revela limites, em termos de sexos, para objetivos de políticas sociais centradas nas TIC. As mulheres, não só estão em menor número, o que se pode confirmar com estatísticas oficiais, mas também auferem em maior número de salários inferiores aos dos homens.

Efetivamente, os números mostram presenças mais significativas de mulheres nos salários mais baixos e presenças mais significativas de homens nos salários mais altos. Estaremos face a dados que nos permitem afirmar uma presença do sexo feminino, que contrasta com a generalidade da sua presença no ensino superior, tendência que se tem verificado com a democratização do acesso ao ensino superior, sendo que, a par da implementação «legal» desta prática, também as mentalidades têm sido alvo de mudança na conceção da família portuguesa, tornando-se natural o investimento alongado, em termos temporais, na educação da mulher, abrindo espaço para um conjunto de papéis muito para além dos tradicionais (Leandro, 2008). Efetivamente, o valor social e individual do trabalho, enquanto estruturante da vida conjugal e familiar, tem colocado a mulher portuguesa fora do espaço doméstico (Freire, 2008), reivindicando protagonismo no desenvolvimento económico e social da sociedade. A situação de inferiores rendimentos nas nossas inquiridas deve ser alvo de reflexão em torno das oportunidades disponibilizadas na área do trabalho/emprego e da compleição legal de que se revestem contratações e pagamentos de serviços.

Apreendemos, efetivamente, uma série de continuidades entre estruturas de disposições operadas na família, que depois são continuadas na escola e no trabalho, sendo sempre de salvaguardar o potencial transformador de práticas e representações operável nas últimas duas instâncias de socialização referidas, assumindo que são indissociáveis e mutuamente estruturadoras.

Se poderemos encontrar na escola mecanismos de reprodução social, são também evidentes mudanças sociais apenas operáveis nestas instâncias de socialização secundária, deixando em aberto possibilidades de desenvolvimento nacional, traduzíveis nos modos e nos domínios de exercício da cidadania.

Assim, poderemos começar por realçar algumas especificidades do grupo inquirido, nomeadamente as que remetem para as suas ocupações profissionais, muito relacionadas com o tipo de formação académica na área da informática. A integração social e o exercício da cidadania são assegurados pelo curso superior e pelo título académico possuído. A integração no subsistema económico é óbvia, sendo evidenciadas trajetórias de classe social de ascensão social. No entanto, se esta transformação na estrutura de classes é uma realidade, também são notórias presenças no ensino superior e nas ocupações profissionais que se caracterizam pela continuidade ou manutenção de lugares de classe. Efetivamente, algum do recrutamento para o ensino superior localiza-

-se no politécnico privado, ao qual correspondem os lugares de classe de origem mais desprovidos de capital cultural. Não obstante, é também evidente que o ensino superior público, politécnico e universitário, reúne presenças de indivíduos localizáveis em todas as frações de classe, mesmo as mais destituídas de capitais.

Esta origem pluralista de lugares de classe nos inquiridos deixa transparecer, muito claramente, uma realidade estrutural em termos de estrutura de classes, que é das permanências de lugar de classe de origem para o lugar de classe individual dentro da pequena burguesia intelectual e científica. Este grupo social reúne, pelo menos, o dobro de qualquer outra fração de classe social em termos de presenças no grupo inquirido. Este facto lembra que a possibilidade de transformação social pela posse de habilidades vendáveis na área da informática e das TIC está condicionada pelo lugar de classe de origem, que *naturaliza* o tipo de seleção classista que é operada pela escola. Este é o primeiro dado que podemos avançar para ponderar a hipótese que queríamos submeter a apreciação neste estudo, ou seja, a hipótese de que as práticas e representações dos inquiridos demonstram continuidades entre estruturações de *habitus* realizadas primariamente na família e estruturações realizadas no contexto da escola e do trabalho.

Podemos adiantar uma certeza baseada nos dados do nosso estudo, a de que os licenciados em informática estão empregados e, na sua esmagadora maioria, com ocupações dentro da sua área. O que nos leva a algumas reticências relativamente ao potencial integrador das TIC são as regularidades sociais verificadas entre classes de origem e presenças no ensino superior na área da informática, e os usos dos novos recursos tecnológicos que não se podem traduzir, necessariamente, em exercício da cidadania, desenvolvimento e crescimento.

### Referências bibliográficas

BECK, U. (2000), “A Reinvenção da Política”, in U. Beck, A. Giddens e S. Lash, *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta, pp. 1-54.

BECK, U.; GIDDENS, A. & LASH, S. (2000), “Réplicas e Críticas”, in U. Beck, A. Giddens e S. Lash, *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta, pp. 165-204.

BOURDIEU, P. (1979), *La Distinction, Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit.

– (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.

– (1997), *Razões Práticas, Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta (original de 1994, Paris, Seuil).

– (2003), “Efeitos de Lugar”, in P. Bourdieu (coord.), *A Miséria do Mundo*, 5ª edição (edição original de 1997), Petropolis, Editora Vozes.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. (1964), *Les Heritiers: les Etudiants et la Culture*, Paris, Minuit.

CASTELLS, Manuel (2005), *A Sociedade em Rede*, Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, M. & HIMANEN, P. (2007), *A Sociedade da Informação e o Estado-Providência. O Modelo Finlandês*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CLAVEL, G. (2004), *A Sociedade da Exclusão: Compreende – la Para Dela Sair*, Coleção Educação e Trabalho Social, Vol. IV, Porto, Porto Editora.

FERNANDES, A. T. (1991), "Formas e Mecanismos de Exclusão Social", in *Sociologia*, I, 9-66.  
– (2000), "O Estado e a Construção da Cidadania em Sociedades de Exclusão", in J. M. Viegas e E. C. Dias, *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta, pp. 161-185.

GUERRA, P. (1992), "Tecido Urbano Actual: Continuidade ou Descontinuidade?", in *Sociologia*, 2, 145-178.

LIKANEN, E. (2006), "Políticas de Transição para a Sociedade em Rede na Europa", in G. Cardoso e M. Castells (Orgs.), *A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política*, Debates da Presidência da República, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 347-370.

MAGALHÃES, A. M. & STOER, S. R. (2002), *A Escola Para Todos e a Excelência Académica*, Porto, Profedições.

MAGALHÃES, D. M. P. (2005), *Dimensão Simbólica de uma Prática Social: Consumo do Vinho em Quotidianos Portuenses*, Porto, Universidade do Porto. [Consult. a 31 de agosto de 2009]. Disponível em: [repositorio.up.pt/.../N5751TD01PDULCEMAGALHAES000069001.pdf](http://repositorio.up.pt/.../N5751TD01PDULCEMAGALHAES000069001.pdf).

MOREIRA, J. M. (2002), *Ética, Democracia e Estado: para uma nova Cultura da Administração Pública*, Cascais, Principia.

PINTO, J. M. (1991), "Escolarização, Relação com o Trabalho e Práticas Sociais", in S. Stoer (Org.), *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 15-32.

SAMPAIO, J. (2006), "A Sociedade em Rede e a Economia do Conhecimento. Portugal numa Perspectiva Global", in G. Cardoso e M. Castells (Orgs.), *A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política*, Debates da Presidência da República, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 419-426.

SANTOS, B. S. (2006), *Gramática do Tempo. Para Uma nova Cultura Política*, Porto, Edições Afrontamento.

TOFFLER, A. (1982), *A Terceira Vaga*, Lisboa, Edição Livros do Brasil.

### Sites consultados

[http://ec.europa.eu/information\\_society/digital-agenda/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/information_society/digital-agenda/index_en.htm). [Consult. a 3 de maio de 2011].

<http://www.gpeari.mctes.pt/index.php?idc=172&idt=157>. [Consult. a 9 de maio de 2011].

### ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

#### *School and social change: recent graduates in computer science at institutions of higher education located in the metropolitan area of Porto*

This article is based on a Ph.D. in sociology research conducted at FLUP. It seeks to capture the continuities and transformations between levels of socialization and structure of *habitus* in a specific group of the Portuguese population: new graduates in computing in higher education institutions located in the metropolitan area of Porto. The data that are presented here refer to intergenerational courses in terms of class, putting the school in the heart of the problem of change and social reproduction. The aim of the research that underpins this article focused on the uptake of practices and representations of this particular group with the aim of concluding on the dynamics that characterize Portugal, a country in transition to a network society.

**Keywords:** Higher education; Social Change; New Information Technologies and

Communication.

***École et changement social : de récents diplômés en sciences informatiques dans les établissements d'enseignement supérieur situé dans la zone métropolitaine de Porto***

Cet article est basé sur la recherche qui fait partie d'un doctorat en sociologie menée à Flup. La recherche a saisi les continuités et les transformations entre les niveaux de socialisation et de la structure de l'*habitus* dans un groupe spécifique de la population portugaise: les nouveaux diplômés en informatique dans les établissements d'enseignement supérieur situés dans la zone métropolitaine de Porto. Les données qui sont présentées ici se rapportent à des cours entre les générations en termes de classe en mettant l'école au cœur du problème du changement et de la reproduction sociale. L'objectif de la recherche qui sous-tend cet article est centré sur connaissance de pratiques et de représentations de ce groupe particulier dans le but de conclure sur la dynamique qui caractérisent le Portugal, un pays en transition vers une société en réseau.

**Mots-clés:** Enseignement supérieur; Changement social; Nouvelles technologies de l'information et de la communication.

***Escuela y cambio social: los recién licenciados en ciencias de la computación en las instituciones de educación superior ubicado en el área metropolitana de Porto***

Este artículo se basa en una investigación de doctorado en Sociología celebrado en FLUP. Se trata de captarlas continuidades y transformaciones entre las instancias de socialización y estructuración de *habitus* en un grupo específico de la población portuguesa: los recién licenciados en ciencias de la computación en las instituciones de educación superior ubicado en el área metropolitana de Oporto. Los datos se presentan aquí se refieren a los caminos en términos de inter-clase de lugar, la colocación de la escuela en el corazón del problema del cambio y la reproducción social. El objetivo de la investigación que se basa este artículo se centra en la incorporación de las prácticas y las representaciones de este grupo con el fin de concluir acerca de la dinámica que caracteriza a Portugal, un país en transición hacia la sociedad red.

**Palabras-clave:** Educación superior; Cambio social; Nuevas tecnologías de información y comunicación.



# Emprego e Trajetórias Profissionais: o caso dos diplomados do Instituto Superior Politécnico de Viseu<sup>1</sup>

Luís Nuno Sousa<sup>2</sup>  
*Instituto Politécnico de Viseu*

## Resumo:

A dificuldade crescente dos jovens diplomados do ensino superior em aceder ao emprego é um reflexo da evolução da oferta de mão de obra qualificada, consequência da expansão do ensino superior e da mutabilidade das características do mercado de trabalho. O investimento em educação e a obtenção de diplomas de ensino superior representam assim, cada vez mais, uma postura de risco, não garantindo a priori o acesso ao emprego. Esta questão não pode ser somente colocada ao nível do acesso ao emprego, mas também ao nível do aumento efetivo da precariedade laboral, sobretudo visível numa desclassificação progressiva dos jovens diplomados, particularmente no exercício do primeiro emprego. Este artigo, que se enquadra na análise do processo de transição para o trabalho dos diplomados 2005/06 do Instituto Superior Politécnico de Viseu, apresenta as trajetórias profissionais destes, 18 meses após a obtenção do diploma académico. Paralelamente o enquadramento geográfico desta instituição de ensino superior, tendo presente a realidade nacional, apresenta-se como uma oportunidade de verificar o seu papel no processo de desenvolvimento local, através da capacidade de atração e fixação de mão de obra jovem qualificada, a nível regional.

**Palavras-chave:** Ensino Superior Politécnico; Emprego; Transição para o Trabalho; Trajetórias Profissionais.

## Introdução

Atualmente os diplomados do Ensino Superior são predominantemente sujeitos a novas formas de emprego, cada vez mais caracterizadas pela precariedade contratual e incerteza face ao futuro profissional. Tendo presente que o trabalho representa uma condição de integração, seleção ou exclusão dos indivíduos nas sociedades, a problemática da transição para o trabalho, por parte dos diplomados do ensino superior, extravasa os parâmetros puramente funcionais do (des)emprego. Eles evidenciam cada vez maior dificuldade em aceder ao emprego, denotando, simultaneamente, uma crescente dificuldade em encontrar empregos enquadrados na área da formação académica obtida, o que levanta a questão do

---

<sup>1</sup> Este artigo baseia-se em: SOUSA (2010), *Diplomas e (Des)Emprego: um estudo de caso*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, FLUP.

<sup>2</sup> Professor-Adjunto no Departamento de Comunicação e Arte da Escola Superior de Educação de Viseu – Instituto Politécnico de Viseu (ESEV-IPV) (Viseu, Portugal). *E-mail:* luissousa@esev.ipv.pt

equilíbrio entre oferta formativa, oportunidades e exigências ao nível laboral. Assistimos, atualmente, a um conjunto de desajustamentos entre as qualificações necessárias para os diferentes setores da economia e as qualificações verdadeiramente detidas pelos licenciados.

Durante o século XX assistimos, segundo Vaz (1997) e Givord (2005), a uma erosão do modelo de emprego a tempo inteiro e ao surgimento de formas particulares de emprego. O desemprego<sup>3</sup> apresenta-se hoje como um problema estrutural, assistindo-se a uma diferenciação da intensidade deste movimento entre a Europa e os EUA, que assenta na rigidez dos mercados laborais europeus e num elevado nível de regulação e intervenção pública.

Consequentemente segundo Teichler (2000) assiste-se a uma deterioração do mercado de trabalho para os que não possuem diplomas escolares e o aumento de concorrência pelo emprego, graças a uma diminuição evidente dos custos inerentes à frequência do ensino superior, reflexo das políticas de investimento público de apoio aos estudantes. A aposta na educação deixou, também, de representar uma “vontade política”, para representar, cada vez mais, um reflexo das expectativas individuais e familiares, face ao aumento de exigências do mercado laboral e à desvalorização progressiva dos diplomas.

As dificuldades na transição para o trabalho ganhou, nos últimos anos, dimensões preocupantes, quando se pensa nas consequências sociais que implica, tendo presente, a crescente procura de educação e a hierarquização e regulação da oferta de emprego, que continuam a denotar, de uma forma cada vez mais evidente, dificuldades de absorção de uma mão de obra progressivamente mais qualificada. O conceito de transição profissional, tendo presente Rose (1987; 1998), critica a Teoria da Segmentação pelo facto desta defender a importância central da empresa no mercado de trabalho, afirmando que se deverá ter em consideração igualmente diversos fatores/atores (Estado e entidades empregadoras). Assim, a vantagem da utilização do conceito de transição é o de salientar as dimensões institucionais que circunscrevem este processo, elevando-o a nível macro, desviando-se assim da perspetiva da Teoria do Capital Humano ao assumir que este processo é, fundamentalmente, um entrelaçar de períodos de formação, emprego e desemprego. Salienta, simultaneamente, que existe uma dinâmica de socialização onde se constrói a relação entre educação, trabalho/emprego e suporta a inserção dos indivíduos nas relações laborais. Para Lefresne (2003), a transição para o trabalho constitui paralelamente um campo de observação privilegiado de evolução dos comportamentos sociais entre géneros, constituindo-se, como um dos mais importantes vetores de análise socioeconómica na comunidade científica, até porque influi diretamente no funcionamento económico e social das sociedades, sobretudo das populações mais jovens, justificando a sua contemporaneidade analítica.

Assim, o conceito de transição, além de envolver os diversos atores sociais, indivíduos, família, instituição formadora, mercado de trabalho e Estado, apresenta-se como um fenómeno pluridimensional e multifacetado, arrastando-se temporalmente, com consequências diretas na vida pessoal e social dos indivíduos, sobretudo no que

---

<sup>3</sup> O conceito de desemprego surge, segundo Maruani e Reynaud (1993), no último quartel do século XIX (por volta de 1870) referindo-se fundamentalmente à situação de trabalhadores involuntariamente privados de trabalho, ganhando somente em finais do século XIX características de supressão de trabalho. Para Aznar (1996), com a evolução progressiva dos processos produtivos, principalmente a nível tecnológico, e com o surgimento dos movimentos demográficos naturais das populações (sobretudo ao nível do aumento da população ativa), o desemprego afirma-se progressivamente como uma característica estrutural das sociedades “pós-industriais”.

respeita à sua passagem à vida adulta. Mais do que um processo delimitado por questões económicas, a transição para o trabalho apresenta-se fundamentalmente como um processo de carácter social, indutor ou redutor de trajetos de vida, cada vez mais díspares dos projetos e expectativas iniciais dos mais jovens quando acedem ao ensino superior. Assim, a área científica do curso, as características da instituição de ensino, os contornos de procura de emprego, e as dinâmicas do mercado de trabalho (recrutamento e integração profissional) influenciam decisivamente os primeiros anos da vida ativa dos jovens diplomados.

Gautié (2003) apresenta, a nível estrutural, três tipos de transição: emprego-emprego, emprego-desemprego e desemprego-desemprego e avança com o conceito de transições involuntárias, como forma de caracterizar a subjetividade que circunscreve, cada vez mais, o processo de transição para o trabalho. Esta proposta tem a vantagem de acrescentar à análise o conceito de transição involuntária, salientando a pertinência da questão da qualidade de emprego como aspeto determinante neste processo. Incide a atenção sobre a efetiva qualidade do emprego, medida pela disponibilidade dos indivíduos para mudarem de emprego ou desistirem do emprego detido e também pelo facto de questionar quais as características que potenciam carreiras, e equaciona a possibilidade de existirem cada vez mais trajetórias de transição inacabadas, como demonstram a instabilidade e precariedade crescente que caracterizam os mercados de trabalho, sobretudo nos níveis mais desqualificados. Esta problemática situa-se assim numa perspetiva determinista, contrapondo-se à perspetiva «*Téléologique*», tendo presente que a primeira se refere à transição como um processo fundamentalmente determinado pelas características individuais e a segunda defende que as transições são voluntárias e determinadas pelo sistema de motivação com o qual o indivíduo se confronta.

Para apresentar conceptualmente os diversos trajetos que caracterizam este processo, Rose (1998) e Nauze-Fichet e Tomasini (2005) definem, em termos temporais, três tipos de transições: as transições rápidas, as transitórias e as contínuas/crónicas. Esta perspetiva centra-se, sobretudo, no tempo de acesso a um emprego e a uma estabilidade da situação profissional efetiva, tendo o mérito de hipotecar a ideia do emprego para a vida, e abrangendo principalmente os que detêm uma posição mais débil no mercado de trabalho (possuem baixas qualificações).

O êxito da transição, como podemos observar, varia consoante as perspetivas. Teichler (2005) refere que, para falarmos em sucesso a este nível (transição suave), temos que assistir a movimentos regulares de acesso ao primeiro emprego e a primeiros anos de experimentação profissional com baixos níveis de desemprego, uma proporção baixa de emprego precário e não corrente (*part-time*, ocasional) e êxito dos diplomados em termos verticais e horizontais (relação formação/emprego elevada). A progressiva aquisição de experiência profissional apresenta-se aqui como um fator central neste processo, verificando-se que a categoria de inexperiente é mais pertinente do que a de jovem e o critério de antiguidade de mercado de trabalho é mais operativo do que o da idade: “(...) l’influence de l’expérience varie énormément selon les secteurs d’activité et les types d’emplois et, combien il est simpliste de supposer que l’expérience est un critère majeur et homogène dans toutes les situations professionnelles.” (Rose, 1998:216).

As teorias do dualismo e da segmentação do mercado de trabalho, posicionadas no paradigma institucionalista, permitem uma outra leitura das relações entre a escola e

o mundo do trabalho. A teoria da segmentação do mercado de trabalho, tendo presente Doeringer e Piore (1971) e Piore e Berger (1980), vem impor uma nova perspetiva a toda esta problemática. Esta teoria abandona a perspetiva de ajustamento automático entre oferta e procura de trabalho, representando o mercado de trabalho como uma articulação de cadeias de mobilidade nas quais a mão de obra se insere e não como um mecanismo que distribui aleatoriamente as pessoas pelos empregos. Assim, a segmentação do mercado de trabalho “(...) répond donc à un double processus d’externalisation de certaines tâches et de flexibilisation des modes de gestion de la main-d’œuvre.” (Giret, 2000:101).

A teoria da segmentação refere-se ao mercado de trabalho (os mercados são formas sociais, organizadas pelas instituições ou acordos coletivos) como um sistema dividido, onde cada segmento possui os seus critérios próprios de contratação, promoção, níveis de salário e trabalhadores diferenciados. Afirma a existência de duas subdivisões, no mercado de trabalho: um setor primário, que agrupa os empregos mais bem remunerados, mais estáveis, sendo os seus membros os mais privilegiados ao nível da população ativa, e um setor secundário, caracterizado por particularidades inversas, indivíduos em desvantagem, com empregos mal remunerados e instáveis. Rejeita muitos dos pressupostos da teoria do capital humano, ao assumir que existem vários mercados de trabalho, cada um com especificidades ao nível do recrutamento, promoção e remuneração, além de assumir a existência de um mercado primário (empregos estáveis, bem remunerados, boas condições laborais e possibilidade de promoção) e um mercado secundário, que representa o oposto.

O conceito de mercado local deve ser equacionado nesta perspetiva. Couppié e Mansuy (2006) acrescentam ainda que o contexto geográfico possui a nível micro, importância para a vida individual e ao nível da educação/formação (habilidades de trabalho, competências e capacidades); a nível macro, refere-se, sobretudo, à relação sistema educativo e mercado de trabalho. Esta questão tem particular importância tendo presente o contexto geográfico que envolve a nossa vertente empírica<sup>4</sup>.

## 1. Questões Metodológicas

A população em análise é constituída pelos finalistas do ano letivo 2005/06, e pelos diplomados que terminam as respetivas licenciaturas até setembro de 2006 sendo

---

<sup>4</sup> Tendo presente dados do INE (1991; 2001), a região centro caracteriza-se economicamente por apresentar dinâmicas de criação de emprego nos setores secundário e terciário, associadas a um declínio do setor primário. Sendo os preços dos terrenos simbólicos e dotados, muitas vezes, de infraestruturas, assiste-se a um incremento de empresas nas áreas industriais e de construção e finalmente a uma diversificação em termos de setores de atividade e especialização em indústrias de transformação (confeções, metalomecânica, indústria automóvel e componentes, produtos para o lar e produtos alimentares são os mais representativos e com exportação).

Apesar disso, o tecido empresarial é diversificado, possuindo empresas com elevados níveis de competitividade, mas globalmente pouco evoluído tecnicamente e com características de pequena e média dimensão. A produtividade da região, tendo presente os dados do INE (2006; 2008), tem-se revelado inferior à média nacional.

Em termos globais, as atividades económicas dominantes no distrito de Viseu, tendo em conta o emprego que proporcionam, situam-se na indústria têxtil, na indústria da madeira e da cortiça e na indústria alimentar, bebidas e tabaco.

São dignos de destaque os casos pontuais da indústria automóvel (Mangualde) e da indústria metalúrgica de base de produtos metálicos (Tondela e Viseu). Nos Serviços, destaque para o Turismo, alicerçado na exploração de um rico património histórico e monumental e também nas potencialidades termais (ex: São Pedro do Sul). No setor primário, salientam-se a avicultura, a produção de vinho e a floresta. Confirma-se a contração do setor primário, onde se continuam a salientar as explorações de cariz familiar. Contudo, segundo INE (2009), os fracos níveis de formação das pessoas a nível regional podem constituir limitações ao crescimento e desenvolvimento.

a nossa questão de partida perceber como se processa a transição para o trabalho destes, após a saída do sistema de ensino superior.

Em termos empíricos abarcamos os seguintes cursos do ISPV: Comunicação Social (CS) da Escola Superior de Educação de Viseu e da Escola Superior de Tecnologia de Viseu os cursos de Gestão de Empresas (GE), Gestão Comercial e da Produção (GCP), Turismo (T), Contabilidade e Administração (CA) e as diversas Engenharias: Madeiras (EM), Ambiente (EA), Eletrotécnica (EE); Informática e de Sistemas (EI), Civil (EC), Mecânica e da Produção (EMGI). Por uma questão de simplificação analítica, salvaguardamos desde já que estes cursos serão, a partir deste momento, referidos pelas suas iniciais.

A estratégia metodológica, em termos das técnicas de recolha e tratamento da informação, assenta na interligação e complementaridade entre um inquérito por questionário aos finalistas e outro aos diplomados, entrevistas semidiretivas a diplomados e a coordenadores dos cursos, além da incontornável análise documental<sup>5</sup>.

Com o objetivo de tipificar as trajetórias profissionais iniciais dos licenciados, foi aplicada ainda uma técnica de análise multivariada em que se conciliou a análise fatorial de correspondências múltiplas (AFCM) e a análise classificatória (AC), sendo utilizado no seu tratamento estatístico o programa informático *SPAD – Logiciel d'analyse des donnés*, seguindo a linha de investigação já utilizada em Parente (2003), Veloso (2004) e Gonçalves (2009).

A pertinência da aplicação da AFCM deve-se ao facto de permitir identificar estruturas de associação entre as variáveis, tratando-se de um procedimento de análise relacional das diferentes variáveis que caracterizam os sujeitos, procede-se ao agrupamento dos indivíduos em diversos tipos (grupos ou classes) de trajetórias profissionais. A análise assenta, conseqüentemente, na “(...) constituição de agrupamentos por combinações das incidências das frequências simples das variáveis, os quais foram ponderados em função do significado dos valores das variáveis no quadro dos objetivos de pesquisa (...)” (Veloso, 2004:560).

A descrição destes grupos ou classes permite aceder, por um lado, à identificação das suas especificidades, obtida a partir das associações entre os valores ou modalidades das variáveis em análise e, por outro, à visualização do posicionamento relativo de cada grupo, assim como às relações de proximidade e afastamento entre eles.

Para além das variáveis referidas, há um conjunto de outras, também de caracterização do percurso profissional, que não foram consideradas, de modo a

---

<sup>5</sup> Foi assim estabelecido a seguinte cronologia metodológica: o primeiro momento ocorreu em maio de 2006, com a aplicação de um inquérito por questionário aos finalistas, em dezembro de 2008 (num segundo momento analítico), incluímos a entidade formadora no processo de análise, realizando entrevistas semiestruturadas a coordenadores ou responsáveis dos cursos em causa. Num terceiro momento (ocorrido em maio de 2008), foram aplicados os inquéritos por questionário aos diplomados, colocados durante três semanas *On-Line* e finalmente, e num quarto momento (ocorrido em setembro de 2008), realizam-se as entrevistas aos diplomados, selecionados segundo percursos profissionais. Estes últimos dois momentos constituem a base dos resultados apresentados no presente artigo.

Nota para o facto de, operacionalmente, constituírem as formações em análise as que analiticamente (face às suas características) permitiam uma análise efetiva do processo de transição para o trabalho e o questionamento das trajetórias profissionais iniciais. Assim, os cursos de educação (formação de professores e restantes cursos da Escola Superior de Educação de Viseu, que por serem muito recentes e pelas características não reuniam condições de análise) e o curso de enfermagem não reuniam condições analíticas, face à linearidade da aplicabilidade destas formações no mundo laboral. Já o caso da Escola Superior Agrária de Viseu, pelas particularidades que encerrava (limitação na oferta formativa) e pelo diminuto número diplomados/alunos, foi assumidamente colocado de parte. Reconhecemos, desta forma, que a opção de analisar estes cursos decorreu na base da sua funcionalidade e particularidades face ao emprego.

contornar a excessiva diferenciação e heterogeneidade que as mesmas introduziriam na análise, dificultando a classificação das trajetórias. Referimo-nos, em particular, às questões relativas à formação profissional realizada, à classificação/média final da licenciatura e aos setores de atividade de exercício profissional, que, contudo, não foram negligenciados ao nível da análise descritiva simples, em SPSS.

No caso da análise fatorial de correspondências múltiplas, as tipologias têm como base o dendrograma e descrição da partição em classes/grupos – apresentação gráfica em forma de dendrograma ou “corte” da árvore que define o número de classes obtidas. Na sua base encontram-se todos os indivíduos e, no topo, a agregação completa dos mesmos (Velo, 2004). Através da visualização das diferentes partições, e de acordo com os objetivos da pesquisa, optou-se pelo agrupamento mais adequado. Esta metodologia foi comum a todas as análises AFCM apresentadas a partir daqui.

## 2. Caracterização profissional dos diplomados

De forma a ser possível traçar as trajetórias profissionais iniciais dos diplomados<sup>6</sup>, exige-se um esforço de sistematização que estabeleça o ponto da situação face aos dados anteriores, sobretudo dos diplomados que viram a sua situação alterar-se relativamente ao seu primeiro emprego obtido ou face ao exercido no último ano do curso. Aqui procede-se à comparação dois momentos de inquirição (aos finalistas e aos diplomados), os dados absolutos serão apresentados em coluna.

**Quadro 1 – Situação profissional atual por curso (%)**

Situação Profissional Atual	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
1	0	0	0	7,7	0	0	0	0	0	0	0	1,2
2	58,3	50	100	61,5	60	100	50	40	100	100	50	63,5
3	8,3	10	0	7,7	20	0	12,5	0	0	0	25	8,2
4	20,8	40	0	23,1	0	0	37,5	60	0	0	25	22,4
5	12,5	0	0	0	20	0	0	0	0	0	0	4,7
N	25	10	5	13	5	6	8	5	3	2	4	86

### Legenda:

- 1 – Encontro-me desempregado entre 1-6 meses e não exerci qualquer tipo de emprego regular após o desempenhado no último ano do curso;
- 2 – Mantive o emprego e a situação profissional (mesmas funções/categoria profissional e condições de trabalho);
- 3 – Mantive o emprego detido, mas alterei situação profissional (funções, categoria profissional e/ou condições de trabalho diferentes);
- 4 – Possuo um novo emprego;
- 5 – Encontro-me desempregado.

<sup>6</sup> Num total de 354 inscritos finalistas em 2005/06 obtivemos a participação de 244 finalistas, constituindo 68,9% dos inscritos no ano letivo de 2005/06; deste grupo, somente acedemos a 43,7% diplomados que responderam 18 meses depois de terem terminado a licenciatura.

Desta forma e na sua totalidade, segundo quadro 1, 63,5% dos diplomados mantêm o emprego e a situação profissional, destacando-se os cursos de EMGI, EM, EI e GCP (100%), salientando-se os *Especialistas das profissões intelectuais e técnicas*, 22,4% possuem um novo emprego (EE, GE e EC) e 8,2% dos indivíduos mantêm emprego mas alteraram circunstâncias do seu exercício (CA, EA e EC). Por outro lado, 22,4% possuem um novo emprego (EE, GE e EC), mas que, em termos práticos, não implica uma mudança significativa nos contornos laborais desta população, são sobretudo *Especialistas das profissões intelectuais e técnicas* (57,9%), trabalham a *tempo inteiro* (94,7%), têm *contratos a termo* (55,6%), ganham entre 801-1500 Euros (57,9%), trabalham preferencialmente na *Banca e Seguros* (21,1%), localizadas em *Viseu* (57,9%). Finalmente, 8,2% dos indivíduos mantêm o emprego mas alteraram circunstâncias do seu exercício, sendo que 71,4% são *Especialistas das profissões intelectuais e técnicas* (EE, EC, CA e GE, salientam-se os Bancários – C e GE; e Engenheiros Técnicos – EC) e exercem a *Tempo inteiro* (100%). São sobretudo *Funcionários efetivos* (57,1%) e auferem entre 601-1500 Euros (57,1%) e trabalham em organismos preferencialmente entre 50-199 trabalhadores ou com mais de 500 trabalhadores com 28,6%) e localizadas no distrito de *Viseu* (71,4%), “(...) costume dizer a colegas meus que estão em pequenas empresas que é uma perda de tempo, porque não evoluem muito (...)” (ENTRV I).

Verifica-se assim que, independentemente de alterarem a posição detida ou alcançarem um novo emprego, é sobretudo o tipo de formação académica que define muitos dos percursos, mais do que a experiência profissional, sendo mesmo a área do diploma detém particular pertinência nestes percursos.

Na perspetiva de Teichler (2007), que se refere à dimensão horizontal na forma de analisar a relação entre formação académica e emprego, assente numa ligação entre campos de estudo e conhecimento (entre área de trabalho e tipo de tarefas), destacam-se, nas áreas de engenharia, EMGI/EI/EC e EE (com níveis elevados de ligação entre formação académica e emprego, apesar de condições precárias no exercício, sendo o exemplo mais visível EC, ao nível do rendimento – já referido anteriormente – e EE, com a instabilidade de colocações no ensino). Mas nem todas as áreas refletem este movimento. Nas áreas de engenharia destacam-se pelas dificuldades evidenciadas os cursos de EA e EM (taxa elevada de desemprego e baixos níveis de relação formação académica e emprego), nas áreas de GE, GCP (apesar de das altas taxas de empregabilidade) e, numa posição intermédia, GE. Nas áreas de CS e T, a situação apresenta-se complexa, com níveis de desemprego elevado, salientando-se o de inserção e baixos níveis de relação formação académica/emprego para os que afirmam desempenhar uma atividade regular. Estas ilações são confirmadas pelo nível de procura ativa de emprego dos que afirmam exercer uma atividade regular a tempo inteiro.

Verifica-se que 48,3% reconhecem procurar novo emprego (EA – 85,7%, EE – 80% e EM – 66,7%). Porém 38,2% não procura; estes são, sobretudo, os que afirmam exercer funções próximas da área de formação académica.

Quanto às justificações destas posições, 23,4% não respondeu, 17% declaram que procuram *Emprego que corresponda à formação* (GCP – confirma ilações anteriores; EE – confirmam situação alternativa da docência), 14,9% afirma que procuram *Emprego que permita um projeto de carreira* (EC – atesta as condições débeis vividas num

trabalho, apesar do nível elevado da relação formação académica/emprego; EE e EM), 12,8% porque se encontram *Desempregados* (T – 25%; EE – 20%; EA e T com 14,3% confirmam dados anteriores) e finalmente 10,6% asseguram que o objetivo é encontrar um *Emprego que permita estabilidade* (CA) e um *Emprego melhor remunerado* (EI), o que reafirma a ideia, já defendida anteriormente, que mesmo os que afirmam exercer as atividades mais qualificadas têm condições de exercício laboral longe das ideais.

Estes resultados confirmam que são os que possuem situação laboral mais débil (CS, T, EA, EE e EM) que apresentam percentagens de desemprego mais elevadas e que se apresentam mais ativos na procura de emprego, o que, tendo presente Gautié (2003), confirma uma frágil relação entre formação académica e emprego ou simplesmente um descontentamento com a situação profissional vivida, não esquecendo que o fim da transição só ocorrerá após se atingir a estabilidade de emprego, assente na durabilidade do mesmo.

De salientar ainda situações que elevam este movimento a níveis de disponibilidade extrema: “(...) se não há a nível regional, uma pessoa tem que começar a procurar por longe (...) Vou partir para um projeto no estrangeiro (...) tenho em mente procurar e sei que há ofertas... fora da área, sejam elas trabalhar num aeroporto, trabalhar num hotel (...) Será o que calhar.” (ENTRV D).

Tal contexto é confirmado pelos baixos níveis de formação profissional. Verifica-se que somente 22,5% dos diplomados asseguram ter recebido formação profissional no trabalho (GCP, EMGI e CA). Contudo estes casos não exteriorizam uma especialização formativa; é mais de carácter geral e de adaptação ao trabalho (Atendimento ao cliente; Inglês) e por vezes em área díspares da formação inicial (Ex: Técnico de vendas – CA; Costureira – EM). Genericamente, existe pouco investimento por parte das entidades empregadoras na profissionalização dos diplomados, permitindo questionar a qualidade do trabalho exercido e dando força a indicadores anteriores onde é evidente a frágil relação entre formação académica obtida e emprego exercido por parte dos muitos destes diplomados.

Essa situação é ainda reafirmada pela fraca mobilidade profissional (78,3% somente exerceram até ao momento um emprego), que poderá ser reflexo do próprio mercado de trabalho ou incapacidade de alterar situação detida, eventualmente consequência da origem social, comprovada pelos elevados índices de aceitação da primeira oportunidade de emprego. Dos que acederam ao primeiro emprego, 72,2% mantêm-no, sendo que os restantes saíram sobretudo por *Iniciativa própria* (42,9% – saliente-se CS e EC) ou por *Cessação de contrato a termo* (35,7% – salientando-se EE e GE), contudo destes 75% referem ter *Acedido de imediato a novo emprego*, o que explica o facto de não terem recorrido ao subsídio de desemprego. Quanto ao período de permanência no primeiro emprego, os resultados asseguram que ele foi mantido até 12 meses (27,8%).

Os factos confirmam as dificuldades já referidas e são comprovados pelo indicador *Ordenados em atraso* (7,1%) o que aponta para que a precariedade é mais evidente em termos de rendimento e contrato (contratos a termo certo, principalmente, mas também situações de recibo verde, sem contrato e na situação de estagiário) de que, por vezes, ao nível do tipo de profissão exercida. Mesmo os que detêm posições mais coerentes com a formação académica, denotam instabilidade, destacando-se novamente o curso de EC, a que se junta aos já visíveis T, CS e EA como as formações que mostram mais dificuldades ao nível do primeiro emprego).

### 3. Diplomas e Desemprego

Tendo presente Béduwé e Giret (2004), Gonçalves, Parente e Veloso (2004) ou Gonçalves (2009) que apontam as áreas científicas mais expostas ao desemprego, interessa-nos explorar os efetivos índices de empregabilidade exteriorizada pelos diplomados, a nível da Formação Geral (letras, línguas, ciências humanas, direito, serviços).

**Quadro 2 – Desemprego por curso (%)**

	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
Desemprego após saída do sistema de ensino	25	30		28,6	41,7			25			22,4	25
Desemprego após primeiro emprego regular	27,8	16,7	0	33,3	33,3	0	37,5	33,3	0	0	0	23,8
Desemprego atual	12,5				20							4,7
<i>N</i>	<i>31</i>	<i>15</i>	<i>5</i>	<i>19</i>	<i>12</i>	<i>6</i>	<i>8</i>	<i>6</i>	<i>3</i>	<i>2</i>	<i>4</i>	<i>111</i>

Verifica-se assim, ao nível do exercício laboral, que 25% não acedem ao primeiro emprego regular – EA, GE, EE e CS - 23,8% após o primeiro emprego regular – EC, T, EA e EE e 4,7% atualmente – EA e CS, situação tanto mais grave quando recordamos Bruyère e Lemistre (2005), que demonstram que as inserções mais longas (tempo de acesso ao primeiro emprego, número de meses desempregado) conduzem, menos frequentemente, a um emprego adequado.

**Quadro 3 – Cursos do ISPV com maior número de diplomados desempregados inscritos em 2007 no Centro de Emprego por ano letivo**

CURSOS	2003/04	2004/05	2005/06
Diplomados de Eng. Ambiente	31	37	29
Inscritos no C. E.	26	13	21
Diplomados de Gestão de Empresas	41	28	33
Inscritos no C. E.	41	33	20
Diplomados de Comunicação Social	44	46	42
Inscritos no C. E.	30	38	43
Índice de sucesso	55%	50,6%	59%
Total de Diplomados (N)	902	840	852

*Fonte: OCES (2007); GPEARI (2007)*

O quadro 3 evidencia dois aspetos fundamentais: que a problemática aqui tratada só recentemente é alvo de preocupação e representatividade evidente das autoridades estatais (somente existem dados a partir do ano letivo de 2002/2003) e os seus dados trazem maior profundidade analítica aos resultados obtidos no quadro anterior.

Estes dados estatais apontam para que os diplomados de GE, CS e EA apresentam dificuldades em aceder ao primeiro emprego e que a inscrição no centro de emprego continua a representar uma das estratégias mais utilizadas no acesso ao emprego, permitindo paralelamente questionar a pertinência da origem social neste processo. Saliente-se que no final de 2007<sup>7</sup>, EA possui 27 inscritos, CS – 41 e GE – 40; em junho de 2008 GE tem 24 inscritos, EA – 21, não surgindo CS; em junho de 2009, EA apresenta 21 inscritos, não surgindo referenciada qualquer um das outras duas formações académicas, de acordo com os números do GPERI (2007; 2008; 2009). Esta situação pode ser explicada pelo facto de, a partir de 2007, este tipo de análise estatal só incluir os cursos com mais de 60 diplomados por ano e por formação académica, quando antes desta data, o valor mínimo era de 20 diplomados. Isto implica que se possa questionar se estas formações não continuam, ainda hoje, a denotar estas dificuldades. De salientar que dos três cursos aqui representados devemos salientar o de CS que apresenta valores ascendentes, contrariamente a GE que apresenta um sentido contrário, de redução de inscritos no centro de emprego, embora esta tendência possa ser o reflexo da diminuição do número de diplomados durante este período.

Esta realidade possui, paralelamente, consequências a nível pessoal na vida dos indivíduos, comprovada pelo facto de 68,4%<sup>8</sup> dos diplomados residirem ainda com os progenitores, o que se compreende, pelas origens sociais e pela tendência já verificada em Teichler (2007) e Martins, Mauritti e Costa (2005). Enquadrando-se na perspetiva de Iannelli e Soro-Bonmati (2006) sobre o Modelo Mediterrânico da Juventude (caracterizado por trajetórias escolares longas, dificuldades ao nível do primeiro emprego.

Importa referir, contudo, que a pouca representatividade numérica dos cursos de EI e CA impediu que os resultados alcançados apresentassem uma maior representatividade analítica, já que foram os diplomados destas áreas científicas que apresentaram transições para o trabalho mais fluidas e com condições de exercício laboral favoráveis. Perante estes resultados, foi possível traçar as trajetórias profissionais que iremos identificar e analisar de seguida.

#### **4. Emprego e Trajetórias Profissionais**

Consideramos aqui, que o conceito de trajetória nos permite interpretar os percursos de aprendizagem e profissionais como resultado da articulação entre as estruturas sociais objetivas, que a determinam, e a ação social do sujeito, relativa à margem de liberdade e de escolha de que este dispõe na orientação da sua vida; deste modo, ao nível educativo, formativo e profissional, a trajetória constitui uma “(...) articulação

---

<sup>7</sup> Estes dados incluem sempre valores relativos aos diplomados nos últimos três anos letivos anteriores à data a que se referem.

<sup>8</sup> Confirma-se esta situação: dos que afirmam não ter acedido ao primeiro emprego, 68,4% dos jovens entre os 23-30 anos afirmam viver ainda com progenitores.

entre a estrutura do mercado de trabalho e o percurso socioeconómico e educativo dos indivíduos (...)” (Paul, 1989:107).

A trajetória é um percurso que se inicia com a entrada na vida ativa se prolonga até ao emprego atual. É precedida da frequência do sistema de ensino formal e inclui a eventual realização de cursos de formação e de atividades profissionais complementares, a análise dos movimentos de mobilidade escolar e social, a origem social e o lugar de classe, atendendo, em particular, à natureza do vínculo contratual.

A análise SPAD veio não somente confirmar tendências já verificadas, mas também ordenar em classes, permitindo, de uma forma mais efetiva, circunscrevê-las e caracterizá-las de forma objetiva. Podemos agrupá-las em três grandes grupos<sup>9</sup>:

#### Quadro 4 – Tipo de trajetórias profissionais

<i>Classe</i>	<i>Características da classe</i>
<b>Classe 1 (40,5%), Trajetórias Funcionais</b>	<p>É constituída pelos diplomados que eram estudantes a tempo inteiro (93,3%, sendo que os restantes 6,7% executavam atividades ocasionais). Acederam na sua totalidade ao primeiro emprego regular, que mantêm em 97,7% dos casos. 62,2% afirmam ter demorado entre um a seis meses a aceder ao emprego e somente 20% entre sete a doze meses.</p> <p>Quanto à sua caracterização profissional, verifica-se que 84,4% trabalham por conta de outrem, 13,3% são trabalhadores independentes, 53,3% possuem contrato a termo certo e 13,3% afirmam ser funcionários efetivos (no mercado público).</p> <p>No que respeita ao rendimento, 35,5% afirmam receber entre 401-600 Euros e 26,6% entre 601-800 Euros. Estes dados denotam uma diversidade ao nível dos contratos e rendimentos baixos, apesar de, relativamente à profissão exercida, se verificar que 51,1% são Especialista das profissões intelectuais e técnicas e 24,4% do Pessoal Administrativo.</p> <p>Estes dados não distinguem áreas científicas, apresentando uma diversidade evidente; de salientar, somente, a representatividade de 11,1% do curso de Gestão Comercial e da Produção.</p> <p>No que respeita à caracterização da entidade empregadora, 55,5% situa-se em Viseu e 13,3% em Aveiro, o que confirma a concentração dos diplomados preferencialmente na região: 77,7% trabalham em empresas privadas, sendo que 26,6% o faz em Indústrias Transformadoras, 22,2% no ramo dos Intermediários (prestação de serviços) e 11,1% em Serviços Públicos e Privados.</p> <p>São entidades que em termos de dimensão em 20% dos casos possuem mais de 500 trabalhadores, o que levanta a questão das práticas de gestão da inserção dos jovens sob formas precárias de emprego como defende Locket (1997). Esta ideia é confirmada pelo facto de 53,3% afirmarem procurar ativamente emprego, o que comprova as condições de trabalho já referenciadas (limitações evidentes a nível contratual e de rendimento), reforçando a ideia da instrumentalização do emprego e de um acesso possível ao mercado laboral, levantando novamente a questão da origem social que pode ter potenciado a necessidade de acessos rápidos, na zona geográfica de origem e exteriorizando condições laborais débeis, o que consequentemente explica a procura de um novo emprego.</p>

<sup>9</sup> De destacar, ainda, a Classe 4 com uma representatividade de 30,6%. É constituída por dois grupos distintos, (esta concentração de duas populações na mesma classe é explicada pela estrutura do inquérito): os que não acederam ao primeiro emprego (já que 55,8% afirma estar *A procura do primeiro emprego*), constituindo o que apelidámos de *Suspensas*; além desta população, verifica-se a presença, nesta classe, dos trabalhadores-estudantes que não viram alterada a situação laboral detida no seu último ano de formação académica, evidenciando um imobilismo profissional e, pelo menos até ao momento, uma não rentabilização do seu novo estatuto académico - *Híbridas*. De destacar ainda a Classe 5 (1,8%) que apelidámos de *Precárias*. São constituídas por *Desempregados-aps primeiro emprego de curta duração; Tempo de permanência no primeiro emprego: 3-6 meses-100%*.

**Classe 2**  
**(12,61%),**  
**Trajetórias**  
**Evolutivas**

---

É constituída pelos trabalhadores estudantes que efetivamente mudaram de emprego e pelos que mantiveram o emprego mas alteraram a situação de exercício laboral, que abarcam, sobretudo, duas áreas económicas: a do comércio e dos serviços (principalmente a nível bancário).

Verifica-se, assim, que a sua totalidade possuía um emprego regular antes de terminar a sua formação académica; 42,8% asseguram já ter exercido dois empregos e nunca terem estado desempregados, denotando maior experiência profissional; a maioria (85,7%) exerce por conta de outrem e são, sobretudo, Especialistas das profissões intelectuais e técnicas (42,8%), Vendedores sem contrato (35,7%) e Pessoal dos serviços (28,5%).

À data do inquérito, maio de 2008, 71,3% possuem um novo emprego, sendo que 50% a ele acedeu, em 2007, comprovando o que já tinha sido referido – que o diploma poderá ter proporcionado, a estes diplomados uma melhoria da sua situação profissional, pois 28,5% mantêm o emprego, mas alteram a sua situação laboral. Esta questão é confirmada quando se verifica que 64,2% (o que representa acréscimo de 22,5%) são Especialistas das profissões intelectuais e técnicas e 21,4% Pessoal dos Serviços (Técnico de vendas, Caixa de banco).

Ao nível das condições laborais verifica-se que 50% auferem entre 801 e 1500 Euros; trabalham maioritariamente no Distrito de Viseu (50%), em entidades empregadoras com mais de 500 trabalhadores (28,5%) e, sobretudo, no ramo de atividade dos Serviços públicos e privados (21,4%). Como a maioria (71,4%) declaram não procurar emprego, podemos comprovar a existência de um efetivo projeto de carreira neste movimento, equacionando-se simultaneamente a questão da integração profissional.

Esta classe mostra que o diploma revela situações de indivíduos que já exercem uma profissão regular antes de terminarem as suas formações superior e possuem uma efetiva experiência profissional, quer ao nível dos que mantiveram o emprego quer nos casos de alteração efetiva de emprego, permitindo-nos equacionar a consolidação e/ou desenvolvimento de carreiras profissionais.

---

**Classe 3**  
**(14,41%),**  
**Trajetórias**  
**Instáveis**

É constituída na sua totalidade por estudantes a tempo inteiro, dos quais 68,75% demoraram entre um a seis meses a aceder ao primeiro emprego regular. Isto implica que o problema não foi efetivamente o acesso ao emprego, mas sim a que tipo de emprego e a instabilidade laboral vivida.

Assim, refira-se que 25% são Estagiários, trabalham sobretudo por conta de outrem (81,2%), a tempo inteiro (93,7%), em empresas privadas (75%). 18,75% são Jornalistas, com Rendimento entre 801-1500 Euros (50%), localizados em Viseu (68,7%). Contudo, 37,5% deixam o primeiro emprego por iniciativa própria; destes, 37,5% permaneceu aí entre 7-12 meses e 31,2% entre 3-6 meses. 43,7% atestam ter exercido dois empregos, apesar de 50% declaram nunca ter estado efetivamente desempregado e 31,2% afirmarem que somente uma vez se encontraram nesta situação.

À data do inquérito, maio de 2008, 18,7% encontram-se desempregados e 56,2% possuem um novo emprego. 37,5% acederam a este emprego em 2007 e 25% em 2008. 87,5% trabalham por conta de outrem, sobretudo no Distrito de Viseu (62,5%), 62,5% são Especialistas das profissões intelectuais e técnicas, 18,7% Trabalhadores não qualificados, com rendimentos entre os 601-800 Euros (37,5%) e os 801-1500 Euros (56,2%).

Exercem nas áreas de Comunicação e informação e Construção e Obras Públicas, ambas com 18,7%. No que respeita à dimensão da entidade empregadora, 18,7% possuem entre 1-4 trabalhadores, valor que se repete para empresas entre 10-49 trabalhadores, quanto ao vínculo 62,5% são trabalhadores independentes.

---

## **Conclusões**

Os diplomados que apresentam trajetórias profissionais híbridas (imobilismo profissional), são sobretudo trabalhadores-estudantes que não viram alterada a sua situação laboral e nunca estiveram desempregados (salientando-se os diplomados de

EI, EMGI, CA e T). Esta manutenção da situação laboral, após a obtenção do diploma, pode refletir uma estruturação da vida pessoal, como transparece do facto de a maioria destes diplomados afirmar ser casado e viver com cônjuge. Quanto aos diplomados que apresentam as trajetórias funcionais, com rápido acesso ao primeiro emprego concentram-se sobretudo no distrito de Viseu. Equaciona-se se esta postura inicial evidencia uma instrumentalização efetiva do diploma ou se reflete somente a falta de alternativas de emprego, no mercado de trabalho local. Relativamente aos diplomados que progrediram na carreira já projetada (sobretudo os trabalhadores-estudantes), apresentam trajetórias profissionais evolutivas (destacando-se os cursos de CA, T e GE). É a este nível que se verifica uma efetiva rentabilização dos diplomas alcançados a nível laboral, através do desenvolvimento de um projeto profissional já instituído, o que nos permite afirmar que os diplomas potenciaram, sobretudo, carreiras já estruturadas. Por fim, os diplomados em situação de precariedade laboral manifestam trajetórias de instabilidade profissional efetiva, particularmente visível ao nível dos conteúdos de trabalho, contratos e rendimentos (destacando-se os diplomados de CS e EC que acederam rapidamente ao primeiro emprego regular).

Podemos, assim referir, face aos resultados alcançados, que, neste caso específico, o diploma só revela pertinência a nível laboral no caso dos que já possuíam, antes de terminar o seu curso superior, uma atividade profissional regular e que alteraram a situação laboral, nomeadamente mudando de emprego. Podemos então concluir que a obtenção do diploma não se traduziu, até ao momento, numa melhoria significativa na qualidade laboral dos empregos detidos no último ano da formação académica ou mesmo na proteção em relação ao desemprego.

Estes dados confirmam duas populações distintas: os diplomados de CS (instabilidade e precariedade evidentes) e de EC (instabilidade nas profissões na área e rendimento mais elevados, mas precariedade contratual), mais visível ao nível da profissão exercida do que nas condições laborais, comprovando que também as formações das áreas de engenharia denotam dificuldade, sobretudo no exercício do primeiro emprego regular.

Verifica-se que, ao nível do primeiro emprego, as dificuldades de acesso não são significativas, mas a precariedade laboral a este nível é evidente. Não podemos, contudo, deixar de equacionar a pertinência do contexto geográfico regional e o enquadramento temporal para a explicitação destas tendências, equacionando a rigidez do mercado laboral. A experiência e a idade continuam a ser muito importantes no mercado laboral, sobretudo a nível da natureza dos contratos e rendimentos.

O ensino superior politécnico continua, desta forma, a cumprir um dos seus principais objetivos - o de oferecer o acesso ao ensino superior a nível regional. Porém, face aos novos desafios e contextos socioeconómicos e tendo presente a crescente competitividade entre instituições de ensino e pelo acesso ao emprego, é questionável que o mercado local tenha capacidade de absorver estes mesmos diplomados, o que reequaciona os objetivos futuros do ISPV, tendo presente o atual contexto educativo a nível nacional e europeu. Esta situação poderá justificar os resultados aqui obtidos, sobretudo no que diz respeito às dificuldades de acesso ao primeiro emprego, revelados por estes diplomados, bem como o crescente fenómeno de sobrequalificação académica em Portugal.

## Referências bibliográficas

- BÉDUWÉ, C. & GIRET, J. F. (2004), “Le travail en cours d’études a-t-il une valeur professionnelle?”, in *Économie et Statistique*, 378-379, 55-79.
- BRUYÈRE, M. & LEMISTRE, P. (2005), “Trouver un emploi en rapport avec sa spécialité de formation : une situation rentable?”, in Giret e Lopez, *Des formations pour quels emplois?*, Paris, La Découverte, pp. 249-260.
- COUPPIÉ, T. & MANSUY, D. (2006), “Youth People and New Entrants in European Labour Markets: The Timing of Gradual Integration” in W. Müller; M. Gangl (ed.) (2006), *Transitions from Education to Work in Europe – The Integration of Youth into EU Labour Markets*, Oxford, Oxford University Press, pp. 63-106.
- DOERINGER, P. B. & PIRE, M. (1971), *Internal Labour markets and Manpower*, Lexington, D. C. Heath.
- GAUTHÉ, J. (2003), “Transitions et trajectoires sur le marché du travail”, in *C.E.E.*, 59, 1-4.
- GIRET, J. F. (2000), *Pour une économie de l’insertion professionnelle des jeunes*, Paris, CNRS Éditions.
- GIVORD, P. (2005), “Formes particulières d’emploi e insertion des jeunes”, in *Économie et Statistique*, 388/389, 129-143.
- GONÇALVES, C. M. (coord.) (2009), *Licenciados, precariedade e família*, Porto, Estratégias Criativas.
- GONÇALVES C. M.; PARENTE C. & VELOSO, L. (2004), “Licenciados em sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, XIV, 253-297.
- GPEARI/MCTES (2007), *A procura de emprego dos diplomados desempregados com habilitação superior*, Lisboa, GPEARI/MCTES.
- (2008), *Índice de Sucesso Escolar no Ensino Superior (2005-2006): cursos de formação inicial*, Lisboa, GPEARI/MCTES.
- (2009), *Diplomados no Ensino Superior [2000-2001 a 2006-2007]*, Lisboa, GPEARI/MCTES.
- IANNELLI, C. & SORO-BONMATÍ, A. (2006), “Transition Pathways in Italy and Spain: Different Patterns, Similar Vulnerability?”, in Müller e Gangl (ed.) (2006), *Transitions from Education to Work in Europe - The Integration of Youth into EU Labour Markets*, Oxford, Oxford University Press, p. 212-250.
- INE (1991), *Anuário Estatístico de Portugal*, Lisboa, INE.
- (2001), *Anuário Estatístico de Portugal*, Lisboa, INE.
- (2006), *Anuário Estatístico da Região Centro*, Lisboa, INE.
- (2008), *Anuário estatístico da Região Centro 2007*, Lisboa, INE.
- (2009), *Estatísticas do emprego 2009*, Lisboa, INE.
- LEFRESNE, F. (2003), *Les jeunes et l’emploi*, Paris, La Découverte.
- MARTINS, S.; MAURITTI, R. & COSTA, A. (2005), *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, DGES/MCTES.
- NAUZE-FICHET, E. & TOMASINI, M. (2005), “Les jeunes en situation de déclassement sur le marché du travail: diversité des approchs, diversités des éclairages” in Giret; Lopez, *Des formations pour quels emplois?*, Paris, La Découverte, pp. 265-278.
- OCES (2007), *Sucesso Escolar no Ensino Superior em 2004/05*, Lisboa, MCTES.
- PARENTE, C. (2003), “Dinâmicas de gestão do emprego”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, 23, 61-82.

- PAUL, J. J. (1989), *Relation Formation-Emploi*, Paris, Economica.
- PIORE, M. & BERGER, S. (1980), *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ROSE, J. (1987), *En busca de Empleo - Formación, Paro, Empleo*, Madrid, Informes.
- (1998), *Les jeunes face à l'emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.
- SOUSA (2010), *Diplomas e (Des)Emprego: um estudo de caso*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, FLUP.
- TEICHLER, U. (2000), “New perspectives of the relationship between higher education and employment”, in *Tertiary Education and Management*, 6, 79-92.
- (2005), *Graduados y empleo: investigación, metodología y resultados – Los casos de Europa, Japón, Argentina e Uruguay*, Buenos Aires, Niño y Dávila Editores.
- (2007), “Does Higher Education Matter? Lessons from a Comparative Graduate Survey”, in *European Journal of Education*, Vol. 42, Nº 1, 11-34.
- VAZ, I. (1997), *As formas atípicas de emprego e a flexibilidade do mercado de trabalho*, Lisboa, Coleção Estudos.
- VELOSO, L. (2004), *Aprendizagem e processos de identificação no espaço social do trabalho. Estudo de caso num grupo empresarial do setor eletromecânico*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

## ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

### *Employment and career paths: the case of graduates of the Polytechnic Institute of Viseu*

The increasing difficulty of graduates of higher education to access to employment is a reflection of changes in the supply of skilled labor as a result of the expansion of higher education and the mutability characteristics of the labor market. Investment in education and obtain higher education degrees are thus, increasingly, a position of risk, a priori, does not guarantee access to employment. This question can be posed only in terms of access to employment, but also at the real increase in job insecurity, especially visible in the gradual depreciation of young graduates, especially in the exercise of their first job. This article, part of the analysis of the process of transition to employment of graduates in 2005/06 Higher Polytechnic Institute of Viseu, their present course of 18 months after graduation from university. Meanwhile, the geographic scope of this institution of higher education, taking into account the national reality, is as an opportunity to verify their role in the process of local development, with the ability to attract and retain a labor- 'young and skilled work at the regional level.

**Keywords:** Polytechnic Higher Education; Employment; Transition to work; Career.

### *Chemins Emploi et carrière: le cas des diplômés de l'Institut Polytechnique de Viseu*

La difficulté croissante des jeunes diplômés de l'enseignement supérieur pour accéder à l'emploi est un reflet de l'évolution de l'offre de main-d'œuvre qualifiée, conséquence de l'expansion de l'enseignement supérieur et de la mutabilité des caractéristiques du marché du travail. L'investissement en éducation et l'obtention de diplômes d'enseignement supérieur représentent donc, de plus en plus, une position de risque qui, a priori, ne garantit pas un accès à l'emploi. Cette question ne peut être posée uniquement au niveau de l'accès à l'emploi, mais aussi au niveau de l'augmentation réelle de la précarité de l'emploi, visible surtout dans la dépréciation progressive des jeunes diplômés, en particulier dans l'exercice de leur premier emploi. Cet article, qui s'inscrit dans l'analyse du procès de transition à l'emploi des

diplômés en 2005/06 de l'Institut Supérieur Polytechnique de Viseu, présente leur parcours de 18 mois après l'obtention du diplôme universitaire. Parallèlement, le cadre géographique de cette institution d'enseignement supérieur, tenant compte de la réalité nationale, se présente comme une opportunité de vérifier leur rôle dans le procès de développement local, grâce à la capacité d'attirer et de retenir une main-d'oeuvre jeune et qualifiée, au niveau régional.

**Mots-clés:** Enseignement Supérieur Polytechnique; Emploi; Transition au travail; Parcours professionnels.

### ***De empleo y carrera caminos: el caso de los egresados del Instituto Politécnico de Viseu***

La dificultad cada vez mayor de graduados de educación superior en el acceso al empleo es un reflejo de la evolución de la oferta de mano de obra calificada, a consecuencia de la expansión de la educación superior y la mutabilidad de las características del mercado de trabajo. La inversión en la educación y la obtención de una educación superior por lo tanto representan un riesgo cada vez más, sin que se garantice el acceso a priori para el empleo. Esta pregunta no sólo se pueden colocar en el nivel de acceso al empleo, sino también en términos de incremento real de la inseguridad en el trabajo, especialmente visible en una degradación progresiva de los jóvenes titulados, sobre todo en el primer año de empleo. Este artículo, que se inscribe en el análisis de la transición hacia el trabajo de los egresados del Instituto Politécnico 2005/06 de Viseu, presenta la trayectoria profesional de 18 meses después de la obtención del grado académico. Junto con el entorno geográfico de la institución de educación superior, teniendo en cuenta la realidad nacional, se presenta como una oportunidad para comprobar su papel en el proceso de desarrollo local, a través de la capacidad de atraer y retener personal de alta cualificación, los jóvenes, la nivel regional.

**Palabras-clave:** Educación Politécnica Superior; Empleo; Transición al Trabajo; Carreras profesionales.

## ANEXOS

**Quadro 1 - Caracterização profissional dos diplomados que alteraram situação laboral detida por curso (%)**

<b>Profissão atual</b>	Mantive o emprego detido (funções, categoria profissional e/ou condições de trabalho diferentes)	Mantive o emprego detido, mas alterei situação profissional (funções, categoria profissional e/ou condições de trabalho diferentes)	Possuo um novo emprego	Total
Especialistas das profissões intelectuais e técnicas	100	71,4	57,9	63,3
Pessoal administrativo e similares		0	5,3	3,3
Pessoal dos serviços e vendedores		14,3	15,8	13,8
Operários, artífices e trabalhadores similares		0	5,3	3,4
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio		0	10,5	10,3
NR		14,3	5,3	6,9
<b>Exercício</b>				
Tempo inteiro		100	94,7	96,6
Tempo parcial	100	0	5,3	3,4
<b>Vínculo</b>				
Estagiário		0	11,1	7,1
Contratado a termo certo	100	14,3	55,6	42,9
Trabalhador independente		0	11,1	7,1
Funcionário efetivo		57,1	5,6	17,9
Sem contrato		28,6	5,6	17,9
Outra situação		0	11,1	7,1
<b>Rendimento</b>				
Entre 400 - 600 Euros		0	15,8	10,3
Entre 601 – 800 Euros		57,1	26,3	34,5
Entre 801 – 1500 Euros	100	28,6	57,9	51,7
Entre 1501-2500 Euros		14,3	0	3,4
<b>Ramo económico da entidade empregadora</b>				
Indústrias transformadoras		14,3	10,5	10,3
Construção e Obras Públicas		14,3	10,5	10,3
Comércio por Grosso e a Retalho		14,3	10,5	13,8

Restauração (restaurantes, hotéis ou similares)		0	10,5	6,9
Comunicações e informação (criação, circulação, armazenagem e aplicação da informação)	100	14,3	0	6,9
Banca e seguros		14,3	21,1	17,2
Intermediários (prestação de serviços e empresas)		14,3	5,3	6,9
Serviços públicos e privados		14,3	10,5	13,8
Ensino		0	10,5	6,9%
Outra situação		0	10,5	6,9
<b>Dimensões</b>				
1 a 4 trabalhadores	100	0	10,5	10,3
5 a 9 trabalhadores		28,6	5,3	10,3
10 a 49 trabalhadores		0	21,1	13,8
50 a 199 trabalhadores		28,6	15,8	20,7
200 a 500 trabalhadores		14,3	10,5	13,8
Mais de 500 trabalhadores		28,6	26,3	24,1
NR		0	10,5	6,9
<b>Localização</b>				
Viseu		71,4	57,9	58,6
Braga		14,3	0	3,4
NR		0	5,3	3,4
Coimbra	100	0	0	3,4
Castelo Branco		0	0	3,4
Guarda		0	10,5	6,9
Porto		0	5,3	3,4
França		0	10,5	6,9
Tondela		14,3	0	3,4
Lisboa		0	5,3	3,4
Leiria		0	5,3	3,4
<i>Total</i>	<i>1</i>	<i>7</i>	<i>19</i>	<i>29</i>

**Quadro 2 - Procura de emprego por curso (%)**

<b>Procura ativamente emprego?</b>	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
Sim	58,3	27,3	40	50	85,7	16,7	37,5	80	66,7	0	25	48,3
Não	37,5	63,6	60	50	14,3	83,3	62,5	20	0	100	50	47,2
NR	4,2	9,1	0	0	0	0	0	0	33,3	0	25	4,5
<b>Porquê?</b>												
Para encontrar emprego que corresponda à formação obtida	14,3	33,3	50	12,5	0	0	0	40	33,3	0	0	17

Para encontrar emprego que permita um projeto de carreira	14,3	0	0	0	0	0	66,7	40	33,3	0	0	14,9
Porque me encontro desempregado	14,3	0	0	25	14,3	0	0	20	0	0	0	12,8
Para encontrar um emprego que permita estabilidade profissional	7,1	33,3	0	12,5	14,3	0	0	0	0	0	100	10,6
Para encontrar um emprego melhor remunerado	7,1	0	0	25	14,3	100	0	0	0	0	0	10,6
Por incerteza/receio de perder emprego atual	0	0	0	0	28,6	0	0	0	0	0	0	4,3
Para encontrar um emprego com melhores condições de trabalho	7,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,1
Para encontrar emprego numa outra região	0	0	0	0	14,3	0	0	0	0	0	0	2,1
Outra – Pesquisa de mercado/receio futuro	7,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,1
NR	28,6	33,3	50	25	14,3	0	33,3	0	33,3	0	0	23,4
<i>N</i>	25	11	5	14	6	6	8	5	3	2	4	89

**Quadro 3 - Formação no trabalho por curso (%)**

<b>Formação no trabalho</b>	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
Sim	20	18,2	40	21,4	0	33,3	12,5	20	33,3	50	50	22,5
Não	76	72,7	60	71,4	100	66,7	87,5	80	33,3	50	50	73
NR	4	9,1	0	7,1	0	0	0	0	33,3	0	0	4,5
<b>Curso</b>												
TPM - Manutenção Preventiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0	5,3
Reservas Galileo	0	0	0	25	0	0	0	0	0	0	0	5,3
SIADAP	0	0	0	50	0	0	0	0	0	0	0	10,5
Atendimento ao cliente	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10,5
Inglês	0	0	0	0	0	50	0	0	0	0	0	5,3
Formação pedagógica de formadores	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5,3
Hidráulica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	5,3
Reaching readers online 2007	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5,3
Técnico de Vendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	5,3
PL-SQL	0	0	0	0	0	50	0	0	0	0	0	5,3

Programa Tekla Structures	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0	0	5,3
Costureira	0	0	0	0	0	0	0	0	50	0	0	5,3
Informática	0	0	0	25	0	0	0	0	0	0	0	5,3
NR	25	0	100	0	0	0	0	0	50	0	0	21,1
<i>N</i>	25	11	5	14	6	6	8	5	3	2	4	89

**Quadro 4 - Número de empregos por curso (%)**

Nº de empregos regulares	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
1	75	70	100	84,6	100	100	62,5	40	100	100	75	78,3
2	16,7	30	0	0	0	0	25	60	0	0	25	15,7
3	8,3	0	0	0	0	0	12,5	0	0	0	0	3,6
4	0	0	0	7,7	0	0	0	0	0	0	0	1,2
5 ou +	0	0	0	7,7	0	0	0	0	0	0	0	1,2
<b>Tempo de permanência no 1º emprego</b>												
3 a 6 Meses	11,1	0	0	22,2	33,3	0	12,5	0	0	0	11,1	11,1
7 - 12 Meses	16,7	16,7	0	11,1	0	0	12,5	33,3	0	0	11,1	16,7
13-20 Meses	0	0	0	0	0	0	12,5	0	0	0	1,6	0
Permaneço nesse emprego	72,2	83,3	100	66,7	66,7	100	62,5	66,7	100	100	76,2	72,2
<b>De que forma saiu</b>												
Cessaçã de contrato a termo certo	0	100	0	66,7	50	0	0	100	0	0	0	35,7
Despedimento individual por iniciativa da entidade empregadora	0	0	0	0	0	0	33	0	0	0	0	7,1
Despedimento individual por iniciativa própria	75	0	0	33,3	0	0	66,7	0	0	0	0	42,9
Outra situação - Ordenados em atraso	0	0	0	0	50	0	0	0	0	0	0	7,1
NR	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,1
<b>Nº de meses desempregado</b>												
Nenhum	50	100	0	100	0	0	100	100	0	0	0	75
menos de 3 Meses	25	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	16,7
2 a 9 Meses	25	0	0	0	8,3	0	0	0	0	0	0	8,3
<i>N</i>	25	11	5	14	6	6	8	5	3	2	4	89

## O Processo de RVCC, a promoção da Literacia Familiar e a Escolarização: *Estudo Exploratório nos CNO*

Cláudia Ferreira<sup>1</sup>  
Universidade de Coimbra

Filipa Morais<sup>2</sup>  
Instituto Politécnico de Coimbra e Universidade de Coimbra

Inês Cruz<sup>3</sup>  
Instituto Politécnico de Coimbra e Universidade de Coimbra

### Resumo:

O presente artigo pretende dar conta dos principais resultados da 1ª parte da fase 1 do projeto de investigação *CNO: Uma Oportunidade Dupla: Da promoção da Literacia Familiar ao Sucesso Escolar das Crianças*<sup>4</sup>. Apresenta-se uma síntese dos dados obtidos com um estudo exploratório sobre o impacto que a frequência do processo RVCC (9º ano) teve na vida familiar e profissional dos formandos, no acompanhamento da vida escolar dos seus filhos, bem como na promoção da literacia familiar, ao nível de novas representações e práticas de leitura e escrita. Este estudo tem um caráter empírico e procurou perceber o modo como o processo RVCC influencia as perceções do adulto relativamente ao processo de escolarização, potenciando o desenvolvimento da literacia familiar e as suas implicações no percurso escolar de crianças no início do 1º Ciclo do Ensino Básico.

**Palavras-chave:** RVCC; Literacia familiar; Educação de adultos.

“The inclination to learn from life itself and to make the conditions of life such that all will learn in the process of living is the finest product of schooling”

(John Dewey, 1916: 51).

---

<sup>1</sup> Doutoranda, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) / Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) (Coimbra, Portugal). *E-mail:* ar.claudia.ferreira@gmail.com

<sup>2</sup> Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra (ESEC); Doutoranda, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) / Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) (Coimbra, Portugal). *E-mail:* fmorais@esec.pt

<sup>3</sup> Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra (ESEC); Doutoranda, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) / Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20-UC) (Coimbra, Portugal). *E-mail:* inespcruz77@gmail.com

<sup>4</sup> [https://www1.esec.pt/pagina/eaep/?page\\_id=162](https://www1.esec.pt/pagina/eaep/?page_id=162).

## 1. Enquadramento Teórico

A evolução do discurso político sobre a alfabetização e a educação de base de adultos e a difusão de um campo de práticas educativas não formais deu-se, a nível internacional, desde a 2ª metade do séc. XX, no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. A nível nacional, esta alteração sentiu-se desde 1974, tendo por base a influência dos grandes referenciais educativos que marcaram este período: a educação permanente e a aprendizagem ao longo da vida. Estas mudanças aconteceram sob a égide da UNESCO, marcado, numa primeira fase, por campanhas de alfabetização realizadas pelo movimento de educação permanente (Cavaco, 2009; Canário e Lima, 2006).

Na sequência da Conferência de Nairobi, promovida pela UNESCO em 1976, a educação de adultos passou a ser concebida como educação pós escolar. Segundo este novo modelo, a educação pós escolar é vista como um “*continuum* educativo que cobre todo o ciclo vital, no qual se integram e articulam processos *formais* (cujo protótipo é o ensino dispensado na escola), processos *não formais* (marcados pela flexibilidade de horários, programas e locais, em regra de caráter voluntário, sem preocupações de certificação e pensados ‘à medida’ de públicos e situações singulares) e processos *informais* (correspondentes a todas as situações potencialmente educativas, mesmo que pouco ou nada organizada ou estruturadas)” (Canário, 2004: 78). Assim, o reconhecimento e a valorização dos processos e dinâmicas educativas não formais e informais, passa a ser uma aquisição que nasce do interior do campo da formação de adultos, frequentemente sobreposto ao conceito de educação permanente.

“(…) O conjunto de processos organizados de educação qualquer que seja o conteúdo, o nível e o método, quer sejam formais ou não formais, quer prolonguem ou substituam a educação inicial dispensada nos estabelecimentos escolares e universitários e sob a forma de aprendizagem profissional, graças aos quais pessoas consideradas como adultas pela sociedade de que fazem parte desenvolvem as suas aptidões, enriquecem os seus conhecimentos, melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou lhes dão uma nova orientação, e fazem evoluir as suas atitudes ou o seu comportamento na dupla perspectiva de um desenvolvimento integral do homem e de uma participação no desenvolvimento sócio económico e cultural equilibrado e independente.”

(Canário, 2004: 78)

A educação de adultos assenta em três teorias essenciais: a primeira consiste na revalorização da experiência de vida; a segunda implica a definição das situações educativas pelos seus efeitos e não pela sua intencionalidade; por fim, a terceira corresponde à assimilação do processo de aprendizagem a uma conceção larga, multiforme e permanente de socialização.

Atualmente, o estudo da educação de adultos tem sido desenvolvido por referências como Gaston Pineau, Pierre Dominicé ou Christine Josso que abordam o estudo destes processos educativos a partir das “histórias de vida”. O contributo científico desta abordagem reside no facto de conferir ao indivíduo e à sua subjetividade um estatuto epistemológico:

“A palavra literacia tem vindo a ser utilizada para recobrir um novo conceito acerca das capacidades de leitura e de escrita: pretende distinguir-se da alfabetização por não ter em conta o grau formal de escolaridade a que esta, tradicionalmente, estava ligada. Enquanto alfabetização refere a condição de se ser (ou não) iniciado na língua escrita, independentemente do grau de domínio que dela se tenha, o conceito de literacia adquire um significado mais vasto, referindo capacidades de utilização da língua escrita. Assim, a alfabetização refere um conhecimento obtido, estável, enquanto literacia designa um conhecimento processual, em aberto.”

(Martins, 2000: 13)

O conceito de literacia faz, atualmente, parte do vocabulário do nosso dia a dia e define-se por duas características nucleares: a) por permitir a análise da capacidade efetiva de *utilização na vida quotidiana* das competências de leitura, escrita e cálculo; b) e por remeter para um contínuo de competências que se traduzem em *níveis de literacia* com graus de dificuldade distintos (Gomes *et al.*, 2000). Como aponta Dominicé, a aprendizagem é um processo pessoal, mas igualmente coletivo. Este processo desenvolve-se no contexto global da vida adulta, pelo que não há educação formal sem uma constante interação com o ambiente social. Família, amigos e colegas são parte das nossas experiências de aprendizagem. A aprendizagem é, basicamente, um processo de identificação com fontes sociais e culturais. É, também, um processo de nos tornarmos mais autónomos, um processo através do qual os adultos têm que encontrar a distância certa das normas culturais que pautaram a sua educação. “In so far as learning is primarily considered a way to assert oneself, it is mostly a social experience (...) Learning to be oneself, whatever else one has to learn in life, is the main trend of each life history” (Dominicé, 2000: 84).

“(…) Hoje, as iniciativas mais interessantes procuram descobrir as oportunidades educativas que existem nos espaços de trabalho e de vida social” (Canário, 1999: 5). A formação é um processo que não se deixa controlar facilmente. Acontece mais vezes quando não esperamos, do que quando a programamos. A educação de adultos a que se refere o autor define-se a partir do pressuposto de que não se pode ignorar os saberes consagrados, mas que estes não se podem considerar como referência única. O que conta é criar meios e ensejos de formação, colocar ao dispor dos adultos um repertório de possibilidades que lhes permitam compreender melhor o seu trabalho e aperfeiçoar as suas competências profissionais, refletir sobre os seus percursos pessoais e sociais, adquirir conhecimentos e sistematizar informação. “‘Formar-se’ não é algo que se possa fazer num lugar à parte. Bem pelo contrário, é um processo que se confunde com a própria vida dos adultos. (...) A educação informal não é organizada, não é sistematizada, nem sempre é intencional. Ela constitui a maior fatia da aprendizagem total, durante a vida de uma pessoa, mesmo para aquelas que são altamente escolarizadas”

(Canário, 1999: 6)

O contexto familiar apresenta, segundo Mata (2006) situações múltiplas de aprendizagem. As potencialidades de aprendizagem deste contexto têm sido solicitadas, sobretudo, ao nível da aprendizagem informal, pelo que o envolvimento dos pais na aprendizagem dos filhos não se limita ao acompanhamento e reforço das atividades de literacia escolares, mas antes se alarga a um conjunto de atividades mais variadas e significativas para as crianças. A valorização das práticas de literacia familiar apresenta, relativamente às atividades de literacia escolar, algumas vantagens pois, como refere Neuman, “valorizam e apreciam a cultura familiar da criança e tentam construir/desenvolver com base nas utilizações da linguagem e literacia que a criança já experimentou na família; promovem a colaboração entre crianças, e também entre crianças e adultos no processo de aprendizagem; consideram os mesmos padrões de sucesso para todas as crianças, sendo os objetivos os mesmos para todas, embora os modos de os alcançar possam ser diferentes; reconhecem a importância da continuidade entre as experiências de literacia da criança em casa e as da escola.” (Mata, 2006: 65). Este envolvimento não significa, necessariamente, desvalorização ou substituição do papel do professor, mas o desenvolvimento de parcerias educativas facilitadoras da aprendizagem.

Face ao exposto, pretendeu-se, com este trabalho, estudar a concretização de mudanças duráveis nas práticas, representações e atitudes, decorrentes da frequência do Processo de RVCC no âmbito da literacia familiar e literacia emergente, o seu impacto na motivação e sucesso escolar das crianças, e ao *Projeto de Leitor*, no que respeita à funcionalidade e conceptualização sobre leitura e escrita.

As competências adquiridas nos CNO, analisadas no âmbito desta investigação, englobam, não só as competências formais (correspondentes aos módulos de TIC, Cidadania e Empregabilidade, Linguagem e Comunicação e Matemática para a vida), como competências Pessoais e Sociais associadas: (i) à autoexpressão, autoconhecimento e autorrealização; (ii) ao relacionamento com os seus pares ou outros (em contextos formais e informais); (iii) à capacidade do adulto identificar as suas competências e as lacunas na sua formação e de dividir tarefas, aceitar/partilhar responsabilidades, trabalhar em grupo, aceitar críticas, entre outros.

Para se definir estas dimensões, tomou-se em consideração a perspetiva de Dominicé (2000), segundo a qual se os adultos começam por associar a educação à dependência dos seus pais durante a infância, por outro lado, identificam família, escola e comunidade como os contextos em que construíram a sua autonomia, em parte associada à passagem para a vida adulta. Adicionalmente, teve-se em consideração as perceções do adulto no que respeita às mudanças e ao reconhecimento de competências, no contexto profissional e social.

## **2. Enquadramento conceptual**

A investigação organizou-se em torno de sete conceitos essenciais, que foram, posteriormente, operacionalizados num conjunto de indicadores que se apresentam de seguida:

- Autoeficácia

Este conceito englobou as crenças do adulto na sua capacidade de definir e alcançar objetivos (escolares, profissionais, pessoais), e a perceção da sua capacidade em lidar

com problemas e dificuldades escolares dos filhos. Com os indicadores relativos a este conceito pretendeu-se analisar em que medida os pais se sentem mais capazes de enfrentar os desafios que se lhes colocam a nível pessoal, profissional e familiar.

• *Envolvimento em atividades com os filhos*

Com os indicadores respeitantes a este conceito pretendeu-se avaliar de que forma a frequência do processo de RVCC, por parte dos pais, influencia o seu envolvimento em atividades com os filhos, estando estas associadas ao seu percurso escolar.

• *Gestão de papéis*

Com os indicadores correspondentes a este conceito pretendeu-se avaliar em que medida os indivíduos que frequentaram o processo de RVCC foram capazes de conciliar o tempo dedicado à família e ao trabalho com o tempo ocupado pelo processo de RVCC.

• *Mudança nas Representações no processo de escolarização*

Este conceito refere-se às mudanças percecionadas pelo adulto a respeito do processo de escolarização considerando: (i) a valorização do seu próprio processo de escolarização e o impacto da aquisição de competências na sua vida familiar e profissional; (ii) o processo de escolarização do(s) seu(s) filho(s), considerando a valorização desse processo, bem como a valorização do sucesso escolar dos filhos; e (iii) a implicação do adulto no percurso escolar dos filhos e seus efeitos no sucesso familiar, social, dos mesmos. Com os indicadores relativos a este conceito tentou-se analisar de que modo os pais modificaram as suas representações sobre o processo de escolarização, isto é, se dão mais importância à educação e à formação como promotores de autorrealização e de inclusão social.

• *Mudança nas Práticas de envolvimento no processo de escolarização*

Estas mudanças referem-se a novas práticas de envolvimento no processo de escolarização dos filhos em contexto familiar incluindo: (i) envolvimento nas atividades escolares (ajuda nos trabalhos de casa dos filhos, no estudo dos filhos ou no treino do vocabulário); (ii) acompanhamento do percurso escolar dos filhos, (estímulo para trabalho, recompensa, reforço, elogio, etc.); (iii) investimento na aquisição de material pedagógico (computador, livros, etc.). Incluem, também, novas práticas na interação família/escola, nomeadamente: resposta a solicitações dos professores, contactos autónomos/espontâneos com a escola e participação em atividades da mesma. Com os indicadores relativos a este conceito procura-se analisar até que ponto as mudanças no envolvimento dos pais no processo escolar dos filhos se traduzem numa maior comunicação entre a escola e a família, num maior incentivo à aprendizagem, bem como numa maior participação nas atividades escolares.

• *Projeto Leitor - Mudanças nas representações da leitura e da escrita*

Este conceito refere-se a mudanças nas representações da leitura por parte do adulto, em relação a si próprio e em relação ao(s) filho(s), após a frequência do processo de RVCC. Com os indicadores relativos a este conceito pretende-se caracterizar as possíveis mudanças ocorridas nas representações ao nível da literacia, ou seja, aferir

se os pais/mães modificam a representação que têm sobre a leitura e a escrita, passando a considerá-la mais importante e potenciadora de aprendizagem.

• *Projeto Leitor - Mudanças nas práticas da leitura e da escrita*

Este conceito engloba diferentes dimensões relativas a mudanças nas práticas de leitura na família. Em relação ao próprio adulto, considerando leitura nos momentos de lazer (livros, conteúdos da internet, etc.) e leitura para apoio das atividades escolares e/ou profissionais. Relativamente a práticas partilhadas com a família, considerou-se a leitura em contexto lúdico (livros, jornais, revistas, histórias ao deitar), em contexto escolar (suas e/ou dos filhos) e no contexto do quotidiano (receitas, cartas, etc.). Os indicadores relativos a este conceito procuram caracterizar as mudanças nos hábitos e nas práticas de leitura e de escrita que os pais desenvolveram, ao nível pessoal e social.

Os objetivos que orientaram o estudo exploratório centraram-se em:

Analisar a importância da valorização das transferências efetuadas no âmbito da educação de adultos para as dinâmicas familiares e para a escolarização das crianças, verificando se o adulto que realizou o processo de RVCC modifica a sua interação com os filhos, passando a valorizar, de modo mais ativo, o seu projeto de escolarização;

Dar conta do desenvolvimento de competências pessoais e familiares associadas à autoeficácia adquirida pelo indivíduo no processo de RVCC para apreciar possíveis mudanças no envolvimento em atividades com o filho e na gestão dos papéis familiares, designadamente na organização do seu tempo;

Perceber o modo como as novas competências adquiridas com este processo permitem melhorar o percurso de escolarização dos indivíduos e fomentam o desenvolvimento, nos seus filhos, de valores de aprendizagem formal e não formal;

Estudar as mudanças no envolvimento no processo de escolarização após o processo de RVCC, especificamente nas representações sobre leitura e escrita, bem como nas práticas de leitura e de escrita na família.

### **3. Caracterização do estudo**

Sendo a população alvo deste estudo constituída por indivíduos que concluíram o processo RVCC nos CNO e que têm filhos a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico, foram entrevistados 40 indivíduos que já tinham terminado o processo de RVCC (com filho(s) naquele grau de ensino), residentes em meio urbano, suburbano e rural, nas regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo. Foi utilizada a amostragem por conveniência (não probabilística), uma vez que se trata de uma análise exploratória, não se pretendendo generalizar os resultados daqui retirados para o conjunto da população que concluiu o processo de RVCC.

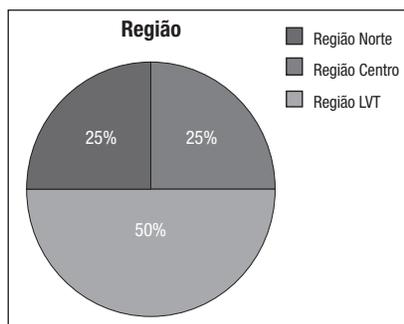
O recurso a entrevistas semiestruturadas obedeceu a uma opção pela pesquisa qualitativa que se prendeu, não com a possibilidade de generalização estatística, mas com a possibilidade de abranger aspetos cuja análise dificilmente poderia ser tão aprofundada utilizando metodologias quantitativas. O recurso a esta metodologia justificou-se, pois, pela necessidade de dar conta das perceções subjetivas dos participantes no processo de RVCC face a um conjunto de temas abrangentes e complexos relacionados com as

vivências durante a participação nas atividades dos CNO e suas consequências a nível pessoal, familiar, profissional, social e educativo. A maior liberdade concedida aos entrevistados através deste procedimento permitiu o surgimento de aspetos não definidos previamente, fazendo com que as categorias posteriormente criadas na análise de conteúdo das entrevistas se desdobrassem num conjunto mais vasto do que o previsto inicialmente.

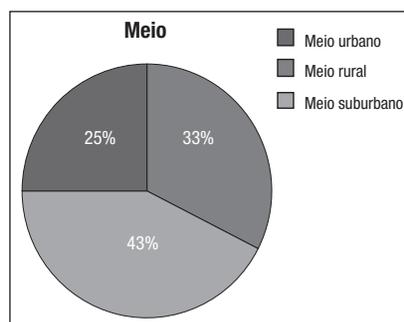
O processo de recolha fez-se com recurso a gravações áudio e a transcrição integral. A análise de conteúdo, segundo o modelo de L. Bardin (função heurística), foi a técnica de tratamento de dados selecionada, tendo em conta a quantidade, a variedade e o grau de detalhe das informações fornecidas pelas entrevistas. O conteúdo foi transcrito, selecionado e codificado em categorias e, dadas a quantidade e a complexidade da informação recolhida, houve a necessidade de a segmentar em categorias, subcategorias e componentes, partindo dos conceitos teóricos mais relevantes, até às práticas concretas dos entrevistados.

Para este estudo foram selecionados os CNO mais antigos, de forma a permitir uma comparação anterior e posterior ao processo RVCC, e os que reuniam o maior número de indivíduos que concluíram o processo de RVCC – nível básico com filhos no 1º Ciclo do Ensino Básico. O trabalho de campo decorreu entre maio e junho de 2009 nos seguintes CNO: Escola Secundária Sebastião e Silva (Oeiras), Escola Secundária de Monserrate (Viana do Castelo), Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra (Coimbra) e Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão (Cascais).

**Gráfico 1 – Distribuição por Região**

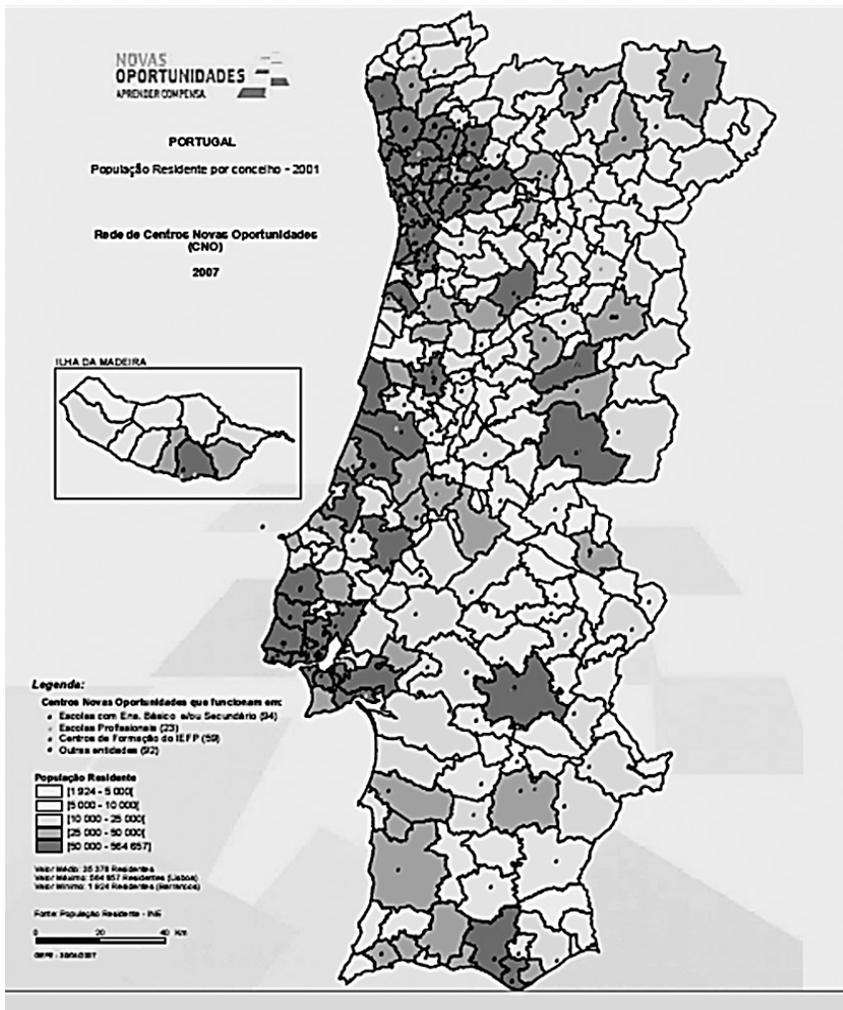


**Gráfico 2 – Distribuição por Meio**



Realizaram-se entrevistas a 40 indivíduos que já tinham terminado o processo de RVCC, residentes em meios urbano, suburbano e rural, nas regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo, que são as zonas do país com maior número de CNO:

Figura 1 – Rede de Centros de Novas Oportunidades



Fonte: Agência Nacional para a Qualificação.  
Dados de março de 2007.

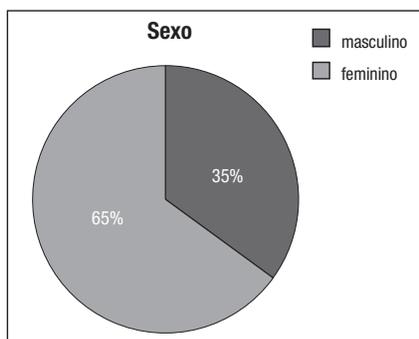
**Figura 2 – Distribuição dos CNO por Região e por percentagem de formandos inscritos**

Região	CNO em funcionamento	% de inscritos nos CNO
Norte	95	35,5%
Centro	71	27%
Lisboa e Vale do Tejo	50	18%
Alentejo	39	15,5%
Algarve	10	3,5%
Madeira	3	0,5%
<b>Total</b>	<b>268</b>	<b>100%</b>

*Fonte: Extraído e adaptado de Resultados ANQ, 2007.*

No que se refere à distribuição dos entrevistados em função da variável sexo, verifica-se que a grande maioria é constituída por indivíduos do sexo feminino (65% do total), o que representa quase o dobro dos indivíduos do sexo masculino (35%). Desta forma, podemos observar que esta amostra segue a tendência global da distribuição da população-alvo, ou seja, as mulheres que frequentam e terminam o processo RVCC são-no em maior número que os homens:

**Gráfico 3 – Distribuição dos entrevistados por sexo**



**Figura 3 – Dados para o território nacional**

Sexo	Porcentagem
Feminino	56%
Masculino	44%

*Fonte: Adaptado de Agência Nacional para Qualificação, 2007.*

#### **4. Análise dos Dados**

Procedeu-se ao tratamento da informação através da construção de grelhas com base nas categorias do discurso, relativas aos conceitos previamente definidos. A interpretação dos resultados fez-se em função das categorias, subcategorias e componentes identificadas no conteúdo das entrevistas, da sua frequência e, igualmente, da pertinência do conteúdo das respostas, visto tratar-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa. Nos dados que, seguidamente, se apresentam, cada categoria refere-se a uma dimensão do conceito em causa. As subcategorias foram divididas obedecendo ao seguinte critério: subcategorias respeitantes aos casos em que se registou mudança, em que não se registou mudança, aquelas para as quais se verificou um conteúdo inconclusivo e ainda subcategorias para os casos em que a questão remetia para práticas concretas, de forma a proceder-se à sua classificação. Uma vez que esta organização tem um carácter meramente formal, passa-se a descrever, com maior detalhe, as componentes que, para cada conceito/conjunto de questões do guião, reúnem a informação mais relevante que nos foi facultada pelos entrevistados.

##### *Categoria 1 – Exploração das capacidades na esfera profissional*

A maioria dos entrevistados sente-se mais confiante na realização de atividades de informática e na confiança em si próprio. Para além das componentes referidas, salienta-se, ainda, os que declaram importante a possibilidade de fazer novos cursos e uma maior facilidade em concorrer a ofertas de emprego.

“Sinto-me capaz de me fazer notar por outras pessoas, sinto-me com qualidades diferentes, que não tinha. Mesmo no trabalho sou mais valorizada, tenho novas oportunidades, novas portas a abrir, e isso é muito importante.”

(E17; Sexo Feminino; Meio Rural; Região Centro)

Apesar de alguns se limitarem a referir as funções expressas pelo RVCC de validação de competências, é de destacar a aprendizagem de saberes específicos que constituem uma hipótese de abertura de diálogo com os filhos, uma vez que estes instrumentos fazem hoje parte da cultura dos mais jovens. O facto de os entrevistados ganharem consciência de que o RVCC é uma rampa de lançamento para investimentos profissionais e pessoais desenvolve a atribuição de maior valor à escolarização no futuro dos seus filhos.

##### *Categoria 2 – Exploração das capacidades no acompanhamento do filho a nível escolar*

Nesta categoria, verifica-se que a maioria dos entrevistados se sente mais capaz de acompanhar o seu filho nos trabalhos da escola. Estes resultados evidenciam que os conhecimentos adquiridos ao longo do processo RVCC permitem, para a maioria dos entrevistados, adquirir um sentimento de eficácia pessoal, tanto relativamente à possibilidade de efetuar novas aprendizagens, como à capacidade de apoiar os seus filhos.

“(...) As aulas de português para mim foram muito gratificantes, a matemática também. E acho que isso me vai ajudar muito a ajudar a minha filha. Vai-me ajudar a mim a poder ajudar a minha filha.”

(E30; Sexo Feminino; Meio urbano; Região Norte)

### *Categoria 3 – Exploração da autoconfiança nas conversas com o professor do filho*

Na presente categoria, cerca de 75% mencionam que não se sentem mais confiantes para falar com o professor do seu filho por já não sentirem dificuldades em comunicar com o professor antes de terem feito o processo RVCC.

“Sempre me senti confiante para falar com os professores das minhas filhas. Neste aspeto não posso dizer que o RVCC modificou alguma coisa, pois sempre fui muito participativo, nesse sentido.”

(E6; Sexo Masculino; Meio Urbano; Região Centro)

Pode então concluir-se que, para a maioria dos pais entrevistados, a participação na vida escolar do filho já era uma prática, sendo que o RVCC se revelou importante para aqueles que tinham, sobretudo, dificuldades de comunicação poderem, agora, ter uma maior compreensão e participação na vida escolar do filho.

### *Categoria 4 – Exploração da relação com o filho ao nível do acompanhamento dos estudos*

Relativamente à presente categoria, 48% dos respondentes considera que alterou a relação com o seu filho ao nível do acompanhamento dos estudos, e 48% que considera que não alterou a relação com o filho neste domínio (cerca de 5% das entrevistas apresentam conteúdo inconclusivo).

“As poucas aulas que nós tivemos já nos deu para saber bem aquilo onde nós podemos ajudar os nossos filhos também.”

(E26; Sexo feminino; Meio Rural; Região Norte)

“Sinto que se alterou um pouco porque, às vezes, os meus filhos traziam testes para assinar e traziam aquelas letras e aquelas coisas para dizer qual era a disciplinas (...) nunca sabia qual era o significado. Eles traziam os pontos e eu nem sabia ver se eles tinham tirado negativa ou positiva. Tinha de perguntar aos meus filhos mas agora já consigo perceber.”

(E7; Feminino; Meio Urbano; Região Centro)

Em síntese, podemos referir que praticamente todos os entrevistados acompanham os filhos nas tarefas escolares. No entanto, cerca de metade modificou as suas práticas relativamente ao investimento ou à melhoria do apoio fornecido, traduzindo-se em orientação, esclarecimento de dúvidas ou correção dos trabalhos de casa. Justificam esta mudança porque se sentem mais capazes de ajudar e de compreender as matérias.

*Categoria 5 – Exploração da relação com o filho ao nível lúdico, após o RVCC*

No que respeita à relação com o filho a nível lúdico, a grande maioria dos respondentes considera que não se verificaram modificações, referindo que, antes de frequentar o processo RVCC, já desenvolviam atividades com o filho, como passear e praticar desporto ou jogos de entretenimento no computador.

“Sem dúvida que se alteraram, tanto nas brincadeira educativas, como nas brincadeiras ‘brincadeiras’ porque (...) há uma aproximação muito maior dos meus filhos (...).”

(E19; Sexo masculino; Meio Rural; Região Centro)

Apesar de haver muitos pais que declaram que o processo de RVCC não provocou alterações, as referências dos que declaram haver mudança mostra que se registou um maior envolvimento com os filhos, a nível do estudo e do tipo de brincadeiras que desenvolvem.

*Categoria 6 – Exploração da gestão do tempo em função do RVCC perante a família e o trabalho*

Relativamente à exploração da gestão do tempo, pouco mais de metade dos inquiridos considera que houve uma harmonização de papéis, ou seja, que o processo RVCC não retirou tempo para a família ou para o trabalho.

“Eu não acho que me tenha roubado algum tempo, se calhar eu aproveitei foi melhor o tempo, deixei de fazer coisas que se calhar não são tão importantes, ocupando o tempo numa mais-valia para mim (...).”

(E14; Sexo feminino; Meio Rural; Região Centro)

A ocupação do tempo de trabalho parece não ter sido tocada na maior parte dos casos. No entanto, em algumas situações verificaram-se trocas de horários no interior do trabalho de modo a facilitar a realização. Foram mais fortes as implicações no tempo roubado à família e ao lazer.

*Categoria 7 – Exploração da gestão do tempo em função da família e do trabalho perante o RVCC*

Nesta categoria, 63% dos entrevistados consideram que a família ou o trabalho não retiraram tempo para o RVCC, tendo conseguido uma harmonização de papéis.

“Não porque, olhe até foi muito engraçado, porque eu conseguia com que a minha filha e o meu marido até partilhassem comigo e até estivessemos mais tempo, porque também me ajudavam a fazer o trabalho.”

(E4; Sexo feminino; Meio Urbano; Região Centro)

Em síntese, pode dizer-se que alguns entrevistados evidenciaram a existência de uma sobrecarga de trabalho no âmbito do processo RVCC, sendo que as responsabilidades de trabalho e de família nem sempre lhes permitiram a utilização do tempo que desejariam para o realizar.

*Categoria 8 – Exploração da partilha do tempo com o filho*

A maioria dos entrevistados considera que passa o mesmo tempo com o filho, não se tendo registado grandes mudanças. Cerca de um terço dos entrevistados refere que, agora, passa mais tempo com o filho, o que se pode explicar pelo facto de as entrevistas terem sido realizadas após a conclusão do processo RVCC.

“É igual, o tempo que passava com ele antes é o tempo que passo agora. (...) Vamos ao futebol, vemos televisão... as tarefas do dia a dia, ele faz os trabalhos de casa, toma banho, vai para a cama, de manhã levanta-se, dou-lhe o pequeno-almoço (...). Costumamos ir ao shopping, ao cinema (...) simplesmente passear de carro, Às vezes, vamos a Ponte de Lima ver os cavalos, vamos ali ver o rio (...).”

(E28; Sexo masculino; Meio Rural; Região Norte)

Pode dizer-se, portanto, que os entrevistados, maioritariamente, consideram importante o tempo que passam com os filhos no apoio às atividades escolares, a brincar, a passear ou na realização de tarefas domésticas. São de salientar as referências às atividades no computador, de caráter didático ou de lazer.

*Categoria 9 – Exploração das mudanças ocorridas na importância conferida ao percurso escolar do filho*

Cerca de 65% dos respondentes considera que não houve modificação na importância que conferem ao percurso escolar do seu filho, na sua maioria, porque já lhe atribuíam muita importância antes de frequentarem o processo RVCC.

“A minha maneira de pensar é a mesma, é por isso que eu recorri ao processo RVCC (...). Porque a importância é tão grande, que senti necessidade de recorrer (...) continua a mesma importância ou ainda mais.”

(E5; Sexo feminino; meio Rural; Região Centro)

É, ainda, interessante verificar que a maioria dos pais gostaria que os filhos estudassem até ao Ensino Superior, revelando uma consciência da importância da escolarização e da formação.

“Acho que é muito importante. Espero que ela chegue ao Ensino Superior. (...) Eu sei que não está fácil arranjar empregos, mas eu como mãe vou fazer de tudo para ela nunca desistir (...) para lhe dar uma formação que eu não tive porque eu não quis (...)”

(E9; Sexo feminino; Meio Urbano; Região Centro)

#### *Categoria 10 – Exploração da autovisão do futuro escolar num período de 5 anos*

Na presente categoria, 78% dos entrevistados manifestam vontade ou necessidade de continuar a estudar. Alguns apontam como meta fazer outras formações, como ingressar no 12º ano RVCC, ingressar no Ensino Superior, concluir o 12º RVCC e terminar o Ensino Superior.

“Vejo-me a ser licenciado em Ecossistema e Turismo. Daqui a 5 anos já é tempo suficiente! E depois... depois logo se vê, quem sabe? Posso sempre ir mais além!”

(E6; Sexo masculino; Meio Urbano; Região Centro)

#### *Categoria 11 – Exploração das alterações de vida provocadas pelo processo RVCC*

A grande maioria dos entrevistados refere que o processo RVCC provocou alterações na sua vida, nomeadamente no que toca à autoestima, à realização e valorização pessoais, à capacidade de comunicação e à relação com os outros.

“Deu-me mais entusiasmo para participar noutras coisas, deu-me mais entusiasmo para eu me desenvolver culturalmente, deu-me mais para pesquisar, deu-me mais para me informar mais sobre certos assuntos.”

(E33; Sexo feminino; Meio Suburbano; Região LVT)

*Categoria 12 – Exploração da frequência de participação na vida escolar do filho após o RVCC*

Cerca de 80% dos respondentes considera que não participa mais na vida escolar do filho após o RVCC, na medida em que já o fazia ativamente, ressaltando, contudo, alguma confiança adquirida após a formação.

“Sempre participei, sempre tive essa noção de que era importante participar.”

(E22; Sexo masculino; Meio Rural; Região Norte)

Se o número de pessoas que aumentou o envolvimento com a escola dos filhos não foi elevado, terá, pelo menos, sido importante a qualidade do envolvimento.

*Categoria 13 – Exploração de diferenças na conceção da leitura e da escrita após o RVCC*

A maioria dos respondentes considera que a ideia que tinha acerca da leitura e da escrita se modificou após a frequência do RVCC.

“Sim modificou, porque eu nunca fui muito adepta de ler, não, não gostava muito de ler e agora já tenho lido algumas... comecei a gostar um bocadinho mais de ler. Eu conclui o RVCC há uns 2 anos... e já li para aí uns três livros. (...) Claro que se aprende... até a forma de falar, a forma de expressar.”

(E36; Sexo feminino; Meio Suburbano; Região LVT)

As mudanças nas competências e nos hábitos de leitura são evidentes, quer porque alguns entrevistados não liam de todo e agora começaram a ler, quer porque percebem melhor o que leem e o utilizam noutros contextos.

*Categoria 14 – Exploração da importância dada à leitura quotidiana; Exploração das situações de leitura*

Cerca de 88% dos entrevistados considera que ler é uma tarefa importante no seu dia a dia, afirmando que o fazem, tanto em contextos de lazer, como de trabalho.

“(...) todas as semanas eu compro a revista para ler, gosto de estar atualizada. O jornal gosto de ler, sempre que vou tomar o café de manhã, passo sempre as páginas das notícias, (...) gosto de estar sempre atualizada (...)”

(E23; Sexo feminino; Meio Rural; Região Norte)

Parece verificar-se que a leitura é importante para as pessoas que frequentaram o processo RVCC, porque lhes permitiu iniciar práticas que envolvem as competências de literacia ou enriquecê-las e alargá-las, podendo, deste modo, incutir nos filhos mais e melhores hábitos de literacia.

*Categoria 15 – Exploração da importância concedida aos hábitos de leitura do filho*

A grande maioria dos entrevistados considera importante que o seu filho tenha hábitos de leitura, na medida em que, na sua opinião, esta lhes permite ler e escrever melhor, aumentar os conhecimentos, ter uma maior facilidade de comunicação, para além de possibilitar a evolução dos seus filhos, a nível académico.

“Noto nele interesse e ele tem os meios à disposição dele, tem muitos livros em casa para ler, de tudo um bocadinho, desde cultura geral a História.”

(E22; Sexo masculino; Meio Rural; Região Norte)

Parece ser promissor para o sucesso escolar dos filhos o empenho dos pais nas competências de leitura. Reconhecem-lhes importância para adquirir conhecimentos, considerando fundamental a cultura. Também demonstram considerar importante, na sociedade atual, desenvolver a capacidade de se exprimir, de forma correta, tanto oralmente, como por escrito. Os entrevistados referem, ainda, a importância da leitura no campo dos valores.

*Categoria 16 – Exploração de alterações de frequência de leitura com o filho após o RVCC; Exploração de exemplos de práticas de leitura com o filho*

Relativamente a esta categoria, 63% dos entrevistados considera que não passaram a ler mais com o seu filho. O motivo pelo qual a maioria refere que não passou a ler mais com o seu filho prende-se com o facto de já ter esse hábito antes do processo RVCC. Entre estas práticas destacam-se o contar histórias e os trabalhos escolares.

“Neste campo não posso dizer que o processo RVCC tenha mudado alguma coisa, porque é verdade que eu criei hábitos de leitura mais frequente, mas eu próprio, porque com a minha filha sempre fiz questão de lhe ler uma história ao deitar.”

(E6; Sexo masculino; Meio Urbano; Região Centro)

*Categoria 17 – Exploração de alterações de frequência de escrita com o filho após o RVCC; Exploração de exemplos de práticas de escrita com o filho*

Relativamente às alterações de frequência de escrita com o filho após o RVCC,

63% dos respondentes considera que não costuma escrever mais com o seu filho desde que frequentou o processo RVCC e verifica-se que não o fazem mais porque a maioria já escrevia com o filho antes do processo RVCC ou porque, anteriormente, também não o fazia.

“É assim, eu já escrevia, porque quem preenche sempre os papéis em casa sou eu, quem escreve sempre sou eu, e os miúdos, os próprios miúdos também incentivam a que a mãe escreva ou, se precisam de alguma coisa, querem fazer alguma listinha de compras, que eles querem fazer comigo, sempre, eles dizem ‘mãe, escreve!’... acabo por ser eu sempre a escrever tudo.”

(E26; Sexo feminino; Meio Rural; Região Norte)

O envolvimento no apoio à escrita começa pelos trabalhos de casa, mas o modo como cada um apoia os filhos revela criatividade e autonomia por parte dos pais, que, de acordo com as necessidades que identificam, vão mais longe em realização e apoio a atividades criativas dos filhos do que a escola exige.

#### *Categoria 18 – Exploração de observação e participação do filho nas práticas quotidianas de leitura e de escrita do entrevistado*

Cerca de 88% dos entrevistados considera que o seu filho costuma observar/participar nas suas práticas de leitura e escrita, e que tal ocorre quando está a fazer os trabalhos do RVCC, quando leem Jornais e/ou Revistas ou quando estão no computador.

“Costuma estar presente, às vezes se eu estiver a escrever uma receita de um bolo, ou assim, ela faz também, escreve no livrinho dela.”

(E5; Sexo Feminino; Meio Rural; Região Centro)

A hipótese de que a participação dos pais no RVCC traria o envolvimento das crianças na leitura e na escrita na família parece ter-se verificado, dado que, embora a pergunta não remeta para o processo RVCC, uma grande maioria dos pais refere o interesse e a curiosidade dos filhos no desenvolvimento do portfólio como uma das práticas mais observadas e participadas – as crianças questionam, participam nas pesquisas, imitam, corrigem os pais. A conversa, a leitura e a escrita acabam, de diversas formas, por estar presentes em todo o quotidiano familiar. Alguns pais percebem o interesse pedagógico desse envolvimento e proporcionam intencionalmente tais atividades.

#### *Categoria 19 – Exploração de existência de atividades lúdicas com o filho que incluam leitura e escrita*

Relativamente a esta categoria, 75% dos entrevistados refere que costuma envolver-se em atividades lúdicas com o filho, que incluem a leitura e a escrita.

“(...) jogamos aos países, às cidades, aos rios... no fundo a brincar a estas situações eles estão a aprender... outra parte também... é um jogo (...) que é o Monopólio (...) programas que nós temos também, por exemplo as consolas... que também já têm esse tipo de situações (...) que nós estamos a brincar e que estamos a aprender.”

(E35; Sexo masculino; Meio Suburbano; Região LVT)

Verifica-se que a maioria dos pais se envolve com os filhos em brincadeiras que mobilizam e aprofundam conhecimentos de oralidade, leitura e escrita. Em alguns casos, fazem jogos de papéis, possibilitando que os pais percecionem o que se passa na escola. Muitos deles revelam, claramente, intencionalidade pedagógica no seu envolvimento nestas atividades, procurando dar significado social às práticas escolares.

#### *Categoria 20 – Exploração de existência de práticas de treino de leitura e escrita com o filho*

Relativamente à existência de práticas de treino de leitura e de escrita, 78% dos entrevistados refere que costuma treinar a leitura e a escrita com o seu filho, essencialmente ao nível da pontuação, da caligrafia, da escrita e dos erros ortográficos e no contexto dos trabalhos de casa, bem como em férias, na elaboração de composições, cópias e ditados.

“Eu tento que isso seja feito, sem dúvida alguma, e o tentar é obrigá-los a ler e a escrever, além de terem que ler um livro durante as férias, eles têm que fazer cópias também, escrever também (...) imponho é que quando chegarem têm de fazer uma composição sobre as férias... e depois vamos ler aquelas composições, o que é que eles fizeram, onde foram, as situações mais engraçadas (...).”

(E19; Sexo masculino; Meio Rural; Região Centro)

Observa-se que a grande maioria de entrevistados entende o treino da leitura e da escrita com os filhos numa perspetiva escolar, dando continuidade aos trabalhos de casa, mesmo em período de férias. Outros encaram estas atividades como estando relacionadas com a sua função social, inserindo-as na vida familiar. Outros, ainda, declaram não as realizar pelo facto de, do ponto de vista académico, as crianças não precisarem delas.

#### **Conclusões**

Os dados empíricos aqui apresentados permitem-nos concluir que, relativamente à perceção que os entrevistados têm das suas competências para alcançar objetivos profissionais, bem como no relacionamento com o filho e o professor deste, a maioria

refere ter sentido um aumento das suas capacidades após a frequência do processo de RVCC. Efetivamente, é no que se refere ao conceito de autoeficácia que se observam maiores diferenças resultantes do processo de RVCC. Assim, o aspeto em que este processo teve maior impacto na vida dos formandos parece ter sido a valorização que estes fazem das suas capacidades, nomeadamente, a aquisição de conhecimentos associados à escrita, à informática e à comunicação oral, numa postura mais ativa perante a vida profissional e a aquisição de novos conhecimentos, que se repercutem no trabalho e na ajuda aos seus filhos nas atividades escolares. Relativamente a este último aspeto, mais de três quartos dos entrevistados referem uma mudança, não só no sentido de uma maior disponibilidade e confiança nas suas capacidades em ajudar diretamente os seus filhos, como também na forma como dialogam com o seu professor, designadamente ao nível das capacidades de comunicação, de compreensão das matérias e das dificuldades escolares que os seus filhos apresentam.

De facto, no que se refere ao acompanhamento dos filhos a nível escolar, os entrevistados identificaram um vasto conjunto de aspetos em que consideram ter-se registado uma mudança após a frequência do processo RVCC, designadamente, os itens associados à perceção das dificuldades do filho na escola e à ajuda ao nível da comunicação oral e escrita. Após a análise destes dados, coloca-se a hipótese de que a perceção de uma maior autoconfiança tenha repercussões nas reais capacidades dos indivíduos estudados tanto mais que, tal como observado anteriormente, estes consideram que funcionam como modelo para os filhos, pelo facto de terem voltado a estudar. Relativamente ao envolvimento em atividades de caráter escolar e lúdico com o filho, podemos observar que, ao nível do acompanhamento dos estudos, aproximadamente metade dos entrevistados considerou que houve modificação na capacidade em ajudar os filhos nos trabalhos escolares, sobretudo no que se refere ao acompanhamento através do reforço positivo, da correção e orientação dos trabalhos, da realização de pesquisas e esclarecimento de dúvidas; a outra metade que o processo de RVCC não provocou mudanças a esse nível.

Já no que respeita a conversas e brincadeiras com o seu filho, a maioria dos entrevistados afirmou não ter percebido mudanças após a frequência do processo de RVCC, e apenas cerca de um quinto dos respondentes afirma ter-se realizado uma mudança; as atividades referidas a este propósito são, maioritariamente, os jogos, com destaque para os jogos de consola ou de computador.

Em termos da conciliação do tempo dedicado à família e ao trabalho com o tempo exigido pelo processo de RVCC, pouco mais de metade dos entrevistados considerou que este não lhe retirou tempo para a família e as obrigações profissionais. Os restantes respondentes referiram que, efetivamente, o RVCC lhes roubou tempo para a família e para atividades como a organização e programação do dia de trabalho, as tarefas domésticas, o acompanhamento dos filhos e a autodedicação. No caso inverso, considerando o tempo que a família e o trabalho retiraram ao RVCC, uma maioria expressiva demonstra ter conseguido conciliar os seus papéis. O processo de RVCC parece, igualmente, não ter afetado negativamente o tempo que a maioria dos entrevistados passa com o(s) seu(s) filho(s), na medida em que cerca de metade dos inquiridos afirmou que passa o mesmo tempo com o filho, sendo, ainda, de realçar que um terço dos entrevistados afirmou

mesmo passar mais tempo com o filho após o RVCC, nomeadamente em atividades escolares, didáticas e de lazer.

No que se refere às mudanças nas representações associadas ao processo de escolarização, a maioria dos entrevistados não percecionou mudanças no grau de importância que confere ao percurso escolar do seu filho, na medida em que já o fazia antes do processo RVCC. Quando questionada acerca das mudanças sentidas após o RVCC, a grande maioria dos entrevistados considerou que o processo provocou alterações em vários aspetos da sua vida, tais como o relacionamento com os outros, autoconfiança, maior realização e ambição profissional, maior domínio das novas tecnologias, maiores capacidades associadas à escrita e à leitura, entre outros. A grande maioria dos entrevistados afirma pretender continuar a estudar num futuro próximo, tencionando concluir o 12º ano, chegando mesmo alguns a referir o ensino superior como meta.

No que diz respeito às práticas de envolvimento no processo de escolarização, a grande maioria não registou alterações na participação na vida escolar do seu filho, sendo de salientar que muitos já tinham uma participação ativa em festas da escola e reuniões.

Relativamente às representações associadas ao *Projecto de Leitor*, observa-se que a grande maioria dos entrevistados considerou que, após a frequência do processo de RVCC, houve mudanças, tanto na ideia que tinha da leitura e da escrita, como na importância da leitura no seu dia a dia, quer em contextos de trabalho, quer de lazer. Na mesma perspetiva, uma maioria bastante significativa referiu mudanças na importância atribuída aos hábitos de leitura do seu filho, mencionando a nova consciencialização de que estas atividades influenciam positivamente a leitura, a escrita, a evolução académica, a autonomia e o desenvolvimento intelectual do seu filho.

Já no que respeita a mudanças nas práticas associadas ao *Projecto de Leitor*, os entrevistados dividem-se: por um lado, a maioria refere que não passou a ler nem escrever mais com o seu filho, em resultado do processo de RVCC. Por outro lado, há que sublinhar que a esmagadora maioria menciona mudanças na *participação nas suas atividades de leitura e escrita por parte do filho*, sendo as práticas mais referidas pelos entrevistados a leitura de legendas, de publicidade, de jornais/revistas, ajuda na realização dos trabalhos do RVCC e atividades que envolvem o uso do computador. A mesma tendência pode ser constatada no *envolvimento em brincadeiras/atividades lúdicas* que incluam a leitura e a escrita, ou seja, a grande maioria manifestou mudanças nas práticas realizadas, sendo as mais referidas pelos entrevistados os jogos de consola, os jogos didáticos, a televisão e o computador.

Por fim, quando questionados se *passaram a ajudar o filho a treinar a leitura e a escrita*, mais de três quartos dos entrevistados respondeu haver um maior envolvimento, sobretudo em atividades associadas aos trabalhos escolares, designadamente pontuação, caligrafia, ortografia e gramática, bem como atividades lúdicas, sendo, novamente, apontados os jogos de consola, os jogos didáticos, a televisão e o computador.

Desta forma, podemos constatar que os aspetos em que o processo RVCC teve mais impacto na vida dos formandos prendem-se com uma maior confiança nas suas capacidades para acompanhar a vida escolar dos filhos, um maior envolvimento entre ambos, quer a nível da vida escolar, quer a um nível mais lúdico, assim como uma maior consciencialização da importância da leitura e da escrita, que se concretiza nas práticas familiares quotidianas.

## Referências bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO (2007), *Iniciativa Novas Oportunidades - Adultos. Principais Resultados*. [Consultado a 6 de maio de 2011] Disponível em: [http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=39&fileName=Balanco\\_INO\\_Adultos\\_maio\\_2007.pdf](http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=39&fileName=Balanco_INO_Adultos_maio_2007.pdf).

ALMEIDA, J. F. & PINTO, J. M. (1990), *A investigação nas ciências sociais*, 4ª ed., Lisboa, Presença.

BARDIN, L. (1979), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

BAUER, M. W. & GASKELL, G. (2002), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, 3ª ed., Petrópolis, Vozes.

BEATTY, P. & WOLF, M. (1996), *Connecting with older adults: educational responses and approaches*, Malabar, Krieger Publishing Company.

BELL, J. (1997), *Como realizar um projeto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*, 1ª ed., Lisboa, Gradiva.

BOGDAN, R. C. & BIKLEN, S. K. (2003), *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*, Porto, Porto Editora.

BOURDIEU, P. (1999), *O Poder Simbólico*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CANÁRIO, R. & NÓVOA, A. (1999), *A Educação de adultos: um campo e uma problemática*, Lisboa, Educa.

CAVACO, C. (2009), *Adultos pouco escolarizados: políticas e práticas de formação*, Lisboa, Educa.

DEWEY, J. (1916), *Democracy and education: an introduction to the philosophy of education*, New York, Macmillan.

DOMINICÉ, P. (2000), *Learning from our lives: using educational biographies with adults*, San Francisco, Jossey-Bass.

FERREIRO, E. & TEBEROVSKY, A. (1985), *Psicogénese da Língua Escrita*, Porto Alegre, Artes Médicas.

FREITAS, S. (2002), *História Oral. Possibilidades e procedimentos*, São Paulo, Humanitas.

GOMES, M. [et al.] (2000), "Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrónicas e internacionais", in *Atas do IV Congresso Português de Sociologia*. [Consultado a 10 de maio de 2011]. Disponível em: [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462de53172c7d\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462de53172c7d_1.PDF).

JARVIS, P. (2004), *Adult Education and Lifelong Learning: Theory and Practice*, 3rd ed., London, Routledge Falmer.

LAKATOS, E. & MARCONI, M. (1985), *Fundamentos de Metodologia Científica*, São Paulo, Atlas.

LIMA, L. [et al.] (2006), *A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação*, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

LIMA, M. P. (1981), *Inquérito Sociológico. Problemas de Metodologia*, Lisboa, Presença.

MARTINS, M. [et al.] (orgs.) (2000), *Literacia e Sociedade. Contribuições pluridisciplinares*, Lisboa, Editorial Caminho.

MATA, L. (2006), *Literacia Familiar. Ambiente familiar e descoberta da linguagem escrita*, Porto, Porto Editora.

MILLS, C. W. (1982), *A Imaginação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar.

MOREIRA, C. (1994), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, ISCSP.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

SIMÕES, A. & VIEIRA, C. M. (1996), "A investigação participativa: uma investigação com (pelas) pessoas e não sobre (para) as pessoas", in *Revista Portuguesa de Pedagogia*, vol. 30, nº 3, 57-81.

STOER, S. (1991), *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa: uma abordagem pluridisciplinar*, Porto, Afrontamento.

VALA, J. (1990), "A Análise de Conteúdo", in A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 101-128.

## ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

### *The RVCC process, the promotion of Family Literacy and Schooling Exploratory Study in the CNO*

This article aims to give the main achievements of the 1st part of phase 1 of the research project "CNO: A Double Opportunity: Promoting Family Literacy and Children's School Success." It is presented a summary of the obtained data of an exploratory study on the impact that the RVCC frequency had on family and professional life of the students, monitoring of their children school life, as well as promoting family literacy through new representations and practices of reading and writing. This study has an empirical scope and sought to understand how the RVCC process influences the adults perceptions in what concerns to the educational process, enhancing the development of family literacy and its implications for the children schooling path at the beginning of the 1st cycle of basic education.

**Keywords:** RVCC; Family literacy; Adult education.

### *Le processus de RVCC, la promotion de l'alphabétisation familiale et la scolarisation Étude exploratoire de l'OIIO*

Cet article vise expliquer les principales résultats de la 1re partie de la phase 1 du projet de recherche «CNO: une double opportunité: Promotion de l'alphabétisation familiale à la réussite scolaire des enfants.» On présente un résumé des données obtenues à partir d'une étude exploratoire sur l'impact que la fréquence de RVCC ont eu sur la vie familiale et le travail des étudiants, suivi de la vie scolaire de leurs enfants, et la promotion de l'alphabétisation familiale le niveau des représentations et des pratiques nouvelles de lecture et d'écriture. Cette étude a un caractère empirique et du cherché à comprendre, comment le processus RVCC influe sur la perception des adultes sur le processus éducatif, améliorer le développement de l'alphabétisation familiale et ses implications pour la scolarisation des enfants, au début du 1er cycle de l'enseignement fondamental.

**Mots-Clés:** RVCC; L'alphabétisation familiale; L'éducation des adultes.

### *El proceso de RVCC, la promoción de la alfabetización familiar y la escuela Estudio Exploratorio en la CON*

El presente artículo pretende dar a los principales logros de la primera parte de la fase 1 del proyecto de investigación «CNO: una doble oportunidad: Promoción de la Educación Familiar para el éxito escolar de los niños.» Se presenta una síntesis de los datos obtenidos a partir de un estudio exploratorio sobre el impacto que la frecuencia de RVCC (9 años) tenía sobre la vida familiar y laboral de los estudiantes, en el seguimiento de la vida escolar de sus hijos, así como la promoción de la alfabetización familiar utilizando nuevas representaciones y prácticas de lectura y escritura. Este estudio tiene un carácter empírico y trató de comprender la forma en que el proceso RVCC influye en las percepciones de los adultos en relación con el proceso educativo, mejorar el desarrollo de la alfabetización familiar y sus implicaciones para la escolarización de los niños al comienzo del Primer Ciclo de la Educación escolar Básica.

**Palabras-clave:** RVCC; Alfabetización familiar; Educación de adultos.

## ANEXOS

### Grelha de síntese da análise das entrevistas

#### CONCEITO - AUTOEFICÁCIA

**Questão 1:** *Em que medida se sente mais confiante nas suas capacidades e competências para alcançar os seus objetivos profissionais?*

#### Quadro 1 – Categoria: Exploração das capacidades na esfera profissional

1.1 Sente-se mais capaz	1.2 Não se sente mais capaz
1.1.1 Na escrita	1.2.1 Apenas sentiu que validou competências
1.1.2 Na informática	1.2.2 Sempre foi confiante
1.1.3 Na comunicação oral	1.2.3 Mantém o mesmo emprego
1.1.4 Na consciência das capacidades /competências	
1.1.5 Nos conhecimentos académicos	
1.1.6 No desempenho profissional	
1.1.7 Na confiança em si mesmo	
1.1.8 Maior facilidade em concorrer a ofertas de emprego	
1.1.9 Ao nível do desenvolvimento pessoal	
1.1.10 Conhecimento das ofertas formativas	
1.1.11 Necessidade de ter um trabalho/necessidade de se sentir útil	
1.1.12 Possibilidade de fazer novos cursos	
1.1.13 No Inglês	
1.1.14 No relacionamento com os outros no local de trabalho	

**Questão 2:** *Em que medida se sente mais capaz de acompanhar o seu filho nos trabalhos da escola?*

#### Quadro 2 – Categoria: Exploração das capacidades no acompanhamento do filho a nível escolar

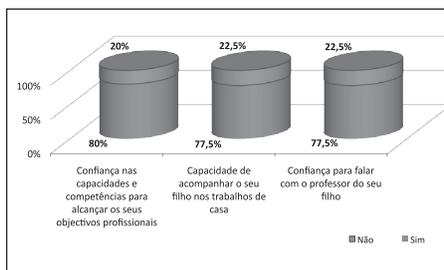
2.1 Sente-se mais capaz	2.2 Não se sente mais capaz
2.1.1 Aquisição de conhecimentos	2.2.1 Já acompanhava
2.1.2 Participação na vida escolar do filho	2.2.2 Já se sentia capaz
2.1.3 Na pesquisa	
2.1.4 Nos conhecimentos académicos	
2.1.5 Mais confiança em ajudar os filhos	
2.1.6 Mais paciência para ensinar	
2.1.7 Funcionam como modelo, por terem voltado a estudar	

**Questão3:** *Em que medida se sente mais confiante para falar com o professor do seu filho?*

**Quadro 3 – Categoria: Exploração da autoconfiança nas conversas com o professor do filho**

3.1 Sente-se mais confiante	3.2 Não se sente mais confiante
3.1.1 Maior perceção dos conteúdos programáticos	3.2.1 Não sente dificuldade em comunicar
3.1.2 Mais consciência das dificuldades do filho	3.2.2 A escola não incentiva a participação dos pais
3.1.3 Na comunicação oral	3.2.3 Não costuma falar com o professor do filho
3.1.4 Na comunicação escrita	3.2.4 Já comunicava regularmente com o professor
3.1.5 Na descodificação do discurso	

**Gráfico 4 – Autoeficácia**



**CONCEITO: ENVOLVIMENTO EM ATIVIDADES COM O FILHO**

**Questão 4:** *Em que medida alterou a sua relação com o seu filho, ao nível do acompanhamento dos estudos?*

**Quadro 4 – Categoria: Exploração da relação com o filho ao nível do acompanhamento dos estudos**

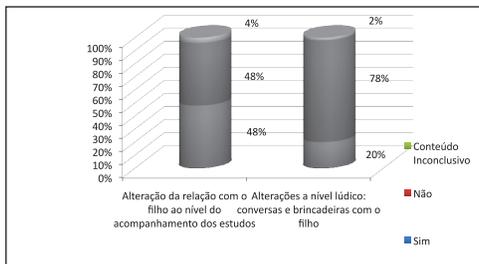
4.1 Verificou-se modificação	4.2 Não se verificou modificação	4.3 Práticas
4.1.1 Acompanha mais	4.2.1 Já acompanhava	4.3.1 Acompanha através do reforço positivo
4.1.2 Compreende melhor as matérias	4.2.2 Não tem tempo de acompanhar	4.3.2 Corrigir os trabalhos
4.1.3 Pesquisas na Internet		4.3.3 Orientação
4.1.4 Mais capaz de ajudar os filhos		4.3.4 Esclarecimento de dúvidas
4.1.5 Mais paciência para ensinar		4.3.5 Trabalhar as matérias da escola
		4.3.6 Ler
		4.3.7 Conversar sobre a escola

**Questão 5: Em que medida alterou a sua relação com o seu filho, ao nível lúdico?**

**Quadro 5 – Categoria: Exploração da relação com o filho ao nível lúdico**

5.1 Verificou-se modificação	5.2 Não se verificou modificação	5.3 Práticas
		5.3.1 Desporto 5.3.2 Jogo de papéis 5.3.3 Passear 5.3.4 Jogos de consola 5.3.5 Televisão 5.3.6 Jogos didáticos 5.3.7 Computador 5.3.7.1 Jogos de entretenimento 5.3.7.2 Jogos didáticos 5.3.7.3 Pesquisas 5.3.8 Jogar às escondidas 5.3.9 Leitura 5.3.10 Exposições 5.3.11 Cinema 5.3.12 Eventos culturais 5.3.13 Viajar

**Gráfico 5 – Envolvimento em atividades com os filhos**



## CONCEITO: GESTÃO DE PAPÉIS

**Questão 6:** *Em que medida pensa que esta atividade lhe roubou tempo para a família ou para o trabalho?*

**Quadro 6 – Categoria: Exploração da gestão do tempo em função do RVCC perante a família e o trabalho**

6.1 Conflito entre papéis	6.2 Harmonização de papéis
6.1.1 Tempo para a família 6.1.2 Tempo para organizar e programar o dia de trabalho 6.1.3 Tarefas domésticas 6.1.4 Trabalho 6.1.5 Acompanhamento do filho 6.1.6 Próprio	

### Componentes

Na subcategoria “harmonização de papéis”, não estão referidas componentes, uma vez que esta subcategoria implica que o entrevistado não identificou nenhuma dimensão do dia a dia que tenha entrado em conflito com a atividade do processo de RVCC.

**Questão 7:** *Em que medida é que a família ou o trabalho lhe roubaram tempo para fazer os trabalhos do RVCC?*

**Quadro 7 – Categoria: Exploração da gestão do tempo em função da família e do trabalho perante o RVCC**

7.1 Conflito entre papéis	7.2 Harmonização de papéis
7.1.1 Trabalho 7.1.2 Família 7.1.2.1 Tinha de estar com eles 7.1.2.2 Tarefas domésticas 7.1.3 Próprio 7.1.4 Acompanhamento do filho	

**Questão 8: Passa mais ou menos tempo com o seu filho? O que fazem nesse tempo?**

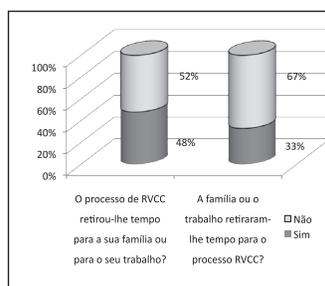
**Quadro 8 – Categoria 8: Exploração da partilha do tempo com o filho**

8.1 Passa mais tempo com o filho	8.2 Passa menos tempo com o filho	8.3 Passa o mesmo tempo com o filho	8.4 Práticas
			8.4.1 Trabalhos de casa 8.4.2 Computador 8.4.2.1 Pesquisas 8.4.2.2 Blogues 8.4.2.3 Jogos didáticos 8.4.3 Desporto 8.4.4 Cinema 8.4.5 Teatro 8.4.6 Passear 8.4.7 Acompanhamento dos estudos 8.4.8 Atividades culturais 8.4.9 Televisão 8.4.10 Jogos de mesa 8.4.11 Trabalhos manuais 8.4.12 Ver Filmes 8.4.13 Conversar 8.4.14 Brincar 8.4.15 Escrever 8.4.16 Ajuda nas tarefas domésticas 8.4.17 Ler 8.4.18 Contar histórias

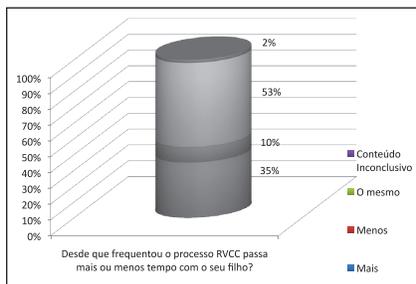
**Componentes**

Não estão referidas separadamente as componentes, uma vez que as práticas (8.4) correspondem às atividades desenvolvidas pelo entrevistado com o seu filho nas três subcategorias (8.1), (8.2) e (8.3).

**Gráfico 6 – Gestão de papéis: gestão do tempo**



**Gráfico 7 – Gestão de papéis: partilha do tempo com o filho**



## CONCEITO: MUDANÇA NAS REPRESENTAÇÕES DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

**Questão 9:** *Como vê a importância do percurso escolar do seu filho para o futuro dele? O que mudou?*

**Quadro 9 – Categoria: Exploração das mudanças ocorridas na importância conferida ao percurso escolar do filho**

9.1 Verificaram-se mudanças	9.2 Não se verificaram mudanças
9.1.1 Oportunidades de emprego 9.1.2 Novas tecnologias 9.1.3 Realização profissional 9.1.4 Conhecimentos académicos 9.1.5 Realização/desenvolvimento pessoal 9.1.6 Gratificação financeira	

### Componentes

Não estão referidas componentes na subcategoria 9.2, uma vez que se pretende identificar os itens que representam as razões da mudança na importância atribuída ao percurso escolar do seu filho (subcategoria 9.1).

**Questão 10:** *Como vê o seu futuro escolar daqui a cinco anos?*

**Quadro 10 – Categoria: Exploração da autovisão do futuro escolar num período de 5 anos**

<b>10.1 Continuar a estudar</b>	<b>10.2 Não continuar a estudar</b>
10.1.1 Concluir o 12.º RVCC 10.1.2 Ingressar no 12.º RVCC 10.1.3 Ingressar no Ensino Superior 10.1.4 Fazer outras formações 10.1.5 Ingressar no 12.º EFA 10.1.6 Terminar o Ensino Superior 10.1.7 Terminar o 12º EFA	

**Questão 11:** *Ter realizado o processo RVCC provocou alguma alteração na sua vida? Quais?*

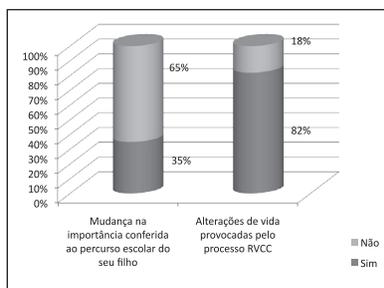
**Quadro 11 – Categoria: Exploração das alterações de vida provocadas pelo processo RVCC**

<b>11.1 Provocou alterações</b>	<b>11.2 Não provocou alterações</b>
11.1.1 Autoestima 11.1.2 Realização/Valorização pessoal 11.1.3 Possibilidade de um novo emprego 11.1.4 Capacidade de comunicação 11.1.5 Capacidade de descodificação da escrita 11.1.6 Reconhecimento pela família 11.1.7 Relação com os outros 11.1.8 Capacidade de ajudar o filho 11.1.9 Consciência das competências 11.1.10 Maior ambição 11.1.11 Utilização do dicionário 11.1.12 Maior competência profissional 11.1.13 Ler mais 11.1.14 Maior domínio de língua estrangeira 11.1.15 Possibilidade de progressão na carreira 11.1.16 Conhecimento de Novas Tecnologias 11.1.17 Ser mais participativo socialmente 11.1.18 Progrediu na carreira	

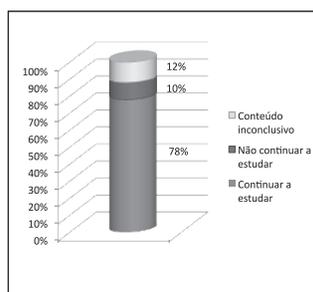
## Componentes

Não estão referidas componentes na subcategoria 11.2, uma vez que se pretende com esta questão identificar os itens que representam as razões da mudança na importância atribuída ao percurso escolar do seu filho (subcategoria 11.1).

**Gráfico 8 – Mudança nas representações do processo de escolarização**



**Gráfico 9 – Mudança no modo como encara o seu futuro escolar**



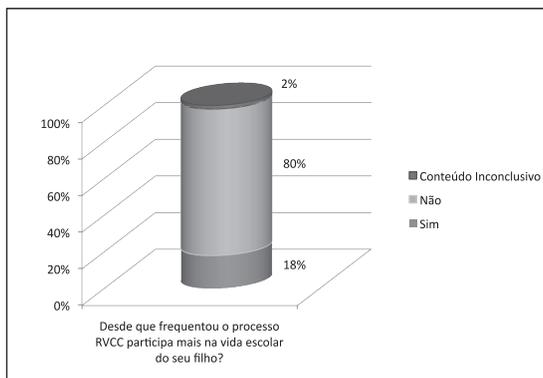
## CONCEITO: MUDANÇA NAS PRÁTICAS DE ENVOLVIMENTO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

**Questão 12:** *Participa mais na vida escolar do seu filho? A que níveis?*

**Quadro 12 – Categoria: Exploração da frequência de participação na vida escolar do filho após o RVCC**

12.1 Verificaram-se mudanças	12.2 Não se verificaram mudanças
12.1.1 Festas da escola 12.1.2 Reuniões 12.1.3 Melhor entendimento das dificuldades do filho 12.1.4 Sente-se mais capaz de participar ativamente	

**Gráfico 10 – Mudanças nas práticas de envolvimento no processo de escolarização**



**CONCEITO: PROJECTO DE LEITOR – MUDANÇAS NAS REPRESENTAÇÕES**

**Questão 13:** *Acha que a ideia que tinha acerca da leitura e da escrita se modificou? Que diferenças nota?*

**Quadro 13 – Categoria: Exploração de diferenças na conceção da leitura e da escrita após o RVCC**

13.1 Verificaram-se modificações	13.2 Não se verificaram modificações
13.1.1 Importante na interpretação da leitura 13.1.2 Importante para ajudar o filho a ler 13.1.3 Importante para a aprendizagem 13.1.4 Importante para se ser autónomo 13.1.5 Importante para conhecer outros países/culturas 13.1.6 Importante para comunicar com facilidade 13.1.7 Maior fluência na leitura e na escrita 13.1.8 Criar/aumentar hábitos de leitura	

**Componentes**

Não estão referidas componentes para a subcategoria 13.2 uma vez que esta corresponde aos entrevistados que afirmam não terem mudado a ideia que tinham acerca da leitura e da escrita, após a frequência do processo RVCC, não tendo sugerido nenhum item.

**Questão 14:** *Ler é uma tarefa importante no seu dia a dia? Em que situações lê?*

**Quadro 14 – Categoria: Exploração da importância dada à leitura quotidiana**  
**Exploração das situações de leitura**

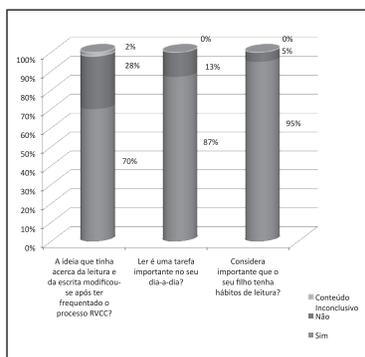
14.1 Verifica-se importância conferida à leitura	14.2 Não se verifica importância conferida à leitura	14.3 Práticas
14.1.1 No trabalho 14.1.2 Em tempo de lazer		14.3.1 Revistas 14.3.2 Jornais 14.3.3 Livros 14.3.4 Legendas 14.3.5 Documentação respeitante ao trabalho 14.3.6 Internet 14.3.7 Trabalhos escolares do filho

**Questão 15:** *Em que medida considera importante que o seu filho tenha hábitos de leitura?*

**Quadro 15 – Categoria: Exploração da importância concedida aos hábitos de leitura do filho**

15.1 Verifica-se atribuição de muita importância	15.2 Não se verifica atribuição de muita importância	15.3 Práticas
		15.3.1 Ler bem 15.3.2 Escrever bem 15.3.3 Evoluir ao nível académico 15.3.4 Ter autonomia 15.3.5 Melhorar a autoestima 15.3.6 Comunicar com facilidade 15.3.7 Desenvolvimento intelectual 15.3.8 Aumentar os conhecimentos 15.3.9 Construir valores 15.3.10 Divertimento/lazer 15.3.11 Facilidade em pesquisar 15.3.12 Enriquecer o vocabulário 15.3.13 Estar atualizado

**Gráfico 11 – *Projecto de Leitor* - mudanças nas representações**



### CONCEITO: PROJETO DE LEITOR – MUDANÇAS NAS PRÁTICAS

**Questão 16:** *Costuma ler mais com o seu filho? Dê exemplos de práticas de leitura que passou a realizar ou que começou a realizar com mais frequência.*

**Quadro 16 – Categoria: Exploração de alterações de frequência de leitura com o filho após o RVCC**

16.1 Verifica-se maior frequência	16.2 Não se verifica maior frequência	16.3 Práticas
		16.3.1 Contar histórias 16.3.2 Computador 16.3.3 Jogos didáticos 16.3.4 Pesquisas 16.3.5 Peças de teatro 16.3.6 Nos trabalhos escolares 16.3.7 Legendas 16.3.8 Jornais/Revistas 16.3.9 Livros técnicos 16.3.10 O filho lê livros para o pai/mãe 16.3.11 Treino da leitura

### Componentes

Não estão referidas separadamente componentes para as subcategorias 16.1 e 16.2, uma vez que os entrevistados que afirmam que, desde que concluíram o processo RVCC, não passaram a ler com mais frequência com o seu filho não sugeriram qualquer item.

**Questão 17:** *Costuma escrever mais com o seu filho? Dê exemplos de práticas de escrita que passou a realizar ou que começou a realizar com mais frequência.*

**Quadro 17 – Categoria: Exploração de alterações de frequência de escrita com o filho após o RVCC**

17.1 Verifica-se maior frequência	17.2 Não se verifica maior frequência	17.3 Práticas
		17.3.1 Trabalhos de casa 17.3.2 Lista de compras 17.3.3 Computador 17.3.4 Treino da escrita 17.3.5 Diário 17.3.6 Escrever cartas 17.3.7 Jogos de palavras

### Componentes

Não estão referidas separadamente componentes nas subcategorias 17.1 e 17.2, uma vez que esta última corresponde aos entrevistados que afirmam que, desde que concluíram o processo RVCC, não passaram a escrever com mais frequência com o seu filho; as práticas (17.3) identificam, pois, os itens respeitantes às alterações ocorridas.

**Questão 18:** *O seu filho costuma observar ou participar nas práticas de leitura e de escrita que realiza no seu dia a dia?*

**Quadro 18 – Categoria: Exploração de observação e participação do filho nas práticas quotidianas de leitura e de escrita do entrevistado**

18.1. Verifica-se observação e participação por parte do filho	18.2. Não se verifica observação e participação por parte do filho	18.3 Práticas
		18.3.1 Legendas 18.3.2 Publicidade 18.3.3 Jornais/Revistas 18.3.4 Trabalhos do RVCC 18.3.5 Computador 18.3.6 Ler/escrever cartas 18.3.7 No trabalho 18.3.8 Rótulos/Instruções 18.3.9 Receitas de culinária 18.3.10 Livros 18.3.11 Recados 18.3.12 Lista de compras 18.3.13 Notas da escola 18.3.14 Apontamentos 18.3.15 Jogos de palavras

**Questão 19:** *Costuma envolver-se em brincadeiras/atividades lúdicas com o seu filho que incluam a leitura e a escrita?*

**Quadro 19 – Categoria: Exploração de existência de atividades lúdicas com o filho que incluam leitura e escrita**

<b>19.1 Verifica-se existência de atividades lúdicas de leitura e escrita com o filho</b>	<b>19.2 Não se verifica existência de atividades lúdicas de leitura e escrita com o filho</b>	<b>19.3 Práticas</b>
		19.3.1 Jogos de consola 19.3.2 Jogos didáticos 19.3.3 Televisão 19.3.4 Computador 19.3.5 Desenhos com escritos 19.3.6 Ler histórias 19.3.7 Jogos de combinar letras/palavras 19.3.8 Peças de teatro 19.3.9 Ditados 19.3.10 Instruções/Rótulos/ Etiquetas 19.3.11 Diário 19.3.12 Jogos de papéis 19.3.13 Filmes

### **Componentes**

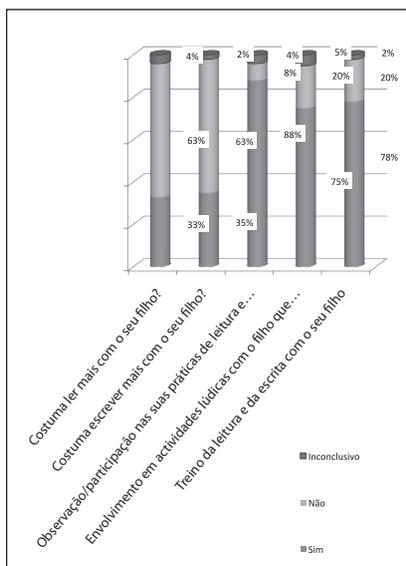
Não estão referidas componentes (subcategorias 19.1 e 19.2), uma vez que as situações que os entrevistados referem como aquelas em que se costumam envolver em brincadeiras/atividades lúdicas com os seus filhos que incluam a leitura e a escrita estão enunciados nas práticas (19.3).

**Questão 20:** *Costuma ajudar/ensinar o seu filho a treinar a leitura e a escrita?*

**Quadro 20 – Categoria: Exploração de existência de práticas de treino de leitura e escrita com o filho**

20.1 Verifica-se existência de práticas de treino de leitura e escrita com o filho	20.2 Não se verifica existência de práticas de treino de leitura e escrita com o filho
20.1.1 Trabalhos de casa 20.1.2 Fazer exercícios 20.1.3 Ler histórias 20.1.4 Treinar pontuação, caligrafia, escrita e erros ortográficos 20.1.5 Utilizar o dicionário 20.1.7 Livros 20.1.8 Ler/escrever cartas 20.1.9 Fazer jogos de palavras 20.1.10 Treinar a leitura	

**Gráfico 12 – Projecto de Leitor - mudanças nas práticas**



# Realidades e imagens do especismo: impactos da indústria (agro)pecuária e representações publicitárias de animais não-humanos sencientes

Anabela Santos<sup>1</sup>

*Universidade Estatal de Estudos Humanísticos da Rússia*

Rui Pedro Fonseca<sup>2</sup>

*Universidade do País Basco e Universidade do Porto*

## **Resumo:**

Este estudo visa expor os impactos da indústria (agro)pecuária para o ambiente e a saúde humana, assim como deslindar os processos de objetificação/fragmentação dos animais não-humanos sencientes antes do ato de consumo. Inclui, também, uma análise de imagens publicitárias, de modo a mostrar como estas representações incorporam ideologias apoloéticas de uma ordem social especista. O estudo encerra com a menção ao veganismo como prática mais sustentável, mais benéfica para a saúde pública, imprescindível para conter crises alimentares e salvaguardar os direitos dos animais (não-) humanos.

**Palavras-chave:** (Agro)pecuária; Impactos; Especismo; Publicidade; Veganismo.

## **1. (Agro)pecuária: evolução, processos e impactos**

### **1.1. Produção/consumo de animais não-humanos sencientes: evolução da (agro)pecuária**

A partir da segunda metade do século XX, a relação dos animais não-humanos<sup>3</sup> sencientes com a espécie humana alterou-se consideravelmente nos países mais desenvolvidos, sobretudo devido às repercussões da otimização tecnológica e das mudanças económicas, políticas e socioculturais no setor da (agro)pecuária.

Com efeito, a industrialização modificou os dez mil anos de agricultura de base da civilização humana. Das primeiras máquinas debulhadoras de 1830 aos tratores modernos do

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência Política na Universidade Estatal de Estudos Humanísticos da Rússia (Rússia). *E-mail:* judith\_anabela\_santos@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia da Arte e da Cultura na Faculdade de Belas Artes da Universidade do País Basco (Biscaia, Espanha), associado ao Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP) (Porto, Portugal). *E-mail:* ruipedro.fons@gmail.com

<sup>3</sup> Utiliza-se a expressão “animais não-humanos” como recusa à atribuição não adequada de “animais irracionais”. Seria ainda impreciso usar apenas “animais”, pois esta categoria inclui também pessoas.

pós-guerra, dos antibióticos aos rentáveis modelos de negócios corporativos, a industrialização tem vindo a dominar as mentalidades e as práticas da agricultura e da agropecuária.

Os/As criadores/as de gado do mundo ocidental adotaram critérios de métodos de produção fundados num mercado livre, competitivo e em crescendo. O paradigma de criação de animais não-humanos sencientes baseado num modelo de subsistência local transformou-se num tipo de distribuição mais intensiva e mais vasta em termos territoriais. Este novo modelo consiste na criação industrial ou no “*factory farming*”, cujo abate de animais para serem convertidos em “carne”<sup>4</sup> aumentou substancialmente desde 1961 (71 milhões de toneladas), chegando, em 2007, aos 275 milhões de toneladas. Peritas/os preveem que, em 2050, a produção de animais não-humanos sencientes para abate duplicará, superando as 465 milhões de toneladas (Cf. Halweil, 2008).

Portugal tende a revelar padrões de produção e de consumo idênticos aos países mais desenvolvidos. O *Instituto Nacional de Estatística* (INE) confirma esta tendência: as/os consumidoras/es portuguesas/es têm uma dieta com índices excessivos em proteínas de origem animal, em detrimento de frutos, legumes e leguminosas secas. Entre 2005 e 2010, “carne”, “peixe”, ovos, óleos e gorduras registaram um consumo excedentário em 11% para além “do recomendado”. Em relação ao grupo dos “hortícolas”, a população portuguesa apresenta um consumo deficitário em 10%. Ao longo dos cinco anos em análise, o consumo de carne aumentou cerca de 7%, a uma taxa média anual de 1,1%. De acordo com o INE, esta tendência começou a verificar-se a partir de 1990 (Cf. Base de Dados de Qualidade e Segurança Alimentar, 2010).

## **1.2. Impactos da produção/consumo de animais não-humanos sencientes**

Desde 1950, a produção e o consumo de animais não-humanos sencientes aumentou substancialmente nos países mais desenvolvidos. Todavia, a sua produção para abate tem impactos registados a vários níveis:

### **– Malefícios na Saúde Pública**

O consumo de animais não-humanos sencientes está diretamente relacionado com obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes e cancro (com maior incidência no cólon e próstata), que são, de resto, as principais causas de morte nos países mais ricos.

No panorama nacional, o INE certifica que a “disponibilidade para o consumo de gorduras saturadas excede as recomendações internacionais e é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares” (Balança Alimentar Portuguesa, 2010: 4). Estudos referenciados internacionalmente têm relacionado o consumo da “carne vermelha” ou de “carnes processadas” com o aumento de riscos de várias doenças: o *World Cancer Research* aponta a “carne vermelha” como um dos fatores de risco de cancro (acima dos 20%) do pulmão e do colo-retal.

De acordo com estudos no *Nutrition, Metabolism and Cardiovascular Diseases*, o consumo de “carnes vermelhas” está associado ao aumento em 24% de doenças cardiovasculares, em particular, ataques cardíacos.

---

<sup>4</sup> Os vocábulos “carne”, “bifes” e “chouriço” são atribuições gastronómicas. São utilizados entre-aspas segundo um posicionamento não-especista.

No jornal *Diabetologia* (Cf. Daniell, 2009), cientistas da Universidade de Oslo concluem que o elevado consumo de “carne vermelha” ou de “carne processada” aumenta o risco de desenvolver diabetes tipo 2 em 40%. Antibióticos provenientes de rações químicas, vacinas, pesticidas, drogas alopáticas variadas, carapaticidas, toxinas como o escatol, histamina, putrescina, cadaverina, notrosaminas, nitritos e nitratos, químicos como o formol, adrenalina, adrenocoma e adrenolutina, benzopireno, sagihate (verme intestinal perigoso); bactérias e vírus diversos; brucelose, tuberculose bovina; substâncias linfocitárias alergenicas, antígenos, benzoqueno, e as hormonas sintéticas (dietilestilobestrol e sulfato de sódio) são administrados a animais não-humanos para prevenir doenças, aumentar a produção de leite e acelerar o crescimento. Estes constam no conjunto de químicos nocivos assimilados pelo organismo humano aquando da ingestão de animais não-humanos sencientes ou de laticínios (Cf. Barreto, 2007).

#### – Distribuição não equitativa de recursos: má nutrição

De acordo com a *Organização Mundial de Saúde* (OMS), cerca de 3 biliões de pessoas apresentam má nutrição. Inúmeros estudos apontam que a produção intensiva de animais não-humanos sencientes constitui uma das causas para este facto, pois o “*factory farming*” encerra graves problemas de insustentabilidade atinentes ao uso de recursos naturais (e.g. água, solo e energia).

A produção de grão e de cereais tem sido um pilar fundamental no sustento humano. Porém, a distribuição destes alimentos é desigual na rede económica global das sociedades contemporâneas: não atende às necessidades das populações mundiais, apenas às dos países desenvolvidos. Quem tem acesso à produção de animais não-humanos sencientes são os países mais ricos e as elites dos países mais pobres. Cerca de 70% da produção mundial de grão e de cereais é utilizada para a produção de “carne”. A produção de proteína animal é demasiado exigente ao nível de recursos. Em termos concretos, uma dieta à base de “carne” exige sete vezes mais solo que uma dieta à base de vegetais (Cf. Leckie, 2002); produzir 1kg de “carne” requer cerca de 13kg de grão, 30kg de feno e 100,000L de água (Cf. Pimentel *et al.*, 2003). Em comparação, 900L de água são necessários para produzir 1kg de milho e precisa-se de 3,000L de água para produzir 1kg de arroz (Cf. Footprint UNESCO-IHE, 2008). Na produção de 1kg de soja, são necessários 2,000L de água e apenas 500L para produzir 1kg de batatas. Por exemplo, as populações de animais não-humanos sencientes para abate consomem sete vezes mais grão/cereais que a população norte-americana (*idem*).

Assim, se a produção industrial de animais não-humanos sencientes fosse reduzida a cerca de 70%, o alimento básico produzido atualmente seria suficiente para colmatar as necessidades das populações mundiais, integralmente.

#### – Degradação ambiental

Em consonância com o relatório *Livestock's Long Shadow – Environmental Issues and Options* (2006), a indústria da pecuária é um dos maiores responsáveis pela degradação ambiental, nomeadamente pela poluição da água, degradação dos solos e perda de biodiversidade (Cf. FAO United Nations, 2006: 408).

O documento mostra que o “setor da agropecuária emerge como um dos dois ou três maiores contribuidores de problemas ambientais sérios, às escalas local e global” (*idem*). O setor da agropecuária é responsável pela emissão de 18% de gases poluentes, taxa ainda mais elevada que o setor dos transportes (Cf. FAO United Nations, 2006: 408).

A produção de proteína animal requer oito vezes mais energias fósseis do que a de origem vegetal. De acordo com Daniele Fanelli, a produção de 1kg de “carne” equivale à distância percorrida por um automóvel de 250 km e queima energia suficiente para acender uma lâmpada de 100W durante quase vinte dias (Cf. Fanelli, 2007).

Os animais não-humanos sencientes geram uma quantidade de excrementos três vezes superior àquela gerada por humanas/os. A Ribeira dos Milagres, no concelho de Leiria, trata-se de um dos casos paradigmáticos em Portugal: apresenta “*espuma abundante*” e “*cheiro característico das suiniculturas*”, em virtude do excesso de produção de suínos, cujos dejetos são lançados para as águas, dizimando peixes e afetando as populações circundantes (Cf. FAO United Nations, 2006: 408).

#### – Consumo de animais não-humanos e a monopolização do mercado nacional

Portugal é palco para que grandes cadeias de *fast-food* possam expandir-se.

Em 2008, a *Burger King* gerou 12 milhões de euros, uma subida de 34,9%, ao passo que a *KFC* conseguiu seis milhões (+2%) (Cf. Madeira, 2008). A maior cadeia de restaurantes de *fast-food* do mundo – *McDonalds* – divulgou um aumento dos lucros da empresa em 10% no terceiro trimestre de 2010, tendo lucrado 1,39 mil milhões de dólares (Cf. Garcia, 2010). Em contraste, a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal indica uma “quebra média do volume de negócios do setor entre 30 e 35%, no terceiro trimestre”, em 2008 (Cf. Madeira, 2008).

#### – Violação dos direitos dos animais não-humanos sencientes

A senciência consiste na capacidade de sentir emoções e sensações (e.g. dor, prazer, fome, sede, calor, frio, etc.). O animal não-humano senciente é capaz de interpretar informação, compreender o seu contexto, estabelecer relações com os seus pares, analisar perigos. A senciência não significa, necessariamente, a posse de capacidades complexas de entendimento, aprendizagem e/ou intelectualidade, embora também as possa incluir (Cf. Compassion in World Farming Trust, 2006: 6).

O reconhecimento dos direitos dos animais não-humanos depende de assumpções ideológicas e socioculturais, que legitimam a chacina de uns e não a de outros. No Ocidente, por exemplo, há uma maior preocupação social em proteger cães e gatos, já que estes são pensados como “animais de companhia” (Cf. Compassion in World Farming Trust, 2006: 9). Por outro lado, a vaca, o porco, a galinha ou a ovelha são consideradas/os “animais comestíveis” ou “food animals”. São coisificadas/os, fragmentadas/os e consumidas/os. Porém, antes ainda da sua objectificação, fragmentação e consumo, estes seres sencientes são expostos às mais diversas formas de opressão, exploração e violência durante os processos industriais.

Com efeito, os animais não-humanos sencientes fabricados sofrem com a privação de liberdades e ações. Milhões vivem fechados, acorrentados e circunscritos a espaços exíguos, insalubres e, muitas vezes, sem luz solar ou artificial. É frequente

o desenvolvimento de infeções e/ou doenças, automutilação, etc. (Cf. Compassion in World Farming Trust, 2006: 30).

Os comportamentos naturais são mecanicamente regulados (e.g. procriação, aleitamento, etc.) e o tipo, frequência e modo de alimentação são definidos apenas com vista à maximização dos lucros das empresas pecuárias (Cf. Compassion in World Farming Trust, 2006: 40). Mutilam-nos (e.g. castração, corte de cauda, debicar, descornar, etc.) sem uso de anestésicos; são-lhes injetadas hormonas, vacinas e antibióticos para acelerar o crescimento e desenvolver massa corporal (Cf. Harfeld, 2010: 143). As fêmeas tendem a desenvolver problemas de saúde graves, pois são obrigadas a procriar reiteradamente de forma a maximizar a produção; as vacas, por exemplo, sofrem de claudicação crónica, inflamações mamárias/infeções nos úberes; os bezerros machos, considerados inúteis na indústria de laticínios, são geralmente mortos (Cf. Compassion in World Farming, 2006: 40).

Os animais não-humanos sencientes produzidos são ainda impedidos de criar e participar em atividades lúdicas específicas da sua espécie, são-lhes quebradas as relações de parentesco desde a tenra idade, estabelecem relações sociais muito limitadas, não conseguem comunicar idoneamente com membros do seu grupo ou família (Cf. Compassion in World Farming Trust, 2006).

O transporte dos “food animals” provoca-lhes, frequentemente, dor e doenças, na medida em que são deslocados em grande número, carregados, descarregados e mantidos em espaços pequenos, sob o uso de violência (Cf. Compassion in World Farming, 2006: 33).

Estas realidades esbatem, em parte, nas provisões reguladoras da produção industrial de animais não-humanos na Europa. Por exemplo, a *Convenção Europeia sobre a Protecção dos Animais nas Explorações de Criação* (1976), aprovada pelo Conselho da Europa, prevê que as condições de alojamento, alimentação e cuidados devem ter em conta as necessidades dos animais (Cf. Conselho da Europa, 1976). Também a *Directiva da União Europeia* de 1998 distingue a importância do “bem-estar” dos animais explorados para fins agropecuários (Cf. União Europeia, 1998). Há ainda a *Convenção Europeia sobre a Protecção dos Animais de Abate* (1979), que determina a aplicação de métodos de abate que “poupe aos animais, na medida do possível, o sofrimento e as dores” (Cf. Conselho da Europa, 1979). Não obstante, o sofrimento físico e psicológico, medo, *stress* e ansiedade são presenças constantes no quotidiano dos “food animals”.

## **2. O reconhecimento do sistema carnista**

### **2.1. Carnismo: a emergência demorada de um conceito**

De acordo com Melani Joy, o carnismo consiste num sistema ideológico que induz as pessoas a comer (determinados) animais não-humanos; sustenta o consumo de animais não-humanos como um “dado adquirido” e não como uma opção/construção sociocultural (Cf. Joy, 2011). Este sistema ideológico assenta na “presunção de que a/o comedor/a de carne tem o direito de beneficiar do estatuto mais baixo da vítima que é o

animal não-humano. Além do mais, expõe o facto de que, embora nem sempre de forma explícita, as/os comedoras/es de carne receiam sacrificar o seu gosto” (Adams, 2010: 12).

O vegetarianismo reconhece-se, há séculos, como prática consciente: nunca se refere as/os vegetarianas/os como “consumidoras/es de plantas” porque está subjacente que esta escolha dietética pretende vetar o consumo de animais não-humanos. Por outro lado, o termo carnismo surgiu apenas recentemente, mostrando a complexidade de rotular ideologias dominantes, amplamente assimiladas, consideradas “senso comum”. Quem come animais não-humanos é sempre referido como “consumidor/a de carne” e não como “carnista”, o que sugere que o seu ato não está anexo ao seu sistema de crenças. “Carnista” é o termo que descreve a pessoa que age em concordância com o carnismo, assim como “capitalista” e “socialista” se referem àquelas/es cuja atuação é consonante com o capitalismo e o socialismo, respetivamente. Porém, contrariamente aos “istas” atrás mencionados, a maioria das/os carnistas não tem consciência da sua posição ideológica, pois esta é edificada por via da socialização.

O carnismo sonega a senciência dos animais não-humanos, desvaloriza as capacidades destes em estabelecer relações sociais e de parentesco, etc. Além disso, justifica o ato de comer animais não-humanos através da criação de mitos, mormente sobre a imprescindibilidade da “carne” para o organismo humano. Normaliza, naturaliza e cria (falsas) necessidades nos indivíduos, ou seja, sustenta que comer animais não-humanos é “normal, natural e necessário”.

Os agentes ideológicos – *e.g.* Família, Escola, Média, Religião, Estado, etc. – permitem disseminar e consolidar práticas carnistas, bem como assegurar a sua continuidade. Categorizam os animais não-humanos sencientes por graus de importância, definindo os que são “comestíveis” e aqueles com os quais se desenvolvem relações de afetividade.

Nas sociedades ocidentais, é suposto não se criarem laços com porcos, vacas, galinhas ou coelhos (*i.e.* com os “food animals”). Estes sujeitos são considerados utensílios para colmatar desejos humanos; ocupam uma posição notoriamente inferior, por exemplo, em relação aos cães ou gatos; são desprovidos de relevância ética.

Há, portanto, uma hierarquia especista opressora, que se estriba na transformação de animais não-humanos (sencientes) em “referenciais ausentes” (Adams, 1990).

## **2.2. “Referenciais ausentes”: objetificação, fragmentação e consumo**

De acordo com a ecofeminista Carol J. Adams (1990: 67), “referenciais ausentes” são sujeitos a quem o sentido original é arrancado para ser integrado numa categoria diferente de significação. No caso dos animais não-humanos, o seu sentido original é absorvido por uma hierarquia antropocêntrica.

Com efeito, os animais não-humanos sencientes são arremessados para um processo de objetificação, fragmentação e consumo. O/A agressor/a olha o ser senciente como uma “coisa”, legitimando-se a matar e a fragmentar. Desaparece o animal não-humano e surge a “carne” (Adams, 1990: 66). O consumo resulta da objetificação e da fragmentação: é o manifesto da opressão, aniquilamento de interesses e dissecação de identidades.

A conversão de animais não-humanos sencientes em “referenciais ausentes” ocorre a três níveis: presencial (chacina do animal que o torna fisicamente ausente),

linguístico (aplicação de atributos gastronómicos a cadáveres de animais) e metafórica (ligação a experiências do/a carnista). A chacina dos animais não-humanos arranca-lhes a individualidade; torna-os em cadáveres anónimos. A língua/cultura abarcam múltiplas designações para cadáveres animais; mistifica o termo “carne” com cunhagens gastronómicas para omitir a violência inerente à chacina, proteger a consciência do/a consumidor/a, retirar a carga emocional ao abandono ético. O termo “carne” contém um poder de significação globalizado: os bois, vacas ou porcos são substituídos por “fêvera”, “chouriço” ou “bife”. “Os animais são mortos diariamente por serem em vez de por fazerem; são mortos porque “são apenas animais” (Cf. Adams, 2010: 6). Os “referenciais ausentes” consubstanciam-se, ainda, por via da metaforização. Os cadáveres de animais não-humanos sencientes transformam-se em metáforas para descrever experiências individuais e coletivas das pessoas (*idem*).

### **2.3. Publicidade: omissória nos “referenciais” dos animais não-humanos sencientes**

“Quando as pessoas dizem que ‘foram tratadas como animais’, elas dizem: ‘foram tratadas como se não fossem indivíduos’” (Adams, 2010:7)

O modo como os animais não-humanos sencientes são percecionados está ligado aos sistemas nos/pelos quais são representados, como na/pela cultura, crenças e sistemas linguísticos. A publicidade reúne, justamente, estes três componentes, sendo um terreno prolixo na *fabricação do consentimento*<sup>5</sup> em relação a práticas especistas.

Na sua dimensão estratégica, a publicidade tem como objetivo cultivar modos de pensar, instigar necessidades, fabricar desejos em relação a determinados produtos. A publicidade é incitadora à ação; muitas vezes, usa alusões diretas, exerce uma função conotativa através de uma ação simbólica sobre a/o destinatária/o, que visa modificar as suas atitudes e comportamentos (Cf. Volli, 2003: 82).

A perceção humana relativamente aos animais não-humanos sencientes funda-se, essencialmente, em *relações utilitárias* (Adams, 2006). Nestas, está implícita uma intensa socialização, que tem início na infância através de uma incessante integração de estruturas mentais hegemónicas partilhadas por outros membros e instituições. Por parte das indústrias de produção intensiva de animais não-humanos sencientes para abate, assegurar a ideologia do consumo implica exercer o máximo controlo na conceção das mensagens publicitárias, ou seja, garantir práticas de receção suscetíveis de proporcionar efeitos de reprodutibilidade de valores anexos ao produto. Por isso, é crucial a conceção de anúncios “hipersedutores” que associem os produtos a estímulos de felicidade, *status* e signos de prestígio; que apelem à simpatia, naturalidade, energia, etc.

No âmbito de uma sociedade capitalista e patriarcal, mulheres e animais não-humanos são representadas/os a partir do olhar masculino, ou seja, num enquadramento no qual o observador é o consumidor homem branco. Com efeito, há características

---

<sup>5</sup> Expressão retirada do livro tornado documentário *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media* (1988) de Noam Chomsky e Edward S. Herman.

manifestas nas fórmulas de representação na publicidade. Por um lado, destacam-se a “animalização”, a domesticação e a naturalização das mulheres; por outro, a sexualização (antropomórfica) de animais não-humanos. Ambos os grupos partilham da condição de subordinação e objetificação na contemporaneidade (Cf. Potts, 2010).

De acordo com Carol J. Adams, as representações da indústria pornográfica<sup>6</sup> apresentam inúmeras similitudes com as representações publicitárias alusivas a animais não-humanos sencientes. A primeira representa os corpos das mulheres como disponíveis e “animalizados”: elas usam *lingerie* cujo padrão remete para animais não-humanos selvagens, envergam casacos de peles, etc. A segunda apropria-se de trâmites das representações de género, associando animais não-humanos à sexualidade humana e fomentando uma naturalização de sistemas de valores atinentes à feminilidade e ao consumo de “carne” (Adams, 2010).

A associação de mulheres com animais não-humanos (e *vice-versa*) estereotipa ambos os grupos, definindo os parâmetros delimitadores à espécie humana, legitimando a instrumentalização das mulheres e animais não-humanos, e naturalizando a marginalização e degradação metafóricas (Cf. Matthews, s/d: 6). Por outras palavras, a coisificação sexual das mulheres e a sexualização de animais não-humanos sobrepõem-se e reforçam-se mutuamente.

No Ocidente, as representações publicitárias dos “food animals” transmitem a ideia de que estes querem ser desejados, exibem-nos como se eles se autopromovessem para consumo humano. Em regra, as fêmeas surgem sexualizadas. Os corpos de galinhas ou vacas são apresentados como consumíveis, são erotizados: usam maquilhagem, fatos de banho, *lingerie*, óculos de sol e adereços convencionalmente femininos, opondo-se a outros animais não-humanos que usam peúgas, calções, sapatilhas e emproam poses masculinas. Sob falsas apoteoses de liberdade, estes animais surgem como coniventes com a sua própria instrumentalização: manejam-se, expressam-se, vendem-se, incentivam a sua própria exploração (Cf. Pedersen, 2010: 35). A violência contra eles cometida é omissa, os mecanismos de opressão são obliterados, os impactos de produção querem-se sonogados. Criam-se, por conseguinte, conceções erróneas sobre as realidades destes sujeitos; enviesa-se a perceção visual; instaura-se uma falsa ideia de equilíbrio entre pessoas e animais não-humanos; forja-se um mundo inocente, neutro e natural: sustenta-se que “querem ser usados sexualmente; querem ser consumidos. E assim a violência tornou-se em sexo.” (Cf. Pedersen, 2010: 35).

Em suma, as potencialidades da máquina publicitária encerram, paradoxalmente, o seu maior perigo (Volli, 2003: 160). Com vista à maximização das receitas, os grupos sociais mais poderosos (i.e. que detêm privilégios e o controlo da representação simbólica) consolidam atitudes, crenças e práticas de socialização [especistas] que se instituem como guias para a perceção social e interação (Cf. Dijk, 1995: 249).

---

<sup>6</sup> Na Língua Portuguesa, há vocábulos atribuídos a mulheres que consistem em designações de animais não-humanos: e.g., “cabra”, “mula”, “vaca”, “toura”, “pombinha”, “galinha”, “sardinha”, etc. O seu uso aplicado a mulheres encerra comumente intenções de crítica, depreciação, ofensa e insulto.

### 3. Metodologia, análise e discussão

#### 3.1. Caracterização da metodologia utilizada

A presente secção recorre-se da abordagem sociosemiótica de Kress e van Leeuwen (1996) para analisar a representação de animais não-humanos sencientes em imagens publicitárias, deslindar a interação entre o/a produtor/a e o/a observador/a e perceber se a composição de tais imagens suportam as ideologias carnista e especista.

De acordo com Kress e van Leeuwen (1996: 17), a linguagem e a comunicação visual expressam significados atinentes e estruturados pelas culturas de uma determinada sociedade, mas cada uma possui formas independentes. Para os autores, a comunicação encerra uma base social: os significados veiculados por locutoras/es, escritoras/es ou fotógrafas/os são sociais, ou seja, advêm da sociedade onde os indivíduos se encontram.

Com base nas categorias de Halliday (1985), Kress e van Leeuwen (1996) sugerem três níveis para a análise de imagens visuais: o significado representacional, o interaccional e o composicional.

O significado representacional consiste na capacidade do sistema semiótico representar objetos e as relações estabelecidas entre os/as participantes. Há participantes interativas/os (*i.e.* participantes no ato de comunicação, que falam, escrevem, fazem imagens ou observam-nas) e participantes representadas/os (*i.e.* participantes que são os sujeitos da comunicação: pessoas, animais, locais e coisas representados no/pelo discurso, escrita ou imagem). As imagens podem ser narrativas e/ou conceptuais. As primeiras representam as/os participantes em ações, acontecimentos, processos de mudança e transitoriedade espacial; mostram as relações estabelecidas entre elas/es. As segundas representam a classe, estrutura ou significado da/o participante; remetem para “essências generalizadas e mais ou menos estáveis e intemporais” (Kress e van Leeuwen, 1996: 79); equivalem aos processos “relacional” e “existencial” da linguagem (*idem*: 114).

O significado interaccional refere-se à relação entre o/a produtor/a e o/a observador/a da imagem, ou seja, ao modo como as/os participantes interativas/os actuam. Os/As participantes interativos/as são pessoas que produzem imagens no contexto de instituições sociais que, em certa medida, determinam o tipo, canais e interpretação das mensagens veiculadas nas imagens (Kress e van Leeuwen, 1996).

O significado composicional remete para os elementos que compõem as imagens, relacionando os significados representacional e interaccional e integrando-os num todo significativo (Kress e van Leeuwen, 1996: 181). Fá-lo através de três sistemas: o valor da informação (*i.e.* a colocação dos elementos confere-lhes um valor informativo específico), a saliência (*i.e.* os elementos da imagem são dispostos para atrair o/a observador/a) e o enquadramento (*i.e.* presença ou ausência de dispositivos de enquadramento que conectam ou desconectam elementos da imagem) (*idem*: 183).

Deste modo, a semiótica social de Kress e van Leeuwen (1996) permitirá analisar a representação de animais não-humanos sencientes em imagens publicitárias, a interação entre o/a produtor/a e o/a observador/a e a composição de tais imagens.

### 3.2. Análise e Discussão

O *corpus* do presente estudo inclui três imagens publicitárias veiculadas por meios portugueses, que reúnem dois aspetos essenciais: 1-) presença de animais não-humanos sencientes considerados “food animals” nas sociedades ocidentais: duas vacas e uma porca; 2-) remetem para uma das duas áreas mais extensas da indústria pecuária: pecuária de leite (*i.e.* criação de animais não-humanos sencientes para fornecimento de laticínios) e suinicultura (*i.e.* criação de suínos para produção de “carne”). De seguida, apresentam-se as imagens objeto de análise a partir da semiótica social de Kress e van Leeuwen:

**Ilustração 1: Nobre  
Naturíssimos  
(2001)**



**Ilustração 2: Agros (2008)**



**Ilustração 3: A Vaca que ri  
(2010)**



Em imagens narrativas, as/os participantes representadas/os executam ações, incluem-se em processos de mudança e transitoriedade (Kress e van Leeuwen, 1996). Em termos de significado representacional, a ilustração 1 é uma imagem narrativa, na qual o Ator é a porca, que relaxa e descontrai. Embora a participante seja da família dos suínos, a imagem mostra-a antropomorfizada: está num espaço destinado a atividades de bem-estar (SPA); faz tratamento ao rosto e ao corpo que, por norma, é aplicado a mulheres.

O Ator tem a visão vedada com duas fatias de pepino, que são comumente aplicadas durante tratamentos de beleza. Ele não endereça diretamente o/a observador/a com o seu olhar, não apela à participação direta no seu universo imaginário. Oferece, mormente, informação sobre a qualidade do produto publicitado, procurando salientar a “charcutaria deliciosamente sã” dos *Naturíssimos* da *Nobre*. Com efeito, o distanciamento entre o Ator e a/o participante interativa/o é anuente com as assumpções socioculturais que pautam as relações das pessoas com os suínos. Nas sociedades ocidentais, o porco integra-se na categoria dos “food animals”, pelo que comê-lo é legítimo. Por convenção, é considerado um animal-coisa, cuja única função é fornecer “charcutaria” e colmatar os caprichos humanos. O imaginário social/coletivo ignora as suas capacidades sencientes, concebendo-o como um ser sujo, ignóbil, que deve estar distante. É, justamente, nesse

sentido que a Língua Portuguesa conota pejorativamente vocábulos como “porco”, “porca”, “porcada”. De acordo com o Dicionário de Língua Portuguesa (2004), “porco” refere-se ao “mamífero artiodáctilo”, “muito útil para fornecer carne para a alimentação do homem”, sendo ainda adjetivo sinónimo de “sujo; imundo; obsceno; grosseiro”. A palavra “porca” significa não só a “fêmea do porco”, mas também “mulher suja e desleixada”; e o substantivo “porcada” corresponde a “vara de porcos”, bem como a “trabalho mal feito”. Há, ainda, outras palavras que se situam na mesma árvore terminológica, a saber: “porcalhão” (*i.e.* “sujo; imundo”) e “porcaria” (*i.e.* “imundície”; “sujidade”; “termo obsceno”).<sup>7</sup> A Língua Portuguesa possui, ainda, provérbios que, para além de sexistas, legitimam a violência sobre os suínos, por exemplo: “Mulher que assobia, ou capa porcos ou atraíçoa o marido”.

A ilustração 1 é uma imagem marcadamente surrealista, onde prevalece o domínio da significação. O comportamento natural dos suínos nada tem que ver com sessões de relaxamento em SPA's. Este é um ambiente artificial para qualquer animal não-humano.

O Ator e o/a observador/a estão ao mesmo nível do olhar. Porém, merece destaque uma elevação muito subtil do ângulo, que situa o Ator numa posição ligeiramente inferior. Não obstante a subtilidade, este pormenor manifesta a tendência de mostrar a porca como um produto à disposição do/a consumidor/a de “charcutaria”.

No que concerne ao significado composicional, o lado direito indica o Novo: é a informação nova, na qual as/os participantes interativas/os devem prestar atenção, atribuir maior valor. Em contraste, o lado esquerdo refere-se ao Dado, ou seja, ao conhecido e aceite. Nesta imagem publicitária, o logótipo da *Sociedade Portuguesa de Cardiologia* está, justamente, colocado à direita, o que mostra o propósito de salientar a *Nobre* como garante de uma alimentação saudável.

O logótipo da *Nobre* e o respetivo *slogan* – “Naturíssimos, charcutaria deliciosamente sã” – encontram-se colocados no topo da imagem e correspondem ao Ideal. Este é o domínio da possibilidade, tem maior valor ideológico, apela às emoções e expectativas (Kress e van Leeuwen, 1996: 55). Esta posição do logótipo deve-se ao facto de os *Naturíssimos* serem então uma aposta nova da *Nobre*, que precisava de ser difundida entre os/as consumidores/as. Por outro lado, a base da imagem contempla o Real, isto é, as informações específicas e realistas. Aqui, encontra-se uma mensagem escrita que sustenta que os *Naturíssimos* foram desenvolvidos para uma “alimentação mais equilibrada e saudável”, visando-se certificar a qualidade da “charcutaria” e conduzir à compra.

A ilustração 1 consiste numa imagem centrada, isto é, o Ator surge no centro do espaço composicional, agrega e unifica o logótipo da *Nobre* e logótipo da *Sociedade Portuguesa de Cardiologia* num postulado – a *Nobre Naturíssimos* faz bem à saúde.

No conjunto da composição, a porca é o elemento com maior saliência. O Ator surge num primeiro plano, em tamanho significativo, deitado na cama confortável, aconchegado pelo travesseiro. O fundo remete a um ambiente paradisíaco, fresco, um excerto da natureza com o qual o Ator tem uma aparente vida saudável – que, juntamente com o logótipo da *Fundação Portuguesa de Cardiologia*, reforçam a mensagem de que o produto é saudável e equilibrado. O Ator surge antropomorfizado, recebendo

<sup>7</sup> Grande Dicionário da Língua Portuguesa (2004).

tratamento facial aplicado tradicionalmente a mulheres. Atribuem-lhe adereços, práticas e posturas ancoradas em traços/papéis de género, tornando-a aprazível às preferências dos/as consumidores/as. É “carne”, apresentada sob o aparato da feminilidade.

A ilustração 2 consiste numa imagem conceptual, porque se inclui num processo simbólico, ou seja, refere-se ao significado das/os participantes. Inclui dois elementos: o Atributo Simbólico (o/a participante que representa o significado ou identidade em si mesmo) e o Transportador (a/o participante cujo significado ou identidade se estabelece na relação). O primeiro corresponde ao queijo; o segundo refere-se à vaca. O significado da vaca é definido em termos do leite que ela produz para a fabricação de queijo; enquanto sujeito senciante, livre e autónomo, ela não existe. O *slogan* “Os nossos especialistas não são burros” sustenta, justamente, a função utilitária da vaca para os seres humanos: ressaltando a competência das pessoas que fabricam o queijo, esclarece a idoneidade das fontes de fornecimento de leite – as vacas. O *slogan* encerra a palavra “burros” que, para além de designar um animal, é comumente utilizada em tom pejorativo para classificar pessoas pouco exímias nas suas capacidades. É, também nesta medida, manifesto especista contido na imagem.

No que concerne ao significado interativo, o participante representando em primeiro plano contacta, diretamente, os/as participantes interativos/as. O Transportador exhibe uma expressão séria e austera, procurando assegurar rigor e competência na fabricação do produto. A expressão não-sorridente é um “convite visual” à aquisição do queijo.

A escolha da distância dos/as participantes sugere as diferentes relações entre estes/as e os/as observadores/as (Kress e van Leeuwen, 1996: 129). O Transportador (*i.e.* vaca) está colocado a uma distância média, o que indica uma relação social muito semelhante àquela do âmbito comercial. Há uma divisória de madeira que separa o sujeito da imagem do/a observador/a. A Língua Portuguesa sustenta, mais uma vez, estas conceções utilitárias sobre animais não-humanos. Segundo o dicionário de Língua Portuguesa (2004), o vocábulo “vaca” corresponde ao “mamífero ruminante da família dos bovídeos de grande utilidade para o homem pelo leite que produz”, assim como “carne de gado vacum”.

Na ilustração 2 o corpo do sujeito da imagem (*i.e.* a vaca em primeiro plano) está frontalmente dirigido para o/a observador/a, a sua cabeça está desviada para outro ponto. Este facto resulta numa dupla mensagem: 1-) embora o/a observador/a não faça parte do mundo da participante representada, contacta com ela a partir da sua realidade distinta; ou 2-) ainda que o sujeito da imagem pertença ao mundo do/a observador/a, é mostrado como objeto de uma reflexão desapaixonada (Kress e van Leeuwen, 1996: 47). Os/As participantes interativos/as e representados/as envolvem-se, assim, apenas em termos de uma relação explorador/a-explorado/a.

Quanto ao significado composicional, a ilustração 2 situa o Transportador no Centro, sendo que recolhe maior proeminência e valor informativo. O logótipo da *Agros* e a imagem do produto publicitado estão colocados à direita do Centro, que corresponde ao lado da informação a ser assimilada. Neste espaço, promove-se o produto maximamente: instiga à identificação e ao reconhecimento do/a consumidor/a com a marca e o produto publicitado. Os elementos colocados à esquerda do centro não incluem conteúdo novo: sustenta-se que a mensagem já é assumida e do conhecimento

do/a observador/a. Neste espaço, surge o *slogan* – “Os nossos especialistas não são burros” – o que sugere que o/a (possível) comprador/a já reconhece a “especialidade” da marca e produto, é senso comum. No lado inferior esquerdo, encontra-se a frase “Bom leite, nas mãos de quem sabe, dá bom queijo”, que destaca a qualidade do leite e a eficiência da produção queijeira. Uma vez que surge em ponto menor, é também manifesto de que esta informação é conhecida.

O elemento que acolhe maior saliência é a vaca em primeiro plano. Destaca-se visualmente pelo tamanho maior, melhor definição nos traços e cores e disposição no espaço. Estes aspetos surgem em anuência com as funções primárias deste elemento: estabelecer contacto visual e envolver o/a observador/a, bem como assegurar a qualidade do produto publicitado.

A ilustração 3 não inclui protagonistas reais; ao invés, apresenta-os, em forma de desenho-animado, o que é um recurso comumente usado por marcas que têm as crianças como o seu público-alvo. É uma imagem narrativa, na qual as/os participantes representadas/os agem, atuam, movem-se. A participante em primeiro plano (“a vaca que ri”) constitui o Ator nesta imagem, que exhibe o produto publicitado, vende, sorri, erguendo os membros superiores para manifestar o seu contentamento. Surge efeminizada, possuindo adereços (*e.g.* brincos) que são convencionalmente atribuídos às mulheres. Encontra-se atrás de uma pipa de madeira que exhibe o queijo no formato em que é comercializado. No membro superior esquerdo, sustenta uma fatia de queijo, que exhibe ao/à observador/a em tom de convite para a degustação.

Nesta imagem, o Objetivo consiste no produto que o Ator segura, ou seja, o queijo. Porém, uma vez que este não reenvia qualquer ação ao Ator, a imagem representa uma ação transitória unidirecional.

Os Interatores (*i.e.* as/os participantes a partir dos/as quais o vetor poderia emanar ou ser dirigido) situam-se à direita e à esquerda do Ator. A participante do lado direito está ocupada com a preparação do leite. É uma vaca que aparece também efeminizada, executando uma tarefa que remete para papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres no espaço doméstico, como a preparação dos alimentos, refeições, etc. No lado esquerdo, encontra-se também um membro da classe dos bovinos, que é representado de forma masculinizada. Usa ferramentas de corte, uma atividade que é apresentada como máscula e exigente em termos de capacidade física.

Os participantes representados estão num ambiente campestre, sob um céu azul e rodeados por montanhas, o que cria uma atmosfera de tranquilidade e instiga emoções positivas. Mais uma vez, este é um cenário idílico que se afasta das arenas de produção industrial/massiva de laticínios. Refira-se, também, que todos os participantes aparecem antropomorfizados: desempenham funções inexequíveis para a sua espécie, surgem verticalizados, possuem adereços e apetrechos exclusivamente atinentes às sociedades humanas.

Em relação ao significado interativo, o Ator da ilustração 3 não olha diretamente o/observador/a, mas apresenta um olhar ligeiramente desviado. Este facto indica que o Ator oferece, fundamentalmente, informação acerca do produto que, anuente com o *slogan*, passará por: “Quando A VACA QUE RI ri, é MUUUITO BOM para ti”. Para além de suscitar a atenção das crianças, o *slogan* destaca, em maiúscula, dois aspetos

com cariz informativo: a marca (“a vaca que ri”) e a qualidade/sabor do produto publicitado (“muuuito bom”).

Para além de indicar oferta, a ilustração 3 encerra, também, um cariz de demanda. Na verdade, os Interatores olham diretamente o/a observador/a. A participante do lado direito tem uma expressão amistosa, enquanto o participante à esquerda mostra uma expressão séria. Ambos os participantes induzem o/a observador/a a participar no seu universo, visando que ele/a empreenda uma ação: a compra do produto. Por outro lado, tendo em conta que a marca se dirige mormente a crianças, os participantes implicam-nas num cenário de fantasia, lúdico e recreativo, promovendo a identificação destas com o produto.

O Ator surge a uma distância pessoal/intima do/a observador/a, na qual poderia ter lugar o toque, o diálogo ou a troca direta. A “vaca que ri” é representada como sendo afável e confiável. Esta proximidade quebra as fronteiras de estatutos; inclui o/a observador/a no cenário da produção de queijo, onde predomina a animação, a alegria e a boa-disposição; fomenta cumplicidade entre o Ator e os/as participantes interativos/as. Os Interatores, por seu turno, situam-se a uma distância média, o que indica uma relação meramente social. Este facto é, de resto, consonante com as notas anteriores: os Interatores demandam por meio de um olhar direto, exigem a compra; o Ator oferece informação, instiga ao reconhecimento. O produto publicitado está muito perto do/a observador/a, plenamente integrado na imagem e surgindo inúmeras vezes no seu formato de comercialização (e.g. nos brincos da “vaca que ri” e colocado sobre a pipa).

É uma imagem subjetiva; a perspetiva em que as/os participantes surgem foi escolhida pelo/a produtor/a, que optou por uma representação fantasiosa e antropomorfizada de animais não-humanos. Apresenta um ângulo horizontal frontal, sugerindo envolvimento entre as/os participantes representadas/os e interativas/os. A imagem é, sobretudo, dirigida a crianças que, contactando com figuras de animais não-humanos através de filmes animados, brinquedos e contos infantis, detêm um fascínio particular por este grupo. Envolvem-se no cenário fantasioso da “vaca que ri”, identificam-se e desejam o produto publicitado, o que potenciará a compra. E, dado que a imagem sustenta um envolvimento sincero entre as/os participantes representados/as e interativos/as, estes/aparecem ao mesmo nível do olhar; detêm um estatuto de igualdade.

Por fim, no que concerne ao significado composicional, refira-se que a ilustração 3 mostra a “vaca que ri” no Centro, junto ao produto publicitado, os quais possuem uma maior importância no conjunto).

O logótipo situa-se à direita do Centro para ser assimilado ao primeiro contacto com a imagem. No lado superior direito, está também colocado o *site* da marca. Este espaço na *WEB* é inteiramente dedicado às crianças, possuindo jogos infantis e informações atinentes à marca. É crucial porque constitui um meio de envolver as/os mais jovens com a marca, granjear o seu apoio e promover a compra do queijo. À esquerda, aparece o *slogan* – “Quando A VACA QUE RI ri, é MUUUITO BOM para ti” –, sustentando que a marca e a qualidade do produto são já assumidas.

O *site* da marca constitui o Ideal. É uma ferramenta concebida para aproximar emocionalmente as crianças da “vaca que ri” e fomentar a criação de expectativas e desejos em relação ao produto. Por outro lado, o *slogan* e o logótipo constituem o Real, pois encerram, meramente, um valor informativo.

Em termos de saliência, a “vaca que ri” é o elemento mais enfatizado, apresenta-se em primeiro plano com rosto e figura mais incisivos. Os seus lábios, sobrancelhas e olhos estão contornados a preto intenso, o que acentua a sua expressão amistosa. Encontra-se atrás de uma pipa que é utilizada, sobretudo, na indústria vinícola. Incluindo este recipiente na imagem, sugere-se que o leite é obtido por colheita natural, como os vinhos, sem que isso signifique exploração.

### Notas finais

A mitificação da imprescindibilidade da “carne”, bem como a dificuldade de as/os consumidoras/es acederem aos processos de produção industrial de animais não-humanos redundam na legitimação do carnismo e do especismo.

A promoção de uma ordem social especista faz-se, mormente, através dos *media*. Estes asseguram a produção massiva de ideologias de consumo e dão consistência às representações sociais partilhadas por atores sociais. Em particular, a publicidade tende a representar animais não-humanos sencientes como coniventes com a sua própria instrumentalização, promovendo a invisibilidade da violência contra eles exercida. O conjunto das imagens analisadas neste estudo é revelador a esse nível: as imagens narrativas predominam, ou seja, os animais não-humanos surgem como sujeitos ativos. No entanto, mostram-nos antropomorfizados, ora incluídos em ações apenas existentes na espécie humana, ora adotando vestes, maneirismos e condutas jamais concretizáveis neste grupo de seres sencientes. A única imagem conceptual mostra vacas num cenário natural. Surgem, porém, apassivadas e apáticas. Ora, talvez não seja imprudente avançar com a nota de que a publicidade tende a mostrar os animais não-humanos como ativos apenas quando estes vestem comportamentos humanos. Aqueles que são próprios da sua espécie têm uma visibilidade quase nula ou são encarados como desprovidos de sentido, abandonados. Apenas uma imagem (ilustração 3) indica uma relação muito próxima entre os/as participantes representados/as e as/os interativas/os. Isto acontece porque a imagem se refere especialmente a crianças, cujo imaginário é povoado por figuras de animais não-humanos. Excluindo este facto, os restantes animais (*i.e.* porca e vaca) estabelecem uma relação distanciada com as/os participantes interativas/os. É, portanto, marco comum nas imagens que os animais não-humanos (considerados “food animals” no Ocidente) servem apenas para se usar e consumir. Não são livres; são refêns dos ditames industriais do sistema capitalista. Tende-se a subverter as realidades dos animais não-humanos sencientes, a enviesar-se a perceção visual e a consolidar mitos e sistemas de valores especistas.

De acordo com a *Vegan Society* (2006), o veganismo recusa a opressão/exploração de animais não-humanos, em absoluto. Boicota a pecuária; erradica da dieta alimentar “carnes”, gelatina, laticínios, ovos, mel e quaisquer produtos de origem animal; opõe-se ao carnismo; veta a indústria de peles; exclui vestuário, medicamentos, cosmética, contraceptivos, ornamentação e produtos de higiene e limpeza que contenham substâncias de origem animal ou testem a sua viabilidade de uso para humanos em animais não humanos; repudia o uso de animais não-humanos em circos, touradas, rodeios, vaquejadas, jardins zoológicos, equitação, caça e pesca desportivas, etc. Nessa medida, as/os veganas/os

visam promover a criação, o desenvolvimento e o uso de produtos de origem não-animal, com vista a proteger os direitos dos sujeitos humanos e não-humanos (sencientes), bem como a preservar o meio ambiente. Em sentido lato, o veganismo opõe-se ao especismo, assim como o vegetarianismo antagoniza com o carnismo.

Para o veganismo, os animais não-humanos detêm autonomia própria e liberdades invioláveis; não existem para alimentar, vestir e entreter os animais humanos. O animal não-humano não é concebido como propriedade, herança ou objeto; é tão-só dono de si mesmo. Objectificá-lo e/ou comê-lo é promover o especismo, ou seja, uma ideologia discriminatória como o sexismo, o racismo, a transfobia, a lesbofobia, a islamofobia, etc., (Cf. Earthlings).

Secundando a ecofeminista Carol J. Adams, é necessário um rompimento com a história dominante (Cf. Adams, 2010: 315). O caminho em direção a sociedades mais sustentáveis deve fazer-se, então, pela adoção de práticas veganas, porque estas são imprescindíveis na redução da violência contra animais não-humanos, na proteção do meio ambiente, no travamento de crises alimentares e na promoção da saúde pública.

### Referências bibliográficas

- ADAMS, C. J. (1990), *The Sexual Politics of Meat*, Cambridge, Polity.
- (2006), “An interview with C. J. Adams: Gender, Identity, and Vegan-Feminism in the Twenty-First Century”, by Tom Tyler, in *Parallax*, vol. 12, nº 1, 120-128.
- (2010), “Why feminist-vegan now?”, in *Feminism & Psychology*, vol. 20, nº 3, 302-317.
- BALANÇA ALIMENTAR PORTUGUESA (2010), *Dieta portuguesa afasta-se das boas práticas nutricionais 2003-2008*. [Consult. em março de 2011]. Disponível em: [http://www.alea.pt/html/atual/pdf/atualidades\\_55.pdf](http://www.alea.pt/html/atual/pdf/atualidades_55.pdf).
- BARRETO, S. (2007), “Por que não comer carne?”, 7 de junho de 2007. [Consult. em abril de 2011]. Disponível em: <http://www.saudeintegral.com/artigos/por-que-nao-comer-carne.html>.
- BASE DE DADOS DE QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR (2010), *Portugueses optam por dietas cada vez mais calóricas*. [Consult. em abril de 2011]. Disponível em: <http://qualfood.biostrument.com/?option=noticia&task=show&id=11807>.
- COMPASSION IN WORLD FARMING TRUST (2006), *Trust Stop – Look – Listen: Recognising the Sentience of Farm Animals*. [Consult. em fevereiro de 2011]. Disponível em: <http://www.ciwf.org.uk/>.
- CONSELHO DA EUROPA (1976), *Convenção Europeia sobre a Proteção dos Animais nas Explorações de Criação*. [Consult. em março de 2011]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/food/animal/welfare/references/farmspc/jour323\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/food/animal/welfare/references/farmspc/jour323_en.pdf).
- (1979), *Convenção Europeia sobre a Proteção dos Animais de Abate*. [Consult. em fevereiro de 2011]. Disponível em: <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec99-1981.pdf>.
- DANIELL, S. (2010), “Seeing red: The health implications of meat consumption”, vol. 52, pp. 2277-2287. [Consult. em março de 2011]. Disponível em: [www.foodnavigator.com/](http://www.foodnavigator.com/).
- DIJK VAN, Teun A. (1995), “Discourse semantics and ideology”, in *Discourse & Society*, vol. 6 (2), 243-289.
- EARTHLINGS (2005). [Consult. em maio de 2011]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ce4DJh-L7Ys>.
- FANELLI, D. (2007), “Meat is murder on the environment”, Magazine issue 2613, in *Wannaveg.com*, 18 July 2007. [Consult. em março de 2011]. Disponível em: <http://wannaveg.com/2007/07/19/meat-is-murderon-the-environment>.

- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (2006), *Livestock's Long Shadow – Environmental Issues and Options*. [Consult. em março de 2011]. Disponível em: [http://www.shabkar.org/download/pdf/Livestock\\_s\\_Long\\_Shadow.pdf](http://www.shabkar.org/download/pdf/Livestock_s_Long_Shadow.pdf).
- GARCIA, Pedro Carreira (2010), “McDonald’s aumenta lucros em 10% no terceiro trimestre”, in *Negócios Online*, 21 de outubro de 2010. [Consult. em abril de 2011]. Disponível em: [http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS\\_V2&id=449927](http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=449927).
- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (2004), Porto, Porto Editora.
- HALWEIL, Brian (2008), “Meat Production Continues to Rise”, in *World Watch Institute*, [Consult. em março de 2011]. Disponível em: <http://www.worldwatch.org/node/5443>.
- HARFELD, J. (2010), “Husbandry to industry: Animal Agriculture, Ethics and Public Policy”, in *Between the Species*, Issue X, pp. 143 (Centre for Bioethics and Nanoethics Aarhus University). [Consult. em março de 2011]. Disponível em: [http://cla.calpoly.edu/bts/issue\\_10/10harfeld.pdf](http://cla.calpoly.edu/bts/issue_10/10harfeld.pdf).
- HOEKSTRA, Arjen Y. & ASHOK, K. Chapagain (org.) (2008), *Footprint (UNESCO-IHE)*. [Consult. em março de 2011]. Disponível em: <http://www.waterfootprint.org/?page=files/home>.
- INE (2010), “Dieta portuguesa afasta-se das boas práticas nutricionais”, in *Balança Alimentar Portuguesa 2003 – 2008*, Lisboa, INE.
- JAMESON, F. (1991), *Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism*, Durham, Duke University Press.
- JOLY, M. (2010), *What is Carnism?*. [Consult. em maio de 2011]. Disponível em: <http://www.carnism.com/what-is-carnism.pdf>.
- KRESS, G. & VAN LEEUWEN, T. (1996), *Reading images – The grammar of visual design*, London, Routledge.
- LECKIE, S. (2002), *Meat production's environmental toll*, Toronto Vegetarian Association, February 2002. [Consult. em março de 2011]. Disponível em: [http://utcare.sa.utoronto.ca/resources/TVA\\_Meat\\_Environment.pdf](http://utcare.sa.utoronto.ca/resources/TVA_Meat_Environment.pdf).
- MADEIRA, João Paulo (2008), “Restaurantes trocados por fast-food”, in *Jornal de Notícias*, 20 de novembro de 2008. [Consult. em março de 2011]. Disponível em: [http://jn.sapo.pt/PaginalInicial/Economia/Interior.aspx?content\\_id=1047067](http://jn.sapo.pt/PaginalInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=1047067).
- MATTHEWS, H. M. (s/d), *The Graphic Connection between Women and the Non-human*. [Consult. em abril de 2011]. Disponível em: [www.ecofem.org/journal](http://www.ecofem.org/journal).
- PEDERSEN, H. (2010), “Terror from the Stare: Visual Landscapes of Meat Production”, in *The Politics of Meat, Antennae*, Issue 14, pp. 35-38. [Consult. em abril de 2011]. Disponível em: <http://www.antennae.org.uk/ANTENNAE%20ISSUE%2014.pdf>.
- PIMENTEL, David & PIMENTEL, Márcia (2003), “Sustainability of meat-based and plant-based diets and the environment”, in *American Journal of Clinical Nutrition*, vol. 78, nº 3, 660S-663S. [Consult. em março de 2011]. Disponível em: <http://www.ajcn.org/content/78/3/660S.full>.
- POTTS, A. (2010), “Introduction: Combating speciesism in psychology and feminism”, in *Feminism & Psychology*, 20, 291-301. [Consult. em março de 2011]. Disponível em: <http://fap.sagepub.com/content/20/3/291>.
- PÚBLICO (2010), “Comissão denuncia nova descarga poluente para a ribeira dos Milagres”, in *Público, Ecoesfera*, 21 de abril de 2010. [Consult. em março de 2011]. Disponível em: <http://ecosfera.publico.pt/noticia.aspx?id=1433254>.
- UNIÃO EUROPEIA (1998), *Directiva 98/58/CE do Conselho de 20 de Julho de 1998 relativa à protecção dos animais nas explorações pecuárias*. [Consult. em março de 2011]. Disponível em: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/food\\_safety/animal\\_welfare/112100\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/food_safety/animal_welfare/112100_pt.htm).

VEGAN SOCIETY (S/D). [Consult. em maio de 2011] Disponível em: [www.vegansociety.com/uploadedFiles/About\\_Us/Articles-of-Association-Nov10.pdf](http://www.vegansociety.com/uploadedFiles/About_Us/Articles-of-Association-Nov10.pdf).

VOLLI, U. (2003), *Semiótica da Publicidade (A criação do texto publicitário)*, Lisboa, Arte e Comunicação Edições.

## ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

### ***Realities and images of speciesism: impacts of factory farming and advertising representations of sentient nonhuman animals***

This study aims to expose the impacts of factory farming on the environment and public health, as well as to inquire the processes of fragmentation/objectification of sentient nonhuman animals prior to the act of consumption. It also includes an analysis of advertising images in order to show how advertising representations incorporate ideologies that ensure a speciesist social order. The study mentions veganism as a more environmentally sustainable practice, more beneficial to public health and essential to contain food crises and to safeguard (non)human animals rights.

**Keywords:** Factory farming; Impacts; Speciesism; Advertising; Veganism.

### ***Realités et images de spécisme: impacts de l'élevage intensif et représentations publicitaires de animaux non-humains sentients***

Cette étude vise à exposer les impacts de l'élevage intensif sur l'environnement et la santé publique, ainsi qu'à démêler le processus de fragmentation/objectification des animaux non-humains sentients avant l'acte de consommation. Il comprend aussi une analyse des images publicitaires afin de montrer comment ces représentations intègrent des idéologies apologétiques d'un ordre social spéciste. L'étude mentionne le véganisme comme une pratique plus durable, plus bénéfique pour la santé publique et essentielle pour contenir les crises alimentaires et sauvegarder les droits des animaux (non-)humains.

**Mots-clés:** Élevage intensif; Impacts; Spécisme; Publicité; Véganisme.

### ***Realidades e imágenes del especismo: impactos de la agricultura industrial y las representaciones publicitarias de los animales no humanos sintientes***

Este estudio tiene como objetivo exponer los impactos de la agricultura industrial sobre el medio ambiente y la salud pública, así como también dar a percibir los procesos de fragmentación / objetivación de los animales no humanos sintientes antes del acto de consumo. También incluye un análisis de las imágenes publicitarias con el fin de enseñar cómo las representaciones publicitarias incorporan ideologías que garantizan un orden social especista. El estudio menciona el veganismo como una práctica ambientalmente más sostenible, más beneficioso para la salud pública, esencial para contener las crisis alimentarias y que salvaguarda los derechos de los animales no humanos.

**Palabras-clave:** Agricultura industrial; Impactos; Especismo; Publicidad; Veganismo.

# Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes<sup>1</sup>

Madalena Duarte<sup>2</sup> e Ana Oliveira<sup>3</sup>  
*Universidade de Coimbra*

## **Resumo:**

A violência nas relações de intimidade mantém-se, nos dias de hoje, como uma gravíssima forma de discriminação assente na desigualdade de género. Em todo o mundo, as mulheres são vítimas de violência apenas porque são mulheres. É assim que a violência nas relações de intimidade ocorre em todas as sociedades, culturas, raças, classes sociais, etnias, orientações sexuais e religiões. No entanto, o facto de esta violência ser transversal a todos estes aspetos não deve obscurecer o facto de estes, não só poderem aumentar o risco das mulheres a situações de violência, como também o de exponenciarem as dificuldades que encontram na procura de ajuda. Neste artigo procuramos refletir sobre os obstáculos que as mulheres imigrantes encontram em Portugal quando se encontram numa situação de violência doméstica.

**Palavras-chave:** Mulheres imigrantes; Violência doméstica; Discriminação; Cultura; Género.

## **Introdução**

A violência nas relações de intimidade permanece, na atualidade, como uma relevante fonte de exclusão social. Com uma crescente visibilidade na esfera pública, traduzida num claro aumento das denúncias, a violência nas relações íntimas tem sido objeto de diversas políticas dirigidas à prevenção dessa violência, à sua criminalização e ao apoio às vítimas (Gelles, 1993).

Os diversos estudos sobre a violência nas relações de intimidade evidenciam, claramente, que esta é perpetrada, na sua grande maioria, por homens sobre mulheres (Lisboa 2009; Dias, 2004; Silva, 1985). As causas desta violência são atribuídas a uma construção social de género desigual e a uma estrutura social assente em concepções

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta do Projeto “Trajetórias de Esperança: itinerários institucionais de mulheres vítimas de violência doméstica”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia /COMPETE e Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e da Dissertação de Doutoramento “Para um Direito Sem Margens: A defesa dos direitos das mulheres contra a violência”, de Madalena Duarte, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

<sup>2</sup> Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) (Coimbra, Portugal). *E-mail:* madalena@ces.uc.pt

<sup>3</sup> Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) (Coimbra, Portugal). *E-mail:* anaoliveira@ces.uc.pt

patriarcais (Dias, 2007). Esta ótica de análise rompe com uma série de visões tradicionais e modelos psicológicos que catalogam a violência doméstica como uma questão exclusivamente familiar ou como um problema do foro psicológico entre duas pessoas. A violência doméstica sobre mulheres não deve, contudo, para um cada vez maior número de autores/as, ser analisada tendo em conta somente a categoria género, nem a luta contra o patriarcado. Não está em questão a menor relevância destes aspetos – em última análise, a mulher é vítima de violência por ser mulher –, mas apenas se contesta a sua exclusividade. Partindo da teoria de “interseccionalidade” (Crenshaw, 1991), o argumento base desta corrente, na qual se inserem várias autoras feministas pós-coloniais, é o de que as mulheres vítimas de violência experienciam, simultaneamente, diferentes formas de opressão e de controlo social, uma vez que estão imersas em contextos sociais onde se cruzam diferentes sistemas de poder (como a raça, a etnia, a classe social, o género e a orientação sexual). Esta perspetiva veio romper com uma conceção feminista *mainstream* da violência contra as mulheres e, em especial, da violência doméstica. É assim que, por exemplo, diversos estudos têm vindo a demonstrar que as mulheres negras sofrem violência por parte dos seus companheiros por serem mulheres e por parte do sistema por serem negras (e.g. Allard, 1991).

Na verdade, as situações de violência nas relações de intimidade podem ser agravadas por fatores como o estatuto legal, a classe social, a cultura ou a etnicidade, entre outros. Para além disso, a pouca familiaridade com a língua, o difícil acesso a empregos adequados, o conhecimento insuficiente dos seus direitos, o isolamento da comunidade imigrante e o distanciamento das redes sociais e familiares de apoio também contribuem para reduzir a capacidade das mulheres imigrantes se protegerem contra situações de violência e abuso (Steibelt, 2009). Estes fatores contribuem para que estas mulheres se encontrem num lado ainda mais obscuro da vida familiar.

Neste artigo procuramos refletir sobre o facto de algumas mulheres se encontrarem nas margens da ajuda dada às mulheres em situação de violência nas suas relações de intimidade. Em particular, abordamos a invisibilidade e os obstáculos que as mulheres imigrantes em Portugal enfrentam quando se encontram numa situação de violência doméstica<sup>4</sup>.

## **1. Mulheres imigrantes: da invisibilidade à demonização**

Uma das mais interessantes alterações nas migrações transnacionais consiste na sua feminização. Com a expressão feminização das migrações não se pretende, apenas, dizer que o número de mulheres nos fluxos migratórios tem vindo a aumentar exponencialmente, mas também, e sobretudo, que é necessário uma análise qualitativa dessas estratégias migratórias. Contudo, e apesar de hoje, nos fluxos Sul-Norte, encontrarmos números equiparáveis de mulheres e de homens, o viés de género nas migrações não está presente nas políticas de migração, nem tão pouco nos programas de apoio aos/às imigrantes. Para tal contribui a ausência das mulheres na história das migrações, quer porque as suas estratégias migratórias passavam, principalmente, por reunificações familiares ou estavam dependentes da migração masculina, quer porque elas eram tidas apenas como acompanhantes do seu

---

<sup>4</sup> A violência doméstica é entendida, neste artigo, como a violência exercida sobre as mulheres nas relações de intimidade.

pai, marido, familiar e, frequentemente, não lhes era pedido sequer o passaporte, pelo que a história das migrações é *history* e não *herstory* (Engle, 2004:8). Deste modo, e como refere Françoise Gaspard (1998), embora as mulheres venham, desde há muito tempo, se assumindo, progressivamente, como sujeitos ativos de estratégias migratórias e não apenas como os suportes que as viabilizam, no Norte, sobretudo na Europa Ocidental, o rosto do migrante persiste em ser o rosto de um operário e, portanto, de um homem.

Nos últimos anos, tem sido maior a visibilidade das mulheres imigrantes, desde logo pelo aumento da migração feminina autónoma. Mas, também, a mutilação genital feminina, o uso do véu nas escolas francesas e a poligamia invadiram o discurso político de muitos países Ocidentais, revelando, de uma forma polémica, a presença das mulheres migrantes, em especial as de cultura muçulmana<sup>5</sup>. Estas questões, longe de servirem de base a uma reflexão profunda sobre a integração das mulheres migrantes ou sobre o multiculturalismo, foram utilizadas como pretexto para se visualizar, uma vez mais, os elementos culturais e religiosos dos imigrantes como perturbadores. De invisíveis, as mulheres migrantes passaram, pois, a diabolizadas (Gaspard, 1998). Neste processo, emerge uma *rhetoric of othering* (Riggins, 1997), isto é, um discurso sobre o “outro”, neste caso sobre a “outra mulher”, marcado pela “orientalização” dos outros, pela “suspeita” ou pelo desenvolvimento de um “medo” face a ele/a. A construção deste discurso e a fixação do “outro”, numa imagem à qual fica preso, tem consequências no que se refere à análise das situações de violência a que estas mulheres são sujeitas, em especial nos países de destino do Ocidente. Facilmente, são criados e disseminados estereótipos acerca das mulheres imigrantes, que se reproduzem em determinados meios fundamentais, como, por exemplo, nos tribunais, nas polícias ou nos serviços de atendimento. Os estereótipos sobre estas mulheres assentam, maioritariamente, em três pressupostos: elas são seres passivos, submissos e incapazes de tomar conta de si mesmas; podem ser assimiladas pela cultura ocidental; vêm de culturas marcadamente patriarcais e violentas (e.g. Kapur, 2005; Okin, 1999). Tais pressupostos comportam vários perigos. Um primeiro perigo é o de camuflar os problemas que afetam essas mulheres e que não têm origem numa comunidade individual onde aquela mulher está inserida, ou porventura nem no seu país, mas que são mais globais e que são, também, fruto da globalização económica neoliberal, de legados coloniais, de racismo, etc. Um segundo perigo consiste em negligenciar-se outros problemas que afetam a vida destas mulheres e que não são culturais, mas sociais e económicos, como o emprego, a habitação e a saúde. O enfoque em questões culturais facilmente pode conduzir a uma desresponsabilização do Estado do país recetor, em termos de necessidade de ampliação e efetivação das suas políticas sociais. Um terceiro risco é o de se perpetuar uma visão das mulheres do Sul como vítimas, colando-as a uma passividade que teima em não compreender que também estas mulheres são capazes de lógicas emancipatórias e de agir contra o patriarcado (Spivak, 1994). Finalmente, um último aspeto é que esta sobreatenção com as práticas culturais destas mulheres potencia uma hierarquização e um essencialismo cultural que tende a imputar a violência contra as mulheres às culturas

---

<sup>5</sup> De referir a polémica que surgiu na Europa na sequência do filme *Submissão* (uma referência inequívoca ao Islão), realizado por Hirsi Ali e Theo van Gogh, em 2004, sobre a situação da mulher nas sociedades islâmicas, abordando temas como os casamentos arranjados, a violência doméstica ou o incesto.

não ocidentais, ao mesmo tempo que minoriza a violência que ocorre nas sociedades ocidentais, perpetrada por cidadãos nacionais.

As comunidades imigrantes ficam, obviamente, fragilizadas com estas assunções, porque “a outra mulher” é fixada numa imagem de culturas violentas. Isto tem consequências práticas graves no que se refere à violência doméstica. Veja-se, como exemplo, o acórdão de uma juíza alemã, de 2007, em Frankfurt, que teve de tomar uma decisão num caso de uma jovem marroquina muçulmana que queria o divórcio antes do prazo mínimo previsto pela legislação alemã, argumentando que o marido a agredia e ameaçava. A juíza decidiu não aceitar o pedido da mulher, baseando-se, para tal, no Corão<sup>6</sup>, argumentando que ela devia saber que o marido tinha sido criado num país islâmico, o que lhe dava o direito, “garantido pela sua religião”, de a castigar. Esta é uma compreensão que perde de vista o primado da proteção dos direitos humanos da mulher e que a coloca numa situação mais vulnerável, por ter uma outra religião e por ser de outra nacionalidade. Ou seja, quer a invisibilidade, quer a demonização das mulheres imigrantes têm como consequência uma maior desproteção destas em situação de violência. Se a violência nas relações de intimidade é, por si só, uma obscuridade da vida familiar, é nossa hipótese que tal obscurantismo é ainda mais marcante quando falamos nas “outras” mulheres, as não brancas, as imigrantes, as irregulares.

## **2. Violência e mulheres imigrantes: problemas que persistem**

As entrevistas que temos vindo a realizar<sup>7</sup> sugerem um conjunto de problemas que as mulheres imigrantes enfrentam quando se encontram numa situação de violência doméstica. Longe de esgotarmos a enumeração e a complexidade de tais problemas, pretendemos aqui, somente, enunciar aqueles que, no cômputo geral das entrevistas realizadas a mulheres, a ativistas, a técnicos/as, a órgãos de polícia criminal, a magistrados/as, entre outros/as, foram mais referidos.

O trajeto percorrido pelas mulheres vítimas de violência é, muitas vezes, um trajeto longo e solitário. O receio de represálias, o sentimento de vergonha, a dependência económica, o medo de perder os filhos, entre outros aspetos igualmente relevantes, contribuem para que a violência permaneça no espaço familiar e não seja denunciada. No caso das mulheres imigrantes, o caminho percorrido até à denúncia pode ser ainda mais longo.

Em primeiro lugar, há comunidades imigrantes que se encontram isoladas cultural e socialmente, o que constringe a mulher na procura de intervenção oficial para resolver

---

<sup>6</sup> Mais especificamente na Sura 4, vers. 34: “Os homens são os protetores das mulheres, porque Deus dotou uns com mais (força) do que as outras, e pelo seu sustento do seu pecúlio. As boas esposas são as devotas, que guardam, na ausência (do marido), o segredo que Deus ordenou que fosse guardado. Quanto àquelas, de quem suspeitais deslealdade, admoestai-as (na primeira vez), abandonai os seus leitos (na segunda vez) e castigai-as (na terceira vez); porém, se vos obedecerem, não procureis meios contra elas.”

<sup>7</sup> As entrevistas (a mulheres vítimas de violência doméstica, órgãos de polícia criminal, ONG, IPSS, magistrados/as judiciais e do Ministério Público, advogados/as, Instituto de Segurança Social, profissionais de saúde, entre outros/as representantes de entidades estatais e da sociedade civil) têm vindo a ser realizadas no âmbito do Projeto *Trajetórias de Esperança: itinerários institucionais de mulheres vítimas de violência doméstica* e da Dissertação de Doutoramento *Para um Direito Sem Margens: A defesa dos direitos das mulheres contra a violência*. No que, especificamente, diz respeito às mulheres em situação de violência, foram entrevistadas 30 mulheres, de idades, origem geográfica e classe social diferenciadas. De entre estas, cinco eram imigrantes. A análise de conteúdo das entrevistas a estas mulheres, bem como das ONG que as apoiaram, permitiu apurar as semelhanças e diferenças entre os seus percursos e aqueles das mulheres de nacionalidade portuguesa.

a situação de violência na qual se encontra. Nestes casos, a linguagem pode ser uma barreira muito significativa na tentativa destas mulheres procurarem ajuda. A entrevista de “Maria”, uma mulher russa de 29 anos de idade é clarificadora a este respeito. “Maria” veio há cerca de 25 meses para Portugal, onde casou com um cidadão russo. Não falar português tornou-se um obstáculo sério para procurar ajuda:

“Só comecei a falar português quando cheguei à casa abrigo. Eu vivi 9 meses com o meu marido e a minha sogra, eu aprendi português nos livros, mas não tive companheiros com quem falar. (...) Uma vez, a vizinha chamou a ambulância, mas eu não sabia como comunicar, também não queria dizer, porque não sabia o que dizer e o que faria depois. O meu marido sempre me disse: ‘tu aqui não podes fazer nada. Tu aqui não falas, não tens dinheiro, não tens documentos, não tens nada. Por isso, eu posso fazer o que quiser contigo’. (...) A única amiga que tinha também era russa, mas o meu marido e a minha sogra proibiam-me de estar e falar com ela. Ela foi comigo à polícia, porque eu não falava português. Foi ela que me ajudou, para falar, para fazer as queixas.”

(E1, “Maria”)

Sublinhe-se que estas situações podem assumir contornos ainda mais graves quando as mulheres não trabalham fora de casa, sendo-lhes difícil estabelecer laços de sociabilidade para lá da esfera familiar.

O isolamento contribui, ainda, para um desconhecimento dos seus direitos e do quadro normativo regulador da violência enquanto crime no país de destino:

“Na Rússia, quando um homem bate na mulher, a polícia não ajuda e diz ‘não quero saber, se um homem bate é porque tem razão’. Eu não sabia que aqui havia estas leis da violência doméstica, que havia ajudas.”

(E1, “Maria”)

Um outro problema apontado prende-se com o receio das polícias e das entidades legais. As imigrantes ilegais estão particularmente vulneráveis, porque evitam relatar a sua vitimização à polícia com medo de serem deportadas. Assim, sentem-se coagidas a permanecer em silêncio sobre os crimes cometidos na rua ou em casa, o que as faz sentir mais amedrontadas e mais cautelosas, limitando as suas vidas ainda mais severamente (Madriz, 1997). Como consequência, a ajuda é procurada por estas mulheres em situações já de extrema gravidade:

“As agressões sofridas pelas mulheres imigrantes ilegais são gravíssimas. Quando nos chegam é porque já não lhes foi possível suportar

mais, porque enquanto conseguem, vão suportando. Têm medo da polícia, de serem presas, de serem obrigadas a voltar para o seu país de origem... São situações muito complicadas.”

(E2, Instituto Nacional de Medicina Legal)

Note-se, ainda, que, quando o estatuto legal da mulher imigrante está dependente do seu marido, empregador ou pai, a probabilidade de ela sofrer, em silêncio, uma situação de violência, por parte de qualquer um deles, é maior.

As repercussões que temem não se restringem à deportação. As mulheres imigrantes podem não estar dispostas a colaborar em nenhuma estratégia baseada na criminalização, uma vez que desconfiam do sistema criminal, do qual querem proteger os respetivos companheiros, não obstante serem agressores. Isto é particularmente verdade para as mulheres não brancas. De acordo com Levit e Verchick (2006), estas mulheres enfrentam problemas adicionais porque têm consciência que, ao procurarem proteção policial, estão a sujeitar o agressor a um sistema de justiça criminal racialmente preconceituoso. Assim, as mulheres não brancas enfrentam, simultaneamente, o dilema da falta de policiamento (*underpolicing*) e ultra agressividade (*overaggressive policing*) da polícia.

Outras dificuldades surgem já após a procura de ajuda por parte destas mulheres. Para além da língua, o estatuto legal é, para muitas mulheres, um obstáculo quase intransponível. Vários serviços de emergência social encontram-se disponíveis apenas para cidadãos/ãs nacionais ou cidadãos/ãs estrangeiros/as com a sua situação regularizada:

“Quando se liga para o 1448, a primeira coisa que perguntam é se a pessoa tem documentos ou não, se está ou não regularizada. Se a pessoa não está regularizada, normalmente a resposta é que não podem fazer nada. Nas casas abrigo, se as coisas não mudaram, a Segurança Social não subsidia as vagas das mulheres que não estão regularizadas. Portanto, a maior parte das instituições não acolhe mulheres não regularizadas nas casas abrigo. As que acolhem é por conta e risco delas e financiado por elas. A verdade é que nisto vemos a diferença entre a sociedade civil e o Estado.”

(E7, ONG)

De facto, a ausência de autorização de residência é um problema com o qual se confrontam várias ONG que têm a seu cargo a gestão de casas abrigo, uma vez que as mulheres têm de estar numa situação regularizada para poderem ser acolhidas. No entanto, as entrevistas realizadas com algumas ONG permitiram-nos perceber que, ainda que sem apoio financeiro estatal, as mulheres imigrantes numa situação de ilegalidade são acolhidas.

---

<sup>8</sup> A Linha Nacional de Emergência Social – Linha 144 – está em vigor desde o dia 30 de setembro de 2001, funcionando 24 horas por dia e de utilização gratuita. Este serviço tem como objetivo dar uma resposta imediata em situação de emergência social, tendo como grupos prioritários, vítimas de violência, sem abrigo, idosos e crianças abandonadas.

Transparece nas entrevistas realizadas uma sensibilização crescente por parte dos serviços de proteção e das polícias – do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e das chamadas polícias de proximidade, Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR) – para o fenómeno da violência doméstica, quer exercida sobre mulheres em geral, quer sobre mulheres imigrantes:

“A relação dos imigrantes e a polícia é sempre complicada, mas em termos de violência, aos poucos e poucos, a polícia está a fazer um grande esforço, está mais próxima dos cidadãos e dos imigrantes, o próprio SEF, que há uns anos era, de facto, uma polícia de fronteiras pura e simples, agora tem uma abordagem completamente diferente, tem um call center com medidas interculturais, com diversas línguas. Por exemplo, um imigrante em situação irregular já não tem o mínimo receio de entrar num CNAI [Centro Nacional de Apoio ao Imigrante] e nós temos uma delegação do SEF aqui. O ser regular ou irregular já não é um obstáculo para recorrer aos serviços; foi feito um grande caminho nesse sentido.”

(E3, ACIDI)

Apesar das melhorias, muitas respostas são, ainda, marcadas por uma significativa discriminação, com base no género, mas também na origem e na etnia. Vários/as autores/as têm vindo a demonstrar que, nas respostas do sistema de justiça, facilmente são identificadas componentes de discriminação baseadas no género, mas também na etnia, na classe social, na orientação sexual, entre outras. Como referem Sokoloff e Dupont (2005: 5), a disseminação de caracterizações negativas das mulheres negras como sendo agressivas, violentas, resilientes, tem impedido estas mulheres de receber um tratamento igualitário e atencioso por parte do sistema judicial, em particular magistrados/as, agentes policiais e funcionários/as dos tribunais. Segundo a dirigente de uma ONG:

“Houve uma mulher negra, que vivia numa zona, num bairro, onde há muitos africanos e que telefonou várias vezes para a polícia porque estava a ser agredida pelo marido e a polícia não respondeu ao primeiro nem ao segundo telefonema. Essa mulher teve de telefonar para nós e fomos nós que telefonámos à polícia a perguntar o que se passava, porque não tinham ainda ido a casa daquela mulher, e um dos polícias disse-me que naqueles sítios existiam situações dessas todos os dias: ‘essa gente é assim’. Acham que no caso delas a violência é uma coisa cultural. Mas quando foi uma mulher francesa a telefonar foram logo porque pela pronúncia perceberam que era branca. Portanto, apesar de esta ser uma situação tendencialmente excecional, ainda acontece.”

(E4, ONG)

Este essencialismo cultural é visível, também, em algumas decisões judiciais, nas quais são ainda notórios preconceitos relativamente ao papel social da mulher. Em 1989, o Supremo Tribunal de Justiça – pronunciando-se sobre uma decisão de primeira instância que condenava dois jovens pela violação de duas estrangeiras, que lhes tinham pedido boleia, – lavrou um acórdão que ficou célebre, porque, embora confirmando a condenação, tendeu a desculpar os dois rapazes:

“(…) se é certo que se trata de crimes repugnantes que não têm qualquer justificação, a verdade é que, no caso concreto, as duas ofendidas muito contribuíram para a sua realização. Na verdade, não podemos esquecer que as duas ofendidas, raparigas novas, mas mulheres feitas, não hesitaram em vir para a estrada pedir boleia a quem passava, em plena coutada do chamado ‘macho ibérico’. É impossível que não tenham previsto o risco que corriam; pois aqui, tal como no seu país natal, a atração pelo sexo oposto é um dado indelével e, por vezes, não é fácil dominá-la. Assim, ao meterem-se as duas num automóvel juntamente com dois rapazes, fizeram-no, a nosso ver, conscientes do perigo que corriam, até mesmo por estarem numa zona de turismo de fama internacional, onde abundam as turistas estrangeiras habitualmente com comportamento sexual muito mais liberal e descontraído do que a maioria das nativas (…).”

Como é possível constatar pelo trecho do acórdão citado, neste são tecidas considerações várias sobre o comportamento das duas mulheres estrangeiras, nomeadamente sexual. Independentemente do texto da lei, a subjetividade presente numa decisão judicial, sobretudo por parte de um tribunal de instância superior, pode ter consequências sérias na definição legal de vítima. Como mulheres, elas têm de ultrapassar a presunção de que o direito lhes fornece suficiente proteção. Como mulheres imigrantes, elas têm, ainda, de provar que merecem tal proteção.

Nos EUA, vários estudos interessantes têm vindo a ser realizados sobre as decisões judiciais proferidas no âmbito de processos em que a mulher vítima de violência doméstica acaba por matar o seu agressor para sobreviver. Sharon Angella Allard (1991) argumenta, não só que mulheres brancas e negras têm um tratamento diferenciado por parte dos tribunais nestes casos de legítima defesa, como também que a raça estabelece, estereotipadamente, uma diferenciação entre as boas e as más vítimas. Segundo a autora, os média e a disseminação de estereótipos racistas contribuem para uma ideia da mulher negra que não vai ao encontro da conceção da mulher vítima de violência: passiva, fraca, submissa, muito emotiva, muito gentil, dependente, receosa, atemorizada, branca e de classe média.

Grande parte das pessoas entrevistadas alertou, em especial, para a discriminação que as mulheres brasileiras sofrem na sociedade portuguesa, o que pode suscitar situações de dupla vitimização – por parte do agressor e por parte das instituições – quando estas se encontram numa situação de violência:

“Há um grande preconceito contra as mulheres brasileiras. Houve um caso de uma mulher brasileira que vivia com um português. Essa mulher era agredida. Em casa, mas também na rua. Aconteceu essa mulher começar a ser agredida e insultada pelo marido na rua mesmo antes de chegar a casa, com toda a vizinhança a assistir e ninguém a socorria ou denunciava porque era brasileira.”

(E5, ONG)

Ao estarem veiculadas a uma das nacionalidades predominantes no “mercado do sexo” em Portugal (Manuela Ribeiro *et al.*, 2005, 2007), muitas mulheres brasileiras ficam ligadas a processos de exclusão social e mundos de precariedade que, naturalmente, poderão, em determinado momento, configurar situações de violência. Daqui resultam dois riscos. Desde logo, o facto de a prostituição das mulheres brasileiras ser, esmagadoramente, percebida como uma opção “laboral migratória” pode levar a que passem despercebidas situações de exploração (Santos *et al.*, 2008). Por outro lado, o número de brasileiras na prostituição também conduz a um processo de “passagem” do estigma da prostituição para imigrantes com a mesma nacionalidade. Para tal, não terá sido indiferente o movimento das “Mães de Bragança”, e o aproveitamento mediático do mesmo, que contribuiu para que a sociedade portuguesa despertasse para um moralismo que se prestou a demonizar as mulheres brasileiras em Portugal<sup>9</sup>.

“Joana”, uma brasileira com 31 anos e que se encontra em Portugal há seis, contou-nos a sua própria experiência. “Joana” denunciou o seu companheiro português à polícia, após vários casos de agressão. Na sequência dessa denúncia, foi aplicada ao agressor uma medida de coação de afastamento, medida que, de acordo com “Joana”, não tem sido cumprida. A trajetória percorrida por esta mulher tem sido marcada, não apenas pela violência do seu agressor, mas também pela discriminação por parte de algumas entidades:

“Levei com agressões verbais do pai e da mãe dele. Ele a tentar tirar-me as chaves e o telemóvel, porque percebeu que eu estava a gravar, os pais a arrastarem-me pelos cabelos pelo chão, ele começou a calcar-me a cabeça com os joelhos. A polícia chega, eu mostro uma carta onde diz que o [companheiro] não se pode aproximar de mim, a polícia fala com o pai, com a mãe, com o [companheiro] e ninguém faz nada. E eu: ‘então, eu tenho essa carta, eu sou leiga no assunto, não sou nenhuma advogada nem estudei para tanto, mas entendo perfeitamente que está escrito aqui que ele não se pode aproximar de mim. Se ele fizesse isso, ele era sujeito a ser preso. E vocês não fazem nada?’ E eles disseram: ‘mas, a gente não sabe se o advogado dele entrou com alguma ação para derrubar esse processo’, e eu: ‘mas vocês vão dar a oportunidade de ele continuar a quebrar a minha casa inteira?’ E o

---

<sup>9</sup> Não seria, pois, displicente, que as políticas contra a violência fossem articuladas com políticas de cidadania, como defendem Silva e Bessa (2010), orientadas para a não-discriminação e a não-estigmatização dos modos de vida e das práticas, incluindo as que se relacionam com a chamada indústria do sexo.

polícia virou-se para mim e como já tinha estado lá diversas vezes por causa das agressões, por causa da casa, diz: ‘isso já virou uma pouca-vergonha. Eu se fosse a você, arrumava as suas coisas e ia embora. Em vez de estar a toda a hora a chamar a polícia. Escusa de estar a chamar a polícia, porque eu aqui não venho mais. Se for a minha vez de vir, eu não venho’ (...). Eles dizem sempre que o homem brasileiro é ladrão e a mulher é prostituta. Mas é mesmo assim que eles nos tratam. Até para encontrar emprego, para nós brasileiros, é mais complicado. O preconceito é muito grande.”

(E6, “Joana”)

“Joana” é igualmente assertiva no que diz respeito à assistente social que tem lidado com o seu processo, mesmo quando ainda estava com o seu companheiro:

“Queria trocar de assistente social. Para mim ela não é boa assistente social. Ela trata-me com discriminação. Tudo o que eu lhe peço, ela recusa logo, nem é ‘vou tentar’, é ‘acho que não vou conseguir’. Tudo! Foi o tratamento da minha filha, quis ir ao dentista, ela ‘acho que não vou conseguir’. Na altura fui com o [companheiro] e a conversa mudou de figura. Era um português que estava sentado ao meu lado, e ela disse ‘acho que não vai conseguir’ (o tratamento dos dentes) e ele virou-se para ela e disse: ‘porque é que ela não vai conseguir? Eu sou português e consigo. Ela não está ilegal. A senhora só tem de ver como é que ela faz’. Bastou ele falar assim com ela, e ela disse logo como tudo funcionava: tinha de passar em dois dentistas, tinha de passar no IEFP, para declarar que estava desempregada, só isso mais nada. E levar isso do dentista até ela. Depois pensavam qual era o melhor orçamento e pronto. Com ele, foi outra coisa. Sempre que ia sozinha, era o ‘acho que não vou conseguir’.”

(E6, “Joana”)

“Joana” tem, no entanto, opiniões favoráveis relativamente a outras instituições, onde sente que foi tratada sem discriminação e com respeito:

“Tenho muito boa opinião do SEF. O CNAI é, para mim, como se pedisse ajuda ao meu próprio país, porque eles é que nos compreendem e fazem tudo para ajudar. Eu já sou conhecida lá.”

(E6, “Joana”)

Nos seus discursos, as mulheres imigrantes entrevistadas têm opiniões e experiências diferenciadas relativamente às várias pessoas, instituições e organizações que têm marcado os seus percursos de sobrevivência de uma situação de violência numa relação de intimidade. Não podemos, pois, fazer generalizações no que se refere a uma

instituição específica. Não obstante essa cautela, devemos realçar que todas as mulheres relataram, pelo menos, uma situação em que foram discriminadas ao procurar ajuda.

### **Reflexões finais: para uma política do reconhecimento**

As mulheres imigrantes, tal como as nacionais, estão sujeitas, no país de acolhimento, a diferentes formas de violência – como a violência no seio familiar, o assédio sexual, a violação, entre outras variadas, e não exclusivas, formas de violência. Os discursos das mulheres imigrantes que estiveram numa situação de violência doméstica em Portugal por nós entrevistadas, são demonstrativos de que os trajetos que estas mulheres percorrem para se libertarem de uma situação de violência assumem especificidades que não devem ser negligenciadas. Entre essas especificidades, encontramos o facto de estas mulheres poderem estar numa situação de ilegalidade, pertencerem a um grupo cultural minoritário, não falarem a língua nacional e, como vimos, serem alvo de discriminação e de preconceitos, inclusive por parte de entidades oficiais. Podemos falar, nestes casos, de uma dupla vitimação: a perpetrada pelo agressor e a cometida pelas instâncias que deviam assegurar a proteção daquela mulher.

Na verdade, as formas de discriminação das mulheres imigrantes ocorrem a diferentes níveis. Não raras vezes, as políticas de imigração, de acesso ao mercado de trabalho ou aos serviços públicos, entre outras, promovem situações de discriminação das mulheres imigrantes, em particular as oriundas do Sul Global ou “as outras mulheres europeias”, para usar o termo de Regulska (1998). Estas mulheres acabam por ter um acesso menos facilitado aos sistemas de justiça, de saúde, de segurança social, de educação, às políticas de habitação e a outras oportunidades socioeconómicas. Como consequência, estas mulheres estão, igualmente, menos protegidas de situações de violência e, como foi possível verificar em algumas narrativas, mais dependentes do seu agressor.

As mulheres imigrantes são, assim, remetidas para lá de uma linha abissal que divide o mundo humano do sub-humano. Para lá dessa linha, os princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. Falamos de um espaço que é um não-território em termos jurídicos e políticos, um espaço impensável para o primado da lei e dos direitos humanos (Santos, 2007). Encontramos, no fundo, pessoas que não existem, nem no plano social, nem no plano legal. São espaços construídos, por exemplo, na violência com impunidade. As políticas de apoio às mulheres vítimas de violência devem combater a obscuridade destes não-espacos.

Em Portugal, nos Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica (PNCVD), encontramos menções às mulheres imigrantes. Por exemplo, no II PNCVD afirma-se que:

“(…) da coexistência de várias comunidades, com valores e referências culturais tão diferentes resultam problemas novos, nomeadamente na área da violência doméstica. (...) Na aplicação de todas as outras medidas deste Plano as mulheres imigrantes serão consideradas em igualdade de circunstâncias com as de nacionalidade portuguesa.”<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Diário da República, I Série-B 3871, nº 154 - 7 de Julho de 2003, 3870-3871.

A menção desta especificidade é crucial num documento definidor das linhas de orientação política nesta matéria. De facto, as mulheres mais pobres necessitam de habitação segura; as mulheres imigrantes precisam de não ser ameaçadas com a deportação; as mulheres estrangeiras necessitam de intérpretes; são necessários serviços adaptados e que compreendam as especificidades que comportam algumas culturas e religiões. Como vimos nos discursos das mulheres imigrantes entrevistadas, algo tão simples como a diferença linguística pode perpetuar situações de violência e opressão. Ou seja, as políticas, os serviços e as intervenções têm de ter em consideração as diferenças culturais, entre outras, das mulheres a que se destinam, bem como as condições estruturais e as necessidades particulares das diferentes comunidades (Sokoloff & Dupont, 2005). A prática, no entanto, parece ficar, como vimos, em alguns aspetos, aquém daquelas que são as linhas estratégicas de intervenção. Para tal, contribui a ideia pré-construída e disseminada nos *media*, e mesmo nas campanhas contra a violência doméstica, da mulher branca, europeia, vítima de violência. Imagens como estas, não só colaboram com a invisibilidade de que há outras mulheres vítimas de violência, como contribuem para estabelecer uma hierarquia entre aquelas mulheres que merecem mais ajuda: a mulher branca, mãe de família, que se sujeita a uma violência. O risco é, portanto, o de se obter uma definição de vítima que estabeleça hierarquias informadas por valores morais, que acabem por se traduzir em barreiras legais e/ou práticas, na ajuda oferecida a estas mulheres.

Qualquer política que se destine a capacitar as mulheres imigrantes em situação de violência pressupõe, na nossa opinião, um conjunto de pressupostos.

As desigualdades de género em diferentes campos e em várias escalas permanecem nas nossas sociedades, não obstante mudanças políticas e legislativas que almejam a igualdade (Silva, 2008). Assim, em primeiro lugar, na esteira de Nancy Fraser (1997), podemos afirmar que tais políticas devem pressupor redistribuição, *empowerment* das vítimas, mas também um reconhecimento cultural. Isto é, as políticas devem assentar no combate à discriminação e à violência com base no género, assumindo-se, igualmente, como uma componente de combate ao patriarcado.

Aquilo para o qual a teoria da interseccionalidade aplicada à violência sobre as mulheres nos alerta, é que essas políticas tendem a ser ineficazes, uma vez que não é possível intervir separadamente sobre pessoas que sofrem duplas e triplas experiências de discriminação, assentes numa experiência de opressão marcada pelo género, pela classe, pela raça ou pela nacionalidade. Estas mulheres são confrontadas, não apenas com discriminação com base na desigualdade de género, mas também com barreiras étnicas e racistas da sociedade de acolhimento. Como consequência, em segundo lugar, são necessárias políticas de imigração menos restritivas que não forcem as populações migrantes a refugiar-se na clandestinidade.

Em terceiro lugar, devemos ter em consideração a posição de alguns/mas autores/as que estudam a questão da violência sobre as mulheres do Sul Global e que criticam o discurso universal dos direitos humanos. A sua crítica vai no sentido de que a universalidade imputada à declaração dos direitos humanos mais não é do que uma perspetiva ocidental sobre os mesmos, sendo que o Sul continua a não ter uma voz clara sobre os seus problemas próprios e as suas especificidades relativamente aos problemas comuns (e.g. Santos, 2004; Kapur, 2006). É necessária uma política de

reconhecimento cultural. Desde logo, considera-se que, quando se fala em direitos humanos das mulheres, é fundamental perceber que essas mulheres são diferentes e provêm de regiões cultural e socialmente diversas, ou seja, temos de atender às diferenças culturais evitando leituras universalizantes.

Em síntese, se é fundamental que o género não seja esquecido na violência nas relações de intimidade, é imprescindível que não se caia num essencialismo que entenda as mulheres como categoria homogénea. Com isto, não se pretende condenar a centralidade do género e o esforço num combate das desigualdades de género que estão na base da violência exercida sobre as mulheres, mas mostrar como não se pode prescindir de uma intervenção que tome mais questões em linha de conta.

Parece-nos, por fim, crucial que qualquer política tenha o claro objetivo de uma ação transformativa dirigida ao fortalecimento da consciência cidadã e coletiva destas mulheres, contra as diversas formas de opressão que as procuram subalternizar, não as reduzindo, contudo, à categoria de vítimas passivas, nem as submetendo a processos de estigmatização e exclusão.

### Referências bibliográficas

ALLARD, Sharon A. (1991), “Rethinking battered woman syndrome: A black feminist perspective”, in *UCLA Women’s Law Journal*, 1, 191-207.

CRENSHAW, KIMBERLÉ W. (1991), “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”, in *Stanford Law Review*, vol. 43, 6, 1241-1299.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2003), I Série-B 3871, nº 154 - 7 de Julho de 2003, 3870-3871.

DIAS, Isabel (2004), *Violência na Família: uma abordagem sociológica*, Porto, Edições Afrontamento.

– (2007), “Uma abordagem feminista aos maus tratos às mulheres”, in Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim e Teresa Almeida (orgs.), *O longo caminho das Mulheres. Feminismos 80 anos e depois*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 395-407.

ENGLÉ, Lauren B. (2004), *The world in motion. Short essays in migration and gender*, Genève, OIM.

FRASER, Nancy (1997), *Justice Interrupturs: Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition*, New York, Routledge.

GASPARD, Françoise (1998), “Invisíveis, diabolizadas, instrumentalizadas: figuras de mulheres migrantes e das suas filhas na Europa”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 50, 83-101.

GELLES, Richard J. (1993), “Family Violence”, in Robert L. Hampton [et al.] (eds.), *Family violence – Preventing and Treatment*, California, Sage Publications, pp. 1-24.

KAPUR, Ratna (2005), “Cross-border movements and the law: renegotiating the boundaries of difference”, in Kamala Kempadoo (ed.), *Trafficking and Prostitution Reconsidered. New Perspectives on Migration, Sex work, and Human Rights*, Boulder, Paradigm Publishers, pp. 25-42.

– (2006), “Revisioning the role of law in women’s human rights struggles”, in Saladin Meckled-García and Basak Çali (eds.), *The legalization of human rights: multidisciplinary perspectives on human rights and human rights law*, London, Routledge, pp. 93-107.

LEVIT, Nancy & VERCHICK, Robert (2006), *Feminist Legal Theory: A Primer*, New York, New York University Press.

LISBOA, Manuel (coord.) (2009), *Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

MADRIZ, Esther (1997), *Nothing bad happens to good girls. Fear of crime in women's lives*, California, University of California Press.

OKIN, Susan (1999), "Is multiculturalism bad for women", in Joshua Cohen, Matthew Howard & Martha C. Nussbaum (eds.), *Is Multiculturalism Bad for Women. Susan Moller Okin with Respondants*, New Jersey, Princeton University Press, pp. 7-24.

REGULSKA, Joanna (1998), "A nova 'Outra' mulher europeia", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 50, 47-71.

RIBEIRO, Manuela; SILVA, Manuel Carlos; RIBEIRO, Fernando Bessa & SACRAMENTO, Octávio (2005), *Prostituição abrigada em clubes (zonas fronteiriças do Minho e Trás-os-Montes)*, Lisboa, CIDM, Coleção Estudos de Género.

RIBEIRO, Manuela [et al.] (2007), *Vidas na raia: prostituição feminina em regiões de fronteira*, Porto, Afrontamento.

RIGGINS, S. H. (ed.) (1997), *The Language And Politics Of Exclusion. Others In Discourse*, London, Nova Dehli, Sage Publications.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2004), "Por uma concepção multicultural dos direitos humanos", in *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural*, Porto, Afrontamento.

– (2007), "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

SANTOS, Boaventura de Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena & BAGANHA, Maria (2008), *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*, Porto, CIG, Coleção Estudos de Género.

SILVA, Alberta & AZEVEDO, Liliana (2005), "Mulheres Imigrantes e Violência Doméstica", in *SOS Racismo, Imigração e etnicidade: Vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 139-147.

SILVA, Luísa Ferreira da (1995), *Entre marido e mulher alguém meta a colher*, Celorico de Basto, À Bolina.

SILVA, Manuel Carlos (2008), "Desigualdades de género: esboço por un mapa proteóico", in *Cuestiones de Género: de la igualdad a la diferencia*, 3, 13-54.

SILVA, Manuel Carlos & BESSA, Fernando (2010), *Mulheres da vida, mulheres com vida: prostituição, Estado e políticas*, Lisboa, Húmus.

SOKOLOFF, Natalie J. & DUPONT, IDA (2005), "Domestic Violence: Examining the Intersections of Race, Class, and Gender – An Introduction", in Natalie Sokoloff and Christina Pratt (eds.), *Domestic Violence at the margins. Readings on race, class, gender and culture*, New Jersey, Rutgers University Press, pp. 1-14.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (1994), "Can The Subaltern Speak?", in Patrick Williams & Laura Chrisman (ed.), *Colonial Discourse And Post-Colonial Theory. A Reader*, Harlow, Longman.

STEIBELT, E. (2009), "The context of gender-based violence for Vietnamese women migrant factory workers in Southern Viet Nam", in IOM, *Gender and Labour Migration in Asia*. [Consult. a 25 de outubro de 2010]. Disponível em:

[http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main\\_page=product\\_info&products\\_id=537](http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&products_id=537).

## ABSTRACT/RÉSUMÉ/ RESUMEN

### *Women at the margins: domestic violence and immigrant women*

The violence within intimate relationships remains today as a very serious form of discrimination based on gender inequality. Around the world women are victims of violence simply because they are women. Thus, violence in intimate relationships occurs in all societies, cultures, races, social classes, ethnicities, sexual orientations and religions. However, the fact that this violence is transversal to all these aspects should not obscure the fact that they not only may increase the risk of these women to violence, but also to magnify the difficulties they encounter in seeking help. In this article we reflect on the obstacles that immigrant women in Portugal face when they are in a situation of domestic violence.

**Keywords:** Immigrant women; Domestic violence; Discrimination; Culture; Gender.

### *Les femmes dans les marges: la violence domestique et les femmes immigrantes*

La violence dans les relations d'intimité se maintient aujourd'hui comme une forme très grave de discrimination basée sur l'inégalité du genre. Dans le monde entier, les femmes sont victimes de violence seulement parce que se sont des femmes. C'est ainsi que la violence dans les relations d'intimité s'engendre dans toutes les sociétés, cultures, races, classes sociales, ethnies, orientations sexuelles et religions. Cependant, le fait de cette violence être transversale à tous ces aspects ne doit pas cacher le fait de ceux-ci pouvoir non seulement accroître le risque de ces femmes à des situations de violence, comme aussi augmenter de forme exponentielle les difficultés qu'elles rencontrent dans la recherche d'aide. Dans cet article, nous cherchons réfléchir sur les obstacles que les femmes immigrantes rencontrent au Portugal quand elles se trouvent dans une situation de violence domestique.

**Mots-clés:** Femmes immigrantes; Violence domestique; Discrimination; Culture; Genre.

### *Mujeres en las márgenes: la violencia doméstica y las mujeres inmigrantes*

La violencia en las relaciones de intimidad todavía se mantiene hoy como una gravísima forma de discriminación basada en la desigualdad de género. Por todo el mundo las mujeres son víctimas de violencia solo porque son mujeres. Así ocurre la violencia en las relaciones de intimidad en todas las sociedades, culturas, razas, clases sociales, etnias, orientaciones sexuales y religiones. Sin embargo, el hecho de que esta violencia es transversal a todas estas dimensiones no debe ocultar el hecho de que no sólo pueden aumentar el riesgo de exposición de las mujeres a la violencia, sino también para ampliar las dificultades que encuentran en la búsqueda de ayuda. En este artículo buscamos reflexionar sobre los obstáculos que las mujeres inmigrantes encuentran en Portugal cuando viven una situación de violencia doméstica.

**Palabras-clave:** Mujeres inmigrantes; Violencia doméstica; Discriminación; Cultura; Género.



# Dividir para reinar

Teresa Vaz Martins<sup>1</sup> e Raúl Toral<sup>2</sup>  
*Universidade das Ilhas Baleares*

## Resumo:

O objectivo deste artigo é apresentar brevemente a Sociofísica, uma disciplina que, nas últimas décadas, se tem vindo a desenvolver na fronteira entre a Física e as ciências sociais. Como ilustração da sua abordagem, iremos rever alguns modelos de formação de opinião, incidindo nas condições em que uma sociedade é mais sensível à penetração de uma mensagem externa. Nomeadamente, iremos ver que é mais fácil uma mensagem ser consensualmente aceite numa sociedade caracterizada por conflitos – o que recorda a antiga máxima “dividir para reinar”. Concluiremos, sugerindo que a construção deste novo campo do saber requer uma colaboração entre sociólogos e físicos, que vá mais além de uma simples justaposição de conhecimentos.

**Palavras-chave:** Sociofísica; Opinião; Interdisciplinaridade.

## 1. Contexto

Sendo o estabelecimento de fronteiras entre as diferentes ciências uma questão social e não de princípios, a Sociologia sempre reconheceu os benefícios de ultrapassar as barreiras entre as diversas ciências sociais, como atesta a existência da Psicologia Social, da Antropologia Social, etc. No entanto, a cooperação entre as ciências naturais e as ciências sociais reveste-se de uma maior controvérsia e desconfiança mútua, e, apenas nas últimas décadas, temos assistido à consolidação de disciplinas como a Sociobiologia, a Econofísica ou a Sociofísica.

De facto, os compartimentos entre ciências naturais e ciências sociais nunca foram estanques. Aquando da institucionalização das ciências sociais enquanto disciplinas académicas, no século XIX, os primeiros estudos sistemáticos consistiram, em grande parte, em medidas estatísticas de vários fenómenos sociais. Por sua vez, a surpreendente descoberta de que alguma ordem colectiva poderia resultar de comportamentos individuais aleatórios foi uma fonte de inspiração para a Física Estatística<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Sociologia (1999), pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e em Física (2004), pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP) (Porto, Portugal). Doutorada em Física (2010), pelo Instituto de Física Interdisciplinar e Sistemas Complexos (IFISC, UIB-CSIC), Universidade das Ilhas Baleares (Palma de Maiorca, Espanha). *E-mail:* teresa@ifisc.uib-csic.es

<sup>2</sup> Professor Catedrático da Universidade das Ilhas Baleares. Departamento de Física e Instituto de Física Interdisciplinar e Sistemas Complexos (IFISC, UIB-CSIC), Campus UIB, E-07122 Palma de Mallorca (Palma de Maiorca, Espanha). *E-mail:* raul@ifisc.uib-csic.es

<sup>3</sup> Como se pode ver em Ball (2002) e Stigler (1986).

Uma das primeiras tentativas de classificação das ciências pertenceu a Comte (Comte, 1982)<sup>4</sup>, que, salientando a especificidade do conhecimento científico face a outros modos de conhecimento, procurou clarificar as fronteiras e os métodos das diferentes ciências, distinguidas segundo os seus objectos de estudo. Comte advogava uma unidade hierárquica, no sentido de que cada ciência deveria abarcar os métodos da anterior, mas ir um passo mais além, num caminho cujo último destino seria o estabelecimento de uma Sociologia capaz de coordenar a totalidade do conhecimento e o utilizar para promover o progresso social. Entre as ciências, duas salientavam-se por assinalar a transição para um modo de conhecimento mais perfeito: a Astronomia, enquanto a primeira ciência livre de contaminações metafísicas, e a Biologia, enquanto preocupada com um todo orgânico, tal como a Sociologia deveria estar.

Quase 200 anos passados desde a proposta de Comte, a distinção entre as ciências é, ainda, feita segundo os seus objectos de estudo, e as fronteiras encontram-se garantidas por currícula e graus oficiais, escolas e revistas especializadas. No entanto, estas fronteiras escondem uma diversidade interna. Nomeadamente, dentro de cada ciência coexistem diferentes correntes, que variam na importância relativa que conferem aos padrões globais ou às interações individuais que lhes dão origem. No caso da Sociologia, o problema das relações entre os níveis micro e macro – como é que uma estrutura macroscópica pode emergir através de interações individuais de pessoas com interesses, ideias e motivações diferentes? – continua a ocupar um lugar central no pensamento sociológico<sup>5</sup>, tocando em temas como o livre-arbítrio, a capacidade de os seres humanos construir as estruturas sociais em que se inserem e de incorporarem, na sua ação, as teorias que são construídas a seu próprio respeito.

Ainda que, em ciências naturais, os elementos individuais dos sistemas sejam em geral mais simples, o problema das relações entre os níveis micro e macro é transversal às diferentes ciências. Fenómenos como a construção de complexas colónias de formigas ou o cintilar sincronizado de pirilampos em florestas da Austrália (Strogatz, 2004) são exemplos de comportamentos colectivos que resultam, não-trivialmente, de regras simples, a um nível individual. A tentativa de abarcar, numa interpretação unificada, o comportamento destes sistemas ditos “complexos”<sup>6</sup>, despoletou o aparecimento de um conjunto de ideias oriundas de diversas disciplinas – cibernética, sinérgica, teoria de jogos, teoria de sistemas, ciências computacionais, sistemas dinâmicos não lineares, teoria do caos, entre outras.

Nos sistemas complexos, os padrões globais que surgem de interações elementares podem afectar essas interações, diluindo a distinção entre causas e efeitos, já que os efeitos realimentam as causas, o que sugere uma aplicação a sistemas sociais. Mas a diversidade de origens confere às ciências da complexidade um carácter vago, próprio de uma disciplina ainda em desenvolvimento, e um exemplo claro dessa heterogeneidade encontra-se na

---

<sup>4</sup> Salientando a unidade do conhecimento científico e a sua aparição histórica a seguir ao estado metafísico, as diferentes ciências eram denominadas como variações da “Física”, entendida segundo o seu sentido etimológico: *Physis* = Natureza. Assim, o que hoje chamamos Física seria a Física da Terra, e o que chamamos Sociologia seria a Física Social. Este facto é, vulgarmente, salientado por sociofísicos para legitimar historicamente (e um pouco fora do contexto) o estudo de fenómenos sociais, por parte de físicos.

<sup>5</sup> Contributos para a resolução desta questão podem-se encontrar em Bourdieu (1979), Giddens (2006) e Habermas (1984).

<sup>6</sup> Para uma introdução aos temas da complexidade ver, por exemplo, Erdi (2008) e Mitchell (2009).

maneira como a complexidade surge nos estudos de fenómenos sociais<sup>7</sup>. Fazendo parte do vasto mosaico de ciências da complexidade, a Sociofísica<sup>8</sup> – que será o objecto desta apresentação – pretende combinar teorias vindas das ciências sociais e das ciências naturais, em particular da Física. Pelo seu carácter concreto e pela sua inspiração em modelos da Física Estatística, a Sociofísica é um contraponto a abordagens mais gerais ou abstractas como a teoria de Luhmann (2002). Uma das áreas mais prolíficas da sociofísica, que abordaremos em seguida, consiste na formulação de modelos de opinião, ou modelos baseados em agentes.

## 2. Modelos de formação de opinião

Os modelos baseados em agentes recorrem a técnicas computacionais e analíticas para estudar a maneira como a opinião social evolui a partir das interações entre agentes<sup>9</sup>. A construção de um modelo de opinião requer a definição das características dos agentes, da sua rede de interações e do resultado de uma interação.

No caso mais simples, a única característica de um agente é a sua opinião, sendo comum agrupar os modelos em duas grandes famílias, conforme considerem que uma opinião pode tomar um conjunto restrito de valores, ou qualquer valor, dentro de um intervalo (Lorenz, 2007). Como exemplos de modelos contínuos, podemos citar os modelos de Deffuant *et al.* (2000) e de Hegselmann-Krause (2002), e como exemplo de modelos discretos, lembramos o modelo de Sznajd (2000) e diversas variações de modelos tipo Ising (1925)<sup>10</sup>, um modelo originalmente proposto em Física Estatística para explicar alguns aspectos do ferromagnetismo.

A opinião dos agentes evolui quando eles interagem entre si e, por isso, o segundo passo na construção do modelo consiste em definir uma rede de interações. Há também, aqui, duas opções básicas (e a sua combinação). A formação de uma interação significativa pode depender das opiniões em confronto, sendo muito comum em Sociofísica pressupor – baseado nalguma experiência da Psicologia Social ou do senso comum – que existe uma preferência para interagir com aqueles com quem nos assemelhamos. Uma outra alternativa é estudar a influência da rede de interações na evolução das opiniões, um tópico que, desde cedo, mereceu a atenção das ciências sociais, com os estudos de George Simmel ou de Sociometria (Moreno, 1951), bem como as experiências de Milgram (1967)<sup>11</sup>. Em finais dos anos 90 (Dorogovtsev & Mendes, 2003; Newman, 2010), a Física renovou o campo

---

<sup>7</sup> Para uma revisão ver Castellani & Hafferty (2009).

<sup>8</sup> Não existindo uma ciência única da sociofísica, o termo abrange um conjunto de práticas, temas e conceitos, cujo significado e significância não é ainda consensual. Este artigo foca a área dos modelos de opinião, mas podemos referir, a título de exemplo, o estudo e explicação de distribuições estatísticas em que não existe uma média característica, prevalentes no mundo social. A sociofísica é um campo de actividade cuja história está ainda por fazer. Para uma revisão, pode-se ver, por exemplo, Stauffer, Oliveira, Oliveira e Martins (2006).

<sup>9</sup> Podemos encontrar revisões de vários modelos em Castellano, Fortunato e Loreto (2009), Galam (2004) e Stauffer (2005).

<sup>10</sup> O modelo de Ising é um dos modelos mais utilizados na Física Estatística.

<sup>11</sup> Uma das experiências de Milgram consistiu em averiguar o número de intermediários necessários para uma carta viajar entre dois desconhecidos vivendo em cidades afastadas dos Estados Unidos, sabendo que cada intermediário teria de ser conhecido do intermediário prévio. A sua conclusão de que, em média, bastavam 6 intermediários encontrou grande divulgação. Embora este resultado seja duvidoso, a ideia de que vivemos num pequeno mundo inspirou a procura de outros tipos de redes em que isso, de facto, se verifica.

do estudo das redes, dando-lhe uma dimensão dinâmica, ao preocupar-se pela formação e evolução temporal de diferentes tipos de redes. Por detrás da explosão do interesse neste campo está o aproveitamento especialmente bem sucedido de três formas de fazer ciência: a formalização matemática, a exploração das características das redes reais e as simulações computacionais. Recuperando ideias da teoria matemática de grafos e da Física Estatística, foram-se deduzindo os princípios gerais a que a estrutura e as propriedades das redes obedecem, independentemente de aplicações particulares. Por sua vez, a investigação de redes reais conduziu à descoberta de novas propriedades. Verificando-se que, em geral, a estrutura das redes reais não é, nem regular, nem puramente aleatória, a essas redes chamou-se redes complexas. Dois tipos de redes tiveram um papel importante no aumento exponencial do interesse nos estudos de redes (Watts & Strogatz, 1998; Barabási & Albert, 1999). O primeiro – as redes de pequeno mundo – explicaria os resultados de Milgram: se numa rede regular substituirmos algumas ligações por ligações aleatórias, a distância entre dois nodos diminui drasticamente: assim, é na rede de actores de Hollywood ou no sistema neuronal de *C. Elegans*, um verme. Já o segundo tipo de rede – livre de escala – pode-se formar por um mecanismo de ligação preferencial, conduzindo a uma distribuição assimétrica do número de ligações de cada agente. Estas últimas são redes especialmente resistentes a ataques acidentais, mas altamente vulneráveis a ataques dirigidos, capazes de provocar falhas em grande escala; saber isto é relevante, quer pensemos em mercados financeiros ou na Internet, quer pensemos em redes de proteínas, onde encontramos exemplos de redes livres de escala. Finalmente, as simulações computacionais formam a terceira via entre dedução e indução: aproximam-se da dedução quando não é possível obter resultados analíticos, ao propôr modelos gerais a partir de regras simples e universais; e, por outro lado, a simulação e teste de várias regras e parâmetros revela novos comportamentos, a partir dos quais se pode induzir as características chave do tipo de rede subjacente.

Por último, a construção de um modelo requer uma decisão acerca do resultado da interação: será que as opiniões divergem ou convergem como resultado da interação? Em que medida ou situações?

Seguidamente, iremos ilustrar a abordagem da Sociofísica através de dois exemplos concretos, que vamos denominar de modelo discreto e contínuo. No primeiro, consideramos uma população de indivíduos que podem apenas ter uma de duas opiniões (acordo/desacordo com um determinado tema), enquanto, no segundo, se permitem vários graus de acordo. No primeiro modelo, os agentes mudam de opinião para adoptar a posição maioritária desde que a maioria seja suficientemente grande, enquanto no segundo, os agentes apenas interagem entre si desde que as suas opiniões sejam suficientemente próximas. Quer num modelo quer noutra, vamos considerar o poder de influência de uma mensagem externa na população. Os resultados que iremos ver foram obtidos com recurso a ferramentas amplamente utilizadas em Sociofísica: simulações computacionais e equações derivadas de Física Estatística.

### **3. Modelo discreto**

Um modelo minimalista de formação de opinião (Kuperman & Zanette, 2002), inspirado em modelos de sistemas magnéticos, admite, apenas, duas opiniões possíveis:

os indivíduos estão ou não de acordo com um determinado tema. As opiniões iniciais evoluem como resultado da interação: um indivíduo muda de opinião desde que a maior parte dos seus vizinhos tenha a opinião contrária. No caso de todos os membros da sociedade interagirem entre si, o único resultado possível destas regras é um consenso absoluto, cujo valor (acordo/não acordo) depende das condições iniciais aleatórias.

No entanto, as pessoas não obedecem a um mecanismo de pressão social tão estrito e os autores permitem que os agentes possam mudar aleatoriamente de opinião, segundo uma determinada probabilidade. Com isto, pretende-se ter em conta emoções inconstantes, livre arbítrio ou algum outro fator desconhecido. Ou seja, introduzir “ruído” no modelo, já que, em Física, se chama ruído (Bachelier, 1900; Pearson, 1905; Einstein, 1905)<sup>12</sup> à presença de variações aleatórias que, sendo demasiado rápidas, complicadas ou de origem desconhecida, apenas podem ser formuladas em termos probabilísticos.

O ruído era, tradicionalmente, considerado como uma limitação ao conhecimento ou ao funcionamento dos dispositivos, mas esta percepção negativa mudou em 1981, com a descoberta do fenómeno de ressonância estocástica (Benzi, Sutura & Vulpiani, 1981; Nicolis & Nicolis, 1981)<sup>13</sup>. De acordo com este efeito, a resposta coerente de um sistema a um estímulo externo pode ser otimizada pela presença de um nível intermédio de ruído. Tendo sido proposta num contexto de climatologia, não é de estranhar que o seu âmbito de aplicação se tenha generalizado às mais variadas áreas, dada a ubiquidade do ruído e a generalidade do problema de optimização de uma resposta. Assim, e voltando ao modelo de formação de opinião, os autores não só introduziram ruído no modelo, como decidiram investigar a sua influência na adopção de uma mensagem externa, considerada como uma “opinião” ou propaganda que influencia toda a gente ao mesmo tempo. Descobriram que, também neste modelo social, se verifica o fenómeno da ressonância estocástica: uma sociedade que era incapaz de adoptar, consensualmente, uma mensagem externa transmitida pela propaganda é, no entanto, capaz de o fazer quando existe uma probabilidade de mudar aleatoriamente de opinião. E a resposta é máxima para um valor determinado dessa probabilidade.

Inspirada nos estudos sobre a influência do ruído, a ideia de que a presença de “desordem” pode melhorar a transmissão da propaganda foi confirmada através de estudos onde se investigou a influência da diversidade (Tessone & Toral, 2009), assumindo que uma sociedade se pode caracterizar por diversos graus de dispersão dos valores da resistência individual à mudança. Do mesmo modo que, no caso da ressonância estocástica, aqui a transmissão óptima coincide com um grau intermédio de diversidade. Analogamente, às transições de fase observadas em sistemas magnéticos, este valor intermédio assinala uma transição entre dois tipos de sociedade: uma em que a diversidade é tão pequena que se atinge um consenso global na ausência de qualquer propaganda, e outra em que, na ausência de propaganda, existem, em média, tantas opiniões contrárias, como a favor do tema em apreço. Na região intermédia

---

<sup>12</sup> Quando surgiu no discurso científico, em princípios do século XX, o conceito de ruído unificou as flutuações de preços na Bolsa francesa, os movimentos de partículas microscópicas na água e o vagar sem rumo de mosquitos em florestas, numa mesma descrição.

<sup>13</sup> A periodicidade regular do aparecimento das idades de gelo seria causada por oscilações na órbita terrestre, cujos ténues efeitos seriam amplificados por vários factores aleatórios, como trovoadas, etc.

de diversidade existe um consenso somente parcial, e é apenas nessa região que um consenso global em redor da propaganda pode ser atingido.

Cabe perguntar se isto é válido para qualquer tipo de desordem, em particular no caso de a quebra de consenso resultar da possibilidade de as opiniões divergirem após uma interação. De facto, o pressuposto de que, quando os indivíduos interagem, as suas opiniões tendem, obrigatoriamente, a convergir, nem tem muito apoio nas teorias sociológicas clássicas (Bourdieu, 1979)<sup>14</sup>, nem é universalmente adoptado em Sociofísica. As opiniões podem divergir quando indivíduos com opiniões bastante distintas interagem<sup>15</sup>, por intermédio de um fenómeno de dissonância cognitiva (Huet, Deffuant & Jager, 2008), como resultado de uma discussão racional ou do desejo de definição de um estatuto diferenciado dentro de uma hierarquia social, entre várias outras razões. Para exprimir o facto de que a possibilidade de divergir como resultado da interação pode ter diversas origens, as quais não nos interessam, considera-se uma probabilidade aleatória isso acontecer.

Podemos, então, modificar o modelo inicial dizendo que a interação de cada agente com os seus vizinhos pode resultar, quer numa aproximação, quer num afastamento das suas opiniões, segundo uma determinada probabilidade. Verificamos que há um máximo da amplificação da resposta global da sociedade, para um valor intermédio dessa probabilidade, que corresponde ao valor para o qual, na ausência de mensagem externa, a sociedade atinge um consenso apenas parcial, um resultado semelhante ao que encontramos quando o consenso era quebrado pela diversidade (Vaz Martins, Toral e Santos, 2009).

Adicionalmente, observa-se que esta probabilidade depende de factores como o número de indivíduos ou a topologia da rede de interação (Albert & Barabási, 2002; Jackson, 2008)<sup>16</sup>, que define quem são os vizinhos a ter em conta, independentemente das opiniões. Uma outra opção é que o próprio estabelecimento de uma ligação dependa das opiniões em confronto, tal como acontece no modelo que vamos ver em seguida.

#### 4. Modelo contínuo

No modelo de Deffuant *et al.* (2000)<sup>17</sup>, as opiniões podem exprimir diversos graus de acordo ou de rejeição relativamente a um tema, tomando qualquer valor dentro de um determinado intervalo. Num dado momento, dois indivíduos são escolhidos ao acaso e interagem, desde que a sua diferença inicial de opiniões não seja maior que um determinado valor, a que os autores chamam o “limite de confiança”. Este parâmetro<sup>18</sup> exprime a compatibilidade recíproca entre opiniões ou o grau de confiança que uma pessoa tem na sua própria opinião. A um nível mais geral, podemos supor que o seu

---

<sup>14</sup> Pensando, por exemplo, no desejo de distinção ou na reflexividade.

<sup>15</sup> Por exemplo, em Salzarulo (2006), Jager & Amblard (2004) e Radillo-Díaz, Pérez & Castillo-Mussot (2009).

<sup>16</sup> Uma área que tem beneficiado, desde o início, da cooperação entre as ciências naturais e as sociais são os estudos de redes complexas.

<sup>17</sup> Este modelo foi introduzido no contexto de uma proposta sobre como melhorar políticas agro-ambientais na União Europeia.

<sup>18</sup> Presente em Axelrod (1997) e McPherson (2001).

valor distingue uma sociedade de mentalidade fechada de uma sociedade de mentalidade aberta. Como resultado da interação, os agentes convergem a uma opinião comum.

O resultado principal do modelo é que existe um determinado valor para o limite de confiança que separa uma sociedade que pode atingir um estado de consenso global de uma outra – que aparece quando o limite de confiança é baixo –, em que se assiste a uma fragmentação em vários grupos com opiniões distintas. Nesta situação, os vários grupos estão, não só fora do alcance de interação mútua, como também fora do alcance de uma mensagem exterior (Carletti, Fanelli, Grolli & Guarino, 2006), que, assim, não consegue propagar-se à sociedade inteira.

É nesta sociedade fechada que experimentámos (Vaz Martins, Pineda e Toral, 2010), também, introduzir uma probabilidade de as opiniões divergirem como resultado da interação, e observamos que, tal como no caso do modelo discreto, existe uma probabilidade intermédia que conduz a uma propagação óptima da mensagem externa. No entanto, aqui, o desejo de discordar da opinião do vizinho não serve para quebrar um estado de consenso asfíxiante, mas sim para desbloquear a possibilidade de interação entre grupos distantes com opiniões distintas: se uma pessoa repara que pertence a um grupo que inclui pessoas com quem não gosta de ter uma opinião em comum, afasta-se desse grupo, aproximando-se da zona de influência de outros grupos e, em particular, da propaganda.

Deste modo, quando a vontade de consenso resulta em divergência e a vontade de divergir resulta em consenso, pode-se chegar a uma aceitação generalizada de mensagens que, à partida, não teriam capacidade de propagação. Este resultado permite compreender, por exemplo, como a adopção de determinadas políticas laterais pode ser o resultado de disputas entre políticos de diferentes denominações que não se interessam pelo assunto em questão, e sim por marcar uma posição distinta. Mais especulativamente, alerta-nos para o que pode acontecer se sociólogos e sociofísicos mantiverem posições antagónicas na defesa das fronteiras disciplinares, deixando o espaço público livre para que agentes exteriores construam ou inventem discursos científicos à volta dos fenómenos sociais.

Recorda a ideia comum de que uma sociedade conflituosa é susceptível a influências externas, ou mesmo a ficar sob a influência de ditaduras. Esta é uma ideia antiga e tem um nome antigo – *Dividir para reinar*. Mas, no nosso caso, não falamos de um estado de conflito generalizado que aumenta a vulnerabilidade a influências externas; é, sim, um determinado estado intermédio – em que ainda é desejável que os indivíduos prefiram estabelecer relações positivas com a maior parte dos seus vizinhos – e o interesse da Sociofísica está em analisar qual o valor óptimo desse equilíbrio e de que parâmetros do sistema depende.

## **5. Futuro?**

Para finalizar, devemos notar que a Sociofísica ainda não deu provas suficientes em termos de verificação empírica (Sobkowicz, 2009), e que o seu desenvolvimento deverá passar pela colaboração com sociólogos.

Actualmente, a área da formulação de modelos de opinião mantém um carácter exploratório, em que a previsão ou confronto com dados empíricos raras vezes tem sido

o objectivo da investigação, prevalecendo modelos dificilmente testáveis, baseados em vagas analogias com fenómenos sociais. No pior dos casos, a suposta relevância social do modelo assenta numa descrição de factos sociais, baseada em preconceitos do senso comum ou em experiências da Psicologia Social descontextualizadas ou desactualizadas. Estes problemas decorrem, fundamentalmente, de uma falta de colaboração entre físicos e cientistas sociais, quer a nível de elaboração de modelos, quer a nível da sua avaliação e publicação<sup>19</sup>.

Mas há dois grandes motivos para que os sociólogos devam estar atentos à Sociofísica, um “negativo” e um positivo.

O primeiro motivo relaciona-se com a responsabilidade dos sociólogos, enquanto garantes da veracidade dos discursos científicos sobre os factos sociais – em nossa opinião, essa responsabilidade deve existir. Ora, quando nos debruçamos sobre a literatura<sup>20</sup> sociofísica, vemos que não é invulgar um deslizamento no discurso entre provar analítica ou computacionalmente uns determinados resultados formais e provar a solidez dos pressupostos sociais em que esses resultados assentam. Este deslizamento é partilhado pelo senso comum, segundo o qual a Física é uma ciência exacta que prova o que diz e a Sociologia uma espécie de filosofia que apenas sugere. À medida que a Sociofísica começa a penetrar no espaço público, a intervenção dos cientistas sociais torna-se desejável.

A contribuição da Sociologia pode resumir-se à legitimação/refutamento dos parâmetros sociofísicos, em termos de teorias sociais tradicionais, ou ao fornecimento de dados empíricos. Mas, mais do que isso, os sociólogos podem ser actores desta disciplina, e o segundo motivo que, em nossa opinião, deveria guiar o interesse dos sociólogos relaciona-se com a potencialidade da sociofísica. Mais do que afirmar a validade de determinados pressupostos, a especialidade dos sociofísicos é explorar as consequências quando se parte desses pressupostos, que têm implícitas determinadas teorias acerca das relações humanas, cuja validade os físicos são, em geral, incompetentes para determinar. Deste modo, é possível jogar com as diversas opções implícitas nas construções de um modelo de formação de opinião, e pareceria trivial construir uma grande variedade de modelos (e é, de facto, grande o número de modelos propostos). No entanto, a especificidade das ciências da complexidade é saber que resultados inesperados a um nível colectivo não se reduzem, trivialmente, às características individuais dos elementos. O contributo da Física reside na sua experiência nesta área, permitindo identificar e descartar detalhes irrelevantes, e fazer as melhores opções na construção de um modelo, recorrendo, por exemplo, a variações de modelos magnéticos estudados em Física Estatística<sup>21</sup>. Distingue-se da sociologia computacional tradicional pela preferência por modelos minimalistas, que, embora possam ser menos realistas, têm a vantagem de permitir obter resultados generalizáveis e, também, de revelar a origem de fenómenos como transições de fase ou sincronização, que poderiam ficar

---

<sup>19</sup> Colaboração essa que começa a surgir, sendo activamente procurada por sociofísicos, nomeadamente no IFISC, de onde um dos autores deste artigo, Raúl Toral, é originário.

<sup>20</sup> O endereço <http://arxiv.org/list/physics.soc-ph/recent> é uma boa fonte para encontrar as mais recentes contribuições no âmbito da Sociofísica, ainda antes de serem publicadas ou submetidas ao sistema de revisão de pares.

<sup>21</sup> Por exemplo, o modelo de Schelling (Schelling, 1969) de segregação residencial é matematicamente equivalente ao modelo cinético de Ising com lacunas.

ocultos debaixo de demasiados detalhes. Mas o facto de um particular comportamento complexo poder, teoricamente, resultar de comportamentos simples não significa que resulte e só a investigação da génese do fenómeno social em causa o pode averiguar.

É possível que, no futuro, as fronteiras entre ciências sejam estabelecidas pelos seus métodos e não pelos tradicionais objectos de pesquisa (Bornholdt, Jensen & Sneppen, 2011)<sup>22</sup>. O futuro da Sociofísica depende da direção tomada, podendo vir a ser um ramo da Sociologia, quando esta incorporar estas novas metodologias, ou da ciência da complexidade – usando esta os seus métodos para abarcar os objectos sociais. Pode, também, vir a estabelecer-se como uma nova especialidade, à semelhança da Bioquímica. Mas, por vezes, as ideias mais criativas surgem aquando da colaboração entre cientistas de diversas áreas, que, ignorando fronteiras disciplinares arbitrárias, permitem ir mais além de uma simples acumulação linear de conhecimentos. Mais do que quantificar a Sociologia ou, simplesmente, aplicar teorias físicas a fenómenos sociais, a ambição da Sociofísica é aproveitar a generalidade de determinados fenómenos colectivos para encontrar novos conceitos, o que requer a constituição de equipas interdisciplinares (San Miguel, 2011).

### Referências bibliográficas

- ALBERT, R. & BARABÁSI, A.-L. (2002), “Statistical mechanics of complex networks”, in *Reviews of Modern Physics*, 74, 47-97.
- AXELROD, R. (1997), “The dissemination of culture”, in *J. Conflict Res.*, 41 (2), 203-226.
- BACHELIER, L. (1900), “Théorie de la spéculation”, in *Annales scientifiques de l’Ecole normale supérieure*, 3, n° 17, 21-86.
- BALL, P. (2002), “The physical modelling of society: a historical perspective”, in *Physica A*, 314, 1-14.
- BARABÁSI, Albert-László & ALBERT, Réka (1999), “Emergence of Scaling in Random Networks”, in *Science*, 286, n° 5439, 509-512.
- BENZI, R.; SUTERA, A. & VULPIANI, A. (1981), “The mechanism of stochastic resonance”, in *J. Phys. A*, 14, L453-L457.
- BORNHOLDT, S; JENSEN, M. H. & SNEPPEN, K. (2011), “Emergence and Decline of Scientific Paradigms”, in *Physical Review Letters*, 106, 058701-1 - 058701-4.
- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Les Editions de Minuit.
- CARLETTI, T.; FANELLI, D.; GROLI, S. & GUARINO, A. (2006), “How to make an efficient propaganda”, in *Europhys. Lett.*, 74 (2), 222-228.
- CASTELLANI, B. & HAFFERTY, F. W. (2009), *Sociology and Complexity Science: A New Field of Inquiry*, Berlin, Springer.
- CASTELLANO, C.; FORTUNATO, S. & LORETO, V. (2009), “Statistical physics of social dynamics”, in *Rev. Mod. Phys.*, 81, 591-646.
- COMTE, A. (1982), *Cours de Philosophie Positive: Première et Deuxième Leçons; Introduction et commentaries par Florence Khodoss*, Paris, Hatier.

---

<sup>22</sup> A título de curiosidade, um modelo de evolução de paradigmas científicos foi, recentemente, proposto numa das revistas mais importantes da física.

- DEFFUANT, G.; NEAU, D.; AMBLARD, F. & WEISBUCH, G. (2000), "Mixing beliefs among interacting agents", in *Advances in Complex Systems*, 3, 87-98.
- DOROGOVTSSEV, S. N. & MENDES, J. F. F. (2003), *Evolution of Networks: from biological networks to the Internet and WWW*, New York, Oxford University Press.
- EINSTEIN, A. (1905), "Über die von der molekularkinetischen Theorie der Wärme geforderte Bewegung von in ruhenden Flüssigkeiten suspendierten Teilchen", in *Annalen der Physik*, 17, 549-560.
- ERDI, P. (2008), *Complexity Explained*, Berlin, Springer Complexity.
- GALAM, S. (2004), "Sociophysics: a personal testimony", in *Physica A*, 336, 49-55.
- GIDDENS, A. (2006), *Sociology*, 5<sup>th</sup> edition, Cambridge, Polity.
- HABERMAS, J. (1984), *Theory of Communicative Action*, Boston, Beacon Press.
- HEGSELMANN, R. & KRAUSE, U. (2002), "Opinion dynamics and bounded confidence: models, analysis and simulation", in *Journal of Artificial Societies and Social Simulation (JASSS)*, 5 (3).
- HUET, S.; DEFFUANT, G. & JAGER, W. (2008), "Rejection mechanism in 2d bounded confidence provides more conformity", in *Advances in Complex Systems*, 11 (4), 529-549.
- ISING, E. (1925), "Beitrag zur Theorie des Ferromagnetismus", in *Z. Physik*, 31, 253-258.
- JACKSON, M. O. (2008), *Social and Economic Networks*, Princeton, Princeton University Press.
- JAGER, W. & AMBLARD, F. (2004), "Uniformity, bipolarization and pluriformity captured as generic stylized behavior with an agent-based simulation model of attitude change", in *Computational and Mathematical Organization Theory*, 10, 295-303.
- KUPERMAN, M. & ZANETTE, D. (2002), "Stochastic resonance in a model of opinion formation on small world networks", in *Eur. Phys. J. B*, 26, 387-391.
- LORENZ, J. (2007), "Continuous opinion dynamics under bounded confidence: A survey", in *Int. J. Mod. Phys. C*, 18 (12), 1819-1838.
- LUHMANN, Niklas (2002), *Theories of distinction, redescribing the descriptions of modernity*, Stanford, Stanford University Press.
- MCPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L. & COOK, J. (2001), "Birds of a feather: Homophily in social networks", in *Annual Review of Sociology*, 27, 415-444.
- MILGRAM, S. (1967), "The Small World Problem", in *Psychology Today*, vol. 2, 60-67.
- MITCHELL, M. (2009), *Complexity: A Guided Tour*, New York, Oxford University Press.
- MORENO, J. L. (1951), *Sociometry, Experimental Method and the Science of Society. An Approach to a New Political Orientation*, Beacon, New York, Beacon House.
- NEWMAN, M. E. J. (2010), *Networks: An Introduction*, New York, Oxford University Press.
- NICOLIS, C. & NICOLIS, G. (1981), "Stochastic aspects of climatic transitions - additive fluctuations", in *Tellus*, 3, 225-234.
- PEARSON, K. (1905), "The problem of the random walk", in *Nature*, 72, 294.
- RADILLO-DÍAZ, A.; PÉREZ, L. A. & CASTILLO-MUSSOT, M. D. (2009), "Axelrod models of social influence with cultural repulsion", in *Phys. Rev. E*, 80 (6), 066107-1 - 066107-6.
- SALZARULO, L. (2006), "A continuous opinion dynamics model based on the principle of meta-contrast", in *Journal of Artificial Societies and Social Simulation*, 9 (1).
- SAN MIGUEL, Maxi (2011), "Una cosa es saber que algo pasa y otra muy diferente es saber por qué", in *El mundo*, Dia de Baleares (B@leópolis), 8/2/2011. Disponível em: <http://ifisc.uib-csic.es/outreach/showfile.php?fid=309>.
- SCHELLING, T. (1969), "Models of segregation", in *The American Economic Review*, 59 (2), 488-493.

SOBKOWICZ, P. (2009), “Modelling opinion formation with physics tools: Call for closer link with reality”, in *Journal of Artificial Societies and Social Simulation*, 12 (1).

STAUFFER, D. (2005), “Sociophysics simulations ii: opinion dynamics”, in *Modeling Cooperative Behavior In The Social Sciences. AIP Conference Proceedings*, 779, 56-68.

STAUFFER, D.; OLIVEIRA, S.; OLIVEIRA, P. & MARTINS, J. S. (2006), *Biology, Sociology, Geology by Computational Physicists* (Monograph Series on Nonlinear Science and Complexity), Amsterdam, Elsevier.

STIGLER, S. M. (1986), *The History of Statistics: The Measurement of Uncertainty before 1900*, Harvard, Harvard University Press.

STROGATZ, Steven H. (2004), *Synch: The Emerging Science of Spontaneous Order*, London, Penguin.

SZNAJD-WERON, K. & SZNAJD, J. (2000), “Opinion evolution in closed community”, in *Int. J. Mod. Phys. C*, 11, 1157-1165.

TESSONE, C. J. & TORAL, R. (2009), “Diversity-induced resonance in a model for opinion formation”, in *Eur. Phys. J. B*, 71, 549-555.

VAZ MARTINS, T.; PINEDA, M. & TORAL, R. (2010), “Mass media and repulsive interactions in continuous opinion dynamics”, in *EPL*, 91, 48003-p1 - 48003-p5.

VAZ MARTINS, T.; TORAL, R. & SANTOS, M. A. (2009), “Divide and Conquer: Resonance Induced by Competitive Interactions”, in *European Physical Journal B*, 67, 329-336.

WATTS, Duncan & STROGATZ, Steven, (1998), “Collective Dynamics of ‘Small World Networks’”, in *Nature*, 393, 440-442.

## ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

### *Divide and conquer*

The aim of this paper is to briefly present Sociophysics, a discipline that in recent decades has been emerging on the borders between Physics and the Social Sciences. As an illustration of its approach, we will review some opinion formation models, focusing on the conditions under which a society is more sensitive to the penetration of an external message. In particular, we will see that it is easier for a message to be commonly accepted in a society characterized by conflicts – which recalls the old maxim “divide and conquer”. We conclude by suggesting that the construction of this new field of knowledge requires a union between sociologists and physicists that goes beyond a simple juxtaposition of knowledge.

**Keywords:** Sociophysics; Opinion; Interdisciplinarity.

### *Diviser pour régner*

Le but de cet article est de présenter brièvement la Sociophysique, une discipline qui dans les dernières décennies a apparue à la frontière entre la physique et les sciences sociales. Comme une illustration de son approche, nous passons en revue quelques modèles de formation de l’opinion, et nous nous concentrerons sur les conditions dans lesquelles une société est plus sensible à la pénétration d’un message externe. En particulier, nous voyons qu’il est plus facile pour un message d’être communément accepté dans une société caractérisée par des conflits – ce qui rappelle le vieil adage “diviser pour régner”. Nous concluons en suggérant que la construction de ce nouveau champ de connaissances nécessite une union entre les sociologues et les physiciens, qui va au-delà d’une simple juxtaposition de connaissances.

**Mots-clés:** Sociophysique; Opinion; Interdisciplinarité.

### ***Divide y vencerás***

El objetivo de este trabajo es presentar brevemente la Sociofísica, una disciplina que en las últimas décadas se ha venido a desarrollar en la frontera entre la física y las ciencias sociales. Como ejemplo de su enfoque, se revisan algunos modelos de formación de opinión, centrándose en las condiciones en que una sociedad es más sensible a la penetración de un mensaje externo. En particular, vemos que el mensaje es más fácilmente aceptado en una sociedad caracterizada por el conflicto, lo que nos recuerda el antiguo dicho latino, “divide y vencerás”. Concluimos sugiriendo que la construcción de este nuevo campo del conocimiento requiere una colaboración entre los sociólogos y físicos, que va más allá de una simple yuxtaposición de conocimientos.

**Palabras-clave:** Sociofísica; Opinión; Interdisciplinariedad.

# Pluralidade e reconfiguração da identidade cigana em Portugal

Olga Magano<sup>1</sup>  
*Universidade Aberta*

## **Resumo:**

A construção identitária tende a ser uma questão central nas sociedades modernas e os indivíduos de origem cigana, a quem é imputada uma distinção cultural da sociedade dominante, têm procurado conjugar aspetos da tradição cigana e das sociedades modernas. Aceita-se o passado cultural e alguns dos símbolos tradicionais transmitidos de geração em geração, mas também se integram na sua formação identitária alguns aspetos da modernidade. Neste artigo desenvolve-se a perspectiva de que dos contactos culturais e das interações sociais resultam miscigenações, mestiçagens culturais, que se refletem nos processos de identificação social, contribuindo, assim, para o aparecimento de novos tipos de identidades plurais, ou seja, de novos tipos sociais que se afastam do modelo tradicional cigano, mas que também não se dissolvem totalmente nos modelos dominantes.

**Palavras-chave:** Ciganos; Identidades; Mestiçagem; Integração.

## **1. Dinamismo dos processos de identificação**

A principal questão que se coloca no processo de construção identitária tem a ver com a procura de explicações para a sua compreensão e para isso recorre-se à história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, à memória coletiva ou a expectativas pessoais. Nas sociedades modernas actuais assiste-se a uma tendência para a uniformização cultural principalmente feita pelo sistema de educação que, através da reprodução da cultura da elite hegemónica, procura reduzir ao mínimo os particularismos locais e culturais (Castells, 2003).

A imposição de um conjunto de marcadores da identidade unificadora nos Estados Modernos faz-se pela legislação (Marques, 2001) e isso foi crucial para o desenvolvimento da individualização da sociedade (Kaufmann, 2005). Razão pela qual passou a ser aceite que uma cultura represente a cultura nacional e se transforme em cultura dominante. Para Santos (1993), a modernidade deixou que as múltiplas identidades, os contextos e as intersubjetividades que a habitavam fossem reduzidos a uma forma leal ao Estado, em

---

<sup>1</sup> Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais e Gestão da Universidade Aberta (Porto, Portugal). Investigadora integrada no Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (CEMRI/FCT) (Lisboa, Portugal). *E-mail:* omagano@uab.pt

detrimento das pluralidades. Os modelos de Estado não assentam em fenómenos de vigilância de controlo da circulação das pessoas e na necessidade de unificação nacional (Cossée, 2004). Promove-se um sentimento de pertença identitária que se deseja universal e dominante dentro de cada Estado, com formulação de significações em que os elementos culturais são reinterpretados e articulados com acontecimentos políticos, fixando fronteiras, distinguindo o nacional do estrangeiro, o “eu” do outro, o maioritário do minoritário. Esta imposição acaba por ser organizada em volta da unicidade e da integração prometida por um Estado autor e ator identitário, criador, difusor e controlador das regularidades sociais.

Sob o ponto de vista das ciências sociais, a construção do conceito de identidade encontra-se intrinsecamente ligada às questões da modernidade (Giddens, 1990), na medida em que o indivíduo integrado em sociedades tradicionais não se debatia com problemas identitários como hoje são entendidos (Kaufmann, 2005). As transformações sociais verificadas contribuíram para que os processos de individualização crescente fomentassem fenómenos de afirmações identitárias e consequentes formas de diferenciação social.

Ao mesmo tempo que se verificam processos de individualização, assiste-se a processos de individuação, pelos quais o indivíduo constrói a sua identidade particular, com singularidades, tornando-se único, no sentido em que se diferencia e se distingue do coletivo, ao mesmo tempo que se torna consciente da sua individualização (Kaufmann, 2003). Cada indivíduo pode fazer escolhas de acordo com os seus conhecimentos e capacidade de reflexão e, através do processo de individuação, consegue interligar o pré-existente sobre o assunto ao que foi, consciente ou inconscientemente, selecionado, dando lugar ao que Beck (1995) designou por fabricação social dos indivíduos. Assim sendo, as características das sociedades modernas permitem uma maior plasticidade na construção biográfica pela possibilidade de autodeterminação individual (Dubet, 1996), em que a conceção de um projeto de vida traduz a comprovação de uma gestão autónoma que o indivíduo faz de si e representa o culminar bem sucedido de um trabalho socializador (Kaufmann, 2005).

Para Elias, os padrões de autorregulação que os indivíduos têm de desenvolver para a aprendizagem durante a sua formação para se tornarem num indivíduo único, são dependentes das especificidades de cada geração, o que significa que cada indivíduo é determinado pelo ponto em que entra no fluxo do processo social (Elias, 2004). A individuação consiste, então, neste processo de particularização do ser individual e o desenvolvimento do ser psicológico como ser distinto do conjunto. Contudo, o indivíduo precisa da modelação da sociedade em que se insere para se tornar um ser mais forte individualizado e diferenciado que não consegue chegar à compreensão da individualidade se não pelo seu destino de relação e unicamente dependente da estrutura em que nasce, ou seja, ele é, antes de mais, um produto de interdependências (Elias, 2004: 45).

No mesmo sentido, Wacquant (2004) faz a distinção entre o processo de *sociação* e de individuação, sendo que o processo de *sociação* será relativo às nossas categorias de juízo e de ação vindas da sociedade, que são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condicionantes similares, e, por seu lado, o processo de individuação consiste no facto de cada pessoa ter uma trajetória e uma localização única no mundo, que faz com que internalize uma combinação única de esquemas. Ou seja, desse modo, cada indivíduo é, ao mesmo tempo, estruturado (por meios sociais passados) e estruturante (de ação e representações presentes) (Wacquant, 2004: 4).

O tipo e a dimensão de margem de decisão que se abre a cada indivíduo dependem da estrutura e constelação histórica do coletivo humano em que o indivíduo se encontra (Elias, 2004: 72). A sociedade não é apenas tipificadora, mas também individualizadora. É nesta dualidade que o indivíduo se encontra permanentemente: por um lado, a individualização crescente do processo social que lhe permite mais alternativas de modos de vida; mas, por outro lado, depara-se com uma maior confrontação com a necessidade de decidir e se tornar mais independente (Elias, 2004). Contudo, as identidades individuais e sociais não são rígidas e imutáveis. São sim, resultados transitórios e processos de identificação que fazem com que “as identidades sejam sempre identificações em curso” (Santos, 1994: 119). Implica a imbricação em dois processos: pelo primeiro os atores sociais integram-se em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência, com eles se fundindo de modo tendencial (processo de identificação); e o segundo, através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e a diferenciar-se socialmente, fixando, em relação a outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de *identização*) (Pinto, 1991).

O conceito de identidade remete, em simultâneo, para o que cada indivíduo tem de mais específico, as elaborações psíquicas individuais que incorpora pela aprendizagem social de valores e normas sociais, e também para as identidades coletivas, para os quadros gerais da sociedade em que se movimenta e que se incorporam nos indivíduos (Kaufmann, 2003). Na perspetiva de Maalouf (1999), a identidade individual é o que faz com cada um não seja igual a nenhuma outra pessoa e se vai construindo e transformando ao longo da nossa existência. No entanto, a identidade também está relacionada com a perceção que cada indivíduo tem de si próprio, isto é, com a sua própria consciência de existir enquanto pessoa em relação com outros indivíduos com os quais forma um grupo social, a família, as associações, a sua própria nação, etc. Então, a identidade é a interiorização de valores através da socialização que o indivíduo interpreta no desempenho de papéis sociais e que o adaptam ou transformam num ser social identificado com determinada sociedade (Dubet, 1996).

Para Giddens, o desenvolvimento da “autoidentidade” é um projeto reflexivo do *self*, na perspetiva de que o *eu* social consiste na manutenção de narrativas biográficas coerentes, revistas continuamente e que ocorrem em contextos de escolhas múltiplas. A abertura social, a pluralização de contextos de ação, a diversidade de autoridades, a possibilidade de escolha de um estilo de vida assumem importância crescente na constituição da autoidentidade e na atividade quotidiana (Giddens, 1994). A vida do indivíduo moderno organiza-se de modo reflexivo com a avaliação de riscos, ou seja, recorre ao conhecimento especializado (de peritos) para a construção e a estruturação da sua autoidentidade moderna. O indivíduo é detentor de múltiplas identificações (Lahire, 2003) e esforça-se por dar continuidade à experiência vivida, para além da diversidade de experiências e papéis com as suas descontinuidades temporais e também para participar nos ideais e modelos culturais do grupo, concebidos como positivos, variáveis ao longo da história, de acordo com os contextos (Lipiansky et al., 1990; Dubar, 2006).

A perceção da identificação individual e social consiste num reconhecimento recíproco entre o indivíduo e a sociedade capaz de desencadear interações e relações sociais e a interiorização dessas aprendizagens numa dialética constante entre indivíduo

e sociedade (Berger e Luckmann, 1999). A construção das identidades alimenta-se de trajetórias sociais incorporadas nos agentes, das posições ocupadas na estrutura social (na medida em que elas determinam e configuram contextos de sociabilidade e de socialização duráveis) e dos projetos que, em função dessas coordenadas estruturais, são socialmente formados. Ou seja, o contexto e as interações sociais são essenciais para o desenvolvimento de sentimentos de pertença identitária, para a integração e diferenciação, através de práticas de confirmação e de práticas de classes e estatutos sociais. Os “nós” resultantes desses cruzamentos dinâmicos formam um campo de forças que ocupam um determinado espaço físico, geográfico, para além do virtual (Júnior, 2002), onde nenhuma identidade existe sem ser em relação com outras e num contexto espaço-temporal específico de objetivação (Cabral, 2003).

A consciência de si, o *self*, permite que o indivíduo se enraíze e adote de forma “natural” os pontos de vista do grupo social ou coletivo a que pertence. Pela pluralização de contextos é possível fazer escolhas de estilos de vida e planejar a vida de modo reflexivo (Giddens, 2004), uma vez que a modernidade se caracteriza por relações fluidas estabelecidas entre os indivíduos e entre estes e a sociedade, sendo uma mudança radical e irreversível, relativamente à sociedade tradicional (Bauman, 2005). A fluidez da modernidade afetou as estruturas estatais, as condições de trabalho, as relações entre os Estados, a subjetividade coletiva, a produção cultural, a vida quotidiana e as relações entre o *eu* e o *outro*. É assim que, para Bauman (2005), a identidade social significa, ao mesmo tempo, inclusão e exclusão. Serve para identificar o grupo, mas também para o distinguir dos outros. Sob este ponto de vista, a construção da noção de identidade nacional consiste, antes de mais, no poder da exclusão, ao impor fronteiras entre o “nós” e o “eles”, marcando-se negativamente indivíduos muitas vezes, percebidos como dispensáveis para o funcionamento do ciclo económico e de acomodação difícil numa estrutura social da economia capitalista. Nas interações sociais as identidades vão sendo recontextualizadas sendo necessário perceber as especificidades dos campos de confrontação e de negociação em que as identidades se desenvolvem, se formam e se dissolvem (Santos, 1993). O esforço de pensar o sujeito na sua globalidade coloca em causa a identidade única, as obsessões pelo conhecimento das origens, das raízes (Cossée, Lada e Rigoni, 2004).

## **2. Tornar-se integrado**

Os modos de identificação variam ao longo da vida e refletem-se na aceitação ou recusa de aspetos identitários interiorizados pela aprendizagem social que transforma os indivíduos em membros de uma determinada sociedade (Berger e Luckmann, 1999). A alguns indivíduos são atribuídas marcas identitárias estereotipadas e estigmatizadas que constituem obstáculos a uma integração igualitária (Cossée, 2004).

A noção de integração assenta na conceção de que os indivíduos se integram na sociedade que lhes pré-existe em que o processo de socialização visa uma aprendizagem adequada da integração nesse sistema social. Este conceito é usado, a partir de meados do século XX, para designar a operação pela qual o indivíduo se incorpora num determinado meio social (Schnapper, 2007). Sendo esta noção uma construção teórica, para a análise da realidade social importa ter em conta os processos de integração,

estudando o fenómeno social através de interrogações e de definição de conceitos e de indicadores que desenvolvem uma construção da perceção sobre o fenómeno. Esta forma de abordagem permite considerar a variabilidade de processos de integração de acordo com os diferentes domínios da vida coletiva.

Os modelos de integração, ou padrões de integração, propostos pela sociedade têm modalidades intrínsecas de colocar à distância, de criar ou recriar as marcas identitárias que distinguem os indivíduos entre si em que, por vezes, a igualdade estabelecida formalmente é (re)produtora de formas de discriminação ou de exclusão. Para combater a diferenciação institucional, algumas sociedades adotaram políticas multiculturais que reconhecem e pautam os atos públicos por práticas multiculturais, por exemplo, com a formalização do uso de diversas línguas oficiais ou por um projeto de identificação cultural (Taylor, 1994). De acordo com Taylor, a conceção de multiculturalismo significa a convivência de grupos culturalmente distintos num mesmo espaço territorial, sendo, nesse sentido, um fenómeno antigo que também se verifica nas sociedades contemporâneas. Contudo, significa também uma teoria normativa que se apresenta como solução para os problemas de convivência entre os indivíduos e os diferentes grupos culturais que procuram uma coexistência conjunta mantendo as suas culturas de origem, sendo esta teoria usada para resolver e ultrapassar alguns conflitos etnoculturais em que se tornam necessárias políticas de reconhecimento público de minorias discriminadas (Taylor, 1994). O contexto multicultural deve estar associado a políticas de reconhecimento público das diferenças, por parte das instituições públicas, para que as diferenças culturais possam existir, uma vez que estão vinculadas à formação das diferentes identidades. Neste caso, a cidadania deveria pautar-se pelo bem-estar dos diferentes grupos, pela conjugação dos direitos fundamentais e ter em conta as particularidades culturais dos grupos, a exercer dentro dos limites territoriais e ideológicos do Estado (Taylor, 1994). Ou seja, trata-se de fazer a defesa do reconhecimento público pleno e total de todo o cidadão como igual com formas de respeito pela identidade de cada indivíduo sem ter em conta o sexo, a raça ou etnia e as atividades, práticas e conceções do mundo, particularmente associados a grupos desfavorecidos. Esta política de reconhecimento deve traduzir-se numa política de diferença que se contrapõe, e complementa, ao princípio de igualdade universal, denunciando e recusando “cidadanias de segunda classe” (Taylor, 1994: 57).

As afirmações identitárias e a defesa das especificidades culturais são hoje um vetor importante de formulação de questões coletivas. Como responder-lhes com políticas voluntárias de reconhecimento de especificidades culturais? (Doytcheva, 2005). Apesar de o multiculturalismo ser concebido como um projeto de promoção equitativo das diferenças no espaço público, com a coexistência pacífica e harmoniosa entre as diferentes culturas, esta política de reconhecimento é, em alguns países, entendida como uma forma de atentado à história de luta pelos valores de individualismo, universalismo e a laicidade conquistadas, em que o multiculturalismo é visto como uma invenção marcada por uma visão comunitarista e diferencialista, estranha à tradição republicana (Doytcheva, 2005). O que se constata, em muitos países, é que, apesar de formalmente instalado o multiculturalismo, reconhece-se as suas fragilidades e assiste-se ao aumento de manifestações racistas, por vezes veladas ou subtis (Wieviorka, 2010).

A teoria multiculturalista começa a ser criticada e colocada em causa por se

considerar que pode conter o risco de querer fechar indivíduos, grupos ou comunidades numa tradição. Para Wieviorka (2010: 127), o multiculturalismo acaba por se transformar numa espécie de “fábrica de elites” que reproduzem o seu poder e os seus privilégios, sendo acusado de favorecer identidades tradicionais ou comunitárias e de liquidar os valores universais da herança das luzes. O conceito de interculturalidade tem vindo a sobrepor-se ao conceito de multiculturalidade, apostando na importância dos contextos, nas interações sociais e nos resultados surgidos dessas dinâmicas sociais. Preconiza-se a defesa de “integração pluralista ou de um modelo intercultural” (Clanet, 1990: 63), que é, sobretudo, proveitoso no caso da existência de culturas minoritárias. Se o conceito de integração reenvia para a ideia de interdependência entre culturas dominantes e minoritárias, envia também para a ideia de reparação, de recreação, de renovação em relação ao sentido de coerência de uma globalidade, então, o projeto de integração pluralista ou de sociedade intercultural reenvia para a noção de democracia cultural, projeto que parte da diversidade cultural e procura dar, a cada indivíduo ou grupo, os meios para aceder a uma interdependência cultural (Clanet, 1990).

Os processos de aculturação são dinâmicos e multilíneares na construção das identidades pessoais minoritárias no seio das identidades coletivas, sendo que significam a relação entre os indivíduos num processo contínuo e dialético de intervenção social e humana. Ou seja, são modelos formados pelo contexto dentro do qual o indivíduo foi criado ou vive em que a integração surge como processo e resultado do contacto intercultural e conduz a “atitudes de aculturação” (Berry, 2004: 33), com a possibilidade de conciliação entre aculturação e integração sem a perda das pertenças identitárias. Mas nem sempre todos os grupos classificados como “etnoculturais” têm possibilidade de se inserir de forma paritária na dinâmica das relações interculturais, por haver reconhecimentos culturais diferenciados à partida. Para que haja uma acomodação mútua, é preciso que a integração possa ser feita com aceitação, pelos grupos dominante e não dominante, do direito de todos viverem com culturas distintas dentro de uma mesma sociedade, compartilhando instituições comuns e em transformação. Isto é, deve ser quando a integração significa que a diversidade cultural é um objetivo da sociedade como um todo, representando uma estratégia de mútua acomodação, e que esteve na origem da política do multiculturalismo (Berry, 2004: 35). Apesar da ideologia multicultural defender que a diversidade cultural é benéfica para as sociedades e para os seus membros, persistem conflitualidades culturais e a estigmatização de certos grupos culturalmente distintos.

### **3. Hibridismos, mestiçagens e pluralidades identitárias**

Sobretudo no que se refere às características de fluidez, de transformação e de dinamismo social dos processos de identificação social, será que continua a fazer sentido afirmar a existência de cultura(s) ou identidade(s) específicas, nomeadamente a(s) cigana(s)? Para Bastide (1989), em todos os processos de socialização existe aculturação de traços culturais que resultam em trocas e receção de novos valores e atitudes e já vimos, com Berry (2004), os constrangimentos que resultam dos processos de acomodação, mas os resultados das interações culturais vão sendo incorporados ao longo dos processos de socialização, de onde resulta um hibridismo cultural, na origem de formas de mestiçagem

cultural e de novas configurações identitárias (Bastide, 1989). Compreender processos de mestiçagem e de influências culturais passa por ultrapassar “fronteiras” simbólicas, culturais e sociais e sobre como cada indivíduo circula entre diferentes espaços sociais, entre grupos culturalmente distintos, apreendendo aspetos múltiplos das diversas culturas que se incrustam na formação identitária de cada um (Ramos, 2006; Costa, 2007).

Os espaços de fronteira são, ao mesmo tempo, lugares de encontro, interação e de troca, isto é, são lugares de relação e de narrativas identitárias (Friedman, 2001). São espaços difíceis, de conflitualidade, mas também possibilitam o desenvolvimento de uma consciência mestiça<sup>2</sup>, o que permite um ajuste às múltiplas posições que o indivíduo ocupa e às diversas comunidades a que pertence enquanto membro de uma minoria (Friedman, 2001). As raiais da fronteira funcionam, simbólica e materialmente, segundo conjuntos binários em que se combina o puro e o impuro, o mesmo e o diferente, o dentro e o fora. Se, por um lado, remetem para a noção de pureza, distinção e diferença, por outro lado, propiciam a mistura e a *crioulização* (Glissant, 1996). São zonas de contacto para onde convergem as diferenças fluidas e onde o poder circula de forma complexa e multidimensional e indiciam quem lhes pertence ou não. A atribuição de uma designação a uma minoria tem um efeito simbólico, marcando as relações de poder entre os grupos sociais na sociedade (Bourdieu, 1979, 1989).

As culturas nascem de relações sociais desiguais, o que justifica, segundo Cuche (1999), que se fale, de preferência, de grupos sociais que mantêm entre si relações de dominação e de subordinação, trocas reais e simbólicas entre os que estão classificados em grupos, separados por “fronteiras” simbólicas, de onde podem resultar aproximações sociais. De acordo com Bourdieu (1979), as práticas culturais constituem os marcadores privilegiados das distâncias sociais e das estratégias de distinção, marcadas também pela relação desigual das diferentes classes sociais com a necessidade económica que o autor ilustra com a noção de capital social, elemento indicativo da diferenciação social.

A classificação identitária, as categorizações e as marcas identitárias são formas de discriminação que pesam sobre os indivíduos e os grupos alterizados, “marcados” social e simbolicamente (Wieviorka, 2001). Os indivíduos “alterizados” circulam entre diferentes universos e espaços sociais, entre várias pertenças e referências ou diversas maneiras de se definir. Trata-se de um percurso com obstruções, mas fundamental de percorrer, para a reinterpretação de si e do grupo de pertença, passando, necessariamente, pela redefinição e reconfiguração de identidades.

A globalização contribuiu para a proliferação de fenómenos de mescla de culturas, de multiculturalismo e de afirmações identitárias que surgem sob a forma de defesa de tradições locais ou de xenofobia. A economia acelerou os intercâmbios, originando uma espécie de “*melting pot*” planetário (Gruzinski, 2001: 305). A palavra mestiçagem esteve, durante muito tempo, associada às sociedades coloniais, mas, atualmente, a expressão é usada para descrever, não só o fenómeno biológico, mas também para designar um estilo de vida e uma maneira de pensar o mundo (Sansone, 2004). Neste sentido, a mestiçagem é uma espécie de processo de “*bricolage*” (Laplantine e Nouss, 2002) e

---

<sup>2</sup> Para investigadores da Escola de Chicago, o processo de mestiçagem era um enriquecimento em que do contacto cultural surge um novo tipo de personalidade (Coulon, 1995).

que procura ultrapassar a rigidez de noções dicotómicas. O pensamento mestiço é de mediação e participação em, pelo menos, dois universos sociais, culturais e simbólicos. As mestiçagens são fenómenos variados e complexos, traduzem intenções, pensamentos e ideias, motores que facilitam os processos de mescla (Gruzinski, 2001). Mas por que é tão difícil pensar a complexidade e a mestiçagem? Como a mestiçagem consiste num produto de interações não lineares entre muitas variáveis, de intercâmbios, vaivéns contínuos e imprevisos entre elementos em movimento, de um modo geral, temos esses processos de mistura. A mestiçagem é sempre mais do que uma “*bricolagem*” intelectual, ela tem também uma dimensão política. Podemos estender a categoria de mestiço a todos os indivíduos que desenvolvem e que assumem o papel de “*passseurs*” entre as sociedades e os grupos (Gruzinski, 2001). A conceção de mestiçagem convida-nos a observar o modo como as culturas se modificam, a estarmos atentos às flutuações de identidades e às fronteiras, onde tudo se mistura e tudo se muda (Wieviorka, 2001). Com a mistura, trata-se de estudar as interações, os reencontros, as relações entre grupos e indivíduos que se transformam sob o efeito destas relações. Para Laplantine e Nouss (2002), a mestiçagem pertence ao território do ato, ou seja, aos fenómenos sociais que acontecem na realidade social. É o acontecimento que se dá numa temporalidade, no qual já não é possível distinguir o passado, o presente e o futuro em estado puro. A identidade híbrida ou plural surge como resultado das distintas culturas que convivem no espaço territorial e social. Este resultado nem sempre é harmonioso, porém possibilita o cruzamento e o processo de hibridação identitária e de reconstruções culturais (Júnior, 2002). Assim sendo, todas as culturas são mescladas e resultantes de contactos culturais (Júnior, 2002), ou seja, não existem culturas “puras”. Glissant (1996) sugere duas noções de cultura historicamente construídas que permitem pensar sobre orientações básicas entre povos colonizadores e colonizados: as culturas atávicas e as culturas compósitas. As atávicas seriam as culturas que se procuram expandir e sobrepor àquelas com que vieram a deparar-se no seu curso histórico. As compósitas seriam formadas por elementos heterogéneos e abertas ao contacto com outras culturas, mostrando-se dispostas a mesclar-se (Júnior, 2002). Na perspetiva de Glissant (1996), as culturas atávicas foram difundidas sobretudo através de textos impressos e as compósitas através da oralidade. Hoje em dia, assiste-se a uma abertura das culturas classificadas como atávicas pela intensificação dos contactos culturais (Júnior, 2002), em crescimento nas sociedades e culturas compósitas, quase generalizado pelos fenómenos de distensão cultural, advindos do processo de globalização e das consequências da modernidade (Giddens, 1990).

A teoria subjacente ao fenómeno de miscigenação, das misturas e das mesclas que resultam em mestiçagens culturais, pode ser transposta para a análise dos processos de identificação dos indivíduos de origem cigana, uma vez que não existem tipos identitários puros. Trabalhámos a hipótese de que a cultura e a identidade cigana refletem esta plasticidade e multiplicidade de entrecruzar traços culturais. Esta perspetiva implica alargar o campo de análise sobre a formação das identidades ciganas para perceber novos processos de identificação construídos, tendo por base valores culturais atribuídos aos indivíduos de origem cigana, mas também alguns dos valores imputados à sociedade dominante e a forma como eles se conjugam.

#### 4. Traços culturais e identitários ciganos

A questão “quem são os ciganos” é antiga e coloca-se, frequentemente, em relação às “fronteiras” sociais entre ciganos e não ciganos (Mayall, 2004). Os ciganos são, geralmente, contestados pelas sociedades em que vivem, sendo-lhes imputadas representações negativas. Por outro lado, frequentemente são acusados de manter uma identidade social e pessoal diferente da “normal”, com associação a traços entendidos como desviantes (de que “não trabalham”, “são sujeitos”, “são violentos e agressivos”, etc.). As representações estigmatizantes podem reforçar o conflito entre o grupo identitário tradicional e a sociedade dominante. No entanto, é importante frisar as diferentes origens, com variações culturais e sociais de traços culturais, de mesclagens e aculturações com trocas culturais. Foi o que constatámos num grupo cigano estudado na cidade do Porto<sup>3</sup> (Magano, 1999), cujos resultados indicaram formas de aculturação de modos de estar e de estilos de vida próximos da sociedade portuguesa em geral, enquanto outros aspetos se podem considerar tradicionais ciganos, tais como os casamentos endogâmicos e a preferência pela autonomia em relação ao mercado de trabalho (prática de mendicância e de venda por conta própria). O peso de alguns destes valores pode justificar a continuação de altas taxas de analfabetismo<sup>4</sup>, que impossibilitam alternativas profissionais.

Para Fraser, “ao longo dos séculos, apesar de constantemente expostos a múltiplas influências e pressões, os ciganos conseguiram preservar uma identidade própria e demonstrar notável capacidade de adaptação e sobrevivência” (1997: 7). Mas não existem contactos sociais neutros e também os ciganos desenvolveram estratégias de adaptação (Liégeois, 1994: 39). Em paralelo com a história de exclusão, existem histórias de integração, havendo ciganos em situações variadas no que se refere à inserção no espaço habitacional, na escolarização, no desempenho de atividades económicas, etc. Apesar de vários estudos que contrariam a perspetiva de homogeneidade social e cultural dos ciganos em Portugal (Blanes, 2006; Mendes, 2007; Bastos *et al.*, 2007), persistem imagens e representações com tendência para agregar como se de um grupo homogêneo se tratasse, fechado sobre si mesmo e portador de uma identidade específica estática.

Como lidam os ciganos com a pressão cultural exercida pelo peso da tradição cigana e o desafio das transformações e oportunidades de vida diferentes? Se, por um lado, há coação exercida pelo peso da tradição, por outro, as interações e práticas sociais, com a convivência quotidiana nos espaços habitacionais, de trabalho, feiras ou outros locais, a instituição escolar, áreas de comércio de lazer e, mais atualmente, as redes sociais digitais, têm impacto a considerar nestes processos de transformação cultural e identitária, que se sobrepõem e complementam a socialização.

Para Fernandez (2001), a situação vivida atualmente pelos ciganos prende-se com o facto de nunca terem competido socialmente, de forma directa, com outros grupos sociais. O autor aponta que sempre viveram a reboque do progresso social e económico e fora das coordenadas de industrialização e de competitividade, estando, atualmente, a pagar o preço desse afastamento da sociedade envolvente. Sob o ponto de vista de traços culturais ciganos, de acordo com alguns autores (por exemplo, entre os autores espanhóis, Garrido,

<sup>3</sup> Estudo etnográfico realizado em 1998-1999 para a realização de dissertação de Mestrado em Relações Interculturais.

<sup>4</sup> Quando foi realizado o estudo, em 1999, quase toda a população cigana residente era analfabeta. Apenas dois rapazes tinham frequentado a escola até ao 4º ano (num universo de 80 pessoas ciganas).

1999 e Román, 1994 e entre os portugueses, Mendes, 2007; Lopes, 2008 e Casa-Nova, 2009), há a concordância sobre alguns traços culturais ciganos como, por exemplo, a ideia de uma origem comum, a tradição, a língua, a valorização da idade e da experiência como princípios estruturantes do *status*, o respeito e o culto que consagram aos seus mortos, assim como a coesão e a diferenciação assumida face aos não ciganos, o valor da palavra dada, a ideia do presente, a proteção das crianças e a solidariedade são alguns dos traços distintivos nos coletivos que se autotransformam como ciganos e que constituem parte integrante deste conteúdo étnico necessário à sobrevivência do grupo como unidade social diferenciada. Este conjunto de valores contribui para a manutenção da hierarquia no seio da família e para a preservação da autoridade no grupo, o que favorece o reforço da identidade dos ciganos enquanto grupo. No caso da sociedade portuguesa, a situação é idêntica, o que muito tem contribuído para que continuem a ser vistos como uma das minorias mais refractária e distinta da cultura dominante (Nunes, 1996).

As transformações sociais provocadas pela massificação dos meios de comunicação social, os avanços tecnológicos e de infraestruturas (a televisão, melhores vias de comunicação, telecomunicações), os realojamentos habitacionais que abriram espaço para contactos sociais mais alargados (Castro, 1995), a partilha de espaços, a obrigatoriedade da frequência escolar, medidas de política social e a utilização mais frequente e adequada das estruturas de saúde (Silva, 2005), trazem para a análise novos elementos a ter em conta na difusão de valores e estilos de vida mais universais que se interpenetram no mundo tradicional cigano.

Os ciganos, enquanto grupo social em processo de interação contínua com uma sociedade virada para o trabalho e para o consumo, vão sofrendo mudanças ao nível dos seus valores e estilos de vida, aculturando-se e apropriando-se de algumas ofertas da sociedade em que estão inseridos (Silva, 2005; Dias, Alves, Valente e Aires, 2006). Os processos de mudança podem traduzir-se em desejos de individualização e de mobilidade social. Para quem aspira a fazer um percurso de mobilidade social, é mais fácil ter êxito se existir mais identificação com o grupo maioritário do que com o grupo de pertença etnicizado. Uma das formas de o fazer é o tipo de atitude com a escola, tendo em conta o impacto que a escolarização assume para o processo de integração social (Vala, 2003). Apesar do processo de desindustrialização, o trabalho continua, ainda hoje, a ser entendido como o principal fator de integração<sup>5</sup> e definidor de lugares sociais pelas profissões desempenhadas e, em conjunto com a escolarização, são elementos essenciais para a definição de estatuto social e de lugar social (Soulet, 2000; Schnapper, 2007). Ou seja, a instituição escolar pode ser instância privilegiada de capacitação e operador central na definição da possibilidade de colocação no mundo do trabalho e de ascensão de classe. Escolarização e trabalho continuam a ser os principais indicadores definidores dos estatutos sociais (Schnapper, 2007) que propiciam mudança socioeconómica que pode servir como meio de favorecer a integração social.

---

<sup>5</sup> Para o conceito de integração social seguimos a proposta de definição de Gaulejac e Léonetti (1994) e de Schnapper (2007), usando como principais indicadores a escolarização, a relação com o trabalho e as relações sociais, etc., sobretudo em três grandes dimensões: a económica, a social e a simbólica. Integração social consiste num processo de incorporação em várias dimensões sociais, sendo que se espera a participação na dimensão económica (trabalho, produtividade e consumo), na dimensão social (serem mantidas interações sociais com a preservação de laços simbólicos e culturais), na sociedade global (pressupondo-se uma participação cívica efetiva na vida pública) e na dimensão simbólica, que consiste na partilha e adesão a normas e a valores comuns.

## 5. Pluralidade de identificação de ser cigano

Aderir ao que é da sociedade dominante pode ser interpretado como uma vontade de se querer “*apayar*” ou “assenhorar”<sup>6</sup> e ser entendido como uma espécie de traição ao grupo de origem. Com efeito, o facto de levar uma vida não cigana pode implicar o afastamento de certos rituais do grupo cigano (Reis, 2001). Pode fazer com que deixe de participar em rituais ciganos, mas também pode sentir desconforto, como refere um cigano advogado e autarca, pelo fosso entre o modo de vida que leva e a de outros ciganos, sendo, por vezes, difícil ter motivo de conversa, mesmo que, por parte dos seus familiares mais diretos, se verifique apreço e orgulho por ter “conseguido chegar aos senhores” (Reis, 2001: 36).

Num estudo qualitativo realizado sobre percursos de integração de indivíduos ciganos em Portugal<sup>7</sup>, analisámos indivíduos de origem cigana sob o ponto de vista da alteridade, mas também atentámos na sua complexidade e diversidade cultural, procurando compreender as múltiplas lógicas com que se debatem e que procuram combinar. Verificámos sentimentos de identificação com um certo “*habitus cigano*” relativo ao grupo cigano de origem (ainda que, por vezes, seja meramente simbólica), com distinções entre grupos de ciganos o que remete para diferenças socioeconómicas e estatutos atribuídos de acordo com as origens e as atividades económicas, com maior ou menor prestígio. Situação que é exemplificada com os ciganos “*chabotos*” ou “ciganos transmontanos”, que serão mais pobres e menos integrados. Para uma entrevistada (Magano, 2010): “os ‘*chibotos*’ não têm tantos recursos como os outros” (Mulher, 26 anos, pai cigano e mãe não cigana, zona urbana), e considerados menos integrados socialmente.

“(..) o cigano de Trás-os-Montes é completamente diferente do cigano do Porto, mesmo os próprios valores são também eles diferentes. Por exemplo, no caso da minha mãe há uma maior permissividade no que toca à intromissão de pessoas não ciganas na própria comunidade, portanto, que todos aceitaram perfeitamente o meu pai (não cigano).” (Mulher, 25 anos, mãe cigana e pai não cigano, zona urbana).

Estas diferenças surgem hierarquizadas em culturas e subculturas ciganas:

“R – Nós normalmente tratámo-los por “galegos”, por “beirões” e por “*chabotos*”. Isto tem a ver exactamente do maior desenvolvimento ou do maior acompanhamento do progresso para o menos acompanhamento do progresso. Não consegue encontrar, por exemplo, num cigano da subcultura menor, se assim quiser chamar, dos “*chabotos*”, uma menina com calças de ganga, ah... não encontra uma apetência por ir ao cinema ou por ir... por ver televisão...”

---

<sup>6</sup> Expressão usada por indivíduos de origem cigana que significa tornar-se não cigano.

<sup>7</sup> Tese de doutoramento em Sociologia: Magano, Olga (2010), “*Tracejar vidas normais*”. Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa. Lisboa, Universidade Aberta. Esta investigação seguiu uma metodologia qualitativa com recurso à realização de entrevistas em profundidade a ciganos integrados em várias zonas do país.

Portanto, há aqui, digamos, um sentimento muito mais tradicionalista daquela vida nómada cigana, só vivência... (...) Só vivência cigana em que... não há preocupação com o negócio, vivem da mendicidade. Portanto, e depois, há o sector intermédio que é os “beirões”, que já misturam um bocado do tradicionalismo com o progresso. Portanto, já há aqui uma mescla entre... Já não são tão tradicionais mas também não são tão progressistas. E depois temos então os “galegos”, que esses então já estão mais progressistas...” (Homem, 51 anos, ambos progenitores ciganos, zona urbana)

Não obstante as práticas culturais de origem serem os marcadores privilegiados das distâncias sociais e das estratégias de distinção (Bourdieu, 1979), os grupos sociais interagem no mesmo espaço e os contactos despertam novos olhares e novas perspetivas sobre o outro. O contacto e o convívio com não ciganos, casamentos mistos e escolarização mais prolongada foram marcantes para optar por um rumo de vida alternativa que não o tradicional<sup>8</sup>. As vivências sociais diversificadas interferem nos processos de identificação dos indivíduos e se traduzem em formas plurais de estar e de se definir como ser cigano, muitas vezes, até por aparentes contradições discursivas quando, por exemplo, admitem que, mesmo não fazendo vida de cigano, continuam a sentir-se ciganos. O sentimento de ser cigano pode assumir várias formas, com casos de combinação de aspetos da modernidade com traços culturais ciganos tradicionais (Magano, 2010).

“Tomam os ciganos todos como: “eles vão à feira”... (...) Os que vivem em barracas e os que são muito pobrezinhos. Muitos dos que vão às feiras nem sequer vivem em barracas nem sequer são muito pobrezinhos” (Homem, 51 anos, pai cigano e mãe não cigana, zona urbana).

Apesar das diferenças identificadas, há quem defenda a existência de um comum sentimento cultural: “Os valores e costumes são próximos. São diferentes na maneira de ser” (Homem, 24 anos, progenitores ciganos, zona urbana), o que permite perspetivar uma “Unidade da cultura dos ciganos de Norte a Sul do país” (Homem, 24 anos, progenitores ciganos, zona urbana).

“Eh...por isso é que quando se diz: “Ah, os ciganos são diferentes de todos os outros”, são nesta perspectiva! Porque depois, no tal sentimento cultural, eles são rigorosamente iguais, quer eles estejam no patamar mais inferior, quer estejam no patamar mais superior, são rigorosamente iguais. E portanto, isto não acaba com a escolarização e não acaba com rigorosamente

---

<sup>8</sup> Foram realizadas 21 entrevistas: 11 homens e 10 mulheres. Em 19 dos entrevistados a viver conjugalmente, há 14 casos em que o(a) cônjuge é de origem não cigana. Todos os entrevistados homens frequentaram a escola: dois fizeram o 4º ano de escolaridade; um o 6º ano de escolaridade; dois o 9º ano de escolaridade; dois o 12º ano de escolaridade; um fez curso técnico-profissional; um é licenciado e dois têm mestrado. No caso das mulheres, a escolaridade é a seguinte: uma não tem escolaridade; quatro fizeram o 4º ano de escolaridade; uma o 5º ano e frequenta formação profissional; três fizeram o 9º ano e, por fim, outra mulher conclui o ensino superior.

nada porque nós mantemos esta estratégia de não falar de tudo aquilo que é ...o nosso sentimento mais íntimo eh... nem nós nem as nossas crianças. Elas sabem até onde é que podem ir, pois são precisamente educadas, em termos familiares, para saberem até onde é que podem ir e onde devem parar.” (Homem, 51 anos, progenitores ciganos, zona urbana)

São assumidas posturas de autodistanciamento e de autodiferenciação em relação aos outros grupos ciganos, por exemplo, defendendo que: “Nós não somos assim.”, “Nem todos os ciganos são iguais” (Mulher, 26 anos, pai cigano e mãe não cigana, zona urbana), ou “Os “gitanos” não casam com os de fora” (Mulher, 29 anos, progenitores ciganos, zona urbana). Os grupos têm formas diferentes de estar e uns são considerados mais conservadores do que outros.

O sentimento de pertença cigana expressa-se no “orgulho em ser cigano”, reivindicando a origem cigana: “Eu sou cigano e direi que sou cigano até morrer” (Homem, 27 anos, progenitores ciganos, zona urbana) ou “Eu começo por lhe dizer que sou orgulhosamente cigano. Tive um percurso de vida sem dúvida diferente” (Homem, 51 anos, progenitores ciganos, zona urbana). Este orgulho manifesta-se também pelo tipo de percurso ascendente que se conseguiu fazer, por exemplo, “(...) porque estava na escola e na escola era o único cigano, era o especial” (Homem, 24 anos, progenitores ciganos, zona urbana). Ser escolarizado, ter feito formação profissional, desempenhar uma profissão não cigana parece não afastar o sentimento de identificação com a cultura cigana, pelo menos em termos essencialistas e abstratos. Defende-se a compatibilização entre ser cigano com estudos e continuar a ter uma relação próxima com o “mundo cigano” de origem, com conciliação de sentimentos de várias pertenças, fazendo uma reinvenção das suas origens e de si mesmos.

“R – Tenho muito de cigana, tenho muito, a fala... (...) Porque é assim (...) porque em casa eu falo, até com o meu companheiro eu falo cigano. (...) Eu estou a trabalhar, deixo cair, eu falo cigano...” (Mulher, 45 anos, progenitores ciganos, zona urbana)

Para alguns entrevistados, não é por desempenharem atividades profissionais diferentes das tradicionais ciganas ou por serem escolarizados que deixam de ser ciganos.

“R – Sim, estou satisfeita. Estou satisfeita e, mais uma vez lhe digo, estou orgulhosa, porque uma pessoa depois vai andando e vai vendo tanta miséria (...). No trabalho convive com várias pessoas, com várias caras, mas sabem sempre que se uma pessoa é descendente de cigana já é cigana, e depois há sempre aquela coisa: “Ah é cigana”, há sempre aquela coisa... Mas eu, de certa forma, sinto-me orgulhosa. Houve uma vez uma rapariga com que eu trabalhava nas limpezas que disse: “Aii! Vieram-me dizer que tu eras cigana!”. Eu disse à rapariga: “Por acaso não sou bem cigana, sou metade!”

(...)” (risos). (Mulher, 25 anos, mãe cigana e pai não cigano, zona urbana).

Mas as opções de vida integradas podem, também, ter um custo em relação ao universo de vida cigano. Os entrevistados referem que, muitas vezes, são considerados por outros ciganos como alguém que expõe a cultura cigana aos de fora e são alvo de punições por parte do grupo. Podemos constatar esse desalento quando referem já não ter praticamente contactos com a cultura cigana. O mesmo se passa quando se tecem críticas a aspetos culturais ciganos, considerados como obsoletos, sobretudo no que diz respeito a punições no caso de desavenças familiares, o querer fazer justiça pelas próprias mãos, completamente desajustado à sociedade atual. Distanciam-se de alguns traços culturais, por exemplo, o casamento endogâmico, os acordos nos “pedimentos”, prática de luto (especialmente no caso das viúvas, por exemplo, o rapar do cabelo das viúvas, o impedimento de voltar a casar), a pressão para se dedicar “à venda”, etc. (Magano, 2010).

“R – Não creio que exista uma vida de cigano. A vida que o cigano faz é a vida que muita gente faz. Por exemplo, o cigano em si mesmo tem uma vida normal, logo que o deixem ter uma vida normal. Portanto, pode ser visto por esse aspecto também. O cigano, por exemplo, levanta-se às 7.30 da manhã, põe as crianças na escola, vai para a feira, vendeu ou deixou de vender, pegou nas suas coisinhas, vem para casa, toma um banhinho vai para o café, assiste a televisão ou vai para a igreja. É uma vida normal que o cigano faz.” (Homem, 55 anos, progenitores ciganos, zona urbana)

Uns são considerados mais abertos e outros mais tradicionalistas. Os ciganos residentes nas grandes cidades consideram-se mais abertos a contactos com não ciganos, por força da necessidade de desenvolverem as suas atividades sociais e a partilha de espaços residenciais, mas, em simultâneo, entendem que eles são, também, os mais tradicionalistas, por não aceitarem ligações matrimoniais com não ciganos (entendido como desgosto e até motivo para fazer baixar o estatuto da família perante todos os outros ciganos) (Magano, 2010). A diferença entre grupos pode verificar-se, sobretudo, nas formas de vida: “uns vivem do negócio, outros vivem da mendicidade” (Homem, 51 anos, progenitores ciganos, zona urbana).

Pela diversidade de posturas encontradas verificam-se reconfigurações contínuas do conceito de ser cigano resultante das aprendizagens sociais dos percursos de vida de integração que culminam na reivindicação de ser cigano, ainda que integrado. A reivindicação de ser cigano diferente do tradicional traduz um desejo de ver recontextualizadas e reconhecidas as transformações das identificações identitária.

## **Conclusão**

A construção da identidade cigana constitui um processo social dinâmico, em contínua mutação, devendo-lhe ser retirada a marca de tradicional e estática. Propomos uma designação plural de identidades, para englobar as transformações sociais, as novas configurações e

reconfigurações identitárias que, no caso dos ciganos, se prendem, sobretudo, com questões relacionadas com a diversidade de estatutos socioeconómicos e de origem social que se traduzem em diferentes posturas de integração na sociedade portuguesa. O aumento da escolaridade e da formação profissional permite aos indivíduos de origem cigana percursos de mobilidade social e, conseqüentemente, de estatuto social, com adaptação de diferentes modos de vida, nomeadamente com maior abertura para casamentos exogâmicos.

Torna-se claro que, apesar dos condicionalismos culturais, os indivíduos têm algum espaço social para escolher e traçar projetos de vida individual (Velho, 1999). O projeto de vida é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, mas também reflete as redes sociais e os contextos em que se movimentam os atores e que tivemos oportunidade de constatar (Magano, 2010). Da integração e partilha de alguns valores da cultura cigana e da contestação de outros surgem formas de mestiçagem cultural que influenciam o processo de identificação com a cultura e com a identidade cigana, com a combinação de alguns valores tradicionais, mas também para a integração de valores e atitudes não ciganos. Dos processos de socialização dos ciganos na sociedade portuguesa surgem novas formas de estar e de se autodefinir como indivíduos com identificações múltiplas ciganas, mas também não ciganas, traduzidos numa pluralidade de formas de estar e relacionamento com a sociedade em que estão inseridos, com várias formas de se sentir cigano, com a defesa de que a cultura cigana deve acompanhar e enfrentar desafios e as novas oportunidades sociais, sendo uma das principais vias para isso a escolarização.

### Referências bibliográficas

- BASTIDE, Roger (1989), *As religiões africanas no Brasil*, São Paulo, Enio Matheus Guazzelli e C<sup>a</sup>.
- BASTOS, José G. P.; CORREIA, André C. [et al.] (2007), *Sintrensens ciganos. Uma abordagem estrutural-dinâmica*, Lisboa, Câmara Municipal de Sintra e ACIDI.
- BAUMAN, Zygmunt (2005), *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- BECK, Ulrich (1995), “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”, in Anthony Giddens [et al.] (eds.), *A modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*, S. Paulo, UNESP, pp. 11-71.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1999), *A construção social da realidade – Um livro sobre a sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
- BERRY, John (2004), “Migração, aculturação e adaptação”, in Sylvia D. DeBiaggi e J. Paiva (eds.), *Psicologia, Imigração e cultura*, São Paulo, Casa do Psicólogo, Livraria e Editora, pp. 29-45.
- BLANES, Ruy L. (2006), *Aleluia. Música e identidade num movimento Evangélico cigano na Península Ibérica*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- (1989), *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- CABRAL, João P. (2003), “Identidades inseridas: algumas divagações sobre identidade, emoção e ética”, in *Working papers*, ICS, Universidade de Lisboa. Disponível em: [www.ics.ul.pt](http://www.ics.ul.pt).
- CÂMARA, Ana C. (2003), “Gypsy Kings”, in *Jornal Expresso*, n.º 1591, 25 de Abril de 2003, pp. 80-90.

CASA-NOVA, Maria José (2009), *Etnografia e produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*, Lisboa, ACIDI.

CASTELLS, Manuel (2003), *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTRO, Alexandra (1995), “Ciganos e habitat: entre a itinerância e a fixação”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 17, 97-111.

CLANET, Claude (1990), *L’Interculturel: questions de terminologie*, Paris, L’Harmattan.

COSSÉE, Claire (2004), “Tsiganes, ‘gens du voyage’ et construction d’une parole publique”, in Claire Cossée, Emmanuelle Lada e Isabelle Rigoni (orgs.), *Faire figure d’étranger. regards croisés sur la production de l’altérité*, Paris, Armand Colin, pp. 239-259.

COSSÉE, Claire; LADA, Emmanuelle; RIGONI, Isabelle (2004) (Orgs.), *Faire figure d’étranger. Regards croisés sur la production de l’altérité*, Paris, Armand Colin.

COSTA, António F. (2007), “Os desafios da teoria da prática à construção da sociologia”, in José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (orgs.), *A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 15-29.

COULON, Alain (1995), *A Escola de Chicago*, São Paulo, Papirus Editora.

CUCHE, Denys (1999), *A noção de cultura nas ciências sociais*, Lisboa, Fim de Século.

DIAS, Eduardo C.; ALVES, Isabel; VALENTE, Nuno; AIRES, Sérgio (2006), *Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão-integração*, Lisboa, ACIME.

DOYTCHEVA, Milena (2005), *Le Multiculturalisme*, Paris, La Découverte.

DUBET, François (1996), *Sociologia da experiência*, Lisboa, Instituto Piaget.

ELIAS, N. (2004), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Dom Quixote.

FERNANDEZ, António C. (2001), “Sobre la identidad gitana”, in *Gitanos, Pensamiento y Cultura*, pp. 39-46.

FRASER, Angus (1997), *História do Povo Cigano*, Lisboa, Editorial Teorema.

FRIEDMAN, Susan S. (2001), “O ‘falar da fronteira’, o hibridismo e a performatividade: teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 61, 5-28.

GARRIDO, Albert (1999), *Entre Gitanos e Payos: Relación de Prejuicios y Desacuerdos*, Barcelona, Flor Del Viento.

GAULEJAC, Vicent; LÉONETTI, Isabelle T. (1994), *La Lutte des Places: Insertion et Désinsertion*, Paris, Hommes et Perspectives/Desclée de Brouwer.

GIDDENS, Anthony (1990), *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

– (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.

GLISSANT, Édouard (1996), *Introduction à une poétique du divers*, Paris, Gallimard.

GRUZINSKI, Serge (2001), “Mestiçagens, mundialização e história: algumas pistas de reflexão e pesquisa”, in *Cadernos do Noroeste*, 15 (1-2), 305-322.

JÚNIOR, Benjamin A. (2002), *Fronteiras múltiplas, identidades plurais – um ensaio sobre a mestiçagem e o hibridismo cultural*, São Paulo, Editora Senac.

KAUFMANN, Jean-Claude (2003), *Ego: Para uma Sociologia do Indivíduo*, Lisboa, Instituto Piaget.

– (2005), *A invenção de si*, Lisboa, Instituto Piaget.

LAHIRE, Bernard (2003), *O homem plural. As molas da ação*, Lisboa, Instituto Piaget.

LAPLANTINE, François; NOUSS, Alexis (2002), *A mestiçagem*, Lisboa, Instituto Piaget.

LIÉGEOIS, Jean-Pierre (1989), *Ciganos e itinerantes*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

– (1994), *A escolarização das crianças ciganas e viajantes: Relatório Síntese*, Lisboa, Ministério da Educação – Departamento de Programação e de Gestão Financeira.

LIPIANSKY, Edmond. M. [et al.] (1990), “Introduction à la problématique de l’identité”, in Carmel Camilleri [et al.] (eds.), *Stratégies identitaires*, Paris, Presses Universitaire de France, pp. 7-26.

LOPES, Daniel S. (2008), *Deriva cigana: um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

MAALOUF, Amin (1999), *As identidades assassinas*, Miraflores, DIFEL.

MAGANO, Olga (1999), *Entre ciganos portugueses: estudo sobre a integração social de uma comunidade cigana residente na cidade do Porto*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Porto, Universidade Aberta.

– (2010), “*Tracejar vidas normais*”. *Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Universidade Aberta.

MARQUES, João Filipe (2001), “Racismo, etnicidade e nacionalismo: que articulação?”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 61, 103-133.

MAYALL, David (2004), *Gypsy Identities 1500-2000. From Egipcians and Moon-men to the ethnic Romany*, London, Routledge.

MENDES, Maria Manuela (2007), *Representações face à discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na área metropolitana de Lisboa*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, Universidade de Lisboa.

NUNES, Olímpio (1996), *O Povo Cigano*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa.

PINTO, J. M. (1991), “Considerações sobre a produção da identidade”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, I, 217-231.

RAMOS, Elsa (2006), *L’invention des origines. Sociologie de l’ancrage identitaire*, Paris, Armand Colin.

REIS, Fernanda (ed.) (2001), *Quadros da vida cigana: entrevistas com...*, Lisboa, Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos e Ministérios do Trabalho e Solidariedade.

ROMÁN, Teresa S. (1994), *La diferència inquietant: velles i noves estratègies culturals dels gitans*, Barcelona, Editorial Alta Fulla – Fundació Serveis de Cultura Popular.

SANSONE, Lívio (2004), *Negritude sem etnicidade*, Rio de Janeiro, Editora da UFBA, Pallas Editora.

SANTOS, Boaventura S. (1993), “Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 38, 11-39.

– (1994), *Pela mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Edições Afrontamento.

SCHNAPPER, Dominique (2007), *Qu’est-ce que l’intégration?*, Paris, Éditions Gallimard: folio actuel Inédit.

SILVA, Gilberto F. (2004), “Sociedade multicultural: educação, identidade(s) e cultura(s)”, in *Educação*, f.s. ano XX VII, nº 2 (53), 283-302.

SILVA, Luísa F. (2005), *Saúde / Doença é questão de cultura*, Lisboa, ACIME / FCT.

SOULET, Marc-Henry (2000), “Pensar a Exclusão nos dias de hoje: não integração ou desintegração?”, in Marc-Henry Soulet (org.), *Da não-integração*, Coimbra, Quarteto.

TAYLOR, Charles (1994), “La politique de reconnaissance”, in Charles Taylor (ed.), *Multiculturalisme – Différence et démocratie*, Paris, Aubier, pp. 41-99.

UNIÓN ROMANI INTERNACIONAL (1998), *Le Peuple Tsigane – Guide à L’Usage des Journalistes*, Barcelona, UniÓN Romani Internacional.

VALA, Jorge (2003), “Simetrias e identidades – perspectivas teóricas sobre a descrição de um

grupo minoritário”, in Jorge Vala (ed.), *Simetrias e Identidades: Jovens Negros de Portugal*, Oeiras, Celta/Instituto Português da Juventude, pp. 5-19.

VELHO, Gilberto (1999), “Projecto, emoção e orientação em sociedades complexas”, in Gilberto Velho (ed.), *Individualismo e cultura – nota para uma antropologia da sociedade contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Editor, pp. 15-37.

WACQUANT, L. (2004), “Esclarecer o habitus”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 4, 35-41.

WIEVIORKA, Michel (2001), *La différence*, Paris, Balland.

– (2010), *Nove lições de sociologia. Como abordar um mundo em mudança?*, Lisboa, Teorema.

## ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

### *Plurality and reconfiguration gypsy identity in Portugal*

In modern societies, the question of identity is central when considering the need of spreading a cultural identity, which is fairly accepted by all. Gypsies, who are culturally distinguished by the dominant culture, have survived by accepting their past and certain symbols passed from generation to generation while adopting aspects of modern society. This article expresses the view that cultural contact results in miscegenation, a mestization which is reflected in social identity, and which contributes to the existence of a new kind of identity plurals or a new social type that strays from the traditional while not being completely identified by the dominant models.

**Keywords:** Identity; Gypsies; Mestization; Integration.

### *Pluralité et reconfiguration de l'identité gitane au Portugal*

Dans les états modernes, l'identité est une question centrale dans le sens où est diffusée une identité culturelle plus ou moins acceptée par tous. Les Gitans, à qui la société dominante impose une distinction culturelle, adoptent diverses formes de survie mêlant certains aspects de la tradition gitane à des aspects des sociétés modernes, acceptant le passé et quelques symboles transmis d'une génération à l'autre, intégrant à la fois des aspects de la modernité. Dans cet article, on approfondira la perspective selon laquelle de contacts culturels peut résulter un métissage culturel qui se reflète dans l'identité sociale, contribuant à l'apparition d'un nouveau type d'identité pluriels ou d'un nouveau type social qui s'éloigne du type traditionnel sans pour autant s'identifier au modèles dominants.

**Mots-clés:** Identité; Gitans; Métissage ; Intégration.

### *La pluralidad y la reconfiguración de la identidad gitana en Portugal*

La identidad tiende a ser un tema central en las sociedades modernas ya que se difunde una amplia identidad cultural homogeneizante. Las personas de origen gitana, a quien se atribuye un carácter distintivo cultural de la sociedad dominante, han tratado de combinar los aspectos de la tradición gitana y de las sociedades modernas. Se acepta el pasado cultural y algunos de los símbolos transmitidos de generación en generación, sino también se integran en su formación de la identidad algunos aspectos de la modernidad. Este artículo desarrolla la idea de que los contactos culturales y las interacciones sociales resultan mestizajes, mestizajes culturales, que se reflejan en las identidades sociales, contribuyendo así a la aparición de nuevos tipos de identidad plurales, es decir, de nuevos tipos sociales que se desvían del modelo tradicional gitano, pero que no se disuelve por completo en los modelos dominantes.

**Palabras-clave:** Identidad; Gitanos; Mestizaje; Integración.

**ESTATUTO EDITORIAL**

**SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES**

**NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS**

**AVALIAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS**  
**2010-2011**



## ESTATUTO EDITORIAL

A revista *Sociologia* surgiu em 1991 como publicação científica na área da Sociologia, com uma periodicidade anual, e associada à consolidação da docência e da produção científica no âmbito da licenciatura em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (criada em 1985/86) e do Instituto de Sociologia (criado em 1989).

Tem como intenção principal abordar as questões sociais de âmbito vasto e segundo perspetivas teóricas diversas, de forma a promover o cultivo da Sociologia em Portugal, quer como conhecimento sistemático das realidades sociais, quer como prática social e profissional. Tem procurado estabelecer o diálogo entre os que, no interior da Universidade, promovem o trabalho científico e aqueles que, como outros profissionais da Sociologia, se ocupam de atividades diversificadas na sociedade global, sem esquecer os que, nos demais quadros laborais, necessitam de um conhecimento sistematizado da realidade social portuguesa.

Tem sido, ao longo das suas edições, uma revista especializada, na medida em que veicula trabalhos de investigação em Sociologia, mas sem se limitar a um campo específico desta ciência. Recolhe estudos tanto de pendor teorizante como de pendor empírico, em ambos os casos com a necessária e possível observação social nas várias especializações em Sociologia.

No momento atual, procura dotar cada número de uma maior coerência e da participação de autores de outras proveniências institucionais. Mantém-se o pressuposto de que o cruzamento de perspetivas, os diálogos intertextuais e a cumulatividade e reificação do conhecimento científico ficarão enriquecidos com a pluralidade de contributos.

Em 2011, a sua periodicidade passou a ser semestral, fruto da necessidade de promover uma maior atualização das publicações e agilidade no relacionamento com a produção científica, bem como de corresponder aos parâmetros estabelecidos pelas bases de indexação.

## SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

### N.º XXI, Janeiro-Junho 2011

#### EDITORIAL

#### ARTIGOS

A transmissão familiar da ordem desigual das coisas

*Bernard Lahire*

Alta Fidelidade: um roteiro com paragens pelas lojas de discos independentes em Portugal na última década (1998-2010)

*Paula Guerra*

Oferta Cultural em Espaço Rural: Públicos do Festival BONS SONS'10

*Daniela Craveiro e Jorge Silva*

Estratégias Recentes de Organização Urbana Comercial – O “SoHo do Porto” e a Territorialização de Actividades Culturais/Criativas

*Sara Joana Dias*

Museus e Museologia: desafios para a construção de territórios colaborativos

*Alice Semedo e Inês Ferreira*

Para uma teoria da socialização

*Pedro Abrantes*

Os TEIP pela perspectiva de pais e de alunos

*Luísa Quaresma e João Teixeira Lopes*

Contributos para a compreensão do «Efeito Professor TEIP»: Proposta de um programa de pesquisa

*Maria Benedita Portugal e Melo*

No mundo da notícia: análise comparativa dos noticiários televisivos do horário nobre da RTP1 e TVI

*Marta Lima*

Rupturas entre o Presente e o Passado: leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt

*José D' Assunção Barros*

A confiança em questão. Raias de confiança, confiança das raias nas sociedades modernas

*Maria Engrácia Leandro, Ana Sofia da Silva Leandro e Fernanda Maria Duarte Nogueira*

A empresarialização da sociedade sob a influência da racionalidade da gestão

*Ricardo Fabrício Rodrigues*

#### ENTREVISTA

Entrevista a Judith Butler

*Por Charlotte Hess e Valentin Schaepelynck*

**N.º XXII, Julho-Dezembro 2011**

EDITORIAL

ARTIGOS

O caso William Beckford: Ostracismo e errância de um jovem fidalgo inglês nos finais do séc. XVIII

*Maria de Lourdes Lima dos Santos*

Pensando a morte desde a religião – para pensar a cultura desde a morte

*Ángelo Cardita*

Utopia e Ciência contemporânea: novo paradigma?

*Filipa Ribeiro*

Convergências e divergências na representação da cidade para “todos”: a visão dos políticos, dos técnicos e dos cidadãos

*Cecília Delgado*

Desemprego feminino envelhecido: Uma história de resistência à invisibilidade

*Pedro Araújo*

Análise do modelo organizacional de uma associação de Comércio Justo portuguesa

*Sandra Lima Coelho*

Condições de Produção da Arte Feminista na Rússia. Públicos e Práticas de Recepção: *The History of Gender and Art in Post-Soviet Space Žen d'Art 1989 - 2009* no MMOMA

*Rui Pedro Fonseca*

Estimando a Elasticidade do Efeito da Assiduidade às Aulas no Mérito Académico consoante a Classe Social no Ensino Superior Português

*Maria de Lurdes Fonseca*

From educational ideals to local realities: qualitative unpacking of stereotypes and segregation in PISA 2006

*Pedro Moreno da Fonseca*

A visibilidade da deficiência – Uma revisão sobre as Representações Sociais das Pessoas com Deficiência e Atletas Paralímpicos nos *media* impressos

*Olga Pereira, Inês Monteiro e Ana Luísa Pereira*

A odisseia da transformação do Direito da Família (1974-2010): um contributo da sociologia política do direito

*João Pedroso, Paula Casaleiro e Patrícia Branco*

NOTÍCIA

International Research Group for the Social Study of the Weekend: *Enhancing the comparative study of the social uses of time*

*João Queirós*

RECENSÃO

Constituindo realidades: sobre *A força do direito* de Pierre Bourdieu

*Márcio Cunha Carlomagno*



## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. Os artigos propostos para publicação na revista Sociologia são submetidos a avaliação de especialistas das áreas respetivas, em regime de anonimato. A decisão final de publicação é da responsabilidade do Conselho de Redação.
2. Os textos devem ser redigidos em páginas A4, a espaço e meio (norma também válida para as notas de rodapé e para as referências bibliográficas), tipo de letra Times New Roman e corpo de letra 12, em formato Word for Windows, PDF e HTML. No caso de serem enviados por correio, os artigos devem ainda ser impressos em duplicado e virem acompanhados de um CD com o ficheiro de texto, nos formatos supracitados.
3. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos e figuras. As resenhas não deverão ultrapassar os 13.000 caracteres.
4. Outros textos, tais como projetos, materiais sociográficos, documentos, opiniões e resenhas, devem observar os seguintes limites de páginas:  
notícias, 1-2 páginas;  
outros, 5 páginas.
5. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
6. As transcrições deverão abrir e encerrar com aspas. Os vocábulos noutras línguas que não a portuguesa devem ser formatados em itálico.
7. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em quadros, gráficos e figuras, identificados com numeração árabe contínua e respetivo título para cada um destes tipos de elementos.
8. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números, sem parêntesis. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do artigo.
9. A norma de citação adotada deverá ser a anglo-saxónica (autor-data).
10. As referências bibliográficas deverão obedecer às seguintes orientações:
  - a) Livro: Apelido, Nome próprio (ano), Título do Livro, Local de edição, Editor (ev. ref. da primeira edição);
  - b) Artigo em publicação periódica: Apelido, Nome próprio (ano), “Título do artigo”, in Nome da publicação periódica, volume, número, páginas;

c) Textos em coletâneas/Contribuições em monografias: Apelido, Nome próprio (ano), “Título do texto/contribuição”, in Nome próprio, Apelido (org.), Título da Coletânea/Monografia, Local de edição, Editor, páginas (ev. ref. da publicação original da contribuição).

11. Todos os originais entregues ao Conselho de Redação devem:

- a) conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de eventuais gralhas; quando incluírem materiais gráficos ou icónicos, fazer-se acompanhar dos respetivos originais
- b) em bom estado, com indicação dos locais no texto onde devem ser inseridos (o Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar figuras ou gráficos cuja realização acarrete excessivas dificuldades);
- c) assinalar claramente as expressões a imprimir em itálico, ou a destacar por outra forma gráfica;
- d) vir acompanhados de:
  - o título completo do artigo traduzido em Inglês, Francês e Espanhol;
  - um resumo com um máximo de 650 caracteres/10 linhas e 3 ou 4 palavras-chave, os quais deverão ser traduzidos nos 3 idiomas acima mencionados;
  - a indicação dos dados de identificação do autor (formação e/ou situação profissional do(s) autor(es), instituições ou organizações em que desenvolve(m) atividade e elementos de contacto.

12. Os artigos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

13. Os originais podem ser enviados por e-mail para [revistasociologia@letras.up.pt](mailto:revistasociologia@letras.up.pt) ou [revsociologiaflup@gmail.com](mailto:revsociologiaflup@gmail.com) ou por correio para a seguinte morada:

Direção da revista *Sociologia*

Departamento de Sociologia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564 Porto

Portugal

## **AVALIAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS 2010-2011**

Alice Duarte, FLUP/ISFLUP.  
Álvaro Domingues, FAUP/CEAU.  
Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL.  
António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL.  
Carlos Manuel da Silva Gonçalves, FLUP/ISFLUP.  
Claudino Ferreira, FEUC/CES.  
Cristina Parente, FLUP/ISFLUP.  
Dulce Magalhães, FLUP/ISFLUP.  
Eduardo Vítor Rodrigues, FLUP/ISFLUP.  
Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL.  
Heitor Frugoli, FFLCH-USP/CNPq.  
Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL.  
Isabel Dias, FLUP/ISFLUP.  
João Bilhim, ISCSP-UTL.  
João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA.  
João Teixeira Lopes, FLUP/ISFLUP.  
José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/ Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL).  
José Soares Neves, OAC.  
Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.  
Luísa Neto, FDUP.  
Luísa Veloso, CIES-IUL/ISFLUP.  
Manuel Carlos Silva, UM/ICS/CICS.  
Maria Manuel Vieira, ICS-UL.  
Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL.  
Natália Azevedo, FLUP/ISFLUP.  
Patrícia Ávila, ISCTE-IUL/CIES-IUL.  
Paulo Peixoto, FEUC/CES.  
Pedro Abrantes, CIES-IUL/CIESAS (México).  
Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF.  
Vera Borges, ICS-UL.  
Virgílio Borges Pereira, FLUP/ISFLUP.  
Vítor Sérgio Ferreira, ICS-UL.  
Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.





